

Luisa Trindade

A CASA CORRENTE EM COIMBRA

Dos Finais da Idade Média
Aos Inícios da Época Moderna



A CASA CORRENTE EM COIMBRA

Dos Finais da Idade Média
Aos Inícios da Época Moderna

COIMBRA PATRIMÓNIO I 1

FICHA TÉCNICA:

Autor: Luisa Trindade

Título: A Casa Corrente em Coimbra
dos Finais da Idade Média aos Inícios da Época Moderna

Edição: Câmara Municipal de Coimbra

Execução gráfica: G. C. – Gráfica de Coimbra, Lda.
Palheira – Assafarge – Apartado 3068
3001-453 Coimbra
Tel. 239 802 450; Fax 239 802 459
E-mail: producao@graficadecoimbra.pt

Depósito Legal: 189361/02

ISBN: 972-97542-8-4

Luisa Trindade

A CASA CORRENTE EM COIMBRA

Dos Finais da Idade Média
Aos Inícios da Época Moderna



2002

Ao meu pai

Apresentação

A Câmara Municipal de Coimbra inicia a sua colecção "Coimbra-Património" com a edição deste livro dedicado à nossa cidade, abrangendo o período crucial da sua vida que foi o do fim da Idade Média e o princípio da Época Moderna.

A decisão do actual Executivo de apoiar e fomentar os estudos histórico-artísticos, arqueológicos e etnográficos sobre a cidade e o seu aro, ou sobre a expansão destas áreas da Cultura noutros espaços, vem, no nosso entendimento, colmatar uma lacuna que se manteve no decurso dos anos, sobretudo nas últimas décadas, por ausência de iniciativa dos nossos autarcas.

Recuando no tempo, lembramos o conjunto de monografias publicadas – especialmente as que coincidiram temporalmente com as comemorações da Reconquista Cristã de Coimbra de 1064, em 1964 e nos anos posteriores – que incluíram estudos notáveis sobre a toponímia coimbrã, o teatro, a evolução da população e até obras monumentais, exemplo das Estampas Coimbrãs do saudoso Armando Carneiro da Silva.

A situação descrita não significa que a Câmara de Coimbra tivesse estado parada, mas, apenas, que lhe faltou, primeiramente, o necessário planeamento, e depois, a acção que residia em encontrar os autores e os convidar a passar a "letra de forma", o resultado dos seus aturados e persistentes estudos.

A colecção "Coimbra-Património" começa, como dissemos, com a publicação deste modelar trabalho de Luisa Trindade alusivo à Casa Comum em Coimbra. Abraça um momento de viragem da história conimbricense, quando se regista o fim dos tempos medievais, em que a sua importância diminuía, e despontava o alvorecer de uma nova Era. A mudança operada deve-se a instituições de incontestado valor e saber, fecundos, designadamente o Mosteiro de Santa Cruz e a Universidade Portuguesa, reinstalada, definitivamente, em 1537. A urbe assistiu, assim, ao seu desenvolvimento, acolhendo jovens de todo o país, do continente e dos territórios de além-mar, numa atitude exemplar que ajudou a enformar o Portugal de hoje, com todas as virtudes e com todos os seus defeitos.

Pode afirmar-se que a História Coimbrã nem sempre da mesma forma, pois houve momentos de crise e outros de exaltação, é suficientemente rica, para merecer uma linha constante de investigação que no-la permita conhecer melhor e, particularmente, as manifestações resultantes dos momentos a que se convencionou chamar "cultura material". Nós preferimos chamar-lhe, tão só, Património Artístico e Arqueológico, numa visão ampla e polimática, que vai do Urbanismo à Arquitectura, passando pela Pintura, Iluminura, Escultura, Torêutica, Cerâmica, Artes dos Tecidos, Arqueologia em todos os seus ramos, Museologia, etc.

O actual Executivo camarário deliberou, por isso, publicar, se possível, entre três e quatro obras por ano, sempre fruto da investigação de excelência, sempre inéditas, tendo especial atenção para as produzidas no âmbito da pesquisa universitária. Este princípio propicia uma forma de aproximar, em maior grau, a Cidade da Universidade, e passar da teoria à prática o conceito teórico criado por Walter Rossa de união entre as duas entidades, de que resultará uma nova e mais dinâmica realidade: a Univer(c)idade.

Ao livro de Luisa Trindade seguem-se, de imediato, para publicar neste ano de 2002, os trabalhos de Catarina Carvalho sobre o Convento de Sant'Ana, e, possivelmente, o de Alice Lázaro, sobre a actividade de Leopoldo Battistini em Coimbra e o seu contributo para o desenvolvimento das Artes e do Ensino Artístico. Para 2003, e coincidindo com a realização de Coimbra, Capital Nacional da Cultura, a colecção "Coimbra-Património" incluirá estudos de Lurdes Craveiro e Walter Rossa, concretamente as suas dissertações de doutoramento em História da Arte e Arquitectura, respectivamente, e talvez, mais dois.

Com a publicação e ampla difusão de uma outra colecção, que esperamos encetar, e dedicada ao grande público sobre temas pontuais, bem como o relançamento de "O Arquivo Coimbrão", já na tipografia, esperamos modificar, e para melhor, o panorama da divulgação da Cultura Coimbrã. As capacidades dos nossos intelectuais e investigadores são sobejamente conhecidas e abundantes. Esperamos que os meandros sinuosos da Política não matem cedo esta iniciativa e, que, dentro de quatro anos, seja quem for que esteja à frente dos destinos do Município, não olvide o que consideramos ser uma mais-valia para a afirmação de uma identidade cultural e social que tornam Coimbra única.

* * *

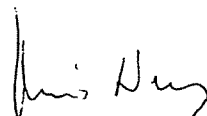
O trabalho de Luisa Trindade não fala das grandes personalidades, dos grandes monumentos, mas somente da casa comum coimbricense. É uma

história nova que os investigadores e docentes da prestigiada Faculdade de Letras têm vindo a explorar, revelando parcelas da existência colectiva dos nossos antepassados que, até há pouco, eram consideradas como algo de menor importância. Todavia, devemos considerar que um tempo se faz de grandes acções e de pequenos e repetidos gestos do quotidiano; de palácios e de choupanas; de brocados e de buréis. Não é possível perceber o passado e tirar dele ilações que nos servem para Hoje e para o Amanhã, sem o conhecermos na totalidade. A História do Quotidiano, a História da Família, a História do Trabalho, a História da Mulher, abarcam matérias que os centros mais desenvolvidos da Europa têm vindo a estudar e a revelar e que, volvido mais de um quarto de século, transformaram, e muito, a nossa visão sobre as sociedades que nos antecederam, particularmente, as do espaço que habitamos. A Casa Comum em Coimbra insere-se nesta tendência renovadora da Historiografia Portuguesa, e oferece um contributo notável, numa área que não merecera, ainda, uma monografia de peso e profunda. Luisa Trindade, docente do Instituto de História da Arte da Faculdade de Letras, vai mais longe, e compara a realidade coimbrã com a do todo português. Sendo boa conhecedora da matéria, integra ambas no contexto da Europa da mudança para o tempo do Mundo Aberto que os Portugueses criaram, para o início da Globalização, de que, nesta altura, tanto se fala. O tratamento que imprime ao tema, relativamente a todo o Portugal, constitui, por si só, uma obra mestra.

Coimbra perpassa aos nossos olhos, ou nós fazemos uma viagem através das suas ruas, conhecendo as casas do bispo e do oleiro, do cónego catedralício, do professor, do fúfio e do sapateiro. É uma viagem virtual, é certo, mas assente numa sólida e irrepreensível investigação de campo e de arquivo, no cotejo dos casos coevos da Europa que auguram a esta jovem docente e investigadora, um futuro brilhante no mundo universitário.

Coimbra, 20 de Setembro de 2002

MÁRIO NUNES



Vereador da Cultura

Nota Prévia

O objectivo inicial do trabalho que agora apresentamos foi o de analisar e reconstituir a casa corrente em Coimbra entre os finais da Idade Média e os inícios da Época Moderna. A arquitectura doméstica em que, dos últimos anos de Trezentos às primeiras décadas de Quinhentos residia todo um escalão intermédio da sociedade. Neste contexto, a casa do mesteiral ou do pequeno comerciante, do carpinteiro, do ferreiro e do almocreve ocupa sem dúvida um lugar de destaque, mas também a casa de muitos outros que, pelas suas poses e privilégios, constituíam a camada superior do terceiro Estado, corporizando as elites locais: cavaleiros vilãos e letrados, mercadores e detentores de cargos públicos, régios ou concelhios.

A casa em que cada um deles habitava era o reflexo do seu nível social, das suas possibilidades materiais, do seu labor quotidiano, da sua cultura. Ao carácter heterogéneo do grupo correspondia, por isso, a enorme variedade de formas e características que a habitação assumia. Não obedecendo a um padrão exclusivo, tudo o que se possa dizer sobre a casa corrente, será, naturalmente, resultado de uma simplificação até certo ponto redutora, embora incontornável. De lado ficaram os topos da escala, a casa nobre ou paço, o casebre ou «choça» dos mais desfavorecidos. Iguamente de lado ficou o espaço rural, só por si, suficiente para todo um outro trabalho.

Interessaram-nos fundamentalmente as questões relacionadas com a morfologia, a organização espacial interna, a plurivalência funcional, os materiais utilizados, a sua relação com a rua, o grau de conforto que proporcionava a quem a habitava ou a evolução que registou. A partir da materialidade da casa procurámos entender de que forma reflectia a realidade social. A área útil disponível e a sua localização no tecido urbano, por exemplo, são indicadores de uma determinada dimensão social dentro do vasto e diferenciado escalão médio da sociedade urbana medieval. Os rituais de posse ou a importância dos elementos de segurança revelam, para além das questões práticas, um simbolismo que também não pode ser esquecido.

Como fontes documentais utilizámos o Almojarifado de Coimbra¹, de 1395, e o Tombo Antigo da Câmara², de 1532, o primeiro conservado na Torre do Tombo e até hoje inédito, o segundo publicado, embora por tratar dentro desta temática.

Apesar da riqueza dos dados revelou-se essencial, no decorrer da investigação, colmatar algumas falhas ou omissões recorrendo, para isso, à realidade já estudada para outras cidades e vilas do país. Particularizar o caso de Coimbra remetia-nos, sistematicamente, para uma contextualização de âmbito mais vasto, comparando características, comprovando o que pareciam ser «leis gerais», aferindo diferenças.

Por essa razão, tentámos, numa primeira parte, reunir o máximo de elementos dispersos com vista à caracterização genérica da casa urbana em Portugal. Ensaiar um ponto da situação com base em estudos e fontes já publicados.

Alargar à abordagem do tema ao âmbito nacional é, sem dúvida, um projecto ambicioso. Na Idade Média, como em qualquer outra época, existiram seguramente variantes regionais ditadas por usos e costumes ancestrais, acessibilidade dos materiais, ou características climatéricas. Particularidades que a documentação, sempre vaga e omissa, não registou. Por essa razão, reconstituir a casa corrente tardo-medieval com a minúcia desejada é, hoje, quase impossível. Apesar de todas as limitações e da actual dificuldade em definir famílias ou subgrupos regionais, ressaltam, ainda assim, traços comuns a todo o território permitindo, em última análise, definir uma casa tipo.

O tema escolhido corre o risco de parecer, à primeira vista, um objecto de estudo pouco aliciante. As dimensões da casa corrente, tão frequentemente exíguas, a utilização de materiais tradicionalmente considerados pobres, a ausência generalizada de requintes construtivos ou particularidades dignas de registo, a que deve juntar-se a sua multiplicação ou carácter repetitivo em detrimento do singular³ são algumas das razões que justificam, em parte, o esquecimento a que tem sido votada pela historiografia. E, no entanto, o conhecimento da habitação corrente é um elemento fundamental para o estudo da cidade, ou mais genericamente da sociedade medieval.

¹ Torre do Tombo, Núcleo Antigo, 287, *Almojarifado de Coimbra*, fls. 12-22 v.

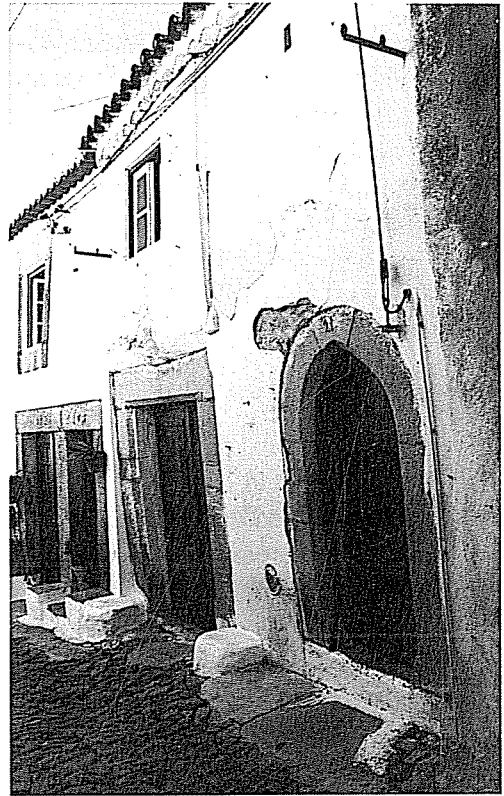
² *Tombo Antigo da Câmara de Coimbra (1532)*, introdução, leitura e notas de J. Branquinho de Carvalho, Coimbra, Biblioteca Municipal, 1964.

³ Manuel Sílvio Alves Conde, resumo da conferência *Materialidade e funcionalidade da casa comum medieval. Construções rústicas e urbanas do Médio Tejo nos finais da Idade Média*, apresentada no ciclo de conferências *Morar. Tipologia, funções e quotidianos da habitação medieval*, Núcleo Científico de Estudos Medievais da Universidade Nova de Lisboa, Lisboa, Fevereiro e Março de 2000.

Isoladamente pouco significa na caracterização do espaço urbano⁴, na leitura do todo. Todavia, o seu carácter repetitivo faz com que ocupe a parte mais significativa do tecido urbano edificado. Ao multiplicar-se no terreno contribui de forma decisiva para a construção da imagem da cidade. Se os edifícios de prestígio, marcam pela sua singularidade, volume, e dimensão simbólica o perfil da cidade⁵, a casa corrente, por seu lado, envolve-os, define corredores de circulação, emoldura o espaço público, constituiu-se como pano de fundo da vivência quotidiana. Forma, em última análise, os mais extensos alçados da cidade. A casa retira a sua força não da singularidade, mas precisamente da repetição.

Ao realçar a importância da habitação comum não pretendemos de forma alguma minimizar o papel das grandes edificações de carácter religioso ou militar, mas apenas lembrar que a cidade é uma realidade bastante mais vasta e complexa, cuja estrutura física resulta em grande parte do intercâmbio entre o público e o privado⁶.

Por outro lado, conhecer o Homem Medieval é também conhecer o seu *habitat*, a forma como se apossou do espaço, o organizou e moldou de acordo com as suas necessidades. Entender a casa é também entender a estrutura familiar, a esfera privada, a actividade profissional, as ambições sociais, as pos-



Castelo de Vide,
Rua de Santa Maria do Cima.

⁴ Amélia Aguiar Andrade, "A paisagem urbana medieval portuguesa: uma aproximação", *Universo Urbanístico Português, 1415-1822, Colectânea de Estudos*, Lisboa, Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimientos Portugueses, 1998, p. 30.

⁵ Walter Rossa, "A cidade portuguesa", *História da Arte Portuguesa*, direcção Paulo Pereira, vol. III, Lisboa, Círculo de Leitores, 1995, p. 254.

⁶ Aldo Rossi, *A arquitectura da cidade*, Lisboa, Edições Cosmo, 1977, pp. 24-25.

sibilidades económicas. Por isso o seu valor histórico é incalculável. A historiografia actual não se limita já ao estudo dos edifícios singulares. Palácios, Igrejas e castelos são a expressão visível do extraordinário, resultado do esforço colectivo ou da acção pontual de instituições e figuras de relevo. A casa, pelo contrário, é o reflexo do ordinário, do quotidiano do homem comum e do seu esforço individual. Omiti-la é deturpar irremediavelmente a imagem do mundo medieval⁷.

* * *

A presente publicação corresponde, no essencial, ao texto apresentado à Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, em Outubro de 2000, no âmbito de Provas de Aptidão Pedagógica e Capacidade Científica.

Na altura, como agora, não podemos deixar de expressar o nosso profundo reconhecimento a todos aqueles que contribuíram para a sua realização. Em primeiro lugar, cumpre destacar o Professor Doutor Pedro Dias pelo voto de confiança, orientação científica e apoio inexcedível que sempre nos dispensou. Ao Professor Doutor José Custódio Vieira da Silva, por, na sua qualidade de arguente, nos ter fornecido importantes e esclarecedoras sugestões que tivemos em conta na revisão do texto original.

À Professora Doutora Amélia Aguiar Andrade, que nos despertou para o tema e a quem devemos preciosos conselhos e informações. Ao Professor Doutor Walter Rossa, a contínua partilha do seu saber bem como a total disponibilidade com que sempre respondeu às nossas infindáveis questões. Ao Professor Doutor Saul António Gomes, as inúmeras e significativas pistas e o inesgotável auxílio na leitura da documentação.

A todos os Professores do Instituto de História da Arte e, de um modo muito particular, à Dra. Lurdes Craveiro, Dr. Francisco Pato de Macedo e Dr. António Filipe Pimentel, as discussões enriquecedoras mas também a amizade e palavras de incentivo com que nos ajudaram a ultrapassar alguns momentos de desânimo. À Dra. Piedade Duarte e Sra. D. Palmira Santos, a dedicação e precioso auxílio na morosa tarefa da procura bibliográfica.

⁷ Beatriz Arizaga Bolumburu, "La recuperacion del paisaje urbano medieval: propuesta metodologica", *La ciudad medieval, aspectos de la vida urbana en la Castilla Bajomedieval*, coord. Juan Antonio Bonachía Hernando, Valladolid, Universidad de Valladolid, 1996, pp. 13-33.

Ao Carlos, pelas horas infindáveis na elaboração de mapas, desenhos e quadros e pelo calcorrear permanentemente em busca de «mais uma casa medieval». Aos meus pais e à Madalena, um obrigado muito especial.

Ao Dr. Anísio Saraiva, Dra. Paula Pratas, Dra. Isabel Marques, à Carolina Cordeiro e a tantos outros que não nos é possível nomear, o nosso sincero reconhecimento.

Uma última palavra de sentido agradecimento à Câmara Municipal de Coimbra, pelo convite e empenho posto na sua publicação.

Dados disponíveis para o estudo da habitação corrente: quais e que problemas suscitam

Em 1964, num trabalho de conjunto dedicado à habitação medieval portuguesa, A. H. de Oliveira Marques iniciava de forma precursora o estudo da habitação urbana corrente. Em nota a este capítulo, ainda hoje de consulta obrigatória, o autor alertava, contudo, para a quase inexistência de estudos sobre esta matéria específica⁸. Destacava os contributos de Alberto Sampaio⁹ e Costa Lobo¹⁰ a quem, embora lateralmente, o tema teria suscitado algum interesse, nos inícios do século. De maior importância revestia-se a tese de licenciatura de Vítor Pavão dos Santos intitulada *A casa no Sul de Portugal na transição do século XV para o XVI*, defendida no mesmo ano de 1964 e até hoje inédita¹¹. A indicação bibliográfica de Oliveira Marques terminava com a referência a Gérard Pradalié cuja análise da casa urbana incidia sobretudo nos séculos XII e XIII¹².

Actualizar a listagem do autor com títulos entretanto publicados não se revelou, afinal, tarefa difícil. Ao contrário da habitação de prestígio a que a historiografia nacional tem dedicado, ao longo dos últimos anos, trabalhos de

⁸ A. H. de Oliveira Marques, *A sociedade medieval portuguesa*, 3.^a ed., Lisboa, Sá da Costa, 1974, pp. 63-86 e 255-257.

⁹ Alberto Sampaio, "As villas do Norte de Portugal", *Estudos Historicos e Economicos*, vol. I, Porto, 1923, pp. 3-254.

¹⁰ A. de Sousa e Silva Costa Lobo, *História da sociedade em Portugal no século XV*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1903.

¹¹ Vítor Manuel Pavão dos Santos, *A casa no Sul de Portugal na transição do século XV para o XVI*, dissertação de licenciatura apresentada à Universidade de Lisboa, Lisboa, 1964.

¹² Gerard Pradalié, *Lisboa da Reconquista ao fim do século XIII*, Lisboa, Palas Editores, 1975.

vulto¹³, sobre a habitação urbana corrente não se produziu mais do que uma escassa meia dúzia de artigos. Efectivamente, são muito poucos os trabalhos onde a casa comum é objecto de estudo em si mesmo. Neste âmbito específico não poderíamos deixar de destacar os estudos recentes e incontornáveis de Sílvio Alves Conde sobre a casa urbana do Centro e Sul de Portugal, ou os de Ângela Beirante e João Alves Dias sobre a cidade de Évora, de Paulo Drumond Braga para Palmela ou de Anísio Saraiva para Coimbra dos inícios de Quinhentos¹⁴.

A mesma escassez bibliográfica, decorridas mais de três décadas, poderia fazer pensar que o tema continuava a não suscitar a atenção dos medievalistas portugueses, ao contrário de outros países europeus onde a bibliografia dedicada ao tema é já extensíssima. A verdade é que nos últimos vinte anos, de forma sistemática e em bases metodológicas novas, tem surgido um grande número de monografias dedicadas ao estudo de cidades e vilas medievais¹⁵.

¹³ Veja-se entre outros Mário Jorge Barroca, "Em torno da residência senhorial fortificada. Quatro torres medievais na região de Amares", *Revista de História*, 9, Porto, Universidade do Porto, 1989, pp. 9-53; Mário Jorge Barroca, Torres, "Casas-Torres ou Casas Fortes. A concepção do espaço de habitação da pequena e média nobreza na Baixa Idade Média (séculos XII-XV)", *Revista de História das Ideias*, 19, Coimbra, Universidade de Coimbra, 1997, pp. 39-103; José Custódio Vieira da Silva, *Os paços medievais portugueses*, Lisboa, IPPAR, 1995; José Custódio Vieira da Silva, "A morada privilegiada – o paço", *O Fascínio do Fim*, Lisboa, Horizonte, 1997, pp. 23-43.

¹⁴ Manuel Sílvio Alves Conde, "Sobre a casa urbana do Centro e Sul de Portugal nos fins da Idade Média", *Arqueologia Medieval*, 5, Porto, Afrontamento, 1997, pp. 243-265; Maria Ângela Beirante e João José Alves Dias, "O património urbano da Ordem de Cristo em Évora no início do século XVI", *Estudos de Arte e História. Homenagem a Artur Nobre de Gusmão*, Lisboa, Vega, 1995, pp. 61-79; Paulo Drumond Braga, "A construção corrente na região de Palmela nos finais da Idade Média", *As Ordens Militares em Portugal, Actas do 1.º Encontro sobre Ordens Militares*, Palmela, Câmara Municipal, 1991, pp. 143-155; Anísio Miguel de Sousa Saraiva, "A propriedade urbana das confrarias e hospitais de Coimbra nos finais da Idade Média", *Revista de Ciências Históricas*, X, Porto, Universidade Portucalense, 1995, pp. 155-194.

¹⁵ Veja-se entre outros, Amélia Aguiar Andrade; *Um espaço urbano medieval: Ponte de Lima*, Lisboa, Horizonte, 1990; Rita Costa Gomes, *A Guarda medieval 1200-1500, Cadernos da Revista de História Económica e Social*, 9-10, Lisboa, Sá da Costa, 1987; José Ferrão Afonso, *A rua das Flores no século XVI, elementos para a história urbana do Porto quinhentista*, dissertação de mestrado apresentada à Faculdade de Letras da Universidade do Porto, Porto, 1998; Maria Ângela Rocha Beirante, *Évora na Idade Média*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian-Junta Nacional de Investigação Científica e Tecnológica, 1996; Maria da Conceição Falcão Ferreira, *Uma rua de elite na Guimarães medieval (1376-1520)*, Guimarães, Câmara Municipal, 1989; Saúl Gomes; "A organização do espaço urbano numa cidade estremanha: Leiria medieval", *A cidade. Jornadas inter e pluridisciplinares*, Actas II, Lisboa, Universidade Aberta, 1993, pp. 81-112; Ana Maria Seabra de Almeida Rodrigues, *Torres Vedras, a vila e o termo nos finais da Idade Média*,

Se a história urbana é o enfoque principal, a problemática da habitação e entre ela a corrente não deixa, por isso, de estar presente de forma mais ou menos desenvolvida¹⁶.

De Ponte de Lima a Silves, de Torres Vedras a Elvas, possuímos hoje um conjunto de informes preciosos para o tratamento da habitação em Portugal. Se a estas análises de casos concretos juntarmos os trabalhos mais vastos sobre a cidade medieval¹⁷, bem como os estudos relativos a instituições eclesiásticas e de beneficência onde os bens patrimoniais e sua gestão estão invariavelmente presentes¹⁸, torna-se finalmente possível ensaiar uma síntese sobre a casa urbana em Portugal, dos finais do século XIV aos inícios do XVI.

A bibliografia e as fontes sobre as quais alicerçamos em grande parte a presente síntese, levantam, contudo, alguns problemas.

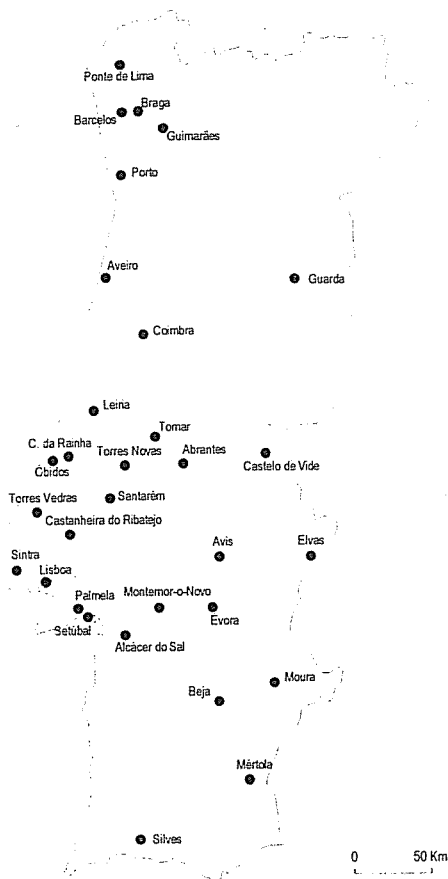
No que toca à primeira, na sua diversidade, debruça-se sobre diferentes cronologias, ainda que globalmente se verifique uma clara preferência pelos últimos séculos da Idade Média. Não cobre ainda a totalidade do País, como a visualização do Mapa I permite facilmente compreender, destacando-se a escassez de dados relativos ao interior Norte, faixa costeira a Sul de Setúbal e todo o Algarve, à excepção de Silves. Paralelamente, as análises recaem sobre

Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian-Junta Nacional de Investigação Científica e Tecnológica, 1995; Manuela Santos Silva, *Óbidos medieval. Estruturas urbanas e administração concelhia*, Cascais, Patrimonia, 1997, etc.

¹⁶ Veja-se por exemplo o desenvolvimento do tema na obra de Manuel Sílvia Alves Conde, *O Médio Tejo nos finais da Idade Média. A terra e as gentes*, 2 vols., dissertação de doutoramento apresentada à Universidade dos Açores, Ponta Delgada, 1997 ou em Maria da Conceição Falcão Ferreira, "Barcelos terra de condes. Uma abordagem preliminar", separata da *Barcelos Revista*, Barcelos, 1991/92. Também Rui Maurício, na obra recentemente editada *O Mecenato de D. Diogo de Sousa Arcebispo de Braga (1505-1532), Urbanismo e Arquitectura*, Leiria, Magno Edições, 2000, onde a História do Urbanismo constitui o enfoque principal, recolhe um riquíssimo conjunto de dados para o estudo da casa corrente, na transição da Idade Média para a Época Moderna.

¹⁷ Veja-se entre outros, Amélia Aguiar Andrade, "A paisagem urbana medieval portuguesa..." pp. 13-38; Amélia Aguiar Andrade, "Um percurso através da paisagem urbana medieval", *Povos e Culturas – A cidade em Portugal: onde se vive*, 2, Lisboa, Universidade Católica Portuguesa, 1987, pp. 57-77; Iria Gonçalves, *Um olhar sobre a cidade medieval*, Cascais, Patrimonia, 1996; Walter Rossa, "A cidade portuguesa", pp. 233-323; etc.

¹⁸ É o caso, por exemplo, do estudo levado a cabo por Isaías da Rosa Pereira, "O hospital do Espírito Santo da vila de Castanheira", *Do Tempo e da História*, tomo IV, Universidade de Lisboa-Instituto da Alta Cultura, 1971, pp. 53-95. Embora não sendo a casa o objecto de estudo principal, a publicação, em apêndice, do tombo de 1508 veio a revelar-se da maior importância para o conhecimento da estrutura interna da habitação comum.



Localidades para as quais existem dados sobre a casa corrente entre os séculos XIV e XVI.

núcleos de documentação de origem variada. Tombos de propriedade régia, camarária ou mais frequentemente de instituições eclesiásticas ou de assistência, exigem uma enorme cautela quando comparados entre si, sob pena de viciar os resultados. Por outro lado, nem sempre o enfoque é o mesmo: da análise da composição social dos foneiros à compreensão da evolução das rendas, muitas podem ser as leituras onde, tantas vezes, apenas marginalmente ou de forma transversal, entrevemos as características da casa urbana medieval.

No tratamento das fontes depa-ramo-nos com todo um outro feixe de problemas como é, de resto, invariavelmente assinalado por todos os autores. O documento escrito é geralmente pobre no que toca à descrição da casa. De concepção simples, sem elementos distintivos e comum à imensa maioria da população, as suas características não foram à época dignas de registo¹⁹.

O grosso da documentação utilizada, essencialmente tombos de propriedades, obedeceu, no momento em

que foi redigido, a objectivos muito precisos: salvaguardar o domínio real da propriedade, identificar o bem e o detentor do prazo, estipular o foro anual e momento da entrega, zelar pelo bom estado dos imóveis. Tudo o resto, materiais de construção, compartimentação interna, detalhes arquitectónicos, foram entendidos como supérfluos e por isso sistematicamente omitidos. Só a partir

¹⁹ Amélia Aguiar Andrade, "Percurso vividos, percursos conhecidos nos núcleos urbanos medievais", *Estudos de Arte e História. Homenagem a Artur Nobre de Gusmão*, Lisboa, Vega, 1995, pp. 52-60; Simone Roux, *Le monde des villes au Moyen Age, XI^e - XV^e siècle*, Paris, Hachette, 1994, p. 85.

de finais do século XV e inícios do XVI, os textos se tornam consideravelmente mais ricos, introduzindo elementos fundamentais como as dimensões, o número de aberturas ou as divisões que os compunham.

O carácter lacunar das fontes fez com que todos os dados, independentemente da sua origem, fossem aproveitados. Recorreu-se, por isso, a todo o tipo de textos, das crónicas às actas de sessões camarárias, no sentido de cruzar o máximo de informação possível.

As limitações encontradas na documentação podem, em alguns casos, ser compensadas pelo recurso aos vestígios materiais. Mas também aqui as dificuldades são grandes. Da época medieval subsistiram até aos nossos dias os testemunhos físicos considerados de maior valor histórico-artístico. Pelos materiais em que foram construídos²⁰, pelo cuidado de execução mas também porque a sociedade unanimemente os considerou dignos de preservação e salvaguarda. Igrejas e castelos, embora frequentemente alterados e refuncionalizados, beneficiam, de há muito, de uma política de protecção. A situação é muito mais complexa no que toca ao chamado «património menor». A fragilidade dos materiais, uma utilização permanente ao longo de quinhentos anos e o completo desinteresse a que foi tradicionalmente votado tornaram-no vítima frequente de transformações profundas e destruições irreparáveis²¹.

O crescimento urbano de meados do século XX foi, por outro lado, responsável por destruições em larga escala, alterando e substituindo radicalmente conjuntos urbanos e centros históricos. Um pouco por toda a Europa bairros de origem medieval, até aí objecto de transformações suaves, foram arrasados em nome do progresso²².

A imagem da cidade medieval é hoje muito mais difícil de imaginar do que seria no início do século²³. Ainda assim, na Europa como em Portugal,

²⁰ Como referiu Jacques Le Goff "... a Idade Média é, para nós, uma gloriosa colecção de pedras: as catedrais e os castelos. Mas essas pedras representam apenas uma ínfima parte do que havia. Ficaram-nos alguns ossos de um corpo feito de madeira e de materiais ainda mais humildes..." Jacques Le Goff, *A civilização do ocidente medieval*, 1.º vol., Lisboa, Estampa, 1983, p. 256.

²¹ Amélia Aguiar Andrade, "Um percurso através da paisagem...", p. 57; Manuel Sílvio Alves Conde, *O Médio Tejo...*, p. 593; Beatriz Arizaga Bolumburu, "La recuperacion del paisaje..." pp. 13-33.

²² Veja-se, por exemplo, a destruição de grande parte da Alta de Coimbra para a construção da Cidade Universitária, a partir da década de 40.

²³ A política de recuperação e salvaguarda dos chamados centros históricos, em vigor desde a década de oitenta um pouco por toda a Europa, embora louvável, pode, nalguns casos, induzir em erro. Sobre um traçado efectivamente medieval, as casas são muito frequentemente posteriores, todo o espaço foi objecto de profundas "operações cosméticas", as ruas empedradas e ilumina-



Estremoz, Rua do arco de Santarém.

subsiste um número considerável de casas góticas do século XV e principalmente do XVI.

À semelhança do que se verificou para a documentação escrita, também no que toca aos testemunhos materiais o final da Idade Média se revela mais rico, mais aliciante. A sua apreciação exige, contudo, um extremo cuidado: isoladas do contexto e escondidas sobre grossas camadas de rebocos e tintas não escaparam, na grande maioria dos casos, a alterações radicais. O seu carácter obsoleto determinou o rasgar de mais e maiores vãos, a procura de maior conforto e a adaptação a novas necessidades deturpou os interiores, os materiais tradicionais foram sucessivamente substituídos por outros mais modernos.

Só muito raramente correspondem à traça original e essas, normalmente situadas nas zonas mais pobres e degradadas dos tecidos urbanos, quase sempre abandonadas, correm o risco de desaparecer a breve trecho. O cuidado na identificação, conservação e até mesmo inclusão nos roteiros turísticos, por parte dos municípios, é ainda muito pontual. Todavia, alguns exemplos de Lisboa e principalmente do Porto, apesar de ainda claramente insuficientes, demonstram já uma nova abertura no que toca ao chamado «património menor».

Por outro lado, uma análise fundamentada só é possível com o recurso à arqueologia urbana que, em Portugal, e concretamente para a época medieval, se encontra ainda em fase de arranque apesar dos excelentes resultados já obtidos²⁴.

nadas, as actividades tradicionais substituídas por outras, quase invariavelmente dedicadas ao turismo e respectivo comércio. Em muitos casos, uma aldeia transmontana estará seguramente mais próxima da realidade medieval do que as chamadas cidades museu.

²⁴ Caso de Moura cujos resultados podem ser avaliados em Santiago Macias, "Moura na Baixa Idade Média: elementos para um estudo histórico e arqueológico", *Arqueologia Medieval*, 2, Porto, Afrontamento, 1993, pp. 127-157.

Aos dados arquivísticos e testemunhos materiais juntámos o poder descritivo da imagem. Desenhos, gravuras e iluminuras todas elas, porém já do século XVI ou posteriores. A casa quinhentista é, por tudo o que ficou dito, aquela que mais facilmente pode ser reconstituída. E, no entanto, é através dela que tão frequentemente se chega ao conhecimento das práticas precedentes. Apenas a título de exemplo, quando a legislação manuelina obriga à construção de paredes direitas de pedra e cal, está a descrever *a contrario* a casa de madeira e fachada em ressaltos tão característica da época medieval. Como já foi salientado por diversos autores é possível, com as devidas precauções, trabalhar documentação do século XVI aplicando-a às centúrias anteriores²⁵. Nesta mesma linha de raciocínio, embora balizando o presente estudo entre os finais da Idade Média e os inícios da Época Moderna, optou-se por não estabelecer barreiras estanques quanto às fontes a utilizar ainda que não ultrapassando os meados de Quinhentos. Sempre que tal aconteceu o facto foi devidamente assinalado.

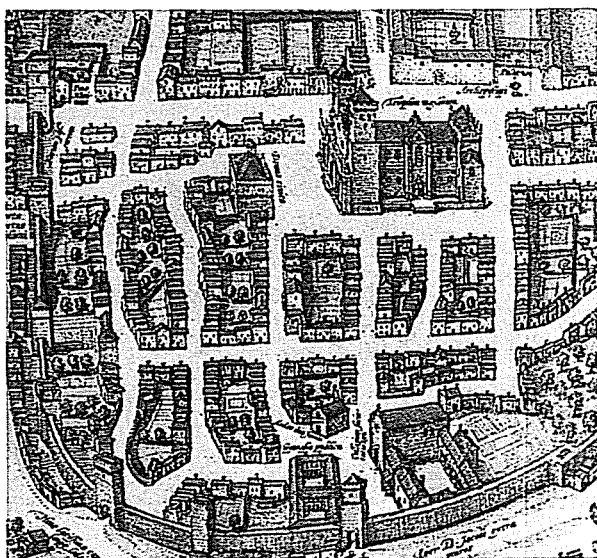
Depois de enumerados os riscos e limitações não podemos deixar de reconhecer que as nossas conclusões podem em alguns casos ser prematuras e sujeitas a revisões. Não se pretendeu esgotar o tema, nem tal seria possível no estado actual da investigação. Optou-se pelo sublinhar de grandes linhas de força, por levantar questões e ensaiar respostas. Ainda assim, pareceu-nos o momento oportuno para tentar um estado da questão. O material já disponível e o interesse crescente que o tema vem suscitando²⁶ justificam amplamente o presente estudo.

²⁵ A. H. de Oliveira Marques, "Cidades medievais portuguesas (algumas bases metodológicas gerais)", *Novos Ensaios de História Medieval Portuguesa*, Lisboa, Presença, 1988, p. 59; Iria Gonçalves, *O património do Mosteiro de Alcobaça nos séculos XIV e XV*, Lisboa, Universidade Nova de Lisboa, 1989, p. 112; Maria da Conceição Falcão Ferreira, "Barcelos, terra de condes...", pp. 53-54; Manuel Sílvio Alves Conde em *O Médio Tejo...* pp. 601-602 chama a atenção para o facto de numa grande maioria dos casos as propriedades descritas nos tombos não serem de construção recente o que "legitima a retro projecção desses dados para as décadas anteriores".

²⁶ A Habitação Medieval foi tema central do ciclo de conferências *Morar. Tipologia, funções e quotidianos da habitação medieval*, realizado na Universidade Nova de Lisboa, Fevereiro e Março de 2000, onde ficou bem clara a actualidade do tema.

I PARTE

A habitação corrente em Portugal



Pormenor da planta de Braga de G. Braun (1594).

1. A ocupação do espaço urbano

1.1. O lote: *morfologia e dimensões*

Parece-nos fundamental iniciar o estudo da casa comum pela análise do lote ou parcela urbana em que se integra. Compreender o espaço que ocupa, as suas dimensões, bem como a sua morfologia.

Só a partir do reinado de D. Manuel, tombos e contratos registam, com regularidade, as dimensões das propriedades²⁷. Para épocas anteriores aos finais do século XV, a documentação revela-se claramente insuficiente. No entanto, o carácter estável da parcela urbana e a forma como tende a persistir ao longo dos tempos²⁸, permite retroprojectar informações quinhentistas ou mesmo posteriores. Pela mesma razão revela-se de grande utili-



Castelo de Vide,
Rua de Santa Maria de Cima.

²⁷ Manuel Sílvio Alves Conde, "Sobre a casa urbana...", p. 259, nota 46.

²⁸ Sobre a lei da persistência do plano veja-se Aldo Rossi, *A arquitectura da cidade*, pp. 64-65; Beatriz Arizaga Bolumburu, "La recuperacion del paisaje...", pp. 27-30; Ana Maria Rodrigues, *Torres Vedras...*, pp. 151-152; Amélia Aguiar Andrade, *Um espaço urbano medieval: Ponte de Lima*, p. 36; Rita Costa Gomes, *A Guarda medieval...*, p. 67; Maria Ângela Beirante e João J. Alves Dias constataram esse mesmo facto ao estudar o património urbano da Ordem de Cristo em Évora no início do século XVI. Segundo os autores, do confronto entre as parcelas quinhentistas e as actuais, verifica-se que "quer ao nível da distribuição dos prédios quer ao nível da sua estrutura e dimensão, se mantém grandes semelhanças. A partir daí somos levados a admitir que elas respeitam, nas suas linhas gerais, as que foram concebidas pelos construtores medievais" Maria Ângela Beirante e João J. Alves Dias, "O património urbano da Ordem de Cristo..." p. 67.

dade o recurso a todo o tipo de representações cartográficas, antigas ou actuais, onde o tecido parcelar da cidade medieval pode ser facilmente apreendido.

Conjugando os dados disponíveis pode afirmar-se que o lote medieval tende maioritariamente a ser rectangular, estreito e alongado.

Alinhados em filas compactas, é sempre a parte mais estreita do lote, a fachada, aquela que confina com a rua, disposição não só determinada por um melhor aproveitamento do espaço urbano como pelo custo do solo, mais elevado junto às vias de circulação²⁹. Por essa razão, em zonas de maior centralidade, onde o preço tende naturalmente a subir, as fachadas tornam-se estreitíssimas e as casas assumem a forma de corredor. Na periferia ou em artérias secundárias, inversamente, diminui a tendência para o lote profundo embora prevalecendo o formato rectangular.

É possível detectar em vários núcleos urbanos a existência do lote alongado em que o comprimento excede várias vezes a largura: Braga, Ponte de Lima³⁰, Guimarães³¹, Barcelos³² e Porto³³ confirmam a ideia de que esta era a norma no Norte do País. Coimbra³⁴, Óbidos,³⁵ Caldas da Rainha³⁶, Santarém³⁷, Palmela³⁸ e Évora³⁹ demonstram que não era prática desconhecida em regiões mais a Sul. Entre os muitos exemplos possíveis, veja-se a casa emprazada, em 1524, na Rua do Souto, pelo cabido da Sé de Braga cujo lote contava «d' ancho tres varas de medir e de comprido des a porta da rua ate o dito enxjdo de Jorge Lopes quarenta e cinco varas»⁴⁰.

²⁹ Amélia Aguiar Andrade, "A paisagem urbana medieval portuguesa...", p. 28.

³⁰ Amélia Aguiar Andrade, *Um espaço urbano medieval: Ponte de Lima*, p. 36.

³¹ José Marques, "A Confraria de S. Domingos de Guimarães (1498)", *História*, II Série, I, Porto, Universidade do Porto, 1984, pp. 57-95; Maria da Conceição Falcão Ferreira, *Uma rua de elite...*, p. 235; Maria da Conceição Falcão Ferreira, *Guimarães: "duas vilas, um só povo". Estudo de história urbana (1250-1389)*, vol. II, *O espaço construído*, dissertação de doutoramento apresentada à Universidade do Minho, Braga, 1997, p. 555.

³² Maria da Conceição Falcão Ferreira, "Barcelos, terra de condes...", p. 50.

³³ José Ferrão Afonso, *A rua das Flores...*, p. 46.

³⁴ A análise das propriedades concelhias de 1532 revelou que, em média, o comprimento era duas vezes e meia superior à largura. *Tombo Antigo da Câmara de Coimbra*, introdução, leitura e notas de José Branquinho de Carvalho, Coimbra, Biblioteca Municipal, 1964.

³⁵ Manuela Santos Silva, *Óbidos medieval...*, pp. 102-103.

³⁶ Saul António Gomes, *As Cidades têm uma História: Caldas da Rainha*, Coleção P. H. - Estudos e Documentos, 1994, p. 39.

³⁷ Luís António Santos Nunes Mata, *O hospital do Espírito Santo de Santarém nos finais da Idade Média. Ser, ter e poder*, dissertação de mestrado apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 1999, pp. 49-50.

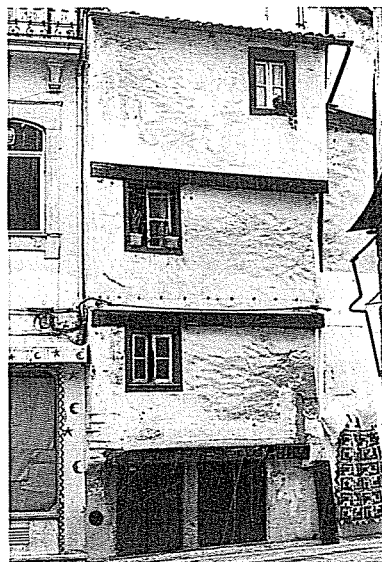
³⁸ Paulo Drumond Braga, "A construção corrente na região de Palmela..." p. 146.

³⁹ Maria Ângela Beirante, *Évora na Idade Média*, p. 123.

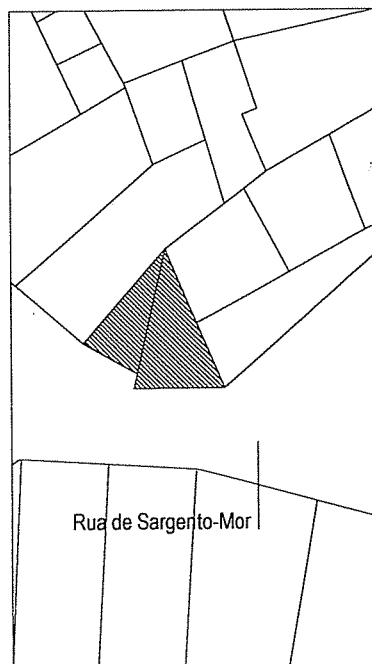
⁴⁰ Rui Maurício, *O Mecenato de D. Diogo de Sousa ...*, p. 51.

É essa, aliás, a morfologia sistematicamente imposta nos núcleos urbanos fundados *ex novo* no decorrer da Idade Média caso de Valença, Caminha, Redondo ou Monsaraz, entre tantos outros, onde a estrutura de loteamento apresenta acentuada regularidade. Em Viana do Castelo, do reinado de D. Afonso III, as parcelas contabilizavam 25 palmos de largo por 80 de comprimento. Em Nisa, vila de fundação Dionisina, registam-se frentes de 6,6 metros por 22 de profundidade.⁴¹

Em Torres Vedras, pelo contrário, detectou-se, em 48,48% dos casos estudados, um formato aproximadamente quadrangular⁴². Sendo a amostragem ainda reduzida preferimos não considerar este caso isolado uma excepção mas antes uma prova de que o lote do tipo corredor, apesar de maioritário, não era o único. De resto, outro tipo de lote deixou marcas profundas na documentação e nos cadastros: aquele que se caracteriza pela irregularidade, normalmente associado a uma implantação de esquina ou gaveto e que encontra a sua explicação no predomínio da via pública sobre o espaço privado. Em Coimbra preservou-se excepcionalmente uma casa tardo medieval que pode neste aspecto servir de paradigma.



Coimbra, Rua de Sargento-Mor.



Coimbra, Rua de Sargento-Mor
Planta de situação.

⁴¹ Manuel C. TEIXEIRA; Margarida VALLA, *O Urbanismo Português, séculos XIII-XVIII, Portugal-Brasil*, Lisboa, Livros Horizonte, 1999, pp. 33 e 35.

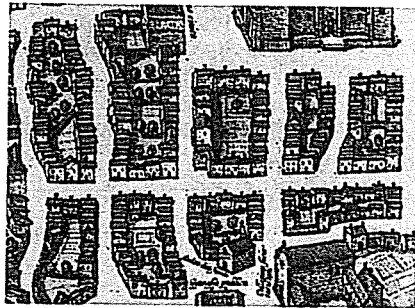
⁴² Ana Maria Rodrigues, *Torres Vedras...*, pp. 153-154.

1. 2. *Espaços por edificar no interior do lote*

Analisar o lote urbano não é o mesmo que analisar a casa que o ocupa. Muito frequentemente, aquele excede o espaço de implantação do imóvel. Se ao nível da largura os valores são em regra coincidentes, a fachada ocupa toda a frente do lote, como tivemos já oportunidade de assinalar, o mesmo não se verifica quanto ao comprimento. A parte posterior era, num elevado número de casos, preenchida por quintais. São os chousos, conchousos, almuinhas, cortinhais, chãos e enxidos tão frequentes na documentação medieval.

Espaços dedicados ao cultivo de produtos hortícolas, plantação de umas quantas árvores de fruto ou criação de animais, aí se situava o poço e se edificavam anexos vários. De uso intenso, a sua privacidade era assegurada por muros de «paredes altas» que os «cerravam sobresj»⁴³. Quase omnipresentes em todo o mundo medieval⁴⁴, para além de assegurarem parte da subsistência quotidiana do homem urbano, assumiam uma importância vital em épocas de escassez, tão frequentes ao longo deste período. Os produtos cultivados ou armazenados permitiam resistir por mais algum tempo às fomes endémicas ou aos cercos inimigos, minimizando os danos. Serviam, além disso, para pagar os foros em espécie de que os ovos e as aves são os exemplos mais frequentes.

Como afirmou Jacques Le Goff, “a desruralização da cidade é um fenómeno do século XIX”⁴⁵. Até essa data e, principalmente ao longo de toda a Idade Média, eram raras as casas que não possuíam hortas ou pomares, celeiros, adegas, palheiros ou currais. Existiam mesmo nas zonas de maior centralidade, onde o solo era um bem escasso e precioso. Encontrámo-los de Norte a Sul do

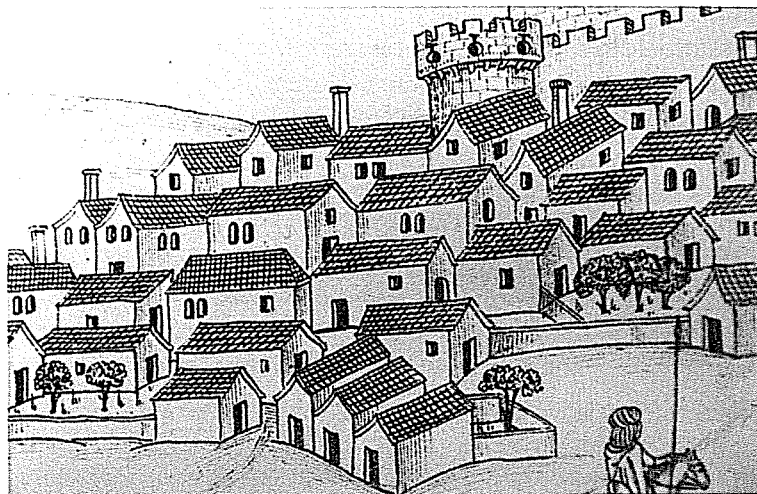


Pormenor da planta de Braga de G. Braun (1594).

⁴³ Rui Maurício, *O Mecenato de D. Diogo de Sousa...*, p. 116.

⁴⁴ Georges Duby (coord.) *História da vida privada*, vol. 2, *Da Europa feudal ao renascimento*, Lisboa, Afrontamento, 1990, p. 440.

⁴⁵ Jacques Le Goff, *Por amor das cidades*, Lisboa, Teorema, 1999, p. 30.



Duarte de Armas, Livro das Fortalezas, 1509.
Pormenor de Almeida.

País⁴⁶, qualquer que fosse a dimensão da cidade. Nem Lisboa escapava à regra⁴⁷. A documentação registou-os nas zonas intra-muros tanto quanto nos arrabaldes, embora aqui a sua dimensão pudesse ser superior. O congestionamento ou a densidade populacional não constitui impedimento à sua existência.

⁴⁶ Iria Gonçalves, "Entre o campo e a cidade na segunda metade do século XIV", *Um olhar sobre a cidade medieval*, Cascais, Patrimonia, 1996, pp. 237-238; Amélia Aguiar Andrade, "A Paisagem Urbana Medieval portuguesa...", p. 29; A. H. de Oliveira Marques, *Portugal na crise dos séculos XIV e XV, Nova História de Portugal*, direcção de Joel Serrão e A. H. de Oliveira Marques, vol. IV, Lisboa, Presença, 1987, pp. 470-471; José Ferrão Afonso, *A rua das Flores...*, p. 49; Maria Teresa Lopes Pereira, *Alcácer do Sal na Idade Média*, dissertação de mestrado apresentada à Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, Lisboa, 1998, p. 88; Manuela Santos Silva, *Óbidos medieval...* p. 102; Manuel Sílvio Alves Conde, *Tomar medieval. O espaço e os homens*, Cascais, Patrimonia, 1996, pp. 136-139; Hermínia Vasconcelos Vilar, *Abrantes medieval, séculos XIV e XV*, Abrantes, Câmara Municipal, 1988, p. 27; *Livro do Almoarifado de Silves (século XV)*, edição de Maria José da Silva Leal e José Garcia Domingues e prefácio de H. Baquero Moreno, Silves, Câmara Municipal, 1984, pp. 30-31; Rita Costa Gomes, *A Guarda medieval...*, p. 71; Fernando Manuel Rodrigues Branco Correia, *Elvas na Idade Média*, dissertação de mestrado apresentada à Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, Lisboa, 1999, p. 354; Maria da Conceição Falcão Ferreira, *Guimarães...*, p. 555; Bernardo de Vasconcelos e Sousa, *A propriedade das albergarias de Évora nos finais da Idade Média*, Lisboa, Instituto Nacional de Investigação Científica-Universidade Nova de Lisboa, 1990, p. 76.

⁴⁷ A. H. de Oliveira Marques, "Depois da Reconquista, a cidade na Baixa Idade Média" *O Livro de Lisboa*, coordenação de Irisalva Moita, Lisboa, 1994, p. 91.

Em Coimbra, multiplicavam-se nas traseiras das casas da Rua da Calçada, a mais importante artéria comercial da cidade⁴⁸. Em Leiria, apesar da exiguidade da Praça de S. Martinho, os moradores das casas envolventes não resistiam a ter o seu quintal⁴⁹. Situação idêntica verificava-se na Praça do Pelourinho, em Santarém⁵⁰.

De dimensões muito variadas, por vezes simples nergas de terra, chegavam nalguns casos a exceder em muito a área residencial. Em Guimarães, uma casa de onze metros de comprimento, prolongava-se nas traseiras noutros dezasseis ocupados pelo enxido⁵¹, outra ainda, na Rua dos Gatos, de oito varas por duas e meia tinha «per detras» um enxido com trinta varas de comprimento por quatro de largura⁵². Estreitos e profundos é a eles que se deve em grande parte o lote corredor. Elucidativo a este respeito é o caso da morada do cônego da Sé do Porto, Gaspar Vilela, onde o enxido, com poço, laranjeiras, ameixeiras e limoeiros totaliza sessenta e seis varas de comprimento por apenas quatro e meia de largo⁵³.

Nalgumas cidades a sua presença é menos acentuada. Em Évora, por exemplo, embora o quintal seja o elemento aditivo mais comum à casa corrente, surgindo tanto na cerca velha como na nova, não parece ter tido uma existência muito marcante, sendo as suas funções em parte supridas pela existência dos grandes espaços verdes que integravam a cerca urbana⁵⁴.

A repartição do lote entre casa e quintal conferia uma duplicidade de imagens à cidade medieval: à densidade de construção sentida ao nível da rua, pelo alinhamento cerrado das habitações, correspondia o espaço não edificado no miolo dos quarteirões⁵⁵.

⁴⁸ Tombo Antigo da Câmara de Coimbra, pp. 20-23.

⁴⁹ Saul António Gomes, "A praça de S. Martinho de Leiria do século XII à reforma de 1546", *Mundo da Arte*, II Série, Jan./Fev./Mar., 1990, p. 62.

⁵⁰ Maria Ângela Beirante, *Santarém medieval*, Lisboa, Universidade Nova de Lisboa, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, 1980, p. 76.

⁵¹ Maria da Conceição Falcão Ferreira, *Uma rua de elite...*, p. 235, nota 86.

⁵² José Marques, "A confraria de S. Domingos...", p. 89.

⁵³ José Ferrão Afonso, *A rua das Flores...*, Anexo I, p. 27. Os dados aí reunidos pelo autor são elucidativos quanto à frequência do lote profundo no Porto quinhentista.

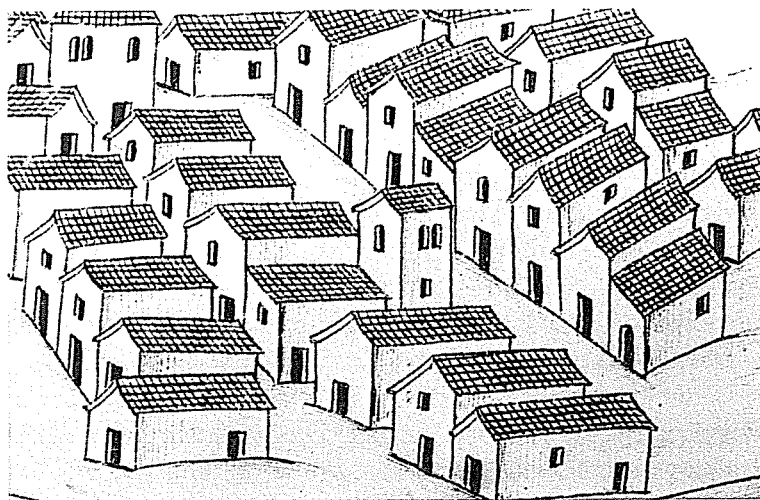
⁵⁴ Maria Ângela Beirante, *Évora na Idade Média*, p. 123 e 127. Bernardo de Vasconcelos e Sousa ao estudar a propriedade urbana das albergarias da mesma cidade encontrou apenas dez quintais para um total de 222 casas. Bernardo de Vasconcelos e Sousa, *A Propriedade das albergarias...*, pp. 66-76.

⁵⁵ Walter Rossa, "A cidade portuguesa", p. 254.

2. A habitação corrente

2.1. Morfologia

Condicionada pela parcela em que se insere, também a casa tende maioritariamente para o formato alongado. Vejamos alguns exemplos: em Guimarães, o estudo comparativo de trinta e cinco casas revelou uma média de 4,4 metros de largura para 9 de comprimento. Contudo, em dez casas da Rua do Castelo a desproporção entre largura e comprimento demonstrou ser muito mais acentuada obtendo-se uma média para as ditas habitações de quatro vezes mais fundas do que largas⁵⁶.



Duarte de Armas, Livro das Fortalezas, 1509.
Pormenor de Mogadouro.

Para Alcácer do Sal, a partir dos dados retirados de documentação de 1512-13, conclui-se que a forma mais comum da casa era aquela em que o comprimento era superior à largura. Em 35% dos casos chegava a atingir o dobro ou o triplo⁵⁷.

⁵⁶ Maria da Conceição Falcão Ferreira, *Uma rua de elite...*, p. 235, nota 87. Segundo a autora, larguras de pouco mais de 3 metros eram vulgares em Guimarães.

⁵⁷ Maria Teresa Lopes Pereira, *Alcácer do Sal ...*, pp. 126-127.

Em Santarém, entre as propriedades do hospital do Espírito Santo, não se registam casas com menos de três côvados de largura (2,10 m). O valor que aparece com algum ascendente, embora não constitua uma maioria, é o dos quatro côvados (2,80 m). Para o comprimento depara-se, por norma, com a medida de oito côvados⁵⁸.

No caso de Coimbra, o tratamento da informação do Tombo Velho do Hospital Real, de 1504⁵⁹, bem como os dados recolhidos no Tombo Antigo da Câmara, de 1532, apontam claramente para uma maioria de casas rectangulares. A *ratio* largura/comprimento é no primeiro caso de 1/1,9, aumentando no segundo para 1/2,5. A dimensão de fachada que ocorre mais frequentemente ronda, em ambos os casos, os 4,5 metros.

Em Lisboa, embora a casa alongada tenha uma expressão visível, não predomina, na opinião de Sílvio Alves Conde, a casa comprida de fachada estreita. Os valores médios encontrados rondam as sete varas de comprimento para uma largura de quatro⁶⁰.

Realidade diferente detecta-se em Tomar onde a maioria de casas se aproxima do quadrado ou, quanto muito, apresenta um comprimento pouco superior à largura, situação também registada em Évora, nas casas do antigo arrabalde da feira, embora nesta cidade o tipo de casa mais representativo, retome o característico formato alongado com uma média de 3,5 metros de largura de fachada para o dobro ou o triplo de comprimento⁶¹.

Pelos exemplos referidos pode concluir-se que a casa tardo-medieval portuguesa se caracteriza por uma fachada estreita, não inferior a dois metros e meio mas raramente superior aos seis metros. O comprimento é, em regra, pelo menos duas vezes superior à largura, com tendência para mais, daí resultando um formato claramente rectangular.

2. 2. Dimensões

Definida a forma, é altura de analisar as dimensões, o que só se torna possível a partir dos finais de quatrocentos, altura em que os registos das pro-

⁵⁸ Luís António Santos Nunes Mata, *O hospital do Espírito Santo...*, p. 49.

⁵⁹ Com base nas medidas apresentadas em quadro por Anísio Miguel de Sousa Saraiva, "A propriedade urbana das confrarias...", pp. 180-184.

⁶⁰ Manuel Sílvio Alves Conde, "Sobre a casa urbana...", p. 249.

⁶¹ Manuel Sílvio Alves Conde, *O Médio Tejo...*, p. 604; Maria Ângela Beirante, *Évora na Idade Média*, p. 124; Maria Ângela Beirante e João J. Alves Dias, "O património da Ordem de Cristo..." p. 68.

priedades passam a integrar as medições, regra geral em varas, a chamada vara de medir pano, embora também surjam em côvados⁶².

Neste ponto não podemos deixar de colocar uma questão que julgamos pertinente: quais os espaços a contabilizar? Devemos entrar apenas em linha de conta com a área de implantação da zona residencial no lote? Ou somar àquela as áreas dos diversos pisos? Sendo a casa medieval plurifuncional e sabendo nós que se a câmara ou quarto servia tão frequentemente de espaço de armazenamento de víveres⁶³ porque não fazer o raciocínio inverso e atribuir aos celeiros funções domésticas? Hipótese ainda mais plausível quando verificamos que o celeiro era tão frequentemente a segunda das duas únicas divisões que compunham a casa. Quanto ao quintal, a importância que desempenhava na vivência do homem medieval era certamente maior que aquela que hoje lhe atribuímos. Aí se levantavam casinhas cuja utilização desconhecemos, aí se construíam múltiplos anexos, aí se edificavam retretes, se faziam despejos, se abasteciam os moradores de água quando existia um poço, aí se passava certamente parte do dia em lazer ou trabalho. Se o que pretendemos é uma análise abrangente do espaço privado de que o homem medieval dispunha nas vilas e cidades portuguesas, a resposta ao problema parece simples: porque não contabilizar as partes, apresentá-las individualmente e somar o todo? Pela razão de que nem a documentação nem a bibliografia consultada se deixam tratar segundo uma mesma metodologia. No primeiro caso, a imprecisão terminológica e o carácter vago dos documentos tornam, por vezes, impossível a reconstituição clara do imóvel. Quanto à bibliografia, os diferentes autores contabilizaram espaços diferentes o que, na ausência da documentação, dificulta sobremaneira um estudo comparativo. Por último, os dados em que se baseiam as várias amostras, numericamente tão diferentes, podem comprometer os resultados. O valor retirado de uma análise de um milhar de casas é, seguramente, mais

⁶² Para a conversão das medidas medievais ao sistema métrico actual utilizamos o artigo de A. H. de Oliveira Marques, "Pesos e Medidas", *Dicionário de História de Portugal*, dir. Joel Serrão, vol. V, Porto, 1989, p. 68, pelo qual a vara corresponde a 1,10 m e o côvado a 0,70 m.

⁶³ Veja-se, a título de exemplo, a câmara do abade do Mosteiro de Seíça, descrita em 1408, onde nas inúmeras arcas existentes se guardava, entre outras coisas, quatro dúzias e meia de pescadas e três milheiros de sardinhas, pescado seco que constituiria certamente uma importante "reserva alimentar ao longo dos meses do ano, sobretudo o Inverno, quando a pesca poderia tornar-se difícil." Maria Alegria Marques, "Bens de dois mosteiros cistercienses no século XV, Santa Maria de Seíça e Santa Maria de Bouro", *Estudos sobre a Ordem de Cister em Portugal*, Lisboa, Colibri-Universidade de Coimbra, 1998, p. 250.

fiável do que aquele que assenta sobre o estudo de duas ou três dezenas de imóveis⁶⁴.

Apesar de tudo elaborámos um quadro com as áreas médias encontradas para as diversas localidades, embora os valores apresentados se circunscrevam normalmente à área de implantação da morada principal.

QUADRO I – Área média por localidade

Localidade	Área média em m ²
Alcácer do Sal ⁶⁵	31 a 50
Alenquer ⁶⁶	44,1
Barcelos ⁶⁷	40
Caldas da Rainha ⁶⁸	50
Castanheira do Ribatejo ⁶⁹	50 a 80
Coimbra ⁷⁰	50,43
Évora ⁷¹	25 a 40
Guimarães ⁷²	50
Lisboa ⁷³	40,2

⁶⁴ Compare-se, a título de exemplo, a representatividade da amostragem feita para Évora por Maria Ângela Beirante, assente em mais de um milhar de registos com a realizada para o património do hospital do Espírito Santo em Miragaia onde a autora dispunha apenas de registos relativos a oito casas. Embora importante, principalmente quando comparada com outros estudos relativos ao Porto, a sua fiabilidade é obrigatoriamente menor. Maria Ângela Beirante, *Évora na Idade Média*, p. 120 e Albertina da Conceição M. Barbosa, "A assistência no Entre Douro e Minho, O hospital do Espírito Santo em Miragaia", *Actas do 2.º Congresso Histórico de Guimarães / D. Afonso Henriques e a sua Época*, Guimarães, Câmara Municipal – Universidade do Minho, 1996, pp. 49.

⁶⁵ Maria Teresa Lopes Pereira, *Alcácer do Sal...* p. 128.

⁶⁶ Manuel Sílvio Alves Conde, "Sobre a casa urbana...", p. 249.

⁶⁷ Maria da Conceição Falcão Ferreira, "Barcelos, terra de condes...", p. 51.

⁶⁸ Saul António Gomes, *As Cidades têm uma História: Caldas da Rainha*, p. 37.

⁶⁹ Valor calculado com base no tomo publicado por Isaiás da Rosa Pereira, "O hospital do Espírito Santo...", pp. 63-77.

⁷⁰ Anísio Miguel de Sousa Saraiva, "A propriedade urbana das confrarias...", p. 168.

⁷¹ Bernardo de Vasconcelos e Sousa, "A propriedade das albergarias...", pp. 74-75; refere que 65,5 % das casas tem uma área que não ultrapassa os 30 m². Maria Ângela Beirante e João J. Alves Dias, "O património urbano da Ordem de Cristo...", p. 69, destacam as casas cujas áreas úteis se situam entre os 30 e os 40 m²; Maria Ângela Beirante, *Évora Medieval*, p. 124.

⁷² José Marques, "A confraria de S. Domingos...", p. 72.

⁷³ Manuel Sílvio Alves Conde, "Sobre a casa urbana...", p. 249.

Localidade	Área média em m ²
Óbidos ⁷⁴	40
Santarém ⁷⁵	20 a 40
Setúbal ⁷⁶	83,6
Tomar ⁷⁷	60
Torres Novas ⁷⁸	51,7
Torres Vedras ⁷⁹	inferior a 50

Não é, de facto, uma casa de grandes dimensões aquela que se obtém a partir da leitura dos dados o que, aliás, segue a tendência de tantos outros países europeus. Os valores recolhidos apontam para áreas situadas entre os 30 e os 50 m².

Vários factores permitem explicar as reduzidas dimensões da casa medieval. Em primeiro lugar, a disponibilidade financeira: o tamanho da habitação é directamente proporcional aos recursos económicos do proprietário/arrendatário. Se a casa corrente é aquela onde preferencialmente reside o vasto grupo de artesãos e pequenos comerciantes, ainda que não exclusivamente, é possível fazer corresponder as pequenas e médias dimensões às igualmente pequenas e médias disponibilidades financeiras. Em segundo lugar, a localização na malha urbana. Diminui nas zonas de maior centralidade, onde o solo é mais caro e a ocupação mais densa, com tendência para aumentar em superfície na periferia.

⁷⁴ Manuela Santos Silva, *Óbidos medieval...*, p. 101.

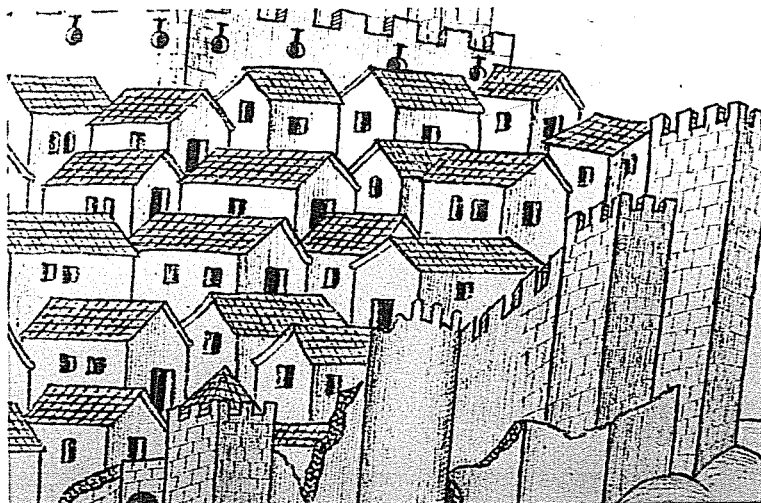
⁷⁵ Valor encontrado para cerca de 52% das casas pertencentes ao hospital do Espírito Santo de Santarém. Chamamos a atenção para o facto de o autor ter contabilizado a área útil ou seja "a superfície real ocupada pelo imóvel, incluindo dependências e espaços anexos". Luís António Santos Nunes Mata, *O hospital do Espírito Santo...*, p. 46. Estes dados podem ser comparados com os recolhidos por Manuela Santos Silva e Sílvio Alves Conde que encontram, para a mesma vila, um valor médio entre os 50 e os 60 m², incluídos aqui todos os pisos. Maria Manuela Tavares dos Santos Silva e Manuel Sílvio Alves Conde, "Recursos económicos de algumas instituições de assistência de Santarém nos finais da Idade Média", *Jornadas de História Medieval 1383-1385 e a Crise Geral dos Séculos XIV e XV*, Lisboa, 1985, pp. 69-98.

⁷⁶ O autor chama a atenção para o facto da "amostragem ser muito pequena e portanto pouco significativa" o que pode em parte justificar um valor tão acima da média encontrada para as restantes localidades. Paulo Drumond Braga, *Setúbal medieval (séculos XIII-XV)*, dissertação de mestrado apresentada à Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, Lisboa, 1991, pp. 69-70.

⁷⁷ Manuel Sílvio Alves Conde, *O Médio Tejo...*, p. 604.

⁷⁸ Manuel Sílvio Alves Conde, *O Médio Tejo...*, p. 604.

⁷⁹ Ana Maria Rodrigues, *Torres Vedras...*, p. 154.



Duarte de Armas, Livro das Fortalezas, 1509.

Pormenor de Castelo Rodrigo com o casario espalhado pela muralha.

A muralha pode também ser apontada como responsável por oscilações ao nível das áreas, consoante a casa se situe dentro ou fora de portas. No primeiro caso, o anel de pedra que rodeia a cidade pode funcionar como um colete de forças obrigando as casas a amontoarem-se e a reduzirem a superfície de solo que ocupam. Fora de muralhas, pelo contrário, onde a pressão urbanística é menor e sem restrições ao crescimento, as casas podem dispor de mais espaço aumentando a área, o número de divisões bem como a extensão dos quintais.

Mas o tamanho da casa decorre também de questões culturais. A noção de conforto é, na Idade Média, um conceito rudimentar. Embora se registre uma evolução significativa com o andar dos tempos, a casa foi durante muito tempo essencialmente tida como um local de refúgio contra as intempéries, contra os outros homens, um local onde se pernoitava. Um espaço unicamente destinado a cobrir funções básicas. Por isso é compartilhado por todos os membros do agregado familiar não se valorizando em demasia a privacidade. Adapta-se a todo o tipo de funções, reduzindo-se ao mínimo a especialização dos compartimentos. O mobiliário é escasso.

Só isso explica que na ausência de condicionalismos económicos e restrições de espaço a casa não aumente significativamente. Fora das muralhas, em localidades que nunca foram cercadas ou em zonas periféricas do tecido urbano a casa continua a ser, por norma, um espaço reduzido. Uma câmara

e uma cozinha respondem ao grosso das exigências funcionais. Mesmo os grandes senhores viviam, adiantada a Idade Média, em casas pequenas quando comparadas com as suas possibilidades. Em 1415, o bispo de Coimbra parece dispôr de apenas três divisões para as funções estritamente residenciais: uma sala grande, uma antecâmara onde tomava as refeições e uma câmara onde, para além do leito, existiam pequenas mesas, arcas «em logo de bancas», e algumas caixas. Todas as outras casas e casinhas registadas no inventário se destinam a armazéns, adegas, celeiros, atafonas e cavalariças⁸⁰. É quase tentador ver no número de dependências anexas o verdadeiro sinal exterior de riqueza, mais do que no espaço efectivamente habitável. Possuir bens exige mais divisões e os locais reservados ao armazenamento, prática a que todos se submetem, são tanto mais numerosos quanto maiores são as possibilidades económicas dos proprietários. O mesmo se verifica nas habitações dos alcaides que, em 1509, Duarte de Armas registou em planta: na sua esmagadora maioria, oscilam entre a divisão única e um máximo de quatro. Como sublinhou Oliveira Marques, só por excepção se encontravam moradias com um número superior de compartimentos. Em todos os casos, porém, os anexos são sempre numerosos, ainda que simples casas térreas cobertas por colmo⁸¹. Mesmo ao nível da grande nobreza, onde o interesse pela habitação e a noção de conforto surge mais cedo, pelo menos a partir da dinastia de Avis, é possível detectar situações semelhantes. O paço que o duque D. Pedro manda edificar em Chaqueda, nas proximidades de Penela, é a este título significativo: um edifício de dois andares, com uma sala grande, antecâmara e alpendre, no piso inferior, uma câmara única no superior. Um eirado contíguo completa a descrição do paço⁸². Descrição, de resto, muito próxima da que Mário Jorge Barroca faz dos anexos residenciais às casas-torres que a pequena e média nobreza faz erguer ao longo da Baixa Idade Média. Edificadas no seio das Honras, onde o espaço abundava e certamente sem limites orçamentais restritivos, não ultrapassavam, ainda assim, os 200 a 240 m², somados os dois pisos, valor que o autor define como um «padrão médio do espaço habitacional da nobreza portuguesa do século XIV.»⁸³

⁸⁰ A. J. Peixinhos Caia, *Pergaminhos avulsos do Arquivo da Universidade de Coimbra 1079-1612*, trabalho curricular realizado no âmbito da disciplina de Paleografia e Diplomática, Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 1989, pp. 54-56.

⁸¹ A. H. de Oliveira Marques, *A sociedade medieval portuguesa*, pp. 72-73.

⁸² Salvador Dias Arnaut, "O Infante D. Pedro Senhor de Penela", *Biblos*, LXIX, Coimbra, Universidade de Coimbra, 1993, p. 179.

⁸³ Mário Jorge Barroca, "Torres, Casas-Torres ou Casas-Fortes...", p. 76.

Casas pequenas constituem, por tudo o que ficou dito, a norma na Idade Média portuguesa. Com maioria de razões para a casa corrente onde todas as justificações apontadas se conjugam nesse sentido.

O que não significa que não existissem excepções, nalguns casos até algo difíceis de explicar, atendendo à profissão do detentor do prazo. De facto, para contornar a escassez de espaço recorria-se, em determinadas situações, ao chamado «assentamento de casas», ou seja, à junção de várias unidades habitacionais que, ainda que sem ligação directa entre si, se encontravam na posse de uma só família ou locatário. Não sendo um dos expedientes mais frequentes, aliás, na dependência directa de recursos económicos consideráveis, deixou marcas na documentação. É o caso de António da Costa que, residindo em 1535 em Santarém, trazia aforadas à igreja do Salvador quatro casas sobradadas, um quintal e três pardiéis, todos eles contíguos⁸⁴. Em Guimarães, nos finais do século XV, era Pero Fernandez, ferreiro, quem trazia aforado um assentamento de casas à confraria de S. Domingos num total de 370 m²⁸⁵. Em Évora, registam-se entre o património que a Ordem de Cristo aforava no arrabalde da feira, com áreas compreendidas entre os 200 e os 300 m²⁸⁶. Em Coimbra, nos finais do século XIV, Álvaro Domingues, carniceiro, pagava catorze libras ao rei por quatro casas de sótão e sobrado localizadas na Madalena⁸⁷.

Outra forma, bem mais frequente, de aumentar a potencialidade residencial da casa passava pela sobreposição de andares, ganhando-se em altura o espaço que tantas vezes escasseava na horizontal. Por esta razão, parece-nos oportuno sistematizar os dados recolhidos relativamente ao crescimento em altura da casa medieval portuguesa.

2.3. A sobreposição de pisos

É sabido como, um pouco por toda a Europa, os prédios urbanos atingiam facilmente os três e quatro pisos, por vezes mais⁸⁸. O alteamento foi,

⁸⁴ Manuela Mendonça, *O Tombo da Igreja do Salvador de Santarém*, Lisboa, Colibri, 1997, pp. 53-56.

⁸⁵ José Marques, "A confraria de S. Domingos...", p. 86.

⁸⁶ Maria Ângela Beirante e João J. Alves Dias, "O património urbano da Ordem de Cristo...", pp. 64-66.

⁸⁷ Torre do Tombo, Núcleo Antigo, 287, *Almoxarifado de Coimbra*, fls. 12-12v.

⁸⁸ Em Paris eram muito frequentes as casas com três pisos não sendo raras as de quatro e cinco. De 1455 data uma referência a um prédio de sete andares. Simone Roux, *La maison dans l'histoire*, Paris, Albin Michel, 1976, p. 157. Em Castela, não faltavam, em vilas e cidades, casas de

por toda a parte, a resposta encontrada para fazer face ao crescimento das cidades.

Será possível estabelecer um paralelo com a realidade portuguesa ?

Reunimos no Quadro II as informações recolhidas em toda a bibliografia e documentação consultada. Embora o tratamento diferenciado dos dados não permita uma exposição metodologicamente coerente pareceu-nos, ainda assim, a melhor opção.

QUADRO II – Número de pisos por localidade

Abrantes	1 e 2 pisos ⁸⁹
Alcácer do Sal	1 e 2 pisos ⁹⁰
Barcelos	2 pisos ⁹¹
Braga	1 e 2 pisos ⁹²
Caldas da Rainha	54,8 % de 1 piso ⁹³
Castanheira do Ribatejo	1 piso ⁹⁴
Castelo de Vide	2 pisos ⁹⁵
Coimbra	2 pisos ⁹⁶
Elvas	2 pisos ⁹⁷
Évora	1 piso ⁹⁸

quatro e cinco pisos. Leopoldo Torres Balbas, "La Edad Media", *Resumen historico del urbanismo en Espana*, Madrid, Instituto de Estudios de Administración Local, 1968, p. 143.

⁸⁹ Hermínia Vasconcelos Vilar, *Abrantes medieval...*, p. 27.

⁹⁰ Maria Teresa Lopes Pereira, *Alcácer do Sal...*, p. 130. Embora conclua por uma maioria de casas de um só piso a autora afirma ser uma maioria tangencial já que para 32 casas térreas encontra 30 sobradadas.

⁹¹ Maria da Conceição Falcão Ferreira, "Barcelos, terra de condes...", p. 48.

⁹² José Marques, "Braga nos finais da Idade Média (subsídios para o seu estudo)", *Braga Medieval*, Braga, 1983, p. 49. Na transição do século XV para o XVI, nas Ruas do Souto e Nova das Ousias predominam as casas de dois andares tendendo-se claramente para a uniformização deste modelo, Rui Maurício, *O Mecenato de D. Diogo de Sousa...*, p. 50 e 73, respectivamente.

⁹³ Saul António Gomes, *As Cidades têm uma História: Caldas da Rainha*, p. 37.

⁹⁴ Isaías da Rosa Pereira, "O hospital do Espírito Santo...", pp. 63-79.

⁹⁵ Diamantino Sanches Trindade, *Castelo de Vide, subsídios para o estudo de arqueologia medieval*, Lisboa, 1979, p. 73. Segundo o autor a Rua Direita e vias que nela desembocavam eram ladeadas na totalidade por edifícios de 2 pisos.

⁹⁶ *Almoarifado de Coimbra*, fls. 12-22 v.; *Tombo Antigo da Câmara de Coimbra*, pp. 6-68.

⁹⁷ Fernando Rodrigues Branco Correia, *Elvas na Idade Média*, p. 350.

⁹⁸ Maria Ângela Beirante, "Espaços públicos nas cidades portuguesas medievais: Santarém e Évora". *A Cidade. Jornadas inter e pluridisciplinares*, Actas II, Lisboa, Universidade Aberta, 1993, pp. 67-79; Maria Ângela Beirante e João J. Alves Dias, "O património urbano da Ordem de Cristo...",

Guarda	2 pisos ⁹⁹
Guimarães	2 pisos com tendência para 3 ¹⁰⁰
Leiria	1 e 2 pisos ¹⁰¹
Lisboa	2 ou mais pisos ¹⁰²
Montemor-o-Novo	1 e 2 pisos ¹⁰³
Óbidos	1 e 2 pisos ¹⁰⁴
Palmela	1 piso ¹⁰⁵
Ponte de Lima	2 pisos ¹⁰⁶
Porto	2 ou mais pisos ¹⁰⁷
Santarém	2 pisos ¹⁰⁸
Setúbal	1 e 2 pisos ¹⁰⁹
Silves	61,53 % de 1 piso, 10,25% de 2 ¹¹⁰

p. 64. Segundo os autores, em 1508, entre as propriedades pertencentes à Ordem de Cristo 72,3% das casas eram de um só piso; Bernardo de Vasconcelos e Sousa, *A propriedade das albergarias...*, pp. 66-67.

⁹⁹ Rita Costa Gomes, *A Guarda medieval...*, p. 71.

¹⁰⁰ Maria da Conceição Falcão Ferreira, *Uma rua de elite...*, p. 223; Maria da Conceição Falcão Ferreira, *Guimarães...*, p. 552. A tendência para erguer um 3.º piso revela-se sobretudo nos espaços mais disputados, caso da Rua de Santa Maria; José Marques, "A confraria de S. Domingos...", p. 72.

¹⁰¹ Segundo Saúl Gomes, pelo menos nas zonas onde a procura era mais intensa, foi necessário recorrer à casa sobradada, caso da Praça de S. Martinho. Saúl Gomes, "A praça de S. Martinho...", p. 62.

¹⁰² A. H. de Oliveira Marques, "Depois da Reconquista...", pp. 90-91; Iria Gonçalves, *O património do Mosteiro de Alcobaça...*, p. 110.

¹⁰³ Jorge Fonseca, *Montemor-o-Novo no século XV*, Montemor-o-Novo, Câmara Municipal, 1998, p. 29. O autor refere apenas que os exemplos retirados da documentação permitem concluir pela existência de casas de um e dois pisos não apontando qual a tendência que prevalece.

¹⁰⁴ Manuela Santos Silva, *Óbidos medieval...*, p. 101.

¹⁰⁵ Paulo Drumond Braga, "A construção corrente na região de Palmela...", p. 144.

¹⁰⁶ Tendência sobretudo sentida nos locais de maior centralidade como a Rua dos Mercadores ou Rua Direita da Sapataria. Amélia Aguiar Andrade, *Um espaço urbano medieval: Ponte de Lima*, p.36.

¹⁰⁷ José Ferrão Afonso, *A rua das Flores...*, p. 46; José Marques, "Património régio na cidade do Porto e seu termo nos finais do século XV", *Revista de História* III, Porto, Universidade do Porto, 1982, pp. 73-97; Albertina da Conceição M. Barbosa, "A assistência no Entre Douro e Minho. O hospital do Espírito Santo...", p. 49.

¹⁰⁸ Manuela Mendonça, *O tombo da igreja do Salvador de Santarém*, p. 25; Manuela Santos Silva e Manuel Silvío Alves Conde, "Recursos económicos de algumas instituições de assistência...", p. 74; Luís António Santos Nunes Mata, *O hospital do Espírito Santo...*, p. 45.

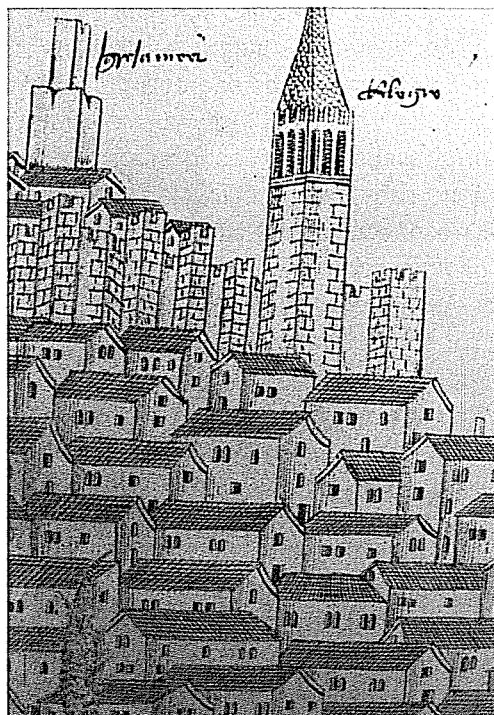
¹⁰⁹ Paulo Drumond Braga, *Setúbal medieval*, pp. 69-70.

¹¹⁰ Maria de Fátima Botão, *Silves. Capital de um reino medievo*, Silves, Câmara Municipal, 1992, pp. 28-29.

Sintra	1 e 2 pisos ¹¹¹
Tomar	56% de 1 piso, 34% de 2 e 10% de 3 ¹¹²
Torres Novas	89% de 1 piso ¹¹³
Torres Vedras	1 e 2 pisos ¹¹⁴

A designação que utilizámos no quadro, de um, dois ou mais pisos não corresponde à forma como a casa é mencionada na documentação medieval.

A casa de um só piso é designada como térrea ou terreira e a casa de dois pisos, ou seja rés-do-chão e primeiro andar, aparece como de sótão¹¹⁵ e sobrado, loja e sobrado. A de três pisos é indicada como de dois sobrados e assim sucessivamente. O termo sobrado correspondia, por isso, nos séculos em análise, aos andares ou pavimentos superiores ao rés-do-chão. A explicação para o termo provém, segundo alguns autores, do material em que eram edificados, a madeira, estando, por isso, sobre na origem de sobrado. Outros, contudo, encontram na posição superior a etimologia da palavra fazendo-a derivar do latim *superatum* > *superare* > *super* > sobre. Uma terceira opinião, embora pouco plausível, interpreta *superare* no sentido de «ir além, exce-



Duarte de Armas,
Livro das Fortalezas, 1509.
Pormenor de Elvas.

¹¹¹ Sérgio Luís Carvalho, *A vila de Sintra nos séculos XIV e XV*, dissertação de mestrado apresentada à Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, Lisboa, 1987, p. 138.

¹¹² Manuel Sílvia Alves Conde, *O Médio Tejo...*, p. 596.

¹¹³ Manuel Sílvia Alves Conde, *O Médio Tejo...*, p. 596.

¹¹⁴ Ana Maria Rodrigues, *Torres Vedras...*, p. 159. Segundo a autora, a diferença entre os dois não deve ser significativa, embora para os séculos XIV e XV, o número de casas térreas pareça ser superior, ao contrário do século XVI, onde a maioria é sobradada.

der» o que se justificaria pelas características da construção medieval em que, muito frequentemente, os andares superiores excediam em área o piso térreo criando uma fachada em ressaltos, várias vezes projectada sobre a rua¹¹⁶.

Os resultados expostos no quadro correspondem sempre a tendências maioritárias, o que significa que outras tipologias estão igualmente presentes em todas as localidades, embora em número reduzido.

Já alertámos por várias vezes para os problemas que a documentação levanta pela falta de rigor dos termos utilizados na descrição dos imóveis. A altura das casas não constitui excepção. Num mesmo tombo aparecem, lado a lado, referências a casa térrea, casa sobradada ou simplesmente casa. Se os dois primeiros casos não deixam margem para dúvidas o mesmo não se pode dizer da designação «casa» ou, como também é frequente, «casas» o que torna a sua identificação ainda mais complexa. Segundo alguns autores o termo casa deverá equivaler a um único piso “omitindo-se o qualificativo por corresponder a uma situação geral”¹¹⁷. Outros, pelo contrário, consideram que “não estando especificado se a casa é chã ou tem sobrado, se deve considerar que tem rés-do-chão e andar”¹¹⁸. Sempre que nos deparámos com essa situação, concretamente na análise do caso de Coimbra, optámos pela primeira hipótese, ou seja, fizemos equivaler a designação «casa» ou «casas» a edifícios terreiros. Não porque nos pareça corresponder à situação mais frequente mas porque a repetição constante das expressões «sótão e sobrado» ou «sobradada», nos levou a crer que a altura dos edifícios era, de todas as características da casa, a mais facilmente assimilada por quem redigia os documentos, provavelmente pelo acréscimo de valor que conferia ao imóvel. Qualquer que seja o critério adoptado, a verdade é que todos estes valores comportam uma certa margem de erro que será tanto maior quanto mais reduzido for o universo da amostragem.

¹¹⁵ Ao contrário dos dias de hoje, na Idade Média o sótão refere-se sempre ao rés-do-chão e nunca a um piso superior resultante do aproveitamento do telhado.

¹¹⁶ Oscar de Pratt, “Sobre a origem e significação da palavra «sobrado»”, *Trabalhos da Academia de Ciências de Portugal*, Primeira Série, tomo II, Coimbra, 1915, pp. 89-91.

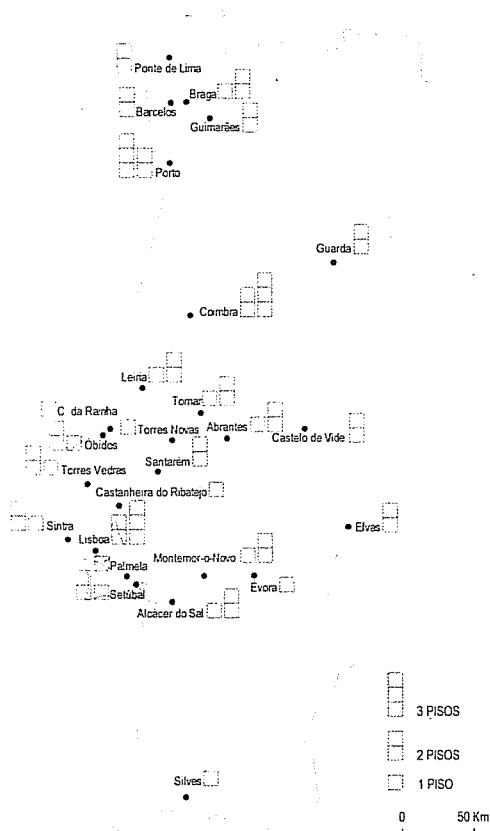
¹¹⁷ Bernardo Vasconcelos e Sousa, *A propriedade das albergarias...*, p. 66.

¹¹⁸ Amélia Aguiar Andrade, *Um espaço urbano medieval, Ponte de Lima*, p. 66, nota 165. A autora defende a aplicação deste raciocínio para as ruas mais densamente ocupadas tendo reservas em fazê-lo para as restantes. Também Ana Maria Rodrigues defende que “por trás do singular «casa» se podiam esconder não poucas lojas. De igual modo o plural «casas» podia encobrir um segundo piso não discriminado porque demasiado comum”. Ana Maria Rodrigues, *Torres Vedras...*, p. 159.

Em todo o caso, a leitura do quadro não oferece margem para dúvidas: de Norte a Sul do país, a casa corrente era, na sua esmagadora maioria, composta por um ou dois pisos¹¹⁹. Se em Évora, Palmela, Torres Novas ou Silves, a casa térrea detém a primazia, em muitas outras vilas e cidades as duas tipologias equivalem-se numericamente. Noutras ainda, como Elvas, Guarda ou Ponte de Lima, a casa de dois pisos torna-se predominante. Esta parece ser, aliás, a tendência que mais se acentua ao longo do século XV e primeiras décadas do século XVI: nas maiores cidades do reino, a casa sobradada adquire uma incontestável hegemonia.

Torna-se comum a prática de sobrepor novos pisos aos já existentes¹²⁰, e os imóveis chegam a atingir, nas zonas de maior centralidade, os três e quatro andares.

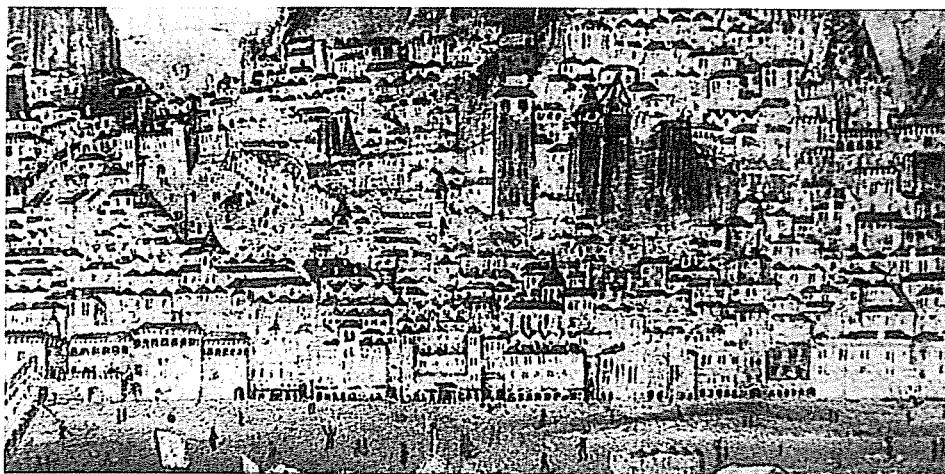
Embora Lisboa se destaque, muitas outras cidades acompanham este fenómeno como é o caso de Guimarães, Porto, Coimbra e Santarém.



Número de pisos por localidade
(tendências maioritárias).

¹¹⁹ Como, aliás, já afirmava A. H. de Oliveira Marques, em 1964, no estudo *A sociedade medieval portuguesa*, p. 67.

¹²⁰ A. H. de Oliveira Marques, *Portugal na crise...*, p. 471; Gérard Pradalié, *Lisboa da Reconquista...*, p. 35; A comparação de inventários quinhentistas com tombos anteriores relativos aos bens da abadia alcobacense, permite concluir que muitos dos imóveis foram elevados pela sobreposição de um ou dois sobrados, fenómeno que se regista com maior incidência em Lisboa. Iria Gonçalves, *O património do Mosteiro de Alcobaça...*, p. 110; Iria Gonçalves, "Aspectos económico-sociais da Lisboa do século XV estudados a partir da propriedade régia", *Um olhar sobre a cidade medieval*, Cascais, Patrimonia, 1996, pp. 11-60, p. 22, Fernando Rodrigues Branco Correia, *Elvas na Idade Média*, p. 350; Jorge Gaspar, "A cidade portuguesa na Idade Média. Aspectos da estrutura física e desenvolvimento funcional", *La ciudad hispanica durante los siglos XIII a XVI*, tomo I, Madrid, Universidad Complutense, 1985, pp. 133-150.



Genealogia do Infante D. Fernando, pormenor da representação de Lisboa.

No caso de Lisboa, constata-se, logo a partir de meados de Duzentos, uma multiplicação de casas sobradadas, embora ainda sobrelevadas pelas de piso único¹²¹. Para a mesma época (1276), surgem as primeiras referências a imóveis de três pisos. Também significativo, é o facto de todos os aforamentos realizados por D. Afonso IV na Judiaria Nova (S. Julião) incidirem sobre casas de sótão e sobrado¹²². Ainda assim, o predomínio continua a pertencer à casa térrea.

O rápido crescimento da capital do reino, no decorrer dos últimos séculos da Idade Média, levou a que a construção em altura se tornasse cada vez mais frequente. Evolução que permite a Gomes Eanes da Zurara, em pleno século XV, escrever sobre «as grandes alturas das casas que se vão ao céu»¹²³ certamente as mesmas que causam a admiração de Hieronymus Munzer, médico alemão que, em 1494, visita Lisboa¹²⁴. Nalgumas artérias chegavam a constituir a norma, caso da Rua Nova descrita, em 1552, por João Brandão como

¹²¹ Gérard Pradalié, *Lisboa da Reconquista...*, p. 36.

¹²² Jorge Gaspar, "A cidade portuguesa na Idade Média...", p. 144-146. Embora sem indicar a fonte, o autor refere dois documentos de 1276 pelos quais se conclui da existência de casas de três pisos.

¹²³ Gomes Eanes da Zurara, *Crónica de Guiné*, introdução e notas de José de Bragança, Civilização, [s.d.], p. 18.

¹²⁴ A. H. de Oliveira Marques, "Depois da Reconquista...", p. 91.

tendo «de cada face da rua quarenta e cinco casas de moradas, todas de três e quatro sobrados, de uma e outra banda»¹²⁵.

Mas, como já foi sublinhado, a Rua Nova foi «sem contestação a mais excelente artéria da Lisboa medieval e quinhentista»¹²⁶. A ela se referia D. Afonso V como a «milhor e mais príncipall da dicta çidade...», merecendo também uma especial atenção por parte dos monarcas seguintes, D. João II e D. Manuel¹²⁷.

Até que ponto poderemos generalizar o exemplo citado a toda a cidade de Lisboa? Em 1551, Cristovão Rodrigues de Oliveira afirmava que das dez mil casas de Lisboa «... as mais casas são de dois, três, quatro e cinco sobrados»¹²⁸.

À semelhança do que constatámos para outras cidades portuguesas¹²⁹, e com maioria de razão para Lisboa, não temos dúvidas que as casas de dois pisos se espalhavam de forma quase uniforme em toda a extensão da área urbana. Só assim se compreende que em 1502, D. Manuel ordene o derrube de «...todolos Balcons e sacadas de **totalas ruas** desta cidade...»¹³⁰. As de três pisos teriam ainda uma expressão bem significativa¹³¹. Quanto a casas mais altas, de quatro ou cinco sobrados, os dados apontam para uma clara concentração junto às principais áreas comerciais onde a densidade populacional tornava a procura de espaço superior à oferta, caso das freguesias da Madalena, S. Julião e S. Nicolau¹³².

O facto de Lisboa ser uma grande cidade, aliás a única a nível nacional e cuja distância face aos restantes centros urbanos não cessará de aumentar,

¹²⁵ João Brandão (de Buarcos), *Grandeza e abastança de Lisboa em 1552*, Lisboa, Livros Horizonte, 1990, p. 97.

¹²⁶ Iria Gonçalves, "Uma realização urbanística medieval: o calcetamento da Rua Nova de Lisboa", *Um olhar sobre a cidade medieval*, Cascais, Patrimonia, 1996, p. 122. Sobre a Rua Nova veja-se, da mesma autora e na mesma colectânea, "Na Ribeira de Lisboa em finais da Idade Média", pp. 61-75 e "Aspectos económico-sociais da Lisboa do século XV...", pp. 11-60.

¹²⁷ Iria Gonçalves, "Uma realização urbanística medieval...", pp. 117-137; Helder Alexandre Carita Silvestre, *Lisboa Manuelina e a formação de modelos urbanísticos da época moderna (1495-1521)* dissertação de mestrado apresentada à Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, Lisboa, 1998, pp. 44-46.

¹²⁸ Cristovão Rodrigues de Oliveira, *Lisboa em 1551. Sumário*, apresentação e notas de José da Felicidade Alves, Lisboa, Livros Horizonte, 1987, p. 101.

¹²⁹ Caso de Coimbra quer em 1395 quer em 1532. *Almoxarifado de Coimbra*, fls 12 a 22v e *Tombo Antigo da Câmara de Coimbra*, pp. 6-68.

¹³⁰ Helder Alexandre Carita Silvestre, *Lisboa Manuelina...*, p. 149.

¹³¹ Manuel Sílvia Alves Conde, *Sobre a casa urbana...*, p. 247. Na nota 31, o autor situa-as preferencialmente nas zonas de Santa Justa, S. Cristovão, S. Mamede, Sé e S. Lourenço.

¹³² A. H. de Oliveira Marques, "Depois da Reconquista...", p. 91.

pode justificar esta opção pelo crescimento em altura. Contudo, embora em menor escala, a tendência para a casa em dois ou mais níveis é claramente detectável em outras cidades medievais portuguesas.

Em Guimarães, casas sobradadas constituem a maioria ainda que não ultrapassem, até finais do século XIV, a altura máxima de três pisos¹³³.

Panorama idêntico ao do Porto onde, nalgumas zonas mais ricas e apetecíveis, se constata inclusivamente uma total ausência de referências a casas térreas, de que a Rua Nova é o exemplo mais significativo¹³⁴. Tal como a sua homónima de Lisboa, também aqui poderíamos estar perante uma excepção urbanística até pelo patrocínio régio que a caracterizou¹³⁵. Contudo, as notícias a casas sobradadas de dois e três pisos são de tal forma abundantes para outras zonas da cidade que não temos dúvidas em considerá-las maioritárias¹³⁶. Já em finais de Trezentos, Domingos Martins e sua mulher Eynes Apariço, moradores no Porto, pediam à câmara que lhes emprazasse de novo em três vidas uma casa «pera poder em ella fazer e alçar casa de sobrados por que era baixa». A resposta do concelho é elucidativa: que «façom em el casas de quantos sobrados lhjs prouuer». A construção em pisos parece, de resto, fazer parte da política de valorização do património camarário pois, no mesmo ano de 1391, empraza a Bernal Mateus, ourives, um terreno junto ao muro da cidade para que faça casas de um sobrado «e mais se vos prouuer». ¹³⁷

A propósito destes exemplos é de referir que, à semelhança do que se constata para Castela medieval¹³⁸, também em Portugal não parece ter existido qualquer disposição legal limitando a altura dos edifícios. Nas Ordenações Manuelinas, o número de andares é deixado ao critério do proprietário: «Item qualquer que teuer casas, ou casa, pode nellas fazer eirado com peitoril, e janelas, e frestas, e portaes, quantos elle quiser, e **alçar-se quanto quiser**»¹³⁹.

¹³³ Maria da Conceição Falcão Ferreira, *Guimarães...*, p. 553.

¹³⁴ José Marques, "Património régio na cidade do Porto...", pp. 80-81

¹³⁵ Luís Carlos Amaral e Luís Miguel Duarte, "Os homens que pagaram a Rua Nova (fiscalidade, sociedade e ordenamento territorial no Porto quatrocentista)", *Revista de História*, VI, Porto, Universidade do Porto, 1985, pp. 7-96.

¹³⁶ José Ferrão Afonso, *A rua das Flores...*, p. 46.

¹³⁷ "Vereações". *Anos de 1390-1395. O mais antigo dos Livros de Vereações do Município do Porto existentes no seu Arquivo*, comentários e notas de A. Magalhães Basto, Porto, Câmara Municipal, 1937, p. 85 e 117.

¹³⁸ María del Carmen Carle, "La casa en la Edad Media Castellana", *Cuadernos de Historia de España*, LXVII-LXVIII, Buenos Aires, 1982, p. 187.

¹³⁹ *Ordenações Manuelinas Livro I*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 1984, p. 350.

Continuando a passar em revista alguns dos principais centros urbanos do país, o caso de Coimbra parece-nos elucidativo a diversos níveis. Desde logo porque comprova que a escassez de estudos nesta matéria pode induzir alguma margem de erro nas conclusões. Anísio Saraiva, ao estudar a propriedade urbana das confrarias e hospitais de Coimbra, em 1504, deparou-se com 51,61% de casas de um só piso para 48,39% de casas sobradadas, valores que levaram o autor a inclinar-se para uma maioria de casas térreas. Nas duas amostragens que realizamos para a mesma cidade os resultados apontam uma tendência contrária. Das propriedades que o rei detinha em Coimbra, em 1395, 60,9% eram compostas por sótão e sobrado sendo os restantes 39,8% relativos a «casas» ou «casas térreas». A desproporção entre as duas tipologias aumenta consideravelmente para o património camarário de 1532: 73% de casas sobradadas para 27% de casas térreas. Importa ainda referir que, no século XVI, dentro das casas sobradadas, a que ocorre mais frequentemente é a de três pisos, sobrelevando claramente a de sótão e sobrado¹⁴⁰. Mais significativa ainda é a constatação que 20% da amostragem é composta por casas de três, quatro e cinco sobrados, ou de quatro a seis pisos, para usarmos a terminologia actual.

Em Santarém, avultam as casas sobradadas de dois pisos sendo mais raras as de três. O tombo do hospital do Espírito Santo, executado em 1500, revela uma relação de 61% de casas de sobrado para 15% de térreas. Mesmo que os restantes 24%, em que a tipologia não é mencionada, se integrassem na classe do piso único, o resultado continuava a ser favorável à casa sobradada¹⁴¹.

A propósito das propriedades urbanas do hospital do Espírito Santo de Santarém convém fazer uma ressalva que parece adaptar-se a todas as outras cidades e vilas tardo-medievais analisadas e que já esboçamos para Lisboa: o alteamento dos imóveis é tanto mais significativo quanto maior é o seu valor locativo. O facto do grosso das casas pertencentes ao hospital se situarem no coração da urbe explica, em parte, a opção pelo crescimento em altura.

O poder atractivo dos centros económicos e/ou de decisão político-administrativa, a que normalmente se alia o prestígio social, determinam uma maior

¹⁴⁰ Já em 1451 a construção de casas de três pisos deveria ser relativamente frequente como se depreende do aforamento de uma casa na Rua da Calçada a João Álvares sob condição de aí fazer casa de dois sobrados como as do seu vizinho João Afonso Mayo. João Correia Aires de Campos, *Índice Chronologico dos Pergaminhos e Forais existentes no Archivo da Camara Municipal de Coimbra*, Coimbra, Imprensa Litteraria, 1875, p. 39, doc. LXXII.

¹⁴¹ Luís António Santos Nunes Mata, *O hospital do Espírito Santo...*, p. 45.

procura que naturalmente encarece o valor do solo. Mais caro e escasso, torna-se necessário rentabilizar o lote sobrepondo-se um ou mais pisos aos já existentes. Verificámo-lo em Lisboa, nas freguesias da Madalena, S. Julião ou Santo Estevão, como verificamos para a Rua de Santa Maria, em Guimarães, Rua Nova, no Porto, Rua da Calçada, em Coimbra ou freguesia de Marvila, em Santarém. É sempre nas zonas de maior concentração populacional, em torno dos principais edifícios civis e religiosos, ao longo das artérias de maior vocação comercial, das ribeiras e portos e dos mais importantes eixos estruturadores da malha urbana que a casa de vários pisos adquire verdadeira hegemonia¹⁴².

Inversamente, em zonas marginais ou secundárias, bem como nas pequenas cidades e vilas, onde o congestionamento é menor ou mesmo inexistente, a casa corrente retoma a sua feição característica de um, no máximo dois pisos¹⁴³.

Castanheira do Ribatejo (Concelho de Vila Franca de Xira), vila de pequenas dimensões, embora com câmara e pelourinho ao tempo de D. Manuel, é sem dúvida um exemplo sugestivo. Pelo Tombo de 1508, já várias vezes citado, verifica-se que a quase totalidade das habitações é de um só piso. Em Castanheira, quando se torna necessário aumentar a casa de morada, esse crescimento faz-se no sentido horizontal. Das vinte e quatro casas analisadas, dezanove são térreas e quatro só parcialmente são sobradadas, normalmente numa só divisão¹⁴⁴. O único edifício totalmente sobradado é o próprio hospital cuja função lhe confere um carácter excepcional, afastando-o da tipologia da

¹⁴² Amélia Aguiar Andrade, "A Paisagem urbana medieval portuguesa...", pp. 32-33; Manuel Sílvio Alves Conde, *O Médio Tejo...*, p. 597-598. A mesma relação entre a localização central e o alteamento dos edifícios pode ser encontrado em Óbidos, Manuela Santos Silva, *Óbidos medieval...*, p. 101; em Barcelos, concretamente na praça da vila e na Rua de Santa Maria, Maria da Conceição Falcão Ferreira, "Barcelos, terra de condess...", p. 48; em Ponte de Lima nas Ruas dos Mercadores ou Direita da Sapataria, Amélia Aguiar Andrade, *Um espaço urbano medieval: Ponte de Lima*, p. 36; em Torres Vedras, entre o palácio real e os açougues ou junto ao pelourinho, Ana Maria Rodrigues, *Torres Vedras...*, p. 161, a pressão imobiliária terá tido o mesmo efeito em Elvas, Fernando Rodrigues Branco Correia, *Elvas na Idade Média*, p. 350.

¹⁴³ É o que se constata para Guimarães. "Enquanto que nas ruas mais baratas como a do Castelo, Infesta, do Gado e outras, se manteve frequente a notícia de habitações de um só piso, na Rua Sapateira grande parte eram já de dois andares, tal como sucedeu na Rua dos Mercadores, na Rua Nova do Muro ou na Rua de S. Tiago", Maria da Conceição Falcão Ferreira, *Uma rua de elite...*, p. 223, nota 27.

¹⁴⁴ "...casa diamteyra e parede meos hua adegã e defronte da casa diamteyra asy como entram hua cozinha com hu quintall e hu alpendre e em cyma dadegua hua camara sobradada". Isaías da Rosa Pereira, "O hospital do Espírito Santo...", p. 70.

casa corrente, o que é, de resto, corroborado pelo texto que o refere como «casa grande»¹⁴⁵. A dimensão das casas, com áreas que oscilam entre os 50 e os 80 m², bem como o número de quintais anexos registados, alguns de grandes dimensões¹⁴⁶, corroboram a ideia de que o espaço não era, neste caso, um bem raro ou demasiado caro.

Nem sempre, porém, o alteamento das construções medievais é resposta directa à exiguidade do espaço disponível. Iria Gonçalves problematizou muito recentemente esta questão colocando a tónica em diversas excepções¹⁴⁷. De facto, alguns exemplos obrigam a matizar a correspondência directa entre congestionamento e crescimento em altura. Em Coimbra encontra-se, em 1504, um prédio de três andares junto à porta do Castelo¹⁴⁸, local que temos as maiores dúvidas em classificar como central ou congestionado. Toda a vertente oriental da Alta sofria, desde há muito, de um progressivo abandono populacional que nem mesmo as medidas excepcionais dos monarcas, concedendo isenções e privilégios a todos os que aí quisessem residir, conseguiam evitar. Castelo e Paço da Alcáçova, os dois grandes edifícios que pelas suas funções e prestígio poderiam ainda exercer alguma força de atracção, encontravam-se à época decadentes. O primeiro desprovido de importância estratégico-militar, funcionava como prisão, o segundo, destruído a acreditar nas palavras de Damião de Góis¹⁴⁹, só a partir de 1517 sofreria uma profunda renovação por ordem de D. Manuel. O estado de ruína do quase contíguo Estudo Dionisino e a abundância de chãos no mesmo local constituem outras tantas provas do relativo abandono da parte oriental da colina.

Como explicar então o recurso ao alteamento dos imóveis? Estará essa opção relacionada com as influências culturais que, vindas do Norte da Europa, se faziam então sentir um pouco por todo o país? É apenas uma hipótese.

À parte as excepções, o casario das cidades medievais portuguesas era relativamente baixo, comportando, por norma, um ou dois andares, circunscrevendo-se os edifícios de três, quatro ou cinco pisos às chamadas «zonas quentes». Mas mesmo nestes casos torna-se necessário fazer uma ressalva: o dimi-

¹⁴⁵ 80 m² em cada piso, 160 no total, o que tendo em conta os valores médios da habitação medieval, bastante inferiores, o tornam de facto uma casa grande.

¹⁴⁶ Das 24 casas, 9 possuem quintal anexo com dimensões que oscilam entre os 18 e os 80 m².

¹⁴⁷ Questão debatida no Ciclo de Conferências *Morar. Tipologia, funções e quotidianos da habitação medieval*, Universidade Nova de Lisboa, Fevereiro e Março de 2000.

¹⁴⁸ Anísio Miguel de Sousa Saraiva, "A propriedade urbana das confrarias...", pp. 175-176.

¹⁴⁹ Damião de Góis, *Crónica do Felicíssimo Rei D. Manuel*, vol. IV, Coimbra, Universidade de Coimbra, 1955, p. 233.

nuto pé direito da casa medieval determinava uma altura total muito inferior à que estamos actualmente habituados.

Em França uma casa térrea oscilava entre os 3 e 3,5 metros de altura. Uma casa de dois pisos teria em média mais 2,70 a 3 metros¹⁵⁰. Para Portugal a documentação é, a este respeito, particularmente omissa. A carta regimento que, em 1498, regulamentava a construção de cerca de meia centena de casas, compostas por botica e sobrado para a Ribeira de Lisboa, estipulava a altura do alçado em 7,7 metros de altura¹⁵¹ valor, aliás, muito próximo do que foi encontrado para casas da mesma tipologia em Castelo de Vide. Aqui,



uma casa terreira não excedia, por norma, os 3 metros¹⁵². Sílvio Alves Conde propõe cifras mais baixas: 2 a 3 metros para casas de piso único, cerca de 4 metros para as de dois pisos¹⁵³. Pelo nosso lado, optámos por medir dois dos mais significativos edifícios conservados em Coimbra: um prédio de quatro andares na Rua do Sargento-mor e uma casa de dois pisos, na travessa da Rua Velha. O primeiro com aproximadamente 10,7 metros de altura, o segundo com cerca de 5,5 metros¹⁵⁴.

Coimbra, Travessa da Rua Velha.

¹⁵⁰ Georges Duby (coord.), *História da Vida Privada...*, p. 460.

¹⁵¹ Helder Alexandre Carita Silvestre, *Lisboa Manuelina...*, p. 42.

¹⁵² Diamantino Sanches Trindade, *Castelo de Vide...*, p. 73.

¹⁵³ Manuel Sílvio Alves Conde, *O Médio Tejo...*, p. 606.

¹⁵⁴ Não sendo possível medir a altura do telhado, os valores apresentados para ambas as casas de Coimbra limitam-se à altura da fachada. Já para Lisboa e Castelo de Vide os 7,7 e 8 metros encontrados parecem corresponder à altura total do alçado.

2.4. Caracterização exterior

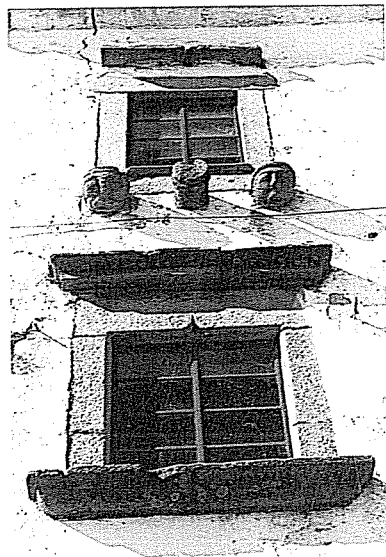
Se tentássemos reconstituir uma frente de rua com os dados recolhidos até ao momento pouco mais teríamos que casas de fachada estreita, de um sobradado, encostadas ilharga contra ilharga. No entanto, conjugando dados dispersos e vagos, torna-se possível ensaiar uma descrição mais precisa do que seria o exterior da casa corrente.

Em primeiro lugar, uma arquitectura de soluções pobres, sem particularidades dignas de registo.

A casa comum é essencialmente uma construção de carácter estritamente funcional onde raras vezes tem lugar o supérfluo. Esporadicamente surge um pequeno pormenor decorativo envolvendo as janelas ou o portal, indicador precioso de uma época mas também de algum desafogo económico, de estatuto social.

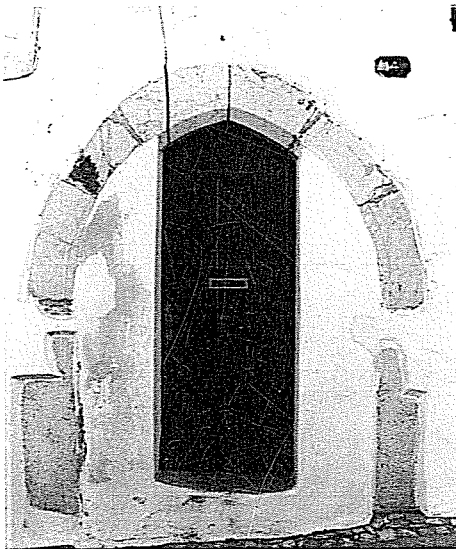
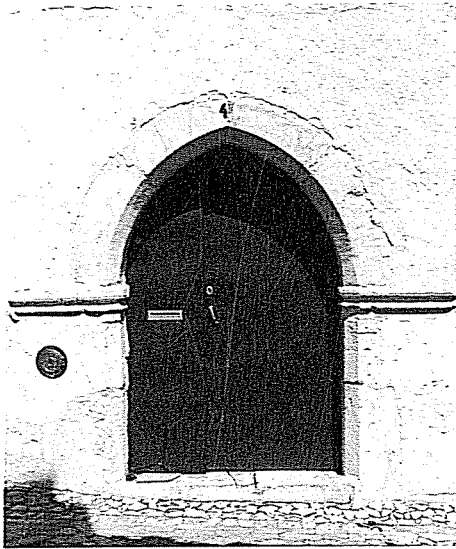
A porta ou portal é muito frequentemente a única abertura do andar inferior. As janelas reduzem-se ao mínimo indispensável e reservam-se, sobretudo, para o sobrado sem dúvida como forma de controlar a temperatura interior mas também por questões de segurança.

A porta é sempre reforçada com ferrolhos e fechaduras. Nalgumas descrições surgem quase de forma obsessiva. Em 1416 é feito um inventário dos bens do bispado de Coimbra, que por morte do bispo D. Gil, são entregues ao cabido da Sé¹⁵⁵. O paço episcopal, descrito no corpo do documento, embora não se integre no âmbito do presente trabalho, fornece algumas pistas sobre hábitos e costumes que deveriam ser comuns a toda a sociedade urbana. Mais do que o paço propriamente dito interessa-nos, de momento, a preocupação com a segurança de todos os anexos arrolados. Cavalariças, celeiros, palheiros, atafona e adegas são sempre referidos como «fechados com suas fechaduras e ferrolhos». Nem mesmo os bens do bispo estavam a salvo como o prova a



Miranda do Douro,
pormenor de casa quinhentista.

¹⁵⁵ A. J. Peixinhos Caia, *Pergaminhos avulsos...*, pp. 54-56.



casa sobre as covas sem portas «porque diziam que as furtaram». Inúmeras outras referências que apontam no mesmo sentido, podem ser encontradas nos textos das visitas da Ordem de Cristo realizadas entre 1507 e 1510: «poerlhe boõas portas fortes e novas», «e se ponham aldrabas nas janellas e ferrolhos e aldrabas nas portas» ou «a todollos portaaes e janellas se faram suas portas novas e bem feitas e fechadas com seus ferrolhos, fechaduras, e chaves e suas aldrabas honde cumprir» são apenas alguns dos exemplos mais sugestivos¹⁵⁶. Também para Barcelos se encontram abundantes notícias de portais de madeira e fechaduras de ferro, deixando perceber a mesma preocupação com a segurança das casas¹⁵⁷. À semelhança do que Georges Duby constatou para a França medieval, também em Portugal o “espaço privado era um espaço defendido”¹⁵⁸.

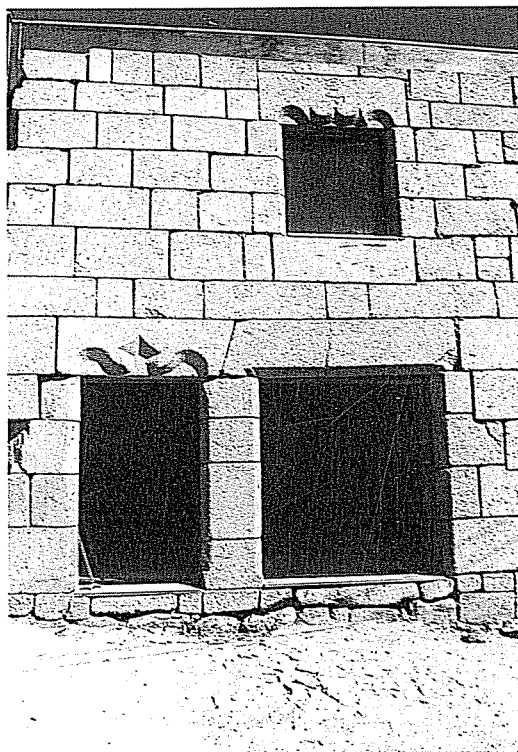
Estremoz, Rua da Calçada da Frandina.

¹⁵⁶ Pedro Dias, *Visitações da Ordem de Cristo de 1507 a 1510. Aspectos artísticos*, Coimbra, Universidade de Coimbra, 1979, p. 86, 116 e 127-128.

¹⁵⁷ Segurança que se estendia mesmo ao interior das casas como exemplifica a “camara fechada sobre si com uma caravelha de ferro e com sua chave”, Maria da Conceição Falcão Ferreira, “Barcelos terra de condes...”, pp. 49-50.

¹⁵⁸ Georges Duby (coord.), *História da vida privada*, p. 193. Também Jacques Le Goff afirma que “marcante na Idade Média é a defesa da casa, sobretudo da casa urbana. Os cidadãos têm o cuidado de se fechar à chave” Jacques Le Goff, *Por amor das cidades*, pp. 73-74.

A multiplicação de portais, numa mesma casa, ocorre nalgumas situações normalmente permitindo acessos diferentes aos vários pisos. Uma entrada directa para a loja ou botica do rés-do-chão, outra por onde se acede ao sobrado, zona residencial por excelência. É o caso de um imóvel no Porto, junto aos Paços da cidade, composto por loja e dois sobrados com «huma porta para serventia da escadinha e por diante tem huma porta de pedra ...»¹⁵⁹. Na documentação de finais de Trezentos, relativa à propriedade régia em Coimbra são abundantes as descrições de «três portais de casas» ou «dois portais de casas sotãos e sobrados» aforadas a sapateiros, «marçeiros» ou ferreiros o que reforça a associação com a actividade comercial/artesanal normalmente desenvolvida no piso térreo¹⁶⁰.



Marialva. Casa quinhentista, actualmente transformada em Posto de Turismo.

Noutros casos, o número de portais deve-se à maior largueza de espaço, ao poder económico do proprietário/arrendatário, afirmando o prestígio social do ocupante¹⁶¹.

O acesso ao sobrado podia igualmente fazer-se por uma escada exterior, roubando algum espaço à rua e dificultando a circulação. Por isso, em 1391, a reconstrução de uma casa com escada exterior, em que morava Vasco Doniz, trapeiro, junto à Sé do Porto é sujeita a inspecção camarária. A decisão dos oficiais é favorável com base no argumento «que sempre a dita escaada estivera de fora da dita casa e nom Enbargaua o Resy...»¹⁶².

¹⁵⁹ José Ferrão Afonso, *A rua das Flores...*, p. 48. Embora a descrição seja de 1564 refere-se a uma casa bastante antiga.

¹⁶⁰ *Almoxarifado de Coimbra*, fls. 12-22v.

¹⁶¹ Rita Costa Gomes, *A Guarda medieval...*, p. 68.

¹⁶² *"Vereações". Anos de 1390-1395...*, p. 58.

Algumas passagens do Tombo da Igreja do Salvador de Santarém parecem apontar no mesmo sentido como a descrição de uma casa com «huun portall na logia e outro portall d'escada»¹⁶³. Na Guarda subsiste ainda um exemplar quinhentista, no bairro da Judiaria, não existindo, contudo, menções a casas deste tipo para épocas anteriores¹⁶⁴.

A acreditarmos nos desenhos de Duarte de Armas, de 1509, a tipologia da casa com escada exterior seria excepcionalmente rara. De facto, entre as cinquenta e sete vistas de povoações surge uma única vez, em Vinhais¹⁶⁵. Pensamos, contudo, que tal facto se deve mais ao carácter estereotipado com que Duarte de Armas representa o casario do que à constatação de uma realidade. Nesse sentido apontam inúmeros vestígios materiais.

Continuando a análise do exterior da casa corrente, não podemos deixar de referir um outro elemento comum: o alpendre que, à semelhança do andar térreo, era tantas vezes associado à actividade comercial como local de venda das mais diversas mercadorias. A sua função é claramente expressa na documentação caso do edifício aforado pela câmara de Braga a João Vaz, ferrador, mediante o compromisso de «fazer huu alpendre posto em forcas de pao ou em esteos de pedra pera aver de lavrar em elle de seu officio»¹⁶⁶. Encontramo-los em Barcelos, Guimarães, Guarda, Porto, Óbidos, Tomar, Évora, enfim um pouco por todo o país¹⁶⁷. Nalguns casos de grandes dimensões como o de Rodrigo Afonso, pescador e morador em Castanheira do Ribatejo com cerca de 20 m², valor tanto mais significativo se pensarmos que a casa não chegava a atingir os 60 m².

¹⁶³ Manuela Mendonça, *O tombo da igreja do Salvador...*, p. 82.

¹⁶⁴ Rita Costa Gomes, *A Guarda medieval...*, pp. 76-77.

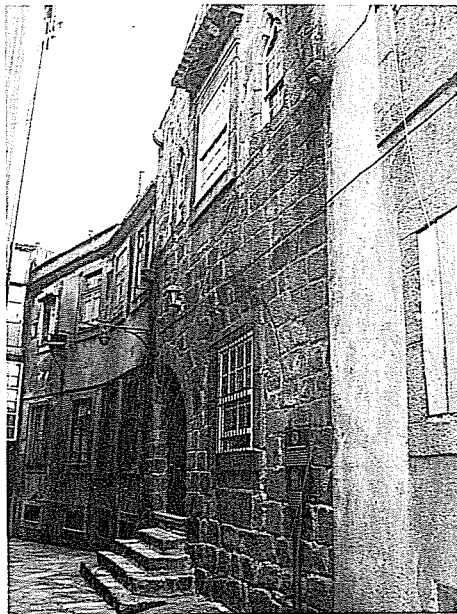
¹⁶⁵ Duarte de Armas, *Livro das Fortalezas*, intr. de Manuel da Silva Castelo Branco, Lisboa, Arquivo Nacional da Torre do Tombo-Edições Inapa, 1997. Embora o objectivo principal de Duarte de Armas se prendesse com o estado de conservação das fortalezas da zona fronteiriça do reino, a forma sistemática como representa o casario das mais diversas povoações, constitui, no âmbito deste trabalho, uma importantíssima fonte de informação, desde que utilizada com as devidas precauções.

¹⁶⁶ Rui Maurício, *O Mecenato de D. Diogo de Sousa...*, p. 109, nota 23.

¹⁶⁷ Maria da Conceição Falcão Ferreira, "Barcelos terra de condes...", p. 76; Maria da Conceição Falcão Ferreira, "Um percurso por Guimarães medieval no século XV", *Patrimonia, Identidade, Ciências Sociais e Fruição Cultural*, 1, Out. 1996, p. 16; Rita Costa Gomes, *A Guarda medieval...*, p. 203; José Marques, "Património régio na cidade do Porto...", pp. 80-81; Luís Carlos Amaral, "Subsídios documentais para o estudo da propriedade imobiliária no concelho do Porto no período medieval", separata do *Boletim da Câmara Municipal do Porto*, 2.^a série, 5-6, Porto, 1987/88, p. 110; Manuela Santos Silva, *Óbidos medieval...*, p. 103; Manuel Silvio Alves Conde, *O Médio Tejo...*, p. 599; Maria Ângela Beirante, *Évora na Idade Média*, p. 124.



Porto, Travessa da Rua de Baixo.



Porto, Casa do Beco dos Redemoinhos.
Originalmente apresentava duas portas
e quatro janelas góticas.



Guarda, Judiaria.



Duarte de Armas, Livro das Fortalezas, 1509.
Pormenor de Vinhais.

Embora menos comum, algumas casas sobradadas dispunham no nível térreo de uma arcada sobre a qual assentavam parcialmente os pisos superiores. Esta tipologia, a que Ângela Beirante chamou "burguês de importação"¹⁶⁸, andava normalmente associada a ricos mercadores e burgueses prósperos, constituindo o tipo mais qualificado da casa corrente. Arcos, esteios ou colunas criavam uma galeria protegida do sol e da chuva, ideal para transacções comerciais. Por isso, a sua presença regista-se, do século XIV¹⁶⁹ em diante, nas mais movimentadas artérias e praças de algumas cidades portuguesas. No Porto, em 1510, Diogo Bustamante tinha as suas casas na Rua da Lada assentes «em quatro esteios»; na Rua Chã, é Pedro Rodrigues que, em 1534, aumenta a área disponível fechando com parede «...os esteios de pao que tinha na sacada da sua casa»¹⁷⁰. Em Coimbra, os açougues construídos em 1510 no lado oriental da Praça da cidade tinham na frontaria «arços de pedraria» sob os quais se encontravam as «vendedeiras de pescado, enxerqueiras e tripeiras», em carreira e deixando a entrada da porta desocupada. Nos pisos superiores, para além do Paço dos Tabeliães, armado sobre os arcos, existiam casas de propriedade concelhia aforadas a mercadores, fazendo-se a entrada pela Rua da Calçada¹⁷¹. Em Évora, registam-se na Rua Direita, Praça e Rua dos Mercadores¹⁷², em Tomar nos Estaus¹⁷³, em Elvas, na praça principal e nos arruamentos próximos¹⁷⁴. Em Torres Vedras, são umas "casas da Judiaria que «teem sobrado sobre a Rua» assente em dois arcos¹⁷⁵, em Santarém, a Igreja do Salvador possui umas casas arruinadas com uns arcos sobre a via¹⁷⁶. Em Lisboa, estendiam-se ao longo de duas das principais artérias, a Rua Nova dos Mercadores e das Tanoarias¹⁷⁷.

¹⁶⁸ Maria Ângela Beirante, *Évora na Idade Média*, pp. 124-125.

¹⁶⁹ Para o Porto a notícia de casas sobre esteios é de 1339 referindo-se nas Inquirições que "... estas cadeas metera e mandara meter nas paredes e nos esteos e tavoados de cada huma cassa da dita cidade...", José Ferrão Afonso, *A rua das Flores...*, p. 46. As casas dos arcos da Praça de Évora, mandadas construir pelo rei sobre a barbaca datam do século XIV. Maria Ângela Beirante, "Espaços públicos nas cidades portuguesas medievais...", p. 71. Para Elvas, as primeiras referências datam dos meados do século XV, tornando-se uma constante ao longo da centúria seguinte. Fernando Rodrigues Branco Correia, *Elvas na Idade Média*, pp. 351-353.

¹⁷⁰ José Ferrão Afonso, *A Rua das Flores...*, p. 46.

¹⁷¹ "Livro I da Correia", *Arquivo Coimbrão* (Boletim da Biblioteca Municipal), Coimbra, IV, 1938-39, p. 169, art. 787; *Tombo Antigo da Câmara de Coimbra*, pp. 6-10.

¹⁷² Maria Ângela Beirante, *Évora na Idade Média*, pp. 124-125.

¹⁷³ Manuel Sílvio Alves Conde, *O Médio Tejo...*, p. 595.

¹⁷⁴ Fernando Rodrigues Branco Correia, *Elvas na Idade Média*, pp. 351-354.

¹⁷⁵ Ana Maria Rodrigues, *Torres Vedras...*, p. 161.

¹⁷⁶ Manuela Mendonça, *O Tombo da Igreja do Salvador...*, p. 54.

¹⁷⁷ Helder Alexandre Carita Silvestre, *Lisboa Manuelina...*, pp. 45-47.

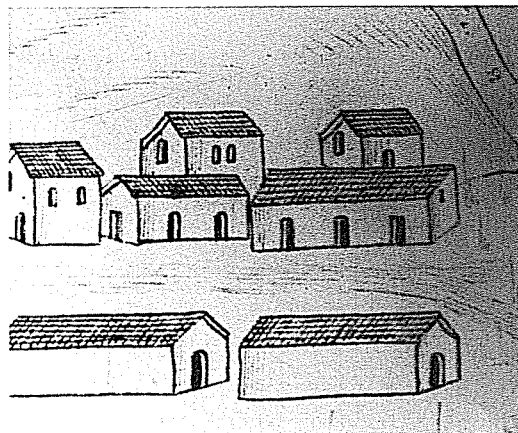
Depois de analisados alguns dos elementos que caracterizam o nível térreo da casa comum é tempo de verificar como se desenvolve em altura.

É no sobrado ou sobrados que preferencialmente se rasgam as janelas, costume aliás bem visível nos desenhos de Duarte de Armas onde o rés-do-chão é quase sempre composto por paredes cegas. Sempre, porém, pequenas e em número limitado.

O controle da temperatura e a defesa das intempéries aconselhavam a reduzir as aberturas ao menor número possível. A utilização de vidraças, que em Bolonha e Génova data do século XIV, tornando-se

frequente ao longo da centúria seguinte nas casas burguesas de muitas outras cidades¹⁷⁸, só se verifica, em Portugal, a partir do século XVI constituindo, mesmo nessa altura, um luxo apenas acessível a uma minoria¹⁷⁹. O espanto que as janelas de vidraças provocaram a Gaspar Barreiros quando, em 1536, visitou Avinhão, comprova a sua raridade em Portugal ao tempo de D. João III¹⁸⁰.

Na casa corrente de finais da Idade Média e dos inícios da Época Moderna, o sistema mais vulgarizado seria o das portadas de madeira, embora tecido, papel e pergaminho, oleados e encerados para uma maior transparência e resistência, também pudessem ocorrer. Em muitos outros casos nem portadas de pau existiriam, sendo a cortina o único elemento a defender o interior da casa da chuva, do vento e do frio¹⁸¹.



Duarte de Armas, Livro das Fortalezas, 1509.
Pormenor de Castro Marim destacando-se a ausência de janelas ao nível térreo remetidas, preferencialmente, para o sobrado.

¹⁷⁸ Georges Duby (coord.), *História da vida privada...*, p. 196.

¹⁷⁹ O elevado preço do vidro justificava que em alguns casos se reduzisse a um pequeno óculo num dos cantos de uma das portadas. Maria da Conceição Falcão Ferreira, *Guimarães...*, p. 559-561. Para Elvas coloca-se a hipótese de, em finais do século XV, nalguns dos edifícios de prestígio existirem já janelas de vidro. Quanto à casa corrente limitar-se-ia às portadas de madeira como de resto "acontecía ainda no presente século, há algumas décadas". Fernando Rodrigues Branco Correia, *Elvas na Idade Média*, p. 398.

¹⁸⁰ A. de Sousa e Silva Costa Lobo, *História da sociedade em Portugal no século XV*, p. 104.

¹⁸¹ Iria Gonçalves, "Posturas municipais e vida urbana na Baixa Idade Média: o exemplo de Lisboa", *Um olhar sobre a cidade medieval*, Cascais, Patrimonia, 1996, pp. 78-79; A. H. de Oliveira

Elucidativo, a este respeito, é o texto das *Visitações da Ordem de Cristo* relativo aos aposentos do vigário junto da igreja de Santa Maria do Olival, em Tomar. Apesar de recentemente reparada, a casa necessitava, na opinião dos visitantes, de algumas benfeitorias, entre as quais «...portas nas janella que hi estaa que as nom teem...»¹⁸²

A ausência de janelas em casas térreas, ou a janela única por piso, em casas sobradadas seria, por isso, prática corrente. Alguns exemplos deste último tipo podem ler-se no Tombo da Igreja do Salvador de Santarém: uma casa com «logia e dous sobrados em cima que tem [...] huua genella em cada casa». No Porto não eram raras casas de três pisos com «uma porta de pedra por diante e huma janela no primeiro sobrado e outra no sobrado de cima»¹⁸³.

Se o reduzido número de janelas se justifica plenamente pela protecção do interior da casa, forçosamente mal isolada, não podemos deixar de referir alguns outros aspectos: por um lado, fachadas estreitas e casas encostadasilharga contrailharga, não deixavam grande margem de manobra na abertura de vãos; por outro, numa sociedade que fazia da rua palco de inúmeras actividades quotidianas, de trabalho e lazer, a ausência de janelas no piso térreo não deixava de constituir uma forma de protecção à privacidade do espaço doméstico.

A escassez de aberturas resultava, em última análise, numa casa pouco arejada e principalmente mal iluminada.

Muito embora fosse esta a situação mais comum, nalguns casos o número de janelas era superior. No mesmo tomo da igreja do Salvador de Santarém, encontram-se exemplos de moradas com: «...duas ginellas no primeiro sobrado e outras duas ginellas no sobrado de cima...» ou a casa de dois sobrados com quatro janelas e uma sacada, número talvez explicável pelo facto do imóvel confrontar «com duas ruas por estar em huun canto»¹⁸⁴.

Precisando um pouco mais o exterior da habitação corrente deparamo-nos com uma outra característica tipicamente medieval que ao longo da Idade Moderna as autoridades tenderão a corrigir: as casas eram irregularmente alinhadas e muitos eram os elementos que se projectavam sobre a rua. A adição

Marques, *A sociedade medieval portuguesa...*, p. 85; Georges Duby (coord.), *História da vida privada...*, p. 194.

¹⁸² Pedro Dias, *Visitações da Ordem de Cristo...*, p. 116.

¹⁸³ Manuela Mendonça, *O tomo da igreja do Salvador...*, pp. 81-82; José Ferrão Afonso, *A rua das Flores...*, p. 48.

¹⁸⁴ Manuela Mendonça, *O tomo da igreja do Salvador...*, p. 76 e 67. O mesmo se verifica em várias casas sobradadas existentes nos Estaus tomarenses, Manuel Sílvio Alves Conde, *O Médio Tejo...*, p. 612, nota 313.



Porto, Escadas do Barredo.

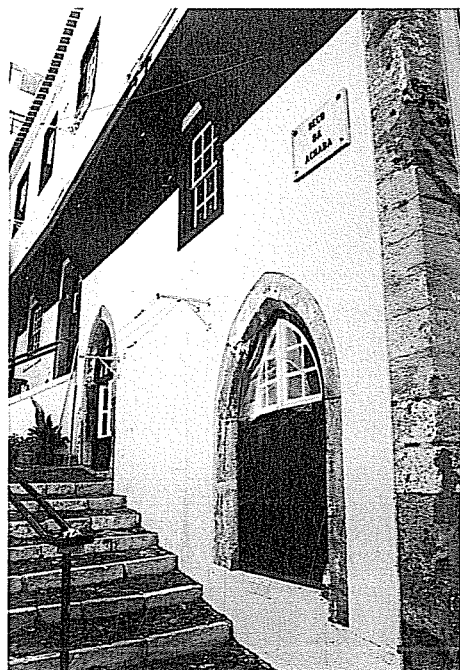
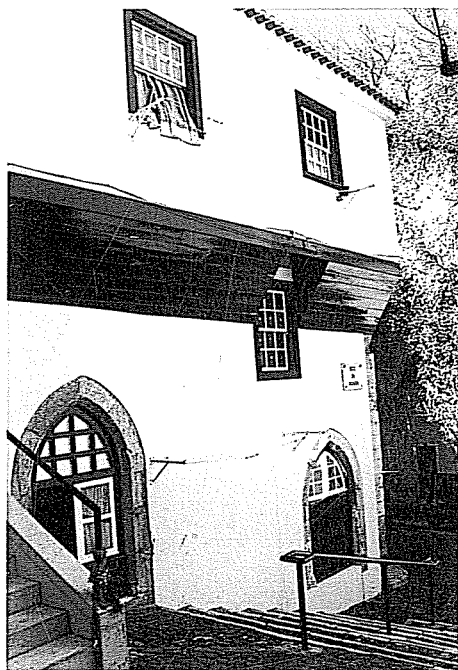


Porto, Rua da Vitória.

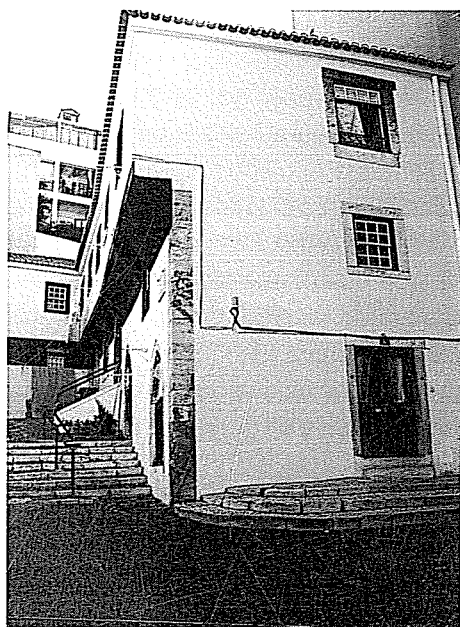
de um andar superior significava, normalmente, um avanço no plano da fachada aumentando em alguns metros a superfície construída e conferindo ao edifício um perfil recortado. Sacadas e balcões, salientes e apoiados em traves e prumos, marcariam decisivamente a imagem das maiores cidades medievais onde o seu uso estaria mais difundido.

Até ao fim do século XV, a lei permitia que os imóveis ocupassem até um terço da rua «pera fazer balcom saydo E a beira do telhado»¹⁸⁵. Quando o imóvel fronteiro recorria ao mesmo tipo de solução restava apenas um outro terço livre de construções. Numa rua estreita, por vezes até exígua como era a medieval, esta prática contribuía para a tornar mais sombria e difícil de transitar.

¹⁸⁵ *Livro das Posturas Antigas*, leitura e transcrição de Maria Teresa Campos Rodrigues, Lisboa, Câmara Municipal, 1974, p. 107. Legislação idêntica encontrava-se em vigor em Toledo no século XV. Ricardo Izquierdo Benito, "Normas sobre edificaciones en Toledo en el siglo XV", *Anuario de Estudios Medievales*, 16, Barcelona, 1986, pp. 519-532. Sobre as dimensões que os balcões chegavam a atingir é elucidativo o exemplo dado por Costa Lobo relativo a uma casa de dois andares na Rua dos Mercadores: "...a área do balcão abrangia algum tanto mais que dezeseis varas quadradas, e o resto do andar continha as vinte e seis varas da logea". A. de Sousa e Silva Costa Lobo, *História da sociedade em Portugal no século XV*, p. 124.



Lisboa, Beco da Achada (encosta do Castelo).



Contra a proliferação anárquica de todos estes acrescentos ligeiros se insurgem, nos finais da Idade Média, as autoridades camarárias. Em 1391, já a câmara do Porto determinava que nas casas da Rua da Lada «o sobrado primeiro não saia fora, segundo a ordenação da vila»¹⁸⁶. Em 1474, é D. Afonso V quem ordena a destruição de balcões, sacadas e arcos que impediam a circulação pelas ruas de Lisboa¹⁸⁷. Também as posturas antigas da mesma cidade proibiam ramadas, alpendres, escadas ou qualquer outra coisa que fosse «embargo e estreitura

¹⁸⁶ José Ferrão Afonso, *A rua das Flores...*, p. 63, nota 137.

¹⁸⁷ A. de Sousa e Silva Costa Lobo, *História da sociedade em Portugal no século XV*, p. 102.

da rua»¹⁸⁸. A avaliar pela profusão de testemunhos¹⁸⁹ o alcance de todas estas tentativas parece ter sido muito limitado. Na realidade, é necessário esperar pelo reinado de D. Manuel para que a legislação se torne mais dura e consequente.

Logo em 1499, o monarca determina «que se não use do foral e capítulo que falla nas sacadas que se fazem nas cazas q possuem tomar a terça parte da rua». Aos proprietários que queiram refazer as suas ordena que «ante se desfiação de todo e se faça parede direita sob pena (...) de vinte cruzados». Em Fevereiro de 1502, não é já a construção de novos balcões que está em causa mas o derrube dos existentes, embora a medida se circunscreva à Rua Nova del Rei. Dois meses depois, a 3 de Abril, um novo alvará estendia a medida a «todolos Balcons e sacadas de todolas ruas desta cidade» estabelecendo para isso o curto prazo de seis meses. No final da carta régia nova insistência: «E este se comprirá em todas as travessas e becos»¹⁹⁰.

Aos andares em consola, progressivamente mais salientes, deve ainda juntar-se o uso frequente de passadiços que a lei permitia lançar sobre a rua quando casas fronteiras pertenciam a um mesmo proprietário. As Ordenações Manuelinas reconheciam-nos como uma situação de facto mas reservavam para o concelho o poder de os derrubar porque «por tempo alguu nunca poderá adquirir posse em o dito balcam o senhorio da dita casa ou balcam».¹⁹¹ Assim



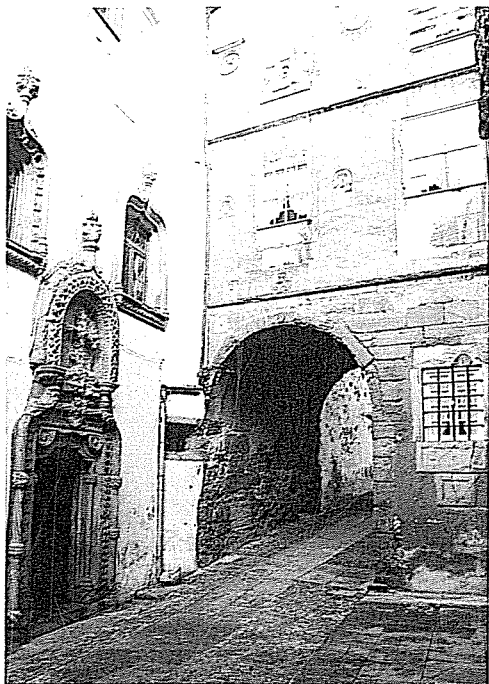
Duarte de Armas, Livro das Fortalezas, 1509.
Pormenor de Castelo de Vide.

¹⁸⁸ Iria Gonçalves, "Posturas municipais...", p. 92, nota 103.

¹⁸⁹ Veja-se a título de exemplo os casos inventariados para o Porto em finais do século XV e princípios do XVI por José Ferrão Afonso, *A rua das Flores...*, p. 64, nota 138.

¹⁹⁰ Sobre a legislação manuelina referente ao derrube de balcões e sacadas veja-se Helder Alexandre Carita Silvestre, *Lisboa Manuelina...*, pp. 54-58 e 148-149; Iria Gonçalves, "Posturas municipais...", pp. 92-93.

¹⁹¹ *Ordenações Manuelinas*, p. 352. A posse do "ar" era aliás a reedição de posturas antigas onde se determinava que "a rua vai per fundo e e do concelho". Iria Gonçalves, "Posturas municipais...", p. 81.



Coimbra, Casa de Sub-Ripas.

acontecera, em 1395, com a casa em que morava o judeu Abraão Mamom, na Guarda: «e da dicta casa vay huu balcon per cima da dicta rua pera as outras duas casas, as quaes casas sam sobradadas»¹⁹². Exemplo ainda mais significativo é o de João Vaz que, em 1514, solicitava autorização à Câmara de Coimbra para lançar um passadiço, de resto, um dos poucos ainda hoje existentes. O licenciado justificava a sua petição baseado nos argumentos de não ser «... rrua corrente de bestas nem de gente senão pouca e lugar escuso por omde nunca vaj procissão nem outra cousa ppc^a a qimpida» pelo que o balcão não representava «... perjuiso algun cõtato que a servjntja fique per baixo liure como esta...»¹⁹³.

À custa de balcões, sacadas, alpendres e passadiços, a casa me-

dieval, normalmente pequena, conquistava mais alguns metros quadrados. Por essa razão a sua construção era considerada uma benfeitoria, pelo menos na perspectiva de proprietários e arrendatários, sendo por isso incluída nalgumas cláusulas contratuais: «deuedes fazer um balcon fora sobre lla rua...»¹⁹⁴. Esse acréscimo de área, contudo, só era possível sacrificando a via pública, estreitando-a ainda mais. Aumentavam os riscos de acidentes, em primeiro lugar daqueles que circulavam a cavalo. Em 1369, a vereação de Guimarães determinava o derrube de um balcão na rua Nova do Muro porque, alegadamente, embargava a passagem de bestas e carros carregados¹⁹⁵. Muitos outros inconvenientes são, enumerados pelo próprio rei D. Manuel, quando, em 1502, tenta pôr cobro à profusão de balcões: nefastos para a saúde pública porque impediam a circulação do ar, propagavam os fogos e prejudicavam o seu combate além de servirem de acolhimento para malfeitores.

¹⁹² Rita Costa Gomes, *A Guarda medieval...*, pp. 75-76.

¹⁹³ Manuel da Silva Gaio, "Sub-Ripas", *Arquivo Coimbrão*, VII, Coimbra, 1943, p. 137.

¹⁹⁴ Maria Teresa Lopes Pereira, *Alcácer do Sal...*, p. 134, nota 450.

¹⁹⁵ Maria da Conceição Falcão Ferreira, *Guimarães...*, pp. 556-557.



Porto, Viela do Buraco.



Porto, Rua da Vitória.

Nos primeiros anos do século XVI reconhece-se um esforço para tornar a rua mais alinhada, evitando as saliências e reentrâncias do casario medieval e o estrangulamento da via que daí resultava. Nesse sentido, as disposições camarárias obrigavam a quem quisesse reconstruir a sua casa a partir dos alicerces, a requerer previamente uma vistoria de forma a garantir que a nova edificação não ocupasse «majs das ruas e serventias» nem tomasse «dellas se nom aquello que antes tijnham»¹⁹⁶. Mais clara é a carta-alvará, de D. Manuel, que, em 1502, ordena o realinhamento das antigas fachadas da Rua da Tanoaria para que as casas fiquem «iguays e por cordel e que hua não saya mays que a outra»¹⁹⁷.

Na reconstituição do exterior da casa corrente medieval surge-nos, já ao nível da cobertura, o beirado, sempre marcadamente saliente em relação ao plano da fachada. Assente sobre estrutura de madeira, a sua projecção justi-

¹⁹⁶ Iria Gonçalves, "Posturas municipais...", p. 92, nota 102.

¹⁹⁷ Helder Alexandre Carita Silvestre, *Lisboa Manuelina...*, p. 45-47.



Duarte de Armas, Livro das Fortalezas, 1509.

Pormenor de Moura destacando-se os telhados de uma e duas águas.

fica-se enquanto elemento de protecção fundamental a uma fachada construída em materiais frágeis¹⁹⁸.

Se a documentação permite afirmar que o uso da telha é generalizado a todos os centros urbanos de Norte a Sul do País, ela revela-se particularmente omissa quanto à forma dos telhados. Sílvio Alves Conde, num estudo já várias vezes aqui citado, inventaria quatro tipologias em uso no Portugal medieval: cobertura plana, cobertura de uma água, de duas e, por último, o tipo de cobertura de três e quatro águas¹⁹⁹. Segundo o mesmo autor, em Tomar, parece ter predominado o telhado de duas águas²⁰⁰, conclusão semelhante à que chegou Ângela Beirante para Évora medieval²⁰¹. Em Silves, essa tipologia surge a par com a de quatro águas²⁰². Impressão contrária é a de Vítor Manuel Pavão dos Santos e de Conceição Falcão Ferreira que apontam o telhado de uma só água como o mais frequente²⁰³. Nas vistas panorâmicas

¹⁹⁸ Fernando Távora *et alii*, *Arquitectura Popular em Portugal*, I, Lisboa, 3.^a ed., Associação dos Arquitectos Portugueses, 1988, p. 89.

¹⁹⁹ Manuel Sílvio Alves Conde, "Sobre a casa urbana...", pp. 253-254.

²⁰⁰ Manuel Sílvio Alves Conde, *Tomar medieval...*, p. 121.

²⁰¹ Maria Ângela Beirante, *Évora na Idade Média*, p. 123.

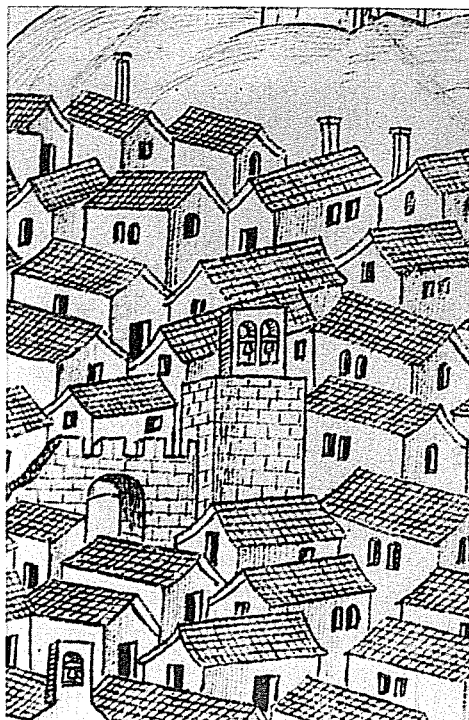
²⁰² Maria de Fátima Botão, *Silves...*, p. 28.

²⁰³ Vítor M. Pavão dos Santos, *A casa no Sul de Portugal...*, p. 67; Maria da Conceição Falcão Ferreira, *Guimarães...*, p. 561. De 1490, é uma referência ao levantar de "hua camara de hua agoa", Jorge Fonseca, *Montemor-o-Novo...*, p. 29.

desenhadas por Duarte de Armas, coberturas de uma e duas águas são claramente maioritárias. Telhados mais complexos, surgem apenas excepcionalmente e sempre relacionados com habitação de prestígio, torres de castelos e igrejas ou paços como o de Barcelos e Sintra²⁰⁴.

O mesmo Livro das Fortalezas remete-nos para uma outra característica da casa medieval portuguesa: a ausência frequente de chaminés. Tudo aponta, fontes iconográficas²⁰⁵ e fontes documentais²⁰⁶, para que em princípios do século XVI fossem ainda em número escasso, embora já não exclusivas das habitações mais qualificadas. Em Portugal, a difusão da chaminé parece ter ocorrido em finais do século XV e princípios do XVI, data um pouco tardia se comparada com outras regiões da Europa²⁰⁷.

Em Évora, ao longo dos séculos XIII e XIV, constata-se uma quase total ausência de chaminés em casas térreas aparecendo, eventualmente, algumas casas sobradadas. Em 1509, contudo, encontra-se já em cerca de 30% do património de que a Ordem de Cristo é proprietária na mesma cidade. Este



Duarte de Armas, Livro das Fortalezas, 1509.

Pormenor de Bragança onde se destaca o escasso número de chaminés representadas.

²⁰⁴ Duarte de Armas, *Livro das Fortalezas*, p. 44, 67, 74 e pp. 117-118.

²⁰⁵ Para além do Livro das Fortalezas, acima citado, vejam-se por exemplo as iluminuras quinhentistas de Lisboa e Santarém incluídas na *Genealogia do Infante D. Fernando de Portugal*, fac-símile do Ms da British Library, introdução, notas, direcção artística e gráfica de Martim de Albuquerque e João Paulo de Abreu e Lima, Porto-Lisboa, 1984.

²⁰⁶ Embora tudo pareça apontar nesse sentido, não podemos deixar de referir que o facto de não serem referidas na documentação coeva nem sempre significa que não existissem. Elementos funcionais, normalmente destituídos de interesse arquitectónico ou decorativo podem simplesmente não ter merecido a atenção de quem redigia os documentos.

²⁰⁷ Georges Duby afirma que, em Itália, já não constitui novidade no século XIV, desenvolvendo-se "irresistivelmente ao longo do século XV". Georges Duby (coord.), *História da vida privada...*, p. 198.

aumento considerável de chaminés permitiu a Ângela Beirante concluir que "...embora não se possa ainda considerar um elemento indispensável na habitação popular eborense, a sua difusão está em franco progresso no início do século XVI..."²⁰⁸.

Em Elvas, é também no decorrer de Quinhentos que a chaminé passa a integrar as descrições²⁰⁹. No tombo da igreja do Salvador de Santarém, de 1535, encontra-se apenas em cerca de 10% das habitações. Ainda sobre este tombo, é curioso verificar a enorme disparidade de grafias utilizadas por Simão Fernandez, notário de profissão: «chuuniné», «chomené», «chaminé», «chumine» e «chiminé»²¹⁰. Talvez o facto de ser um elemento recentemente introduzido na arquitectura corrente e ainda pouco divulgado possa explicar esta imprecisão terminológica.

Numa vista de Silves atribuível ao século XVI, a chaminé é um elemento totalmente ausente²¹¹. Para Guimarães, não chegou até nós qualquer registo da sua utilização e em Tomar limitam-se aos dois aposentos do vigário²¹².

O advento da chaminé reflecte um novo sentido de conforto, constituindo um elemento fundamental na evolução da casa de habitação entre a Idade Média e a Época Moderna²¹³. Adoptada ao longo de quatrocentos pelos estratos mais altos da sociedade²¹⁴, o seu volume e profusão é também sinónimo de prestígio e de prosperidade. A partir dos paços régios e da alta nobreza inicia-se um lento processo de divulgação. Nalguns casos surge perocemente, caso da Rua Nova do Porto, onde as casas dispunham de cozinhas, fogareiros e chaminés. Sem dúvida uma excepção que só a modernidade do empreendimento justifica²¹⁵. Nos inícios de Quinhentos está ainda a ser introduzida nos

²⁰⁸ Maria Ângela Beirante *Évora na Idade Média*, p. 123-124; Maria Ângela Beirante e João J. Alves Dias, "O património urbano da Ordem de Cristo...", p. 69.

²⁰⁹ Fernando Rodrigues Branco Correia, *Elvas na Idade Média*, p. 358.

²¹⁰ Manuela Mendonça, *O tombo da igreja do Salvador...*, pp. 53-87. A percentagem é da nossa responsabilidade.

²¹¹ Maria de Fátima Botão, *Silves...*, p. 29.

²¹² Maria da Conceição Falcão Ferreira, *Guimarães...*, p. 563; Manuel Sílvio Alves Conde, *Tomar medieval...*, p. 121.

²¹³ Como sublinhou Oliveira Marques, a preocupação com o conforto, de que a chaminé é um indicador seguro, "marca o início de uma nova época na construção civil", A. H. de Oliveira Marques, *A sociedade medieval portuguesa*, p. 74.

²¹⁴ Caso dos Paços Régios de Leiria e Sintra ou do Paço de Guimarães, construído nas primeiras décadas do século XV, por D. Afonso, duque de Bragança.

²¹⁵ A Rua Nova do Porto, caseada entre os últimos anos do século XIV e o terceiro quartel da centúria seguinte, constitui uma novidade a vários níveis: o uso preferencial da pedra, o carácter padronizado das habitações através de um modelo pré definido, a existência de privadas e chami-

paços dos comendadores da Ordem de Cristo caso de Ega, Silvã e Granja do Ulmeiro²¹⁶. É pela mesma altura que começa a integrar a casa corrente, embora de forma tímida e ainda pouco representativa.

Até esta data, o processo de escoamento dos fumos fazia-se de forma precária levantando duas ou três telhas da cobertura. A introdução tardia da chaminé transparece nas estruturas em ressalto propositadamente criadas nas fachadas para as receber²¹⁷ tornando-a, por isso, em mais um dos elementos caracterizadores do alçado ou frontaria da casa corrente.

2.5. Caracterização do espaço interior

A tentativa de caracterização do espaço interno não é menos problemática para o historiador actual do que a reconstituição dos alçados e fachadas da casa corrente medieva. Mais do que o exterior, o espaço doméstico medieval tornou-se obsoleto com o andar dos tempos. As suas reduzidas dimensões, a inadequação aos tempos modernos, a precaridade dos materiais determinaram, em regra, transformações profundas comprometendo irremediavelmente a integridade do nosso objecto de estudo.

Mais do que nunca, é às fontes escritas que devemos recorrer. É nos tombos e crónicas que conseguimos apreender, ainda que só muito parcialmente, a compartimentação da casa, as funções que lhe estavam adstritas, o nível de conforto que proporcionava. Ainda assim, como sublinhou Dominique Barthélemy «...a leitura dos documentos pode completar a análise dos vestígios, mas nem por isso deixa de haver entre eles uma certa distância, uma zona de não-conhecimento para o historiador escrupuloso»²¹⁸.

nés, são alguns factores que se justificam pelo patrocínio régio e por constituir o centro residencial preferido das elites portuenses. José Marques, "Património régio na cidade do Porto...", p. 80; Luís Carlos Amaral e Luís Miguel Duarte, "Os homens que pagaram a Rua Nova", p. 13.

²¹⁶ Pedro Dias, *Visitações da Ordem de Cristo...*, respectivamente p. 58, 145 e 128. No caso da Silvã, não se trata da introdução da chaminé mas sim da sua reconstrução provavelmente de forma a torná-la mais eficaz: "...e se faça nella (câmara) ao canto huua chaminne de vergas e barro honde jaa sohiia de estar com sua tronba de tijollo e cal...".

²¹⁷ Vítor M. Pavão dos Santos, *A casa no sul de Portugal...*, p. 57; Manuel Sílvio Alves Conde, "Sobre a casa urbana...", p. 254; Maria Ângela Beirante e João J. Alves Dias, "O património urbano da Ordem de Cristo...", p. 69; Fernando Rodrigues Branco Correia, *Elvas na Idade Média*, p. 358.

²¹⁸ Georges Duby (coord.), *História da vida privada...*, p. 397.

Outro tipo de dificuldade, não menos importante, reside na falta de uniformidade ou imprecisão terminológica com que a casa é tratada na documentação coeva²¹⁹. Vejamos um exemplo: umas «casas» que são «cinco casinhas térreas e dois sobrados e huu meio sobrado»²²⁰. Como reconstituir o seu plano?

Casa é um termo ambíguo que pode significar a totalidade da construção ou apenas um dos compartimentos. Parece ser indistintamente utilizado no singular ou no plural²²¹. Ora se aplica unicamente à zona residencial, ora abarca todo o conjunto de dependências, como celeiros, adegas e lojas.

Com o mesmo tipo de problema se deparou Miguel Santamaria Lancho, ao estudar o património urbano do Cabido de Segóvia relativo ao século XIV. A explicação reside, segundo o mesmo autor, no facto da casa medieval ser um espaço arquitectónico fundamentalmente orgânico, concebido como uma agregação de espaços de diferentes funções. Por isso, o termo casa designaria uma construção e não uma moradia; esta surgiria por junção daquelas²²².

Apesar das dificuldades, e na esteira do que outros autores já fizeram, torna-se possível apontar alguns dos traços mais comuns à estrutura interna da casa urbana medieval.

Tal como fizemos em capítulos anteriores, optámos por expor os dados recolhidos num quadro.

²¹⁹ Manuel Sílvio Alves Conde, "Sobre a casa urbana...", p. 244; Rita Costa Gomes, *A Guarda medieval...*, p. 70. Maria Ângela Beirante, *Évora na Idade Média*, p. 121, Bernardo de Vasconcelos e Sousa, *A propriedade das albergarias...*, p. 66. A mesma imprecisão terminológica encontrou Maria del Carmen Carle no estudo da casa medieval castelhana. Maria del Carmen Carle, "La casa en la Edad Media Castellana", pp. 187-188.

²²⁰ Rita Costa Gomes, *A Guarda medieval...*, p. 76.

²²¹ Ana Maria Rodrigues, ao estudar documentação de Torres Vedras, apercebeu-se que os tabeliães usaram sempre casa no singular para descrever a casa térrea de divisão única, hesitaram entre o singular e o plural para casas sobradadas com uma divisão por piso, designando sistematicamente por casas, imóveis com mais que um compartimento. Ana Maria Rodrigues, *Torres Vedras...*, p. 156.

²²² Miguel Santamaria Lancho, "La explotación económica del patrimonio urbano del cabildo catedralicio de Segovia en el s. XIV", *La ciudad hispanica durante los siglos XIII al XVI*, tomo I, Madrid, Universidad Complutense, 1985, pp. 674-675. A tradução é nossa.

QUADRO III – Número de divisões por casa nas diversas localidades

Abrantes	1 ou mais divisões ²²³
Alcácer do Sal	2 divisões ²²⁴
Caldas da Rainha	2 divisões ²²⁵
Castanheira do Ribatejo	2 e 3 divisões ²²⁶
Castelo de Vide	4 divisões ²²⁷
Coimbra	1 e 2 divisões ²²⁸
Elvas	1 e 2 divisões ²²⁹
Évora	2 divisões ²³⁰
Guimarães	2 ou 3 divisões ²³¹
Lisboa	2 divisões ²³²

²²³ Hermínia Vasconcelos Vilar, *Abrantes medieval...*, p. 27.

²²⁴ Maria Teresa Lopes Pereira, *Alcácer do Sal...*, p. 125.

²²⁵ Saul António Gomes, *As Cidades têm uma História: Caldas da Rainha*, p. 35. Este valor refere-se às vinte casas localizadas na Rua Nova cuja grande homogeneidade, em termos de áreas (40 m²) e estrutura interna, se deve a uma política de construção habitacional seguramente dirigida pelo Hospital.

²²⁶ Isaías da Rosa Pereira, "O hospital do Espírito Santo...", pp. 63-79.

²²⁷ Diamantino Sanches Trindade, *Castelo de Vide...*, p. 73. Segundo o autor as casas da Rua Direita tinham dois compartimentos por piso. Ao piso térreo correspondia normalmente a função de armazenagem, muito embora em algumas casas servisse de habitação.

²²⁸ Anísio Miguel de Sousa Saraiva, "A propriedade urbana das confrarias...", pp. 170-171.

²²⁹ Fernando Rodrigues Branco Correia, *Elvas na Idade Média*, pp. 348-350.

²³⁰ Maria Ângela Beirante, *Évora na Idade Média*, p. 121-123. O mesmo se verifica para o património da ordem de Cristo da mesma cidade, em 1509, onde a casa de duas divisões atinge os 28,2% da amostragem número que, apesar de tudo, não anda muito longe dos 22,5% contabilizados quer para as de divisão única, quer para as de três compartimentos. Maria Ângela Beirante e João J. Alves Dias, "O património urbano da Ordem de Cristo...", p. 65.; O mesmo número reduzido de dimensões encontrou Bernardo de Vasconcelos e Sousa, ao estudar a propriedade das albergarias. Casa dianteira e câmara ou casa dianteira e celeiro seriam os exemplos mais comuns. Bernardo de Vasconcelos e Sousa, *A propriedade das albergarias...*, pp. 66-67.

²³¹ Maria da Conceição Falcão Ferreira, *Uma rua de elite...*, pp. 231-233; Maria da Conceição Falcão Ferreira, *Guimarães...* p. 564-565. Face à falta de dados sobre a matéria, a autora apenas aventa a hipótese: "atendendo à tendência para construir casas estreitas, a sua compartimentação tinha de ser simples – talvez dois repartimentos ou três, no máximo, nas habitações correntes". A mesma impressão fica da leitura do tomo da confraria de S. Domingos de Guimarães, de 1498. José Marques, "A confraria de S. Domingos...", pp. 85-90.

²³² Iria Gonçalves aponta as duas divisões, casa dianteira e câmara, como a situação mais generalizada, o que não significa que em muitas casas o número de compartimentos fosse superior pela adição de uma cozinha, uma sala ou uma ante-câmara. Iria Gonçalves, *O Património do Mosteiro de Alcobça...*, p. 111.

Óbidos	1 e 2 divisões ²³³
Palmela	1 divisão ²³⁴
Porto	2 divisões ²³⁵
Santarém	2 divisões ²³⁶
Silves	1 divisão ²³⁷
Sintra	2 divisões ²³⁸
Tomar	1 e 2 divisões ²³⁹
Torres Novas	1 e 2 divisões ²⁴⁰
Torres Vedras	1 divisão ²⁴¹

A análise dos resultados aponta claramente para um reduzido número de divisões. A casa urbana corrente é, na Idade Média tardia, uma estrutura extre-

²³³ Manuela Santos Silva, *Óbidos medieval...*, p. 105. A autora refere apenas que existiam "casas de divisão única plurifuncional, outras às quais fora acrescentada uma câmara à casa dianteira, outras ainda possuindo um ou mais sobrados...". Uma vez que em Óbidos a casa mais comum era térrea ou de apenas um sobrado, parece-nos lícito concluir que uma ou duas divisões seria a situação mais corrente

²³⁴ Paulo Drumond Braga, "A construção corrente na região de Palmela...", p. 145.

²³⁵ As duas divisões mais referidas são a cozinha e a câmara. José Ferrão Afonso, *A rua das Flores...*, p. 47.

²³⁶ O estudo da propriedade urbana de algumas instituições de assistência de Santarém revelou que 42,3% dos imóveis comportavam duas divisões, 28,9% seriam de divisão única, percentagem, curiosamente igual à das casas com três ou mais divisões. Maria Manuela Santos Silva e Manuel Sílvio Alves Conde, "Recursos económicos de algumas instituições de assistência...", p. 74; Também Luís Mata concluiu que a casa do modelo binário seria ligeiramente maioritária com 32%. Contudo, não deixa de considerar bastante representativa a percentagem de casas com mais divisões (24%) Luís António Santos Nunes Mata, *O hospital do Espírito Santo...*, p. 45.

²³⁷ São poucas as excepções. Casas com duas e três divisões representam apenas 15,38% da amostragem. Maria de Fátima Botão, *Silves...*, p. 29. A mesma conclusão se retira da leitura do Livro do Almoarifado de Silves onde só muito esporadicamente surgem mencionadas "casa terrea com sua camara" ou "casa terrea com sua cozinha", *Livro do Almoarifado de Silves...*, respectivamente p. 30 e 34.

²³⁸ Através da análise do tombo da igreja de S. Martinho, de 1537, conclui-se serem inúmeros os exemplos de casas de "dois pisos ou duas câmaras". Sérgio Luís Carvalho, *A vila de Sintra...*, p. 138.

²³⁹ Ambas estavam representadas embora o autor não diga em que percentagem. Manuel Sílvio Alves Conde, *Tomar medieval...*, p. 111.

²⁴⁰ A afirmação refere-se ao Médio Tejo em geral e não especificamente a Torres Novas. Manuel Sílvio Alves Conde, *O Médio Tejo...*, p. 598.

²⁴¹ A maioria dos imóveis era composto por uma só dependência, embora os de dois compartimentos também existissem pela adição de uma "casa de dentro" ou "camara". Ana Maria Rodrigues, *Torres Vedras...*, p. 160.

mamente simples, quase rudimentar²⁴². Uma ou duas divisões é quanto basta para albergar uma família comum.

Optámos por seguir, no essencial, as tipologias sugeridas por Manuel Sílvio Alves Conde²⁴³, quer pela sua adequação aos dados que compulsamos, quer porque, através delas, se torna mais fácil apreender as diversas formas de organização do espaço interno da casa corrente.

1.º tipo: designado por casa, casa térrea ou casa só. É a habitação de divisão única. Caracteriza-se pela plurivalência funcional: espaço onde se confeccionam os alimentos, onde se trabalha e se descansa, enfim, onde se desenrola todo o quotidiano da vida familiar. Ausência total de especialização e por conseguinte de privacidade. É o tipo mais elementar da casa urbana.

2.º tipo: casa térrea com duas divisões. O compartimento aberto sobre a rua é chamado de casa dianteira, o outro, por vezes com acesso ao quintal, nas traseiras, aparece sob várias designações: casa de dentro, casa de trás ou câmara. Corresponde já a uma certa especialização. A um espaço de maior sociabilidade (cozinha/sala) opõe-se um outro essencialmente destinado ao repouso familiar. Nalguns casos a especialização tem em conta outras prioridades: quando a actividade profissional decorre no mesmo edifício é normal que a divisão com acesso directo à rua seja ocupada pela tenda ou oficina. Nesta situação, a área residencial adquire novamente o carácter unicelular. Também frequente é a utilização de uma das duas divisões como espaço de armazenamento: o celeiro, a adega.

3.º tipo: casa de rés do chão e primeiro andar, com uma divisão por piso. É a casa de «sótão e sobrado», a «casa sobradada», a «loja e o sobrado». A funcionalidade dos espaços é semelhante à casa do 2.º tipo embora ocorrendo na vertical. O nível térreo é normalmente destinado a local de trabalho até pela facilidade de exposição imediata dos produtos, na soleira ou alpendre mas também na própria rua, em tabuleiros e poiais. Noutros casos é no sótão ou loja que se guardam as provisões, constituindo reservas.

Como sublinhou Sílvio Alves Conde, estes seriam os três tipos de habitação mais comuns em Portugal, no final da Idade Média, embora não os únicos.

²⁴² Situação comum a toda a Europa Ocidental. Simone Roux, *La maison dans l'histoire*, pp. 156-157; Georges Duby (coord.), *História da vida privada...*, pp. 462-463.

²⁴³ Manuel Sílvio Alves Conde, "Sobre a casa urbana...", pp. 244-246.

Quando as disponibilidades económicas o permitiam, a casa ampliava-se, pela adição de uma ou outra divisão. Se o preço do solo era comportável e o espaço urbano sobejava, o crescimento podia fazer-se na horizontal. À casa dianteira e câmara juntava-se então uma casa do meio ou uma cozinha. Em Castanheira do Ribatejo era esta a tipologia mais comum. Em contrapartida, nas cidades e vilas onde o solo escasseava a casa só podia crescer em altura, através da sobreposição de pisos.

A edificação de um novo sobrado podia duplicar a totalidade da área do piso inferior ou representar apenas mais alguns metros quadrados sobradando-se unicamente uma das divisões: «hua casa deamteyra e hua logea demtro sobradada..» ou «...casa diamteyra (...) hua adega e (...) hua cozinha (...) e em cyma dadegua hua camara sobradada»²⁴⁴. É o chamado «meio-sobrado».

Quanto mais o alojamento cresce, mais os compartimentos se diversificam. É uma câmara suplementar, é uma «casynha» de uso indiscriminado mas é também, uma adega, uma estrebaria, uma casa de ter lenha ou galinhas, um curral. A função económica e de reserva parece sobrepor-se, em termos de prioridade, ao conforto e privacidade do Homem Medieval.

A descrição de um imóvel, em Castanheira do Ribatejo, é elucidativa sobre a importância dos espaços de armazenagem e recolha de animais: «..hua casa diamteyra e camara e hua casa pequena em que estam galynhas e covas de ter pam e hua cozinha e alem desta cozinha hua casa que serve dadegua e alem desta casa hu quintall.»²⁴⁵ Embora não saibamos de que forma se organizavam os vários compartimentos, não nos parece que a distinção entre área residencial e de aprovisionamento fosse clara ou sequer importante. A ideia que perpassa pela documentação é que estes espaços eram considerados parte integrante das habitações, corroborando a noção de multifuncionalidade do interior da casa. Em Elvas, o celeiro servia para dormir bem como para guardar o pão e demais provisões. Na mesma cidade, a guarda dos animais fazia-se nos fundos da casa, obrigando-os a percorrer todo o espaço doméstico²⁴⁶. Na vila de Avis uma casa é composta por uma casa dianteira com uma «chuminé grande», em torno da qual se centrava seguramente a vida

²⁴⁴ Isaiás da Rosa Pereira, "O hospital do Espírito Santo...", respectivamente p. 65 e 70. Em Évora era comum sobradar uma só divisão, optando-se, nos lugares mais centrais, por altear a casa dianteira. Maria Ângela Beirante, *Évora na Idade Média*, p. 124.

²⁴⁵ Isaiás da Rosa Pereira, "O hospital do Espírito Santo...", p. 67.

²⁴⁶ Fernando Rodrigues Branco Correia, *Elvas na Idade Média*, p. 356.

doméstica, e três celeiros²⁴⁷. Em Évora, casas de duas divisões (dianteira e celeiro) crescem pela adição de um segundo celeiro²⁴⁸.

Independentemente da sua função, o acréscimo de divisões e uma maior complexidade formal dá origem a duas outras tipologias:

4.º tipo: casa de dois (ou mais) pisos, com duas (ou mais) divisões por piso²⁴⁹. Corresponde, por exemplo, à habitação de Rodrigo Afonso, pescador, composta por casa dianteira, câmara e cozinha e «em cyma desta cozinha e desta camara está hu sobrado com dous repartimentos...»²⁵⁰. Uma outra, na Rua Nova do Sousa, em Braga, é «...de dous sobrados e o sobrado de baixo tem hua sala pequena e hua camara e hu sobrado de cima hua camara e hua cozjnha e em baixo de todo hua tenda e hua servjintia pera o sobrado»²⁵¹.

Nestes casos, assiste-se a uma maior diferenciação do espaço interior. A subdivisão faz-se recorrendo aos «repartimentos», em regra de materiais frágeis como a taipa, o tabique, o «tavoado» ou os panos de armar, que, embora rudimentares, permitem atribuir a cada divisão uma função específica. No Porto, a casa da orfã Filipa, junto aos Paços do Concelho, dispõe de loja, no andar térreo, no primeiro sobrado tem uma casinha com uma camarinha e «antre huma e outra hum repartimento» e no sobrado de cima, uma casa e uma cozinha «com hum repartimento como ho debaixo»²⁵².

A localização da cozinha no último piso parece ser uma solução frequente, quer para uma mais fácil extracção dos fumos, quer por receio do fogo e dos cheiros²⁵³.

²⁴⁷ "Direitos, bens e propriedades da Ordem e Mestrado de Avis nas suas três vilas de Avis, Benavila e Benavente e seus termos", prefácio de José da Cunha Saraiva, *Ocidente*, 155, XXXIX, 1950, p. 87. O Tombo data de 1556.

²⁴⁸ Maria Ângela Beirante, *Évora na Idade Média*, p. 123.

²⁴⁹ Tipologia muito frequente em Castelo de Vide, pelo menos nas áreas mais centrais, onde as casas de dois pisos apresentam ao nível térreo casa dianteira e casa de dentro, no andar de cima, sala, cozinha e quarto. Diamantino Sanches Trindade, *Castelo de Vide...*, p. 73; Também em Santarém a percentagem de casas desta tipologia é significativa representando 24% do património urbano do hospital do Espírito Santo. Luís António Santos Nunes Mata, *O hospital do Espírito Santo...*, p. 45.

²⁵⁰ Isaías da Rosa Pereira, "O hospital do Espírito Santo...", p. 73.

²⁵¹ Rui Maurício, *O Mecenato de D. Diogo de Sousa...*, p. 121, nota 34.

²⁵² José Ferrão Afonso, *A rua das Flores...*, p. 48.

²⁵³ Georges Duby (coord.), *História da vida privada...*, p. 203; A H. de Oliveira Marques, "Depois da Reconquista...", p. 107; Maria da Conceição Falcão Ferreira, "Barcelos terra de condes...", p. 49. Diamantino Sanches Trindade, *Castelo de Vide...*, p. 73; Na Guarda, pelo contrário, a cozinha parece situar-se no andar térreo. Rita Costa Gomes, *A Guarda medieval...*, p. 76.

Os compartimentos, a privacidade e o conforto aumentam com a prosperidade do proprietário. Alguns, poucos até finais da Idade Média, possuíam «privadas». Existiam em casas da Rua Nova, no Porto, ou nas artérias contíguas como a casa em que morava o advogado João Afonso em 1498, que tem «...detraz hum retrete...»²⁵⁴. Muito tempo antes, em 1433, já o Abade de Alcobaça costumava ficar numa casa em Leiria, onde no sobrado, para além da câmara e da sala, contava com o luxo de uma privada²⁵⁵. Por vezes situava-se fora da habitação propriamente dita como na casa de João Roiz Vargas, em Coimbra que, em 1532, possuía «hu retrete no cortinhal sobre o muro...»²⁵⁶. Em Évora, nos princípios do século XVI, duas menções apenas: uma pia de mármore e uma retrete de tijolo a um canto de uma casa.²⁵⁷

Continuando a subir na hierarquia da casa corrente deparamo-nos com o 5.º tipo: as casas sobradadas armadas sobre arcos ou esteios. Como tivemos já oportunidade de referir, aparecem em Lisboa, Coimbra, Évora, Elvas, Santarém, Torres Vedras, Tomar, Porto, sempre nas áreas de maior centralidade e vocação comercial²⁵⁸. Para além de mais interessantes do ponto de vista arquitectónico, as casas sobradadas com arcadas ao nível térreo teriam, em média, uma área superior às outras tipologias.

O 6.º e último tipo definido por Alves Conde é marcado pela existência de um pátio dianteiro cercado por muros. A casa é normalmente térrea. Surge em Setúbal e em três casas da Mouraria de Lisboa, podendo, segundo algumas opiniões, filiar-se na casa muçulmana de pátio interior²⁵⁹.

²⁵⁴ José Marques, "Património régio na cidade do Porto...", p. 80; José Ferrão Afonso, *A rua das Flores...*, p. 49.

²⁵⁵ Saúl Gomes, "A organização do espaço urbano...", p. 100. O facto de aí ficar o abade de Alcobaça, quando se deslocava a Leiria poderia fazer pensar que se tratava de uma casa de prestígio, fora portanto do âmbito deste estudo. No entanto, a descrição do imóvel permite integrá-lo no 4.º tipo ou seja nas casas de dois ou mais pisos com duas ou mais divisões por piso: no andar térreo casa dianteira e cozinha, no sobrado sala, câmara e privada.

²⁵⁶ *Tombo Antigo* da Câmara de Coimbra, p. 15.

²⁵⁷ Maria Ângela Beirante e João J. Alves Dias, "O património urbano da Ordem de Cristo...", p. 70.

²⁵⁸ Tipologia também comum em muitas vilas e cidades castelhanas. Leopoldo Torres-Balbas, "La Edad Media", p. 143; M. A. Castillo Oreja, "Alcalá de Henares, una ciudad medieval en la España Cristiana (s. XIII-XV)", *La ciudad hispánica durante los siglos XIII al XVI*, tomo II, Madrid, Universidad Complutense, 1985, pp. 1059-1080. Sobre as casas armadas sobre arcos veja-se p. 56 do presente trabalho.

²⁵⁹ Manuel Silvio Alves Conde, "Sobre a casa urbana...", p. 246; Luís Filipe Oliveira e Mário Viana, "A Mouraria de Lisboa no século XV", *Arqueologia Medieval*, 2, Porto, Afrontamento, 1993, p. 196 e nota 62.

Tentámos localizar casas com pátio, fronteiro ou central, noutras cidades e vilas do país, com especial incidência no Sul, onde a presença islâmica fora mais forte. São desconhecidas em Évora e Elvas, bem como em Silves onde, a terem existido, não deixaram memória no Livro do Almojarifado, nem mesmo nas casas da Mouraria²⁶⁰.

Apenas no Porto, encontrámos um exemplo: a casa do cónego João Álvares Bainharia, «...com o seu quintal defronte...»²⁶¹.

Sobre este aspecto, não podemos deixar de citar a conclusão a que chegou Santiago Macias, num estudo sobre Moura, na Baixa Idade Média: «a organização do *habitat*, tal como nos surge descrito nessa documentação – e de acordo com vestígios arquitectónicos ainda presentes em muitas delas – nada tem a ver com a tradição urbana mediterrânica de casas organizadas em torno de um pátio central». Tal facto, registado inclusivamente na Mouraria, dever-se-ia, segundo o mesmo autor, à alteração progressiva dos costumes ancestrais de uma população que, ao ser assimilada, se adapta «a formas arquitectónicas importadas do Norte e estranhas ao mundo meridional»²⁶².

Num outro estudo e com carácter mais abrangente, Santiago Macias e Cláudio Torres, afirmam que «a Reconquista parece ter representado o fim» da tipologia de matriz mediterrânica em que os diversos compartimentos se distribuem em redor de um pátio central²⁶³.

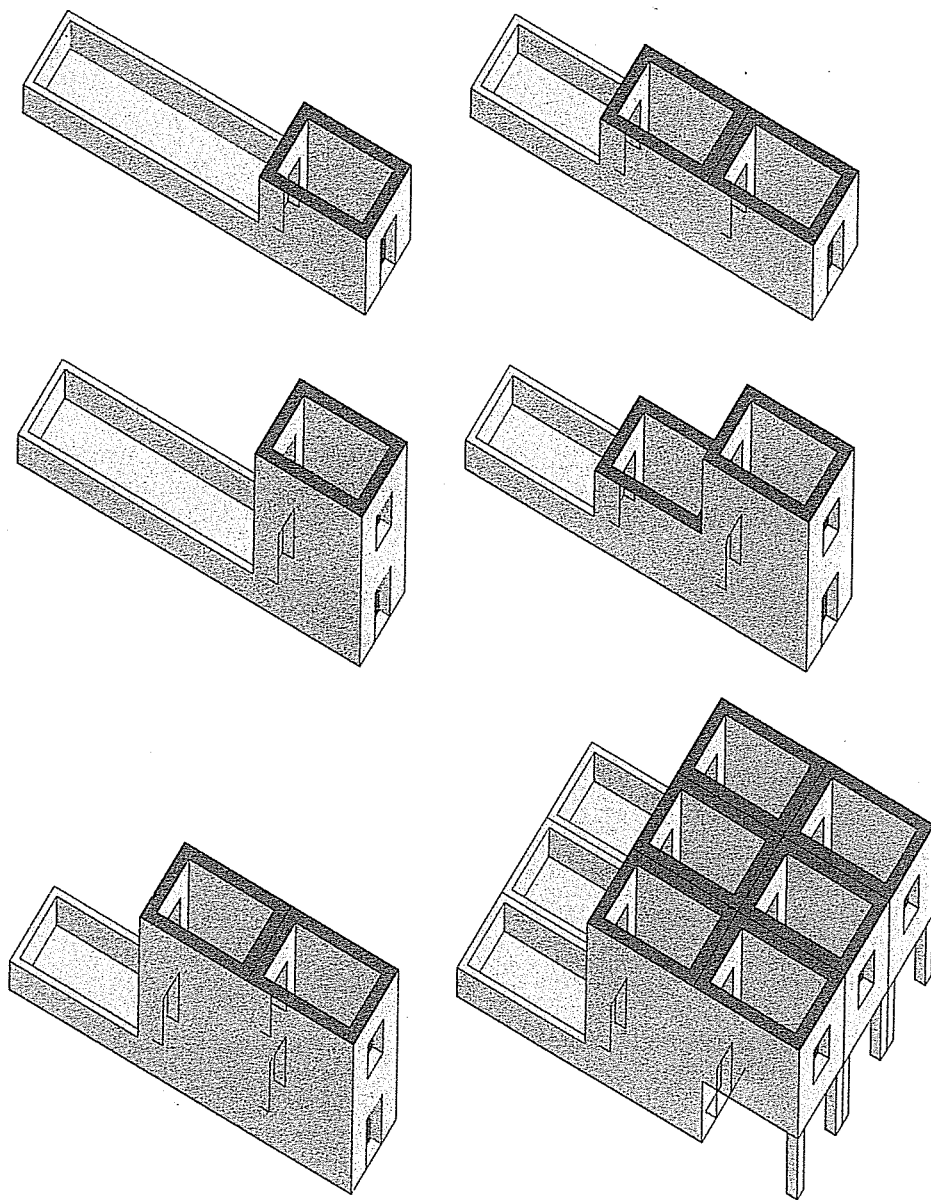
Em concordância com esta teoria está a total ausência de registos a pátios centrais na casa corrente do Portugal medieval. Quanto ao pátio dianteiro, a sua representatividade é de tal forma reduzida em relação ao conjunto que não permite, em nosso entender, integrá-la no conjunto das principais tipologias ou mesmo propor qualquer tipo de filiação.

²⁶⁰ Maria Ângela Beirante, *Évora na Idade Média*, p. 127; Fernando Rodrigues Branco Correia, *Elvas na Idade Média*, p. 347; *Livro do Almojarifado de Silves*, pp. 13-35.

²⁶¹ José Ferrão Afonso, *A rua das Flores...*, p. 49. A casa mencionada, embora se aproxime do 6.º tipo pela localização dianteira do quintal, difere daquele por ser sobradada.

²⁶² Santiago Macias, "Moura na Baixa Idade Média...", p. 136.

²⁶³ Cláudio Torres e Santiago Macias, "A Islamização do Gharb al-Andaluz", *Memórias Árabo-Islâmicas em Portugal*, Lisboa, Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimientos portugueses, 1997, p. 43.



Representação esquemática das principais tipologias da casa medieval:
«casa só»; casa térrea com duas divisões, a casa dianteira e a casa de dentro;
casa de sótão e sobrado; casa só parcialmente sobradada ou «meio sobrado»;
casa de dois (ou mais) pisos, com duas (ou mais) divisões por piso;
casas sobradadas sobre arcos, esteios ou colunas.

3. Materiais de construção

Os imóveis de que nos chegaram notícia são, na esmagadora maioria dos casos, propriedades urbanas aforadas quer seja pelo rei ou por um conce lho, por um cabido ou colegiada, hospital ou confraria. O seu proprietário, consciente de que a casa é um investimento avultado mas lucrativo enquanto fonte de um rendimento considerável, não deixa nunca de zelar pelo seu estado de conservação. Em grande número de contratos, destacam-se as cláusulas que responsabilizam os foreiros pela manutenção do edifício: «... que sejam obrigados a fazer e refazer e asy as entregar fyndas as tres pes-soas...»²⁶⁴.

«Adubar», «reparar» e «coreger» «de guisa que sejam sempre melhora-dos e nom pejorados» são algumas das expressões que mais frequentemente surgem na documentação.

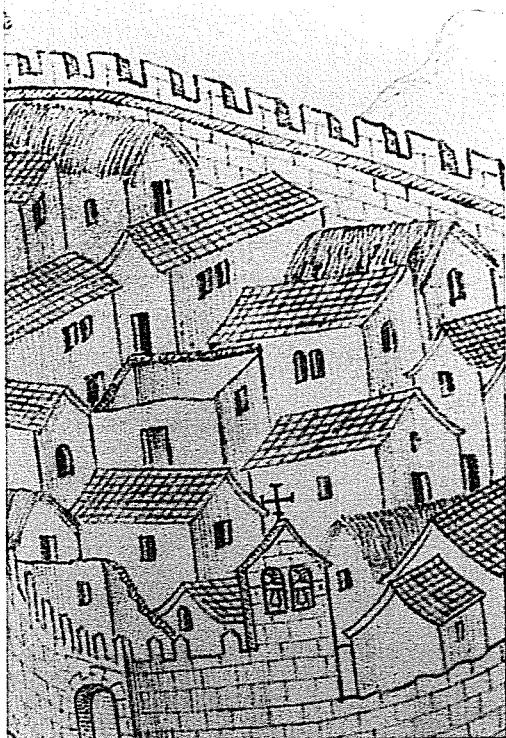
Fixam-se prazos diversos para as benfeitorias, mais ou menos dilatados consoante o volume das obras a empreender²⁶⁵ e o não cumprimento do limite de tempo estabelecido pode levar à denúncia do contrato. Tal foi o caso de Pedro Anes Cortes, tanoeiro que por «nom poder coreger e levantar» as casas que trazia emprazadas na Rua da Lada «...as demitio e renunciou todoo dirreito e pose que em elas tiinha»²⁶⁶. Quando as obras eram de vulto, o proprietário podia fornecer parte dos materiais ou compensar o foreiro per-doando, por um determinado período, o foro devido. Exemplo do primeiro

²⁶⁴ Ana Margarida Ribeiro Rosa, *Hospital Real de Coimbra 1485-1529*, trabalho curricular apresentado no âmbito da disciplina de Paleografia e Diplomática, Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 1989, p. 18.

²⁶⁵ A obrigatoriedade de construir casa em chão aforado podia, na Guarda de finais do século XV, ser feito num prazo que ia dos dois aos doze anos. Rita Costa Gomes, *A Guarda medie-val...*, p. 64. Para obras menores, os prazos seriam naturalmente mais curtos, normalmente de um a dois anos. Outra modalidade corrente era a de fazer as benfeitorias ao longo do contrato caso de Rui Lagoa a quem, em 1491, o Cabido da Sé de Braga incumbe de, no primeiro ano, fazer "as portas de novo e soalho e no segundo corregera os balcoois e no terceiro todo o que mais for necessario". Rui Maurício, *O Mecenato de D. Diogo de Sousa...*, p. 43, nota 17.

²⁶⁶ Luís Miguel Duarte e Luís Carlos Amaral, "Prazos do século e prazos de Deus (os afo-ramentos na câmara e no cabido da Sé do Porto no último quartel do século XV)", *Jornadas sobre Portugal Medieval*, Leiria, Câmara Municipal, 1983, p. 333. Em Lisboa, também Fernam de Miz-quita perdia as casas que trazia aforadas à Porta do Ferro por não as reparar no prazo acordado. Quebradas as cláusulas contratuais, corregedores, vereadores e procuradores dos mesteres man-dam ao procurador da cidade "que vaa fillhar a pose das dictas casas em nome da dicta çidade e se metam em pregam pera se aforarem a quem por ellas may's der...", *Livro das Posturas Antigas*, pp. 200-201.

caso é Gonçalo Vasques, carniceiro, morador em Torres Vedras, que recebe a pedra necessária para as obras que lhe são impostas pelo raçoeiro de Santa Maria do Castelo: «E eu uos de pedra que auonde pera as paredes [...] e uos acarretedes aa uosa custa E que outrosy se ouuer mester pedra alguua pera o portall da Rua que Eu uolla de...»²⁶⁷. Na Segunda modalidade integra-se Gonçalo Dominguez, ferreiro, a quem os vereadores da Câmara do Porto «...quitaram a renda de dous anos por tal que faça em estes dous anos huum sobrado de novo em as dictas casas...»²⁶⁸. Outra forma de compensar os foreiros pelos gastos despendidos passava pela renovação de empraçamentos anteriores sem actualização do foro. Quando, pelo contrário, os trabalhos eram promovidos pela instituição proprietária, a contrapartida era o aumento da renda de forma a recuperar o investimento realizado²⁶⁹.



Ao foreiro não competia apenas evitar o desgaste normal a que o tempo e uma utilização prolongada sujeitam qualquer edifício. Mesmo a situação excepcional era da sua responsabilidade: «... e que se nom podessen escusar de pagar per fogo nem per auguas nem per guerra nem per cerca nem per viinda de inimigos nem

Duarte de Armas,
Livro das Fortalezas, 1509.
Pormenor de Monforte.

²⁶⁷ Ana Maria Seabra de Almeida Rodrigues, *Torres Vedras...*, p. 167, nota 176.

²⁶⁸ “*Vereações*”. *Anos de 1431-1432*, leitura, índices e notas de João Alberto Machado e Luís Miguel Duarte, Porto, Câmara Municipal, 1985, p. 37.

²⁶⁹ Maria Inês Gonçalves Marques, *A colegiada de S. Martinho de Sintra nos séculos XIV e XV. Património e gestão*, dissertação de mestrado apresentada à Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, Lisboa, 1997, p. 39.

per outro caso nenhuu fortuito que no dicto tempo acontnessaa»²⁷⁰. Esta fórmula, embora não seja das mais correntes, não deixa de ser elucidativa. Revela as preocupações de um proprietário extraordinariamente atento e precavido, o Cabido da Sé de Coimbra, que não deixa de se proteger contra todas as situações possíveis. Ao ser incluída num documento de 1382, reflecte particularmente a conjuntura de guerra vivida à época e a forma desastrosa como afectava o quotidiano das populações. Muito comuns são as precauções contra os danos causados por fogo, água e terremotos ou, de forma mais abrangente, contra todo o «caso fortuito», expressões recorrentes, pelo menos em documentação de Coimbra.

A fragilidade da casa corrente medieval e o rápido desgaste a que estava sujeita, de que é prova o elevadíssimo número de pardieiros registados em qualquer cidade, determinava a omnipresença deste tipo de clausulado que, em protecção do proprietário, fazia recair sobre o foreiro o grosso das obrigações.

Embora as fórmulas utilizadas sejam muitas vezes estereotipadas e vagas, limitando-se ao simples «mantenham e façam e reffaçam» surgem, ocasionalmente, instruções bem mais minuciosas onde se incluem os materiais a utilizar: «...com condiçom que a correga de ripa e telha»²⁷¹ ou «...que uos as corri-gades e repairades de paredes traves tavoados solhados taypas portas frontaes madeira pregadura ripa e telha...»²⁷². Nestes casos, constituem um auxiliar precioso, por vezes único, para o conhecimento dos diferentes materiais que entravam na composição da casa comum.

Da análise do Quadro IV, onde compilámos os dados recolhidos, impõe-se uma conclusão: de Norte a Sul do País, a construção da casa corrente medieval caracteriza-se pela junção de materiais diversos, sem que nenhum detenha a exclusividade.

²⁷⁰ João Albertino Marujo e Olímpio Ferreira, *Pergaminhos da Sé de Coimbra 1373-1391*, trabalho curricular apresentado no âmbito da disciplina de Paleografia e Diplomática, Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 1989, p. 69.

²⁷¹ "Vereações". *Anos de 1431-1432...*, p. 123.

²⁷² Luís Miguel Duarte e Luís Carlos Amaral, "Prazos do século...", p. 333.

QUADRO IV – Materiais utilizados nas diferentes localidades

Localidade	Materiais de Construção
Abrantes	Pedra, madeira e telha ²⁷³
Alcácer do Sal	Pedra e cal, tijolo, taipa, telha ²⁷⁴
Aveiro	Tijolo, pedra, madeira, telha ²⁷⁵
Avis	Pedra, barro, taipa, madeira, telha ²⁷⁶
Barcelos	Madeira, taipa, pedra ²⁷⁷
Braga	Pedra, tijolo, madeira, cal e telha ²⁷⁸
Castelo de Vide	Tijolo, madeira, pedra ²⁷⁹
Coimbra	Pedra e cal, madeira, tijolo, adobe, telha ²⁸⁰

²⁷³ Hermínia Vasconcelos Vilar, *Abrantes medieval...*, p. 28.

²⁷⁴ Maria Teresa Lopes Pereira, *Alcácer do Sal...*, pp. 133-136. A autora encontrou um uso generalizado da pedra e cal, sobretudo ao nível dos alicerces, mas também em paredes, cunhais, escadas e arcos.

²⁷⁵ Maria João Violante Branco Marques da Silva, *Aveiro medieval*, Aveiro, Câmara Municipal, 1991, pp. 47-48. Predominância para o tijolo, madeira e cal mas sem excluir a pedra.

²⁷⁶ "Direitos, bens e propriedades da Ordem e Mestrado de Avis...", pp. 86-94. A descrição das casas que a Ordem possuía em Avis revela-se extraordinariamente rica para a análise dos materiais de construção. Em todas predomina a parede de pedra e barro até determinada altura (normalmente rés-do-chão) e daí para cima de taipa. Os portais são de alvenaria, a estrutura do telhado é em madeira e a cobertura em telha vã. Os tectos são, por vezes, forrados de cortiça.

²⁷⁷ Maria da Conceição Falcão Ferreira, "Barcelos terra de condes...", pp. 49-50. Embora predomine a madeira e a taipa, pelo menos ao nível dos alicerces a pedra parece ter sido utilizada como se depreende das descrições: "...repartida em três casas por paredes até o sobrado em cima no sobrado tem casa dianteira e cozinha e camara repartidas por taipas...". A designação de «parede» em oposição a taipa ou «tavoado» parece querer designar, como sugeriu a autora, ou a utilização da pedra ou de «uma solução arquitectónica de maior robustez».

²⁷⁸ Rui Maurício, *O Mecenato de D. Diogo de Sousa...*, pp. 103-110.

²⁷⁹ Diamantino Sanches Trindade, *Castelo de Vide...*, p. 73. Embora os materiais utilizados não sejam analisados, faz-se, pelo menos, referência a pavimentos de tijoleira, entre outros em terra batida, bem como ao uso da madeira (pinho e castanho). A pedra deveria ser o material escolhido para as portas «de ogiva simples, trilobadas, de verga direita ou segmento circular».

²⁸⁰ Nem o *Almoxarifado de Coimbra* nem o *Tombo Antigo da Câmara*, por nós estudados, fazem referência aos materiais. O mesmo parece verificar-se no estudo levado a cabo por Anísio Saraiva sobre a propriedade urbana das confrarias e hospitais. As indicações que possuímos são, por isso, recolhidas em documentação dispersa, sempre vagas e em número insuficiente para permitirem concluir qual o material predominante. Em 1326 o monarca afora uma casa junto ao Paço da Alcáçova com a condição de Joham Perez "fazer benefactoria na dicta casa de pedra e cal e madeira e de sobrados per que a dicta casa valha mais...", *Chancelarias Portuguesas, D. Afonso IV*, 3 vols. Instituto Nacional de Investigação Científica-Centro de Estudos Históricos da Universi-

Localidade	Materiais de Construção
Élvas	Pedra, cal, taipa, madeira, tijolo, telha, ²⁸¹
Évora	Pedra, cal, taipa, tijolo, telha, madeira ²⁸²
Guarda	Pedra, madeira e telha ²⁸³
Guimarães	Madeira, taipa, adobe, palha, barro, pedra e telha ²⁸⁴
Mértola	Pedra e barro, taipa, telha ²⁸⁵
Montemor-o-Novo	Tijolo, taipa, pedra, cal ²⁸⁶
Leiria	Madeira, taipa, adobe, pedra ²⁸⁷

dade Nova de Lisboa, Lisboa, 1992, vol. I, p. 70. Em 1373, o Cabido da Sé empraça dois pardieiros sob condição de João Anes, alfaiate, aí fazer "hua casa de paredes de madeira e de telha". Alguns anos depois o mesmo cabido impõe a construção de uma parede de pedra e cal. João A. Marujo e Olímpio Ferreira, *Pergaminhos da Sé de Coimbra...*, respectivamente p. 11 e p. 80. Em 1503, diz-se de umas casas em Coimbra, à porta do Castelo: "...ao tempo que lhe fora feito o dito empraçamento as ditas cassas estavam pera cahir e elle as sobradara e solhara e rebocara as paredes [...] e o dito cortinhall o tapara todo de pedra...". Ana Margarida Ribeiro Rosa, *Hospital Real de Coimbra...*, p. 17. Na década de 30 do século XVI, estabelecia-se que as casas da Rua da Sofia seriam de "dous sobrados dalto do amdar da dita Rua para çima e toda ha fromtarja della fara de pedra e call...". Pedro Dias, *A arquitectura de Coimbra na transição do gótico para a renascença. 1490-1540*, Coimbra, Epartur, 1982, p. 44. Em S. Martinho da Árvore, o Cabido da Sé de Coimbra ordena a construção de uma casa com paredes de pedra e cal, até à altura de um homem, e daí para cima de pedra, adobe ou lodo com cobertura de madeira e telha. Maria Helena da Cruz Coelho, *O Baixo Mondego nos finais da Idade Média*, Lisboa, Imprensa Nacional Casa da Moeda, 1989, p. 687.

²⁸¹ Fernando Rodrigues Branco Correia, *Élvas na Idade Média*, pp. 392-399.

²⁸² Maria Ângela Beirante, *Évora na Idade Média*, p. 127. Maria Ângela Beirante e João J. Alves Dias, "O património urbano da Ordem de Cristo...", p. 71; Bernardo de Vasconcelos e Sousa, *A propriedade das albergarias...*, p. 68.

²⁸³ Rita Costa Gomes, *A Guarda medieval...*, pp. 74-75. A autora defende que as características da região, rica em afloramentos graníticos, permitem concluir que "a pedra deveria fazer parte dos materiais fundamentais da casa urbana".

²⁸⁴ Maria da Conceição Falcão Ferreira, *Uma rua de elite...*, pp. 226-228; Maria da Conceição Falcão Ferreira, *Guimarães...* p. 534-552. O predomínio absoluto pertence à madeira limitando-se a pedra aos alicerces e outros pontos de suporte. A taipa mencionada é a chamada taipa de fasquio com estrutura feita da junção de várias tábuas, dispostas na horizontal, vertical e diagonal, diferente, portanto da taipa utilizada no Sul, junção de areia, brita e argila.

²⁸⁵ Vítor M. Pavão dos Santos, "As «casas» do Alcaide-Mor de Mértola no início do século XVI", *Bracara Augusta*, XXXI, 71-72, Braga, 1977, pp. 255-264. Embora se limite a um exemplo, o das casas que Martim Freire trás aforadas em que as "...paredes sam de taipa com aleçerçes altos sobre a terra de pedra e barro e cubertas de telha vãa...", o autor faz corresponder este tipo de habitação aquele de que disporia a grande maioria dos vizinhos de Mértola no ano de 1515.

²⁸⁶ Jorge Fonseca, *Montemor-o-Novo...*, p. 28.

²⁸⁷ Saúl António Gomes, *Introdução à história do castelo de Leiria*, Leiria, Câmara Municipal, 1995, pp. 23-24. O autor refere que a abundância de pinho e loureiro na região de Leiria

Localidade	Materiais de Construção
Lisboa	Pedra, cal, madeira, tijolo, taipa, adobe telha ²⁸⁸
Óbidos	Madeira, tijolo, pedra ²⁸⁹
Palmela	Pedra e cal, pedra e barro, madeira, tijolo e telha ²⁹⁰
Ponte de Lima	Pedra, madeira, taipa, telha e colmo ²⁹¹
Porto	Pedra, madeira, taipa, cal, telha ²⁹²
Santarém	Madeira, barro, pedra, cal, telha ²⁹³
Setúbal	Madeira, pedra, cal, cortiça e telha ²⁹⁴

determinava a sua utilização na construção corrente. Só a partir dos séculos modernos a pedra terá sido uma alternativa. Em 1488, Lopo Esteves, foreiro de Santa Clara, realizava obras num pardieiro da Praça de S. Martinho da mesma cidade: "...e fezera paredes de pedra e quall e duellas de adobees e madejramento bom e telhou tudo de novo..." Saúl António Gomes, "A Praça de S. Martinho...", p. 63.

²⁸⁸ A. H. de Oliveira Marques, *Portugal na crise...*, pp. 470-471; Iria Gonçalves, *O Património do Mosteiro de Alcobaça...*, p. 113-116; A. de Sousa e Silva Costa Lobo, *História da sociedade em Portugal...*, pp. 101-104; Luís Filipe Oliveira e Mário Viana, "A Mouraria de Lisboa no século XV", p. 196; Manuel Sílvio Alves Conde, "Sobre a casa urbana...", pp. 251-253. Em contratos de finais do século XIII, G. Pradalié encontrou referências a casas com paredes de pedra e cal com cobertura de madeira e telha. Gérard Pradalié, *Lisboa da reconquista ...*, p. 35 e 41.

²⁸⁹ Manuela Santos Silva, *Óbidos medieval...*, p. 104. A autora refere que a "madeira é o material de construção a que mais frequentemente se alude na documentação". O uso da pedra deveria restringir-se às estruturas dos edifícios mais altos. Taipa e adobes também são mencionados.

²⁹⁰ Paulo Drumond Braga, "A construção corrente na região de Palmela...", p. 147. A madeira parece ser preferencialmente utilizada nos interiores.

²⁹¹ Amélia Aguiar Andrade, *Um espaço urbano medieval: Ponte de Lima*, p. 34. Segundo a autora, casas de pedra (granito) e telha só deveriam ser acessíveis às elites urbanas pelo que na casa corrente se usava preferencialmente madeira, taipa e mesmo a cobertura colmada.

²⁹² José Ferrão Afonso, *A rua das Flores...*, pp. 43-45. José Marques, "Património régio na cidade do Porto...", pp. 80-81; Luís Carlos Amaral e Luís Miguel Duarte, "Os homens que pagaram a Rua Nova...", p. 49.

²⁹³ Maria Manuela Santos Silva e Manuel Sílvio Alves Conde, "Recursos económicos de algumas instituições de assistência...", pp. 75-76. A pedra reservava-se para as bases das edificações mais elevadas bem como para guarnições de portas, portais e janelas. A madeira e o barro eram os materiais a que mais frequentemente se recorria, este último quer como taipa e adobe quer como tijolo e telha; Luís Mata concluiu que a existência de vários fornos de cal é um indicador seguro sobre a sua utilização quer nas argamassas, quer no reboco e caiação. Da mesma forma, as duas pedreiras registadas em Santarém podem significar que o uso da pedra estava razoavelmente difundido embora a sua aplicação na casa corrente fosse restrita e pontual (alicerces e guarnições). Luís A. Santos Nunes Mata, *O hospital do Espírito Santo...*, p. 51.

²⁹⁴ Paulo Drumond Braga, *Setúbal medieval...*, pp. 69-70. Refere um prazo do convento de Chelas, de 1487, em que o foreiro é obrigado a reconstruir os frontais do lado da rua em tabuado ou cortiça.

Localidade	Materiais de Construção
Silves	Pedra, cal, telha ²⁹⁵
Sintra	Madeira, pedra, cal, telha, colmo ²⁹⁶
Tomar	Madeira, taipa, adobe, pedra, cal, tijolo e telha ²⁹⁷
Torres Novas	Madeira, barro, pedra, cal, telha ²⁹⁸
Torres Vedras	Pedra, taipa, adobe, tijolo, cal, madeira e telha ²⁹⁹

A tendência tradicional para dividir o País num Norte de granito e num Sul de barro³⁰⁰ não pode, na nossa opinião, ser aplicada aos séculos medievais, concretamente à construção da casa corrente.

Já em 1991, Paulo Drumond Braga punha em causa essa classificação com base em conclusões de estudos recentes, de resto por ele corroboradas para a região de Palmela³⁰¹. Igualmente questionável pareceu a Sílvia Alves Conde, para quem «só estudos mais sistemáticos permitirão aferir da sua validade em termos de construção popular medieval»³⁰².

²⁹⁵ Maria de Fátima Botão, *Silves...*, p. 28. A autora chama a atenção para a ausência quase total de estruturas de madeira.

²⁹⁶ Maria Inês Gonçalves Marques, *A colegiada de S. Martinho de Sintra...*, p. 39; Sérgio Luís Carvalho, *A vila de Sintra...*, p. 138. Refere-se para 1415, "uma casa de pedra e cal até à altura da cinta de um homem e, daí para cima, de pedra e lodo rebocada com cal".

²⁹⁷ Manuel Sílvia Alves Conde, *Tomar medieval...*, pp. 117-121. Madeira e barro sobrelevavam em termos de aplicação a pedra cujo campo de utilização era bastante mais restrito: alicerces, cunhais, arcos e guarnições.

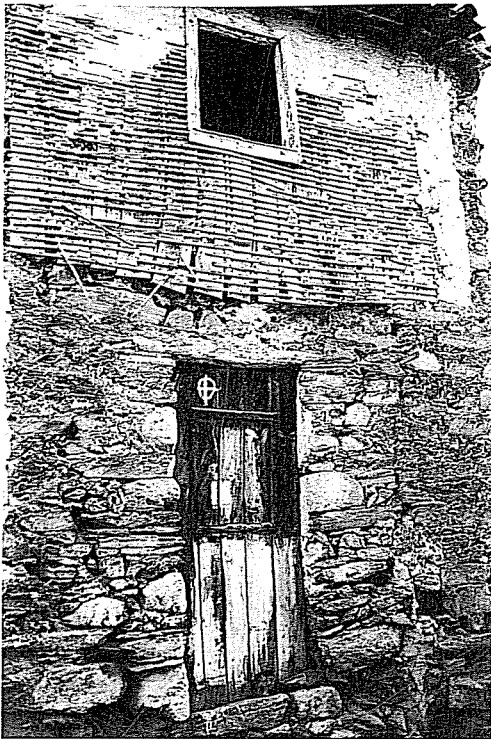
²⁹⁸ A afirmação refere-se ao Médio Tejo em geral e não especificamente a Torres Novas. Manuel Sílvia Alves Conde, *O Médio Tejo...*, pp. 606-614. Segundo o autor, "a pedra era utilizada nos edifícios comuns, mas conjugada com outros materiais, como a cal e o barro e empregue, sobretudo, em elementos estruturantes". Em Torres Novas regista-se o uso de tufo, calcário brando, cortado em paralelepípedos regulares. Cortiça e canas conferiam algum conforto suplementar quando utilizadas como forro dos interiores.

²⁹⁹ Ana Maria Rodrigues, *Torres Vedras...*, pp. 166-169. A pedra utilizava-se preferencialmente nas fundações e guarnições de portas e janelas.

³⁰⁰ Orlando Ribeiro, *Geografia e Civilização*, Livros Horizonte, [s.d.], p. 20. A. H de Oliveira Marques, *A sociedade medieval portuguesa*, p. 63.

³⁰¹ Paulo Drumond Braga, "A construção corrente na região de Palmela...", p. 146-147.

³⁰² Manuel Sílvia Alves Conde, "Sobre a casa urbana...", p. 261, nota 71. Em conferência proferida recentemente na Universidade Nova de Lisboa, Sílvia Alves Conde reafirmou a necessidade de questionar a tese de Orlando Ribeiro, preferindo matizar o contraste civilizacional entre um Norte de pedra e um Sul de barro. No Médio Tejo, região que estudou detalhadamente, não predomina o barro. Sem invalidar a tese do geógrafo remete, no entanto, para a urgência de estudos mais aprofundados sobre o tema.



Freixo de Espada à Cinta.
Exemplo de combinação de materiais diversos
em casa de origem tardo-medieval.

Guimarães dos séculos XIII e XIV, no coração da «civilização do granito», é descrita por Conceição Falcão Ferreira como o «mundo da madeira»³⁰³. Por sua vez, Vítor Pavão dos Santos afirma que da prospeção realizada no Sul do País «o que mais se me apresentou foram paredes ditas de pedra e cal» embora associadas à taipa³⁰⁴.

Pelo nosso lado, todos os exemplos com que nos deparámos apontam sistematicamente para a associação de materiais diferentes ainda que, em determinadas regiões, alguns detenham maior peso que outros.

Em 1408, D. João I, ordena a abertura da Porta da Rua de Carros, na cidade do Porto, permitindo aos moradores da Rua Chã, recentemente ardida, o transporte de pedra, madeira, barro e água para a reconstrução das suas casas³⁰⁵.

Esta mesma combinação de mate-

riais surge numa descrição de meados do século XVI referente a uma casa na Rua do Souto, também no Porto: «...e da banda da rua tem portas de tavoado e todo o frontall de tavoas de roto as quaes casas sam partidas pelo meo de longo os dous terços dellas de taipa de ripa e barro tudo caído dos portões para dentro e tem cada repartimento dous sobrados muito velhos e rotos e de

³⁰³ Maria da Conceição Conceição Falcão Ferreira, *Guimarães...*, pp. 534-535. «...o material mais utilizado nas casas de morada era, sem dúvida, a madeira. O facto de Guimarães se inserir numa subregião granítica não permite extrapolar a transposição dos recursos geológicos ou, pelo menos, estabelecer uma relação linear, entre materiais existentes e a prevalência dos mesmos». Na p. 542, a autora perfilha a afirmação de Jacques Le Goff de que «a Idade Média foi o mundo da madeira».

³⁰⁴ Vítor M. Pavão dos Santos, *A casa no Sul de Portugal ...*, p. 48.

³⁰⁵ «Vereaçãoens». Anos de 1390-1395..., pp. 416-417.

telha vã [...] e todas estas paredes da dita casa sam muito bõos de pedraria e da madeira tudo he muito roto e velho...»³⁰⁶.

Mais a Sul mantem-se a mesma coexistência de materiais. Em meados do século XV, em Santarém, o contador da comarca afora doze parcelas de terreno sob condição de aí fazerem «casas de paredes de pedra e call e taypas madeiradas e telhadas»³⁰⁷.

Madeira, pedra, barro cru (taipa e adobe) ou cozido (tijolo e telha) entram invariavelmente na construção da casa, onde quer que ela se situe. Em 1499, a câmara de Lisboa edita um regimento onde regula minuciosamente a actividade construtiva, desde a qualidade e características dos materiais aos salários de aprendizes e mestres. No rol dos materiais, sem dúvida os de maior utilização, surge a madeira e a pedra, a cal, a telha e o tijolo, a areia e a pregadura³⁰⁸. Os mesmos que no Livro das Despesas do Prioste do Cabido da Sé de Évora entram no «título da despesa d'adubar as casas» ou os mesmos ainda que as posturas quinhentistas de Coimbra proíbem que ocupem as ruas para além de oito dias após a obra acabada³⁰⁹.



Freixo de Espada à Cinta.
Exemplo da diversidade
de materiais construtivos.

³⁰⁶ José Ferrão Afonso, *A rua das Flores...*, p. 45. Embora o empraçamento date de 1560, o imóvel a que se refere é seguramente bastante mais antigo como de resto indica a própria descrição: "tudo he muito roto e velho".

³⁰⁷ Maria Ângela da Rocha Beirante, *Santarém medieval*, Lisboa, Universidade Nova de Lisboa, 1980, p. 112.

³⁰⁸ *Livro das Posturas Antigas*, pp. 229-238.

³⁰⁹ Bernardo de Vasconcelos e Sousa *et alii*, "O Livro das Despesas do Prioste do Cabido da Sé de Évora (1340-1341)", *Revista de História Económica e Social*, 9, Jan./Jun., Lisboa, Sá da Costa, 1982, pp. 91-143; "Livro I da Correia", *Arquivo Coimbrão*, II, Coimbra, 1930-1931, p. 175, artigo 176.

Em que escala e de que forma eram utilizados na construção corrente?

Na Europa, a abundante utilização de madeira está largamente documentada para toda a Idade Média³¹⁰. Portugal não constituiu excepção. Utilizava-se para erguer paredes exteriores, o chamado «frontal de tavao» e divisórias interiores ou «repartimentos de taboado», nos sobrados, na armação da cobertura, forrando compartimentos, «olivelado de», como guarnição de portas e janelas, nas portadas, em escadas, etc. Numa cidade da importância de Ávila, em pleno século XIV, a madeira servia inclusivamente como cobertura exterior, utilização que a documentação portuguesa não registou³¹¹.

Vários factores justificam o peso que assumia na construção civil: a existência de matas um pouco por todo o país bem como a facilidade de transporte possibilitavam a sua utilização em todo o território; as peças de menor qualidade, pequenas e mal trabalhadas, ou seja, aquelas que normalmente seriam utilizadas na construção corrente, obtinham-se a preços relativamente baixos³¹², não sendo de pôr totalmente de parte uma livre utilização das madeiras dos bosques, à semelhança do que acontecia em Castela³¹³; em termos construtivos apresenta algumas vantagens sobre outros materiais: permite edificar paredes estreitas e altas, sem que se coloquem grandes problemas de estabilidade, tudo isto num tempo recorde. Por último, mas não menos importante, o trabalho pouco exigente da madeira, principalmente numa construção rudimentar como era a da casa comum, ficava muito frequentemente a cargo dos próprios proprietários ou arrendatários, tornando dispensável o custo acrescido de mão de obra especializada.

Por todas as razões aduzidas, mesmo em regiões onde a pedra abundava, a madeira continuava a desempenhar um papel fundamental na construção urbana comum. Castanho, sobreiro, carvalho, pinho, faia e loureiro eram algumas das espécies mais utilizadas na sua edificação.

Sem que detivesse exclusividade absoluta, vejamos alguns exemplos que atestam o seu carácter predominante.

³¹⁰ Jacques Le Goff, *A civilização do ocidente medieval*, vol. I, p. 251, vol. II, p. 125; Georges Duby (coord.), *História da vida privada...*, p. 460; Pierre Garrigou Grandchamp, *et alii*, *La ville de Cluny et ses maisons XI^e-XV^e siècles*, Paris, Picard, 1997, p. 78.

³¹¹ Julio Villar Castro, "Organización espacial y paisaje arquitectónico en la ciudad medieval. Una aportación geográfica a la historia del urbanismo abulense", *Cuadernos Abulenses*, 1, Avila, 1984, pp. 69-89.

³¹² Só as grandes peças inteiriças, difíceis de cortar e preparar, com um transporte mais oneroso eram materiais caros senão mesmo de luxo, por isso reservadas para os mastros de navios, edifícios de prestígio ou grandes estruturas. Jacques Le Goff, *A civilização do ocidente medieval*, vol. I, p. 251.

³¹³ Maria del Carmen Carle, "La casa en la Edad Media Castellana", p. 186.

Em 1462, D. Afonso V deplorava o facto das casas da Rua Nova, «teerem frontaes de tavoado»³¹⁴. Também Gomes Eanes da Zurara afirma que as casas mais altas de Lisboa, «se fizeram e fazem com a madeira» vinda das ilhas atlânticas³¹⁵. Alguns anos depois, em 1502, D. Manuel I faz notificar os moradores da Rua Nova e Sapataria que dispõem do curto prazo de um ano para substituir os frontais de madeira por outros de tijolo³¹⁶. Os três testemunhos circunscrevem-se a uma só área, de resto a mais conceituada da cidade de Lisboa. Se a madeira era utilizada na «milhor e mais primçipall» artéria da capital nada nos impede de extrapolar para muitas outras ruas menos nobres da cidade, estendendo-a ao grosso da habitação corrente. A sua ampla utilização justifica que, em meados do século XVI, João Brandão refira o muito tabuado corrente que vem da Flandres «que não há ano que não venham quinze a vinte mil dúzias» para além «das duas a três mil dúzias de tábuas de marca grandes». Segundo o mesmo autor, a Lisboa chegava também «tavoado de Leiria, de corrente e de naus»³¹⁷.

De «Ryba de Doyro» vinha para o Porto a madeira necessária para a construção de barcas e casas. A obrigatoriedade de colocar as cadeias de ferro, símbolo do senhorio temporal da igreja, nos «esteos e tavoados de cada huma cassa da dita cidade» demonstra claramente a frequência com que esse material era utilizado³¹⁸. Em 1515, a Câmara proíbe que os tanoeiros da Rua da Ourivesaria e Banhos queimassem aduelas na via pública porque as casas eram de «tavoado e outrossim se seguir grande perigo em suas pessoas e



Coimbra, Rua de Sargento-Mor.
Pormenor do travejamento em madeira
nos ressaltos da fachada.

³¹⁴ Iria Gonçalves, "Posturas municipais...", pp. 92-93.

³¹⁵ Gomes Eanes da Zurara, *Crónica de Guiné*, p. 18.

³¹⁶ Helder Alexandre Carita Silvestre, *Lisboa Manuelina...*, p. 148.

³¹⁷ João Brandão, *Grandeza e abastança de Lisboa em 1552*, pp. 56-57.

³¹⁸ José Ferrão Afonso, *A rua das Flores...*, pp. 43-46.

fazendas»³¹⁹. O seu uso era de tal forma extensivo que nem sempre se limitava às casas modestas do habitante comum. Até meados do século XIV, a Casa da Câmara, no Porto, era uma construção de madeira, encostada às paredes da Sé³²⁰.

Às vantagens económicas contrapunha-se, contudo, a precariedade da edificação. A forte componente de madeira tornava a casa frágil e de curta duração. Resistindo mal à acção das águas e da humidade, tornava-se necessário revesti-la de argamassas, projectar os beirados e principalmente afastá-la do solo. Nas fundações recorria-se por isso, e também por razões estruturais, à pedra, à pedra e cal, à pedra e barro, à «parede».

Não os silhares, regra geral só utilizados em edifícios de prestígio, civis, religiosos ou militares. Uma extracção morosa e cara, as dificuldades de transporte e uma mão de obra especializada tornavam o seu uso proibitivo na construção corrente. A pedra a que a documentação se refere, de Norte a Sul do país, era a alvenaria, de formato e dimensões irregulares, traçada com argamassas à base de terra e cal. Em 1515, uma casa na Rua da Fonte da Urina, no Porto, é edificada com «paredes de alvenaria de pedra e barro»³²¹.

Se em Guimarães e Barcelos a alvenaria dos alicerces se associa a paredes de madeira e taipa de fasquio³²², noutras localidades combina-se com muros de tijolo, taipa, adobe ou lodo³²³. Com paredes de adobe ou lodo manda o Cabido da Sé de Coimbra construir uma casa nas proximidades da cidade³²⁴. Com «duellas de adobes» reconstrói Lopo Esteves a casa em que vive, em Leiria³²⁵. Com taipa, mistura de barro e pedriça batida a malho em taipal, construía-se em Santarém, Tomar, Elvas, Montemor-o-Novo, Mér-

³¹⁹ "Vereaçãoens". *Anos de 1390-1395...*, p. 429.

³²⁰ "Vereaçãoens". *Anos de 1390-1395...*, pp. 249-250; Maria Isabel Noronha Osório, *Cidade, plano e território: urbanização do plano intramuros do Porto, século XIII, primeira metade do século XIV*, dissertação de mestrado apresentada à Universidade do Porto, Porto, 1994, p. 171.

³²¹ José Ferrão Afonso, *A rua das Flores...*, p. 44.

³²² Maria da Conceição Falcão Ferreira, *Guimarães...*, p. 536 e 542-543; Maria da Conceição Falcão Ferreira, "Barcelos terra de condos...", pp. 49-50. A taipa utilizada no Norte era, como descreve a mesma autora feita com pedaços estreitos e compridos de madeira, as chamadas fasquias, unidas por barro amassado. Sobre esta técnica construtiva veja-se Gabriela de Barbosa Teixeira e Margarida da Cunha Belém, *diálogos de edificação, estudo de técnicas tradicionais de construção*, CRAT, Centro Regional de Artes Tradicionais, 1998, pp. 62-65.

³²³ Vítor M. Pavão dos Santos, "As «casas» do Alcaide-Mor de Mértola...", p. 262; Maria Teresa Lopes Pereira, *Alcácer do Sal...*, p. 133.

³²⁴ Maria Helena da Cruz Coelho, *O Baixo Mondego nos finais da Idade Média*, p. 687.

³²⁵ Saúl António Gomes, "A praça de S. Martinho...", p. 63.



Freixo de Espada à Cinta.

Edifício de origem medieval com piso térreo em pedra e cal e sobrado em taipa de fasquia.

tola, Avis e Alcácer do Sal.³²⁶ Entre as propriedades da Ordem e Mestrado de Avis, em Benavente, descreve-se uma situação que nos parece paradigmática: «estão lancados hus aliceces grandes de pedra e cal, sobre os quaes sam postas taipas»³²⁷.

Os envasamentos de pedra surgem frequentemente como obrigação imposta pelo proprietário que assim zelava pela longevidade do imóvel³²⁸: até à altura de um homem³²⁹, até à altura da cinta de um homem³³⁰, «até ho andar do sobrado» são algumas das expressões que reflectem essa mesma prática.

³²⁶ Luís António Santos Nunes Mata, *O hospital do Espírito Santo...*, p. 51; Manuel Sílvio Alves Conde, *Tomar medieval...*, p. 118; Fernando Rodrigues Branco Correia, *Elvas na Idade Média*, pp. 397-398; Jorge Fonseca, *Montemor-o-Novo...*, p. 28; Vítor M. Pavão dos Santos, «As «casas» do Alcaide-Mor de Mértola...», p. 264; «Direitos, bens e propriedades da Ordem e Mestrado de Avis...», *Ocidente*, 155, XXXIX, p. 88, Maria Teresa Lopes Pereira, *Alcácer do Sal...*, p. 133.

³²⁷ «Direitos, bens e propriedades da Ordem e Mestrado de Avis...», *Ocidente*, 168, XLI, p. 288.

³²⁸ Mesmo nas cidades europeias em que a madeira era o material dominante, a pedra não foi ignorada especialmente para as paredes do rés-do-chão. Georges Duby (coord.), *História da vida privada*, p. 457.

³²⁹ Maria Helena da Cruz Coelho, *O Baixo Mondego nos finais da Idade Média*, p. 687.

³³⁰ Sérgio Luís Carvalho, *A vila de Sintra...*, p. 138.

Sempre que possível, porém, o uso da pedra estendia-se à totalidade das paredes portantes, reservando-se, nestes casos, a madeira para os interiores, madeiramentos dos telhados e acrescentos ligeiros como alpendres e balcões³³¹. Casas de pedra e cal surgem em número significativo em Évora³³², Palmela³³³, Elvas³³⁴ ou Aveiro³³⁵. Registam-se em Lisboa, em finais do século XIII³³⁶, em Coimbra³³⁷, em Barcelos,³³⁸ em Abrantes³³⁹, em Torres Vedras³⁴⁰. De pedra seriam as casas na Guarda³⁴¹ e em Silves³⁴².

Uma maior robustez e longevidade bem como uma maior eficácia face aos agentes atmosféricos aconselhavam a generalizar o seu uso em detrimento de materiais mais frágeis. A humidade e as águas provocavam o apodrecimento de madeiras, taipas e adobes; uma inundação ou uma enxurrada mais forte era suficiente para fazer desabar uma edificação³⁴³. Iria Gonçalves relata um episódio que demonstra bem a precariedade da casa medieval: «quando em 1435 se fez o rol das propriedades do mosteiro de Alcobaça, os arroladores encontraram em Leiria um pardieiro «que estava em cassa pouco tempo há o quall dirribarom cavallos del Rey»»³⁴⁴.

Acima de tudo, paredes de pedra ofereciam melhor resistência ao fogo. O deflagrar de incêndios e a sua rápida propagação constituiu um dos maiores flagelos da cidade medieval. Em poucas horas fazia desaparecer ruas e bairros, causando danos elevadíssimos. As vias estreitas e atravancadas, o carácter rudimentar dos meios de combate e a enorme quantidade de madeira incorporada nas edificações, para mais, cerradas em fileiras compactas, faziam do

³³¹ Iria Gonçalves afirma que, na cidade como no campo, na esmagadora maioria dos casos, a casa era de pedra e cal, embora a madeira desempenhasse um papel importante. Iria Gonçalves, *O Património do Mosteiro de Alcobaça...*, p. 113.

³³² Bernardo Vasconcelos e Sousa, *A propriedade das albergarias...*, p. 68.

³³³ Paulo Drumond Braga, "A construção corrente na região de Palmela...", p. 147.

³³⁴ Fernando Rodrigues Branco Correia, *Elvas na Idade Média*, p. 393.

³³⁵ Maria João V. B. Marques da Silva, *Aveiro medieval*, pp. 47-48.

³³⁶ Gérard Pradalié, *Lisboa da Reconquista...*, p. 35 e p. 41.

³³⁷ João A. Marujo e Olímpio Ferreira, *Pergaminhos da Sé de Coimbra...*, p. 11 e p. 80.

³³⁸ "armada de paredes de cima a baixo" Maria da Conceição Falcão Ferreira, "Barcelos terra de condos...", p. 49.

³³⁹ Hermínia Vasconcelos Vilar, *Abrantes medieval*, p. 27.

³⁴⁰ Ana Maria Rodrigues, *Torres Vedras...*, p. 167.

³⁴¹ Rita Costa Gomes, *A Guarda medieval...*, p. 74.

³⁴² Maria de Fátima Botão, *Silves...*, p. 28.

³⁴³ Em 1331, uma cheia do rio Mondego foi responsável por graves prejuízos na ponte de Coimbra bem como pela destruição de inúmeras casas. *Anais, crónicas e memórias avulsas de Santa Cruz de Coimbra*, introdução de António Cruz, Porto, Biblioteca Pública Municipal, 1968, p. 96.

³⁴⁴ Iria Gonçalves, *O Património do Mosteiro de Alcobaça...*, p. 106, nota 235.

fogo um elemento temível. Em tempo de guerra, o seu poder destrutivo tornava-o numa das armas preferidas de qualquer exército assaltante ou, como o caracterizou José Marques, no soldado ou general mais temido³⁴⁵. Em tempo de paz, numa época em que o homem dependia do fogo para se aquecer e iluminar, os incêndios nem por isso seriam menos frequentes.

Jacques Le Goff dá o exemplo de Ruão que, em apenas vinte e cinco anos, ardeu seis vezes³⁴⁶. Maria del Carmen Carle refere os violentos incêndios de Valladolid, Medina e Burgos³⁴⁷. Portugal não foge à regra. Em Lisboa «se alçou fogo na ferraria da parte do mar, e arderom todallas casas daquela rua e muj gram parte da rua nova»³⁴⁸. Ainda no reinado de D. Fernando, o exército castelhano lançou fogo a Lisboa, alastrando rapidamente a «toda a rua nova, e a freguesia da Madanella, e de Som Giaão, e toda a judaria, a melhor parte da cidade»³⁴⁹. No Porto, arderam casas na Rua das Tendas, houve grande perda e dano na Rua Chã³⁵⁰, foi necessário levantar de novo várias casas da Rua da Lada «as quais foram todas derroidas per fogo»³⁵¹.

Pelos riscos que implicava, monarcas e vereações aconselhavam, quando não obrigavam, a substituir a madeira, por materiais mais seguros como a pedra e o tijolo³⁵². Quando em 1502, D. Manuel ordena a destruição de balcões e sacadas em todas as ruas de Lisboa, justifica-o, entre outros argumentos, por «se escusarem in convenientes dalguns fogos que ás vezes se alevantam...»³⁵³

³⁴⁵ José Marques, "Aspectos da vida de fronteira nos finais da Idade Média", *Jornadas de Cultura Hispano-Portuguesa*, Madrid, Universidad Autonoma, 1999, pp. 183-208. Sobre a utilização do fogo na arte da guerra, veja-se João Gouveia Monteiro, *A guerra em Portugal nos finais da Idade Média*, Coimbra, Faculdade de Letras, 1997, pp. 556-558.

³⁴⁶ Jacques Le Goff, *A civilização do ocidente medieval*, vol. II, p. 125.

³⁴⁷ Maria del Carmen Carle, "La casa en la Edad Media Castellana", p. 185.

³⁴⁸ Fernão Lopes, *Crónica de D. Fernando*, introdução de Salvador Dias Arnaut, Porto, Civilização, [s. d.], p. 104.

³⁴⁹ Fernão Lopes, *Crónica de D. Fernando*, p. 204.

³⁵⁰ "Vereações", *Anos de 1390-1395...*, respectivamente p. 58 e 416.

³⁵¹ Luís Miguel Duarte e Luís Carlos Amaral, "Prazos do século...", p. 333.

³⁵² O mesmo se verifica na Europa onde a componente de madeira é reduzida em benefício da pedra, do tijolo e da telha. Georges Duby (coord.), *História da vida privada...*, p. 177; Em Santiago de Compostela, a edilidade emitiu reiteradamente ao longo do século XVI um conjunto de disposições tendentes a acabar com as construções em madeira. Apesar disso, o recurso à madeira continuou arraigado como se depreende de testemunhos coevos. Clara Alvarez, "La gestión administrativa del concejo de Santiago de Compostela en el ámbito del urbanismo durante el siglo XVI" *La ciudad hispanica durante los siglos XIII a XVI*, tomo I, Madrid, Universidad Complutense, 1985, pp. 151-160.

³⁵³ Helder Alexandre Carita Silvestre, *Lisboa Manuelina...*, p. 149.

Para além de todas as vantagens enunciadas, a pedra conferia maior nobreza sendo por isso preferida em muitas situações: na Rua Nova do Porto³⁵⁴, na Vila Nova de Andrade ou na Rua Nova de Lisboa³⁵⁵, na Rua da Sofia, em Coimbra³⁵⁶. Documentos da Câmara de Coimbra, de 1533-35, reflectem a mesma noção de superioridade da pedra. Por isso o concelho autoriza Álvaro Gonçalves, saboeiro, a ocupar um pedaço do Terreiro das Tanoarias, já que as casas que aí pretendia construir eram «casas grandes e bem feitas de pedra e cal», que em vez de danificarem o terreiro, antes o enobreciam. O mesmo é permitido a João Gonçalves almocreve para que faça umas «casas de pedraria honradas»³⁵⁷.

Material extremamente valorizado, a sua inclusão nas obras de benfeitoria era estimulada pelos arrendatários que, pela mesma razão, incluíam cláusulas específicas impedindo a sua retirada findo o contrato de arrendamento. Em Braga, no ano de 1515, Martim Peres recebe um chão do concelho para edificar casas podendo, para o efeito, utilizar a pedra que «no dicto chão estiver (...) com tal condiçam que toda a pedra que nas dictas casas poseer em nenhuum tempo a poo (sic) dali tirar posto que a traga de fora»³⁵⁸.

Na construção da casa comum, a cal desempenhava um papel fundamental quer como aglomerante, quer enquanto revestimento protector. «Cafellar» e «pinçellar» ou seja, rebocar e cair, são expressões que ocorrem frequentemente na documentação relativa ao Centro e Sul do País onde o seu uso era generalizado³⁵⁹. Casas caiadas, por fora e por dentro, surgem em inúmeras localidades como Óbidos, Granja do Ulmeiro, Torres Vedras, Sintra, Alcácer do Sal, Elvas, Évora e Silves³⁶⁰. Para as cidades do Norte, a documentação é

³⁵⁴ As casas da Rua Nova do Porto ,de pedra e carpintaria, devem ter sido, "as primeiras na cidade gótica, e de forma sistemática, a utilizar a pedra". José Feirão Afonso, *A rua das Flores...*, p. 44. Sobre as habitações da Rua Nova, edificadas pelo rei, veja-se José Marques, "Património régio na cidade do Porto...", pp. 73-97 e Luís Carlos Amaral e Luís Miguel Duarte, "Os homens que pagaram a Rua Nova...", pp. 7-96.

³⁵⁵ Helder Alexandre Carita Silvestre, *Lisboa Manuelina...*, p. 72 e 148.

³⁵⁶ Pedro Dias, *A arquitectura de Coimbra na transição do gótico para a renascença...*, p. 44.

³⁵⁷ João Correia Aires de Campos, *Índice Chronologico...*, p. 67, doc. CXVII e CXVIII.

³⁵⁸ Rui Maurício, *O Mecenate de D. Diogo de Sousa ...*, p. 107, nota 14.

³⁵⁹ "...todas estas casas serem cafelladas e pinçelladas muito bem de dentro e de fora...". Pedro Dias, *Visitações da Ordem de Cristo...*, p. 128; Vítor M. Pavão dos Santos, *A casa no Sul de Portugal...*, p. 50; Manuel Sílvio Alves Conde, "Sobre a casa urbana...", pp. 252-253.

³⁶⁰ Manuela Santos Silva, *Óbidos medieval...*, p. 101; Pedro Dias, *Visitações da Ordem de Cristo...*, p. 128; Ana Maria Rodrigues, *Torres Vedras...*, pp. 167-168; Sérgio Luís Carvalho, *A vila de Sintra...*, p. 138; Maria Teresa Lopes Pereira, *Alcácer do Sal...*, p. 134; Fernando Rodrigues Branco Correia, *Elvas na Idade Média*, pp. 396; Maria Ângela Beirante, *Évora na Idade Média*, p. 127; Maria de Fátima Botão, *Silves...*, p. 28.

omissa embora o uso frequente de taipa de fasquio ou tabique implique um revestimento de argamassa à base de cal³⁶¹.

Quanto à cobertura da casa corrente conclui-se por uma indiscutível hegemonia da telha³⁶². O seu uso está já nesta altura vulgarizado, de Norte a Sul do País. Sobre uma armação de madeira, assentava-se a telha, regra geral, sem forro, ficando a face interior à vista. Este processo conhecido na altura, tal como hoje, por telha vã³⁶³, aumentava o vão embora contribuísse para tornar a casa mais desconfortável. Muito frequentemente a face exterior do telhado seria coberta de cal: «...e era o vento tam grande, que as telhas dos telhados, que eram cubertos com caal, assi as levava como se fossem pena...»³⁶⁴. Protecção que os visitantes da Ordem de Cristo não descuravam ordenando sistematicamente que «...se madeire e cubra de telha muito bem cintado o telhado com suas çintas de cal...»³⁶⁵.

O predomínio da telha não significa, porém, que outro tipo de coberturas, mais rudimentares e económicas como o colmo ou a palha, tivessem desaparecido por completo dos centros urbanos³⁶⁶. Claramente minoritárias, registam-se casas «colmadas» ou «palhaças» no termo de Tomar³⁶⁷, em Guimarães, nas artérias mais pobres do interior da cerca,³⁶⁸ nas proximidades de Santarém³⁶⁹ ou à entrada da Vila de Torres Novas³⁷⁰.

Duarte de Armas, nas várias vistas panorâmicas do Livro das Fortalezas, representa-as tão só em pequenas localidades como Outeiro, Vimioso ou Montalegre. Nos aglomerados mais importantes, tais como Castelo Branco, Elvas ou Sintra, a cobertura do casario faz-se única e exclusivamente com o recurso à telha³⁷¹.

³⁶¹ Gabriela B. Teixeira e Margarida C. Belém, *diálogos de edificação...*, p. 63.

³⁶² Todos os autores consultados são unânimes em reconhecer o predomínio da telha pelo que se remete para bibliografia apresentada em nota ao Quadro IV, pp. 80 e s.

³⁶³ Veja-se a título de exemplo "Direitos, bens e propriedades da Ordem e Mestrado de Avis...", *Ocidente*, 165, XLI, pp. 250-251.

³⁶⁴ Fernão Lopes, *Crónica de D. Fernando*, p. 104.

³⁶⁵ Pedro Dias, *Visitações da Ordem de Cristo...*, pp. 69, 58, 127.

³⁶⁶ Amélia Aguiar Andrade, *Um espaço urbano medieval: Ponte de Lima*, p. 34.

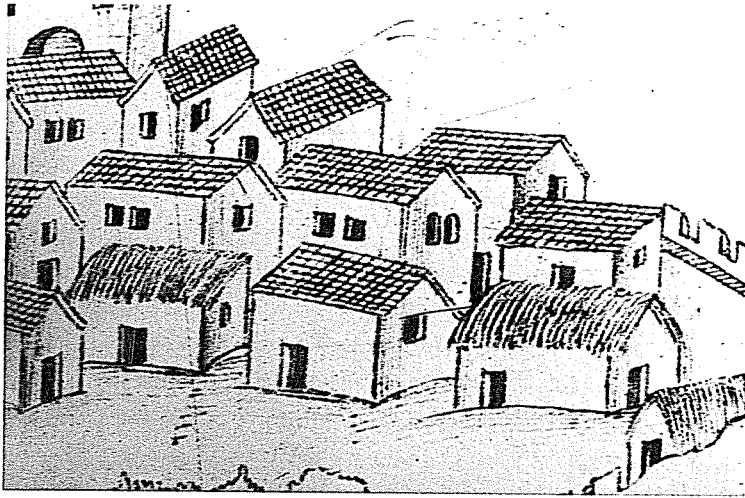
³⁶⁷ Manuel Sílvio Alves Conde, *Tomar medieval...*, p. 121.

³⁶⁸ Maria da Conceição Falcão Ferreira, *Uma rua de Elite...*, p. 223, nota 25. A autora dá o exemplo das Ruas do Sabugal e do Gado. Maria da Conceição Falcão Ferreira, *Guimarães...*, p. 561.

³⁶⁹ Maria Manuela Santos Silva e Manuel Sílvio Alves Conde, "Recursos económicos de algumas instituições de assistência...", p. 76.

³⁷⁰ Manuel Sílvio Alves Conde, *O Médio Tejo...*, p. 613.

³⁷¹ Duarte de Armas, *Livro das Fortalezas*, pp. 87, 85, 97, 52, 25 e 118.



Duarte de Armas, Livro das Fortalezas, 1509.
Pormenor de Vinhais onde pode ver-se a coexistência de casas
com cobertura de telhas e casas palhaças ou colmadas.

Materiais altamente combustíveis³⁷², a palha e o colmo são, por toda a Europa, progressivamente substituídos, muitas vezes por imposição conceitual³⁷³. Na cidade castelhana de Béjar a não aplicação de telha podia levar à expropriação do imóvel³⁷⁴. Em Bruges, nas últimas décadas do século XIII, já só são admitidos telhados de telhas, tendência encorajada ou mesmo imposta pelo município que, para isso, contribui com um terço das despesas³⁷⁵.

Embora firme, o processo de substituição de materiais frágeis por outros mais seguros e resistentes seria lento: em Paris, bem adiantado o século XV, subsistiam ainda casas cobertas por colmo³⁷⁶.

³⁷² Fernão Lopes relata um episódio ocorrido em Barcelos durante as guerras fernandinas que demonstra claramente a total fragilidade das colmaças em caso de fogo: as choças cobertas de colmo, construídas entre a muralha e a barbacã para recolher a população da vila durante o cerco inimigo, a que os castelhanos lançaram um "colmeiro aceso posto em huuma lamça [...] começaram darder [...] e arderom todallas choças com qumto neelas sija, e mujta gente em ellas". Fernão Lopes, *Crónica de D. Fernando*, p. 208.

³⁷³ Georges Duby (coord.), *História da vida privada...*, p. 460.

³⁷⁴ Maria del Carmen Carle, "La casa en la Edad Media Castellana", p. 186.

³⁷⁵ Leonardo Benevolo, *História da Cidade*, São Paulo, Perspectiva, 1983, p. 318.

³⁷⁶ Simone Roux, "L'habitat urbain au Moyen Age. Le quartier de l'Université de Paris", *Annales ESC*, 1969, p. 1215.

Para Portugal, conhece-se o exemplo do Funchal onde, em 1472 e 1481, a edilidade determina que as «casas palhaças» fossem reconstruídas de pedra e cobertas de telha, medida novamente imposta por D. Manuel, ainda duque, por carta de 13 de Janeiro de 1493³⁷⁷. Em Guimarães, só em 1605, a câmara obriga ao uso exclusivo da telha³⁷⁸.

Ainda assim, pode-se afirmar que o uso da telha estava já amplamente divulgado em todos os centros urbanos do país. Segundo João Brandão, só a Lisboa chegavam, por ano, mil milheiros de telha, nos meados do século XVI³⁷⁹.

Quanto aos materiais utilizados no interior da casa corrente, permanece a mesma ideia de uma quase total ausência de requintes. Os pavimentos seriam maioritariamente de terra batida, ao nível do andar inferior, de madeira no sobrado. Paredes caiadas e telha à vista, janelas com simples portadas de pau, mal protegendo do frio e impedindo a entrada de luz.

Noutros casos, sem dúvida na dependência de um maior desafogo financeiro, conseguia-se um acréscimo de conforto, revestindo os pavimentos com ladrilhos e lajes, forrando os interiores com madeiras ou, de forma mais económica, com cortiça e canas.

A pobreza da habitação medieval portuguesa reflecte-se, como observou Oliveira Marques, “nos espantos de Zurara, na sua *Crónica da Tomada de Ceuta* que, embora, atribuídos a vilãos camponeses, transparecem a admiração que os próprios nobres sentiram frente às luxuosas vivendas da moirama: «... cá tal havia entre aqueles que em este reino não tinha uma choça e ali acertava por pousada grandes casas ladrilhadas com tigelos vidrados de desvairadas cores, e os tectos forrados de olival com formosas açoteias cercadas de mármore muito alvos e polidos... nós outros, mesquinhos, que andamos no nosso Portugal pelos campos colhendo nossas messes [...] não temos outro repouso senão pobres casas que, em comparação destas, querem parecer choças de porcos»³⁸⁰.

377 José Manuel Azevedo e Silva, *A Madeira e a construção do Mundo Atlântico (séculos XV-XVII)*, Funchal, Centro de Estudos de História do Atlântico, Secretaria Regional do Turismo e Cultura, 1995, p. 159.

378 Maria da Conceição Falcão Ferreira, *Guimarães...*, p. 561, nota 883.

379 João Brandão, *Grandeza e abastança de Lisboa em 1552*, p. 55.

380 A. H. de Oliveira Marques, *A sociedade medieval portuguesa*, pp. 76-77.

4. Espaço privado e domínio público: um equilíbrio precário

A vida quotidiana do Homem Medieval, na cidade, não se restringia ao interior da sua habitação. Várias eram as tarefas que, extravasando o espaço doméstico privado, invadiam o domínio público, a rua, a travessa, o adro. Talvez porque a casa fosse, em regra, pequena, escura e desconfortável, talvez porque o seu carácter polivalente não convidasse ao retiro, porque lhe faltasse equipamentos básicos ao nível do saneamento e da higiene ou, tão só, porque numa sociedade extrovertida³⁸¹ a rua detinha uma enorme força de atracção. «Porque ela representava a comunicação em todos os sentidos da palavra, a distração e a acção. A vida.»³⁸²

Qualquer que seja a explicação, a verdade é que o estudo da casa corrente tardo-medieval, ou seja, do espaço onde decorria grande parte da vivência diária, não pode limitar-se ao interior de quatro paredes ou, quanto muito, de um quintal anexo. A rua era, na sociedade do Ocidente medieval, entendida e vivida como uma extensão natural da casa. Um espaço público que os particulares tendiam frequentemente a privatizar, prática tanto mais grave quanto mais estreita, sinuosa e íngreme fosse a rua em questão o que, de resto, sucedia na esmagadora maioria dos casos³⁸³.

Do alvorecer ao toque das Trindades, em que o tanger do sino anunciava o recolher obrigatório³⁸⁴, a rua fervilhava de movimento. Para além de lugar de

³⁸¹ Georges Duby (coord.), *História da vida privada...*, p. 440.

³⁸² Georges Duby (coord.), *História da vida privada...*, p. 438. Para uma caracterização da rua medieval veja-se Jean Pierre Leguay, *La rue au Moyen Age*, Ouest-France, Rennes, 1984; Maria Ângela Beirante, "Espaços públicos nas cidades portuguesas medievais...", pp. 67-79; Maria Helena da Cruz Coelho, *Festa e sociabilidade na Idade Média*, Inatel, Coimbra, 1994; Iria Gonçalves, "Entre o campo e a cidade", pp. 221-245; Amélia Aguiar Andrade, "A paisagem urbana medieval portuguesa...", pp. 13-38.

³⁸³ É por demais conhecida a singular estreiteza da rua medieval a ponto de, mesmo nas grandes cidades europeias, uma via de seis ou sete metros de largo surpreender pelas suas dimensões. Salvo raras excepções, a rua medieval caracteriza-se pela sua exiguidade oscilando na maior parte dos casos entre os dois e os cinco metros. Jean Pierre Leguay, *La rue au Moyen Age*, pp. 11-12. Em Portugal o panorama seria idêntico: segundo os cálculos efectuados por Iria Gonçalves, mesmo a Rua Nova de Lisboa, sem paralelo em toda a cidade, não excederia os nove metros de largura. Iria Gonçalves, "Uma realização urbanística medieval:...", p. 124. Muito mais estreitas seriam as artérias secundárias de qualquer centro urbano, onde ruas de metro e meio a três metros constituíam a regra, de resto ainda hoje visíveis nos centros históricos de tantas cidades portuguesas.

³⁸⁴ No Porto de finais do século XIV, a falta de segurança na cidade durante a noite, levou a câmara a deliberar que após o tanger do sino, por três vezes, o recolher fosse obrigatório "para se a dita cidade guardar e a gente recolher". À excepção daqueles que trouxessem candeia acesa,

passagem de gentes e mercadorias, era, como afirmou Amélia Aguiar Andrade, «o cenário do labor quotidiano»³⁸⁵. À porta de casa, na soleira, num degrau ou no alpendre, desenrolavam-se inúmeras actividades, essencialmente femininas³⁸⁶, onde o trabalho se misturava com o lazer. No bulício da rua brincavam as crianças.

Presença sempre constante eram os animais que cada vizinho criava. Galinhas, patos e porcos vagueavam livremente pelas ruas, embora muitas casas dispusessem de quintal, capoeira ou curral. Essenciais à economia doméstica, não deixavam de constituir um perigo tanto para a higiene pública como para os transeuntes. Em Paris, a circulação dos animais é proibida logo em 1130, após a morte do filho de Luís VI, em virtude de uma queda de cavalo provocada por um porco vadio³⁸⁷.

Também em Portugal, os regulamentos municipais tendem a restringir a criação de porcos no interior da cidade, considerados uma verdadeira praga e alvo permanente das queixas dos procuradores em cortes. Limitava-se o seu número a um por casa, proibía-se a criação de porcas, presas ou soltas, determinava-se que os que fossem encontrados a vaguear seriam perdidos para o concelho³⁸⁸. Em Coimbra não era consentida a sua presença pelas ruas da cidade «pela muita sujidade que fazem»³⁸⁹.

A insistência das determinações camarárias, recorrentes ao longo dos séculos XV e XVI, demonstra, porém, o fraco alcance das posturas. Neste, como em muitos outros aspectos, o poder lutava invariavelmente contra o incumprimento da lei, lamentando que «as posturas que feitas são e se fazem por bom regimento da terra não se guardam nem dão à execução como devem»³⁹⁰

todos os que fossem encontrados na rua seriam presos pelos homens do alcaide. "Vereações", *Anos de 1390-1395...*, pp. 373-374. O mesmo se passava em Coimbra onde "se faziam muitos furtos de noite e porque é cousa deshonesta e de que os homens não têm necessidade haverem de estar depois do sino corrido à sua porta, e por se evitarem os maus azos, acordaram (os vereadores) que tôda pessoa se recolha" "Livro I da Correia", *Arquivo Coimbrão*, V, p. 76, artigo 950.

³⁸⁵ Amélia Aguiar Andrade, "Um percurso através da paisagem...", p. 75.

³⁸⁶ "Pentear, catar, coser, tratar a lã e o linho, realizavam-se naturalmente na rua". Maria Ângela Beirante, "Espaços públicos nas cidades portuguesas medievais...", p. 73. As posturas municipais de Coimbra proibiam "maçar linho em ruas correntes" bem como lança-lo "nos adros das igrejas estendido para se amanhar", prova de era um hábito comum. "Livro I da Correia", *Arquivo Coimbrão*, V, p. 49, artigo 839.

³⁸⁷ Jacques Le Goff, *Por amor das cidades*, p. 112

³⁸⁸ *Livro das Posturas Antigas*, respectivamente p. 250, p. 73 e p. 67.

³⁸⁹ "Livro I da Correia", *Arquivo Coimbrão*, II, p. 175, artigo 175.

³⁹⁰ "Livro I da Correia", *Arquivo Coimbrão*, V, p. 80, artigo 960.

Nas ruas de maior vocação comercial, nas tendas e oficinas que ocupavam o nível térreo das habitações, as portas não constituíam fronteiras. Comerciantes e artesãos transpunham as soleiras, expondo as mercadorias em bancas, tabuleiros e poiais, atravancando a via, dificultando a circulação. Inconvenientes que as autoridades tentavam minimizar³⁹¹. A permissão concedida em 1390, a Maria Doniz para colocar «hum tauoleiro a sua porta das casas que ora fez na rua das tendas», deixava bem clara a condição imposta: desde «que nom Embargue o caminho e esto enquanto ao conçelho e ho-meens boos prouuer e mais nom»³⁹². Em Lisboa, na Rua Nova e do Morraz, os tabuleiros não podiam exceder os seis palmos, sob pena de cem libras³⁹³.

Por vezes a utilização do espaço público assumia uma presença ainda mais marcante. Em 1515, D. Manuel proíbe que os tanoeiros da Rua da Ourivesaria e Banhos, do Porto, sempre atravancada de louça e arcos, queimassem as aduelas em plena via «por a rua não ser muito larga, e do dito fogo se seguir muito fumo»³⁹⁴.

O carácter rudimentar da casa corrente medieval sem saneamento de águas residuais e, na esmagadora maioria dos casos, sem instalações sanitárias levava a que também a rua fosse utilizada com esse fim. Embora a preocupação com a higiene e salubridade fosse uma prioridade em todos os centros urbanos de finais da Idade Média, a verdade é que quer a vigilância quer as pesadas multas impostas aos infractores não obtinham os resultados esperados.

Para a rua, onde já se acumulavam dejectos vários, lixos, excrementos de animais e até animais em putrefacção³⁹⁵, vertiam-se diariamente as águas domésticas, os conteúdos dos «camareiros». Imundices e águas escorriam pelas vias rasgando sulcos na terra batida³⁹⁶, só raramente e já bem adiantada

³⁹¹ Iria Gonçalves, "Posturas municipais...", pp. 81-82. Veja-se o exemplo referido pela autora na nota 27, sobre os inconvenientes originados pela venda de pão nas ruas e praças de tal forma que "as priçisões e Jentes que per a dicta praça vão se anojam dello e aas vezes nam podem per ella hyr com enpachamento das dictas vendedejras...".

³⁹² "Vereaçãoens", *Anos de 1390-1395...*, p. 50.

³⁹³ *Livro das Posturas Antigas*, p. 61.

³⁹⁴ "Vereaçãoens", *Anos de 1390-1395...*, p. 429.

³⁹⁵ É o que se pode inferir pelas posturas municipais: "quando quer que pelas ruas e praças se acharem bêstas, cães, gatos, aves mortas e quasquer outras coisas sujas e fedorentas..." «Livro I da Correia», *Arquivo Coimbrão*, V, p. 59, artigo 881.

³⁹⁶ Mesmo em Lisboa, a esmagadora maioria das ruas permaneceu terrenta até à década de oitenta do século XV. "A própria Rua Nova só naquela época começou a ser convenientemente lageada". Iria Gonçalves, "Posturas municipais...", p. 90. Em Portugal, nos séculos anteriores, apenas as ruas de maior inclinação seriam pavimentadas, única forma de assegurar a circulação pelo

a Idade Média, recolhidas em canos, a céu aberto ou cobertos³⁹⁷. Mesmo quando existiam, a sua eficácia era limitada pela frequente ruptura e obstrução das condutas³⁹⁸.

Esterqueiras e águas sujas foram, pelo menos a partir dos grandes surtos de peste do século XIV, consideradas como nefastas para a saúde pública. Em 1484, D. João II, em carta ao concelho de Lisboa atribuía a origem da epidemia que então grassava «a grande çugidade das esterqueiras e muntoros que em çidade há»³⁹⁹. Vários anos depois, em 1525, era D. João III quem determinava a limpeza de um monturo em Coimbra, lembrando que na cidade haviam falecido trezentas e setenta e três pessoas⁴⁰⁰. Identificados como focos infecciosos, originaram um conjunto de determinações camarárias e régias, tendentes a melhorar a higiene urbana.

No Porto, já em 1336, se proibia deitar «água lixosa ou outro lixo na rua». Permitia-se apenas o despejo de água limpa desde que precedido pelo tradicional grito de «água vai», obrigatoriamente lançado por três vezes, sob pena de 5 soldos⁴⁰¹. Por toda a parte, as autoridades tentavam delimitar os

menos no Inverno, quando se transformavam em verdadeiros lamaçais. É seguramente essa a explicação para, numa data tão remota como 1288, existir em Óbidos uma calçada. Manuela Santos Silva, *Óbidos medieval...*, p. 48. O panorama não era, de resto, muito diferente nos outros reinos peninsulares. Madrid, Santiago de Compostela e Oviedo, a título de exemplo, também só nos primeiros anos do século XVI são alvo de uma política generalizada de calcetamento. Carmen Losa Contreras, *El concejo de Madrid en el tránsito de la Edad Media a la Edad Moderna*, Madrid, Dykinson, 1999, p. 487; Clara Alvarez, "La gestión administrativa del concejo de Santiago de Compostela...", pp. 155-156 e Margarita Cuartas Rivero "La forma urbana de Oviedo en el primer tercio del siglo XVI", *La ciudad hispanica durante los siglos XIII al XVI*, tomo I, Madrid, Universidad Complutense, 1985, pp. 242-243.

³⁹⁷ Sobre a introdução de uma rede de esgotos na cidade de Lisboa, veja-se Iria Gonçalves, "Posturas municipais...", pp. 89-90. A importância do esgoto, mesmo a céu aberto, era tal que, quando existia, passava a designar a rua por onde passava, caso de Torres Vedras onde se regista a rua do Cano Real. Ana Maria Rodrigues, *Torres Vedras...*, pp. 142-143. Amélia Aguiar Andrade, "Conhecer e nomear: a toponímia das cidades medievais portuguesas", *A cidade. Jornadas inter e pluridisciplinares*, Actas I, Lisboa, Universidade Aberta, 1993, p. 129.

³⁹⁸ "considerando como muitas pessoas no tempo das chuvas e enxurradas grandes deitam de suas casas nas ditas enxurradas muitas sujidades de esterco, palha com que se os canos da cidade entupem donde se recebem muitas perdas...", "Livro I da Correia", *Arquivo Coimbrão*, V, p. 75, artigo 948.

³⁹⁹ Maria José Ferro Tavares, "A política municipal de saúde pública (séculos XIV e XV)", *Revista de História Económica e Social*, 19, Janeiro-Abril, Lisboa, Sá da Costa, 1987, p. 26.

⁴⁰⁰ João Correia Ayres de Campos, *Índices e sumarios dos livros e documentos mais antigos e importantes do Archivo da Camara Municipal de Coimbra*, Coimbra, Imprensa da Universidade, 1867, p. 49.

⁴⁰¹ "Vereações", *Anos de 1390-1395...*, p. 374.

locais de despejo, em regra junto aos rios, para que a-maré os levasse⁴⁰² ou criando monturos próprios⁴⁰³. Apesar disso, e das multas aplicadas aos infractores⁴⁰⁴, as posturas sucedem-se. Proibia-se o lançar de privados e cisco nas enxurradas, o despejo de urina e águas fedorentas nas ruas, cães, gatos e bestas mortas não eram consentidos à porta das casas, impedia-se salgas de pescado nas sacadas «porque corre a salmoura por çima das roupas que os homens e mulheres trazem vestido». Aos almotacés cumpria a supervisão da limpeza⁴⁰⁵, obrigando cada morador a varrer o espaço fronteiro à sua porta, correndo a cargo da cidade nos locais onde não existiam vizinhos⁴⁰⁶. As medidas tornavam-se mais severas em vésperas de procissões. No Porto, os vereadores ordenam aos almotacés que «facam alynpar as Ruas e Vieias que ouuer em a dicta çidade como seiam lynpas E bem uaridas ata vespera do corpo de deus su pena de pagarem quinhentas libras»⁴⁰⁷.

Algumas municipalidades faziam edificar latrinas comuns, sobre as muralhas ou cursos de água. Existiram no Porto, sobre o muro da Praça da Ribeira, embora a Vereação as tenha mandado derrubar «per quanto ssom nogossas no dicto logo e dam fedor na dicta praça»⁴⁰⁸. No Livro de Posturas Antigas, de Lisboa, refere-se a «ponte que estaa sobre o rrego das privadas» reflectindo certamente uma situação idêntica⁴⁰⁹.

⁴⁰² Em Coimbra permitia-se lançar lixo «ao redor do rio [...] em tal maneira que sempre carregue contra o rio e não contra a cidade». «Livro I da Correia», *Arquivo Coimbrão*, V, p. 55, artigo 863. Em Lisboa, na zona ribeirinha, os lixos deviam ser lançados na água em altura de preia-mar. Iria Gonçalves, «Posturas municipais...», pp. 83.

⁴⁰³ Em Coimbra, um dos espaços destinados à recolha do lixo situava-se fora da Porta do Castelo, «em uma grande barroca que aí está ao fundo da calçada». «Livro I da Correia», *Arquivo Coimbrão*, V, p. 55, artigo 863.

⁴⁰⁴ As multas aplicadas eram de valores diferentes consoante o local onde os despejos fossem efectuados, mais altas nos locais mais nobres ou de maior centralidade, menores nas ruas periféricas ou secundárias. Em Coimbra, à Porta de Belcouce, ascendia a 100 reais, reduzindo-se para metade desse valor nos outros locais. «Livro I da Correia», *Arquivo Coimbrão*, V, p. 55, artigo 863-864.

⁴⁰⁵ Nas Ordenações Afonsinas define-se como obrigação dos Almotacés o andar pela cidade «en tal guisa que se nom faça em ella sterqueira». *Ordenações Afonsinas*, Livro I, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 1984, pp. 184-185.

⁴⁰⁶ Era o caso da Praça de Coimbra, varrida em todo o perímetro pelos moradores «que viverem ao redor», ficando o vão da praça a cargo de «carreiros» pagos pela câmara. «Livro I da Correia», *Arquivo Coimbrão*, V, p. 147, artigo 1198.

⁴⁰⁷ «Vereaçãoens». *Anos de 1401-1449. O segundo Livro de Vereações do Município do Porto existente no seu Arquivo*, nota prévia de J. A. Pinto Ferreira, Porto, Câmara Municipal, 1980 p. 184.

⁴⁰⁸ «Vereaçãoens», *Anos de 1401-1449...*, p. 24.

⁴⁰⁹ *Livro das Posturas Antigas*, p. 87.

Sobre este aspecto específico fica-nos, através da documentação, a ideia de uma extrema dificuldade em criar hábitos de higiene nas populações urbanas. Em Coimbra, a edilidade proíbe a qualquer pessoa fazer «os seus feitos na praça ou em ruas e quelhas públicas» sob pena de 30 reais, medida que não se aplicava a «meninos de quatro anos para baixo»⁴¹⁰. O incumprimento das posturas era de tal ordem que nem a escada que dava acesso à Torre de Almedina, onde então se realizavam as sessões camarárias, era poupada da «descortesia que os homens e moços faziam em virem fazer seus feitos». Aí, porém, o castigo era proporcionalmente mais grave: mil reais e quatro dias de prisão se fosse homem, mancebo ou escravo, trezentos reais e dez dias de cadeia se fosse moço⁴¹¹.

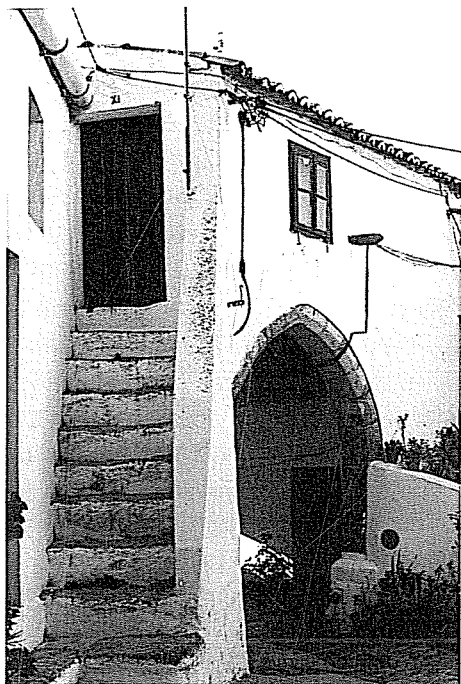
Bastante mais grave que esta ocupação temporária da via pública, era a forma como a própria casa conquistava espaço à rua privatizando ar e solo comunitário⁴¹². Eram as sacadas e balcões, os passadiços e as escadas, os alpendres e beirados de que falámos anteriormente a propósito da caracterização morfológica da casa corrente. A sua profusão dava origem a frentes de ruas desalinhasdas⁴¹³, ora reentrantes ora salientes, estrangulando a passagem

⁴¹⁰ "Livro I da Correia", *Arquivo Coimbrão*, V, p. 61, artigo 892.

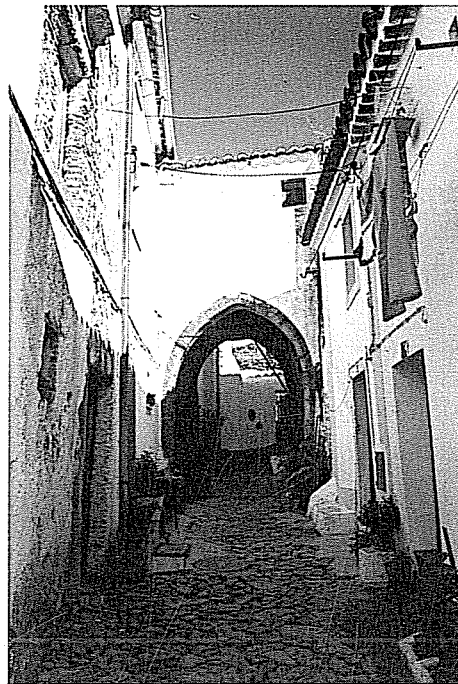
⁴¹¹ A inexistência de instalações sanitárias privadas e o seguramente reduzido número das públicas, fazia das ruas um espaço necessariamente utilizado para esse fim. Em Santarém, Lourenço de Guimarães recebe autorização para fechar uma azinhaga contígua às suas casas com base no argumento que aí «homees e molheres e moços estavam cagando e mijando e outros alçavam testeiradas dourina» comprometendo a saúde dos habitantes das casas próximas. Maria Ângela Beirante, "Espaços públicos nas cidades portuguesas medievais...", p. 77. Nalgumas cidades europeias as autoridades concelhias obrigavam à construção de privadas, caso de Ruão onde a determinação, generalizada a todos os proprietários, data de 1519. Georges Duby (coord.), *História da vida privada...*, p. 461. Nada de tão precoce surge em Portugal.

⁴¹² Passadiços e alpendres eram objecto de aforamento por parte das autoridades. Em 1464, a câmara do Porto aforou a título prepétuo, a João de Biscaia "ho ceu e ar que esta sobre a viella que he no dicto logo de Vila Nova que vem teer a rua direita por 10 soldos de moeda antiga. Em 1479 a mesma câmara cobrava a Gonçalo Martins, ferrador, 20 reais brancos pelo alpendre que construía. Dez anos depois era João Pires, tanoeiro, quem pagava 1 maravedi por ano, à câmara, pelo alpendre das casas que tinha na rua dos Banhos. Luís Carlos Amaral, «Subsídios documentais para o estudo da propriedade...», p. 83, 97 e 110.

⁴¹³ Contra o característico desalinhamento da rua surgem, em finais do século XV e princípios do XVI, um pouco por toda a parte, várias medidas: a obrigatoriedade de construir parede direita, que já referimos anteriormente, a proibição de abrir alicerces sem antes o fazer saber ao juiz e vereadores para que "se não tome nada da cidade nem se saiam mais para fora", "Livro I da Correia", *Arquivo Coimbrão*, II, p. 175, artigo 177; a imposição de endireitar, segundo parecer aos regedores, imóveis velhos que "façam recanto e tortura nas ruas", "Livro I da Correia", *Arquivo Coimbrão*, V, p. 52, artigo 850.



Castelo de Vide,
antigos Paços do Concelho.



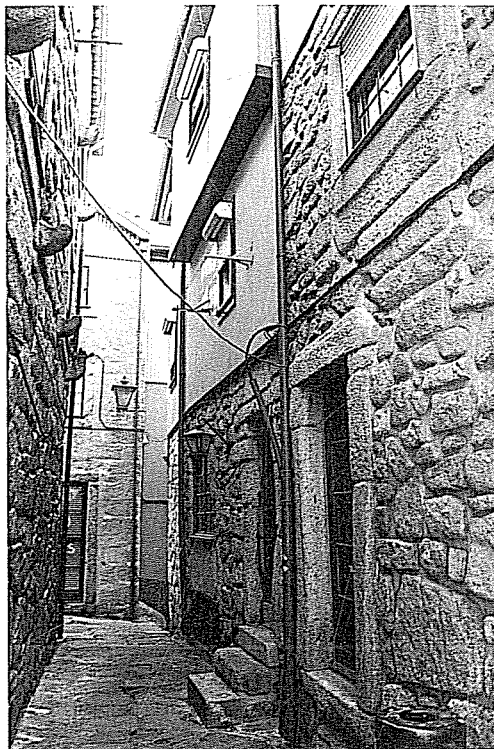
Castelo de Vide, arco
dos antigos Paços do Concelho.

e dificultando sobremaneira o trânsito de cavaleiros e carroças carregadas. Por isso quando, em 1464, a câmara do Porto autorizava João de Biscaia, marinheiro e sua mulher Maria Vasques a construir um passadiço, impunha como condição que o sobrado fosse «bem alto do chaão em tal gissa que despachadamente se possam servir per so elle [...] asy molheres e homens com quaeesquer feixes e pessoas e carregos que levarem nas cabeças e pescoços sem nunca o dicto chaão de so o dicto sobrado e serviintia seer tapada nem pejada⁴¹⁴. Outro exemplo elucidativo pode ler-se em Fernão Lopes, na Crónica de D. Fernando, quando relata a fuga do escudeiro Vasco Rodrigues Leitão, perseguido pelo povo de Santarém: «Elle com temor deu das esporas ao cavallo e sahiusse damtrelles fogindo; e levamdo o pendom alto, topou em huum sobrado aa emtrada da rua, e nom o podendo mais alçar, o levou arrastando ataa o castello...»⁴¹⁵.

⁴¹⁴ Luís Carlos Amaral, "Subsídios documentais para o estudo da propriedade...", p. 83, nota 34.

⁴¹⁵ Fernão Lopes, *Crónica de D. Fernando*, p. 489.

Embora, já em 1329, D. Afonso IV determinasse que as ruas deveriam ser bem espaçosas de forma «que possam as gentes per elas andar e cavalgar sem embargo»⁴¹⁶ só em finais do século XV, com D. Manuel, o combate surge verdadeiramente decidido e regulamentado por legislação específica, pelo menos para a cidade de Lisboa⁴¹⁷. Ainda que por toda a parte se envidassem esforços no sentido de desimpedir a via pública, a verdade é que a proliferação anárquica e perigosa⁴¹⁸ destes acrescentos ligeiros parece ter subsistido em número considerável. Prova-o a licença concedida a João Vaz, em 1514, para lançar um passadiço de forma a ligar as casas que possuía de ambos os lados da Rua de Sobre as Ribas, em Coimbra. Apesar da legislação em vigor, fê-lo em conivência assumida com as autoridades para quem não representava «prejuizo algum ante parece seer proveitoso pera debaixo sse poderem rrecolher a aver prazer em tempo de soll e de chujva»⁴¹⁹. A sua permanência, muito para além da Idade Média, mesmo



Porto, encosta da Sé.
Ruas estreitas e fachadas em ressalto.

⁴¹⁶ Iria Gonçalves, "Posturas municipais...", p. 91.

⁴¹⁷ Helder Alexandre Carita Silvestre, *Lisboa Manuelina...*, pp. 148-149. Medidas semelhantes são tomadas em Évora, pela mesma data e ao que parece também a estâncias do rei. Aqui, contudo, e ao contrário de Lisboa, a determinação de mandar derrubar balcões, alpendres e sacadas não deve ter sido mais que uma medida esporádica. Maria Ângela Beirante, *Évora na Idade Média*, p. 113, nota 253.

⁴¹⁸ Do perigo que representavam todos estes elementos projectados sobre as ruas se queixava Enrique III, em 1403, referindo-se à cidade de Burgos: porque todos os que aí passavam, de noite como de dia, embatiam forçosamente com os rostos e cabeças nas vigas salientes. Para que os seus soldados pudessem passar armados com as suas lanças, ordenava o monarca o derrube das construções em causa. Leopoldo Torres Balbas, "La Edad Media", p. 142.

⁴¹⁹ Manuel da Silva Gaio "Sub Ripas", p. 138.



Coimbra, Casa de Sub-Ripas.

na capital, é atestada por Manuel da Maia, Engenheiro-Mor do Reino, quando, escassos meses após o terramoto de 1 de Novembro de 1755, insiste na eliminação de passagens cobertas e arcos como princípio fundamental a ter em conta na reconstrução de Lisboa⁴²⁰.

A mesma dificuldade em fazer cumprir a lei sente-se no reino vizinho onde, ainda em 1551, a câmara de Burgos se queixava ao rei da profusão de passadiços e balcões que tornavam as ruas tristes sombrias e húmidas⁴²¹. Nos mesmos termos descrevia a rainha D. Joana, em 1512, as ruas de Ávila, onde não entrava a claridade e o sol⁴²². Em Santiago de Compostela, é também nos primeiros anos do século XVI, que o concelho proíbe a construção de edificações projectadas sobre a via⁴²³ e, em Madrid, só no último lustre do século XV se generaliza verdadeiramente o combate aos arcos e a fachadas salientes⁴²⁴.

A ocupação indevida do espaço público incidia, por vezes, sobre a totalidade da passagem, principalmente quando se tratava de travessas, azinhagas e becos. Com ou sem autorização camarária, fechavam-se troços de ruas, com muros e cancelas subtraindo-se uma importante parcela do domínio colectivo a favor do uso privado. Em 1515, a câmara de Coimbra aforava em fatiota uma travessa a Fernão Gomes, contígua às suas casas, perto da igreja de S. Salvador. Com cerca de vinte e cinco metros de comprimento por dois e meio de largura, a passagem era alienada pela edilidade com base nos argumentos de que além de «escusada pera serventia era muy undiosa pera

⁴²⁰ José Augusto França, *Lisboa Pombalina e o Iluminismo*, Lisboa, Bertrand, 1987, p. 84.

⁴²¹ Leopoldo Torres Balbas, "La Edad Media", pp. 141-142.

⁴²² Julio Villar Castro, "Organización espacial y paisaje arquitectónico...", p. 89.

⁴²³ Clara Alvarez, "La gestión administrativa del concejo de Santiago de Compostela...", p. 157.

⁴²⁴ Carmen Losa Contreras, *El concejo de Madrid ...*, p. 493.

moças e molheres da vizinhança como pollos esterco e çogidades que se nella faziam»⁴²⁵. Atitude verdadeiramente ambígua, já que as posturas da mesma cidade previam pesadas multas para quem tomasse rossio, caminho ou serventia do concelho⁴²⁶.

As imundícies que se acumulavam nestes espaços constituíam razão aparentemente suficiente para que os particulares deles se apropriassem, ao que as câmaras acediam em troca do foro cobrado. É o que alega Lourenço de Guimarães que, em 1455, obtém licença para cerrar o beco de S. Jorge nas proximidades da Praça de Santarém pois, apesar de já ter cancelas, «nom deixauam de lançar em ella mujtas testeiradas e outra çogidades per cima delas [...] em tal guisa que o fedor era tamanho que huua pessoa nom podia passar» e se «continuadamente aqui morasse era forçado que elle e sua molher E os que com elle viuessem adoeçerem»⁴²⁷.

A cumplicidade das autoridades está bem patente no texto de uma ordenação régia do século XV onde se afirma que se em Évora existem ruas e servidões «que som empachadas per Alguus que as tomaram» foi porque os oficiais do concelho o outorgaram «E elles esso nom podiam fazer»⁴²⁸.

Espaços menores e claramente secundários, becos e vielas não eram, porém, os únicos cobiçados por particulares. Em Coimbra, entre 1533 e 1535, a câmara cede duas parcelas significativas do Terreiro das Tanoarias para que Álvaro Gonçalves, saboeiro e João Gonçalves, almocreve, possam acrescentar as suas casas facto que justifica por o terreiro ser grande pelo que a cedência não traria «dano nem nojo ao povo»⁴²⁹.

A alienação do colectivo a favor do privado passou também pela conquista progressiva das muralhas e torres, estruturas defensivas, mais ou menos complexas, mas quase sempre presentes nos núcleos urbanos medievais. Em finais da Idade Média, esvaziadas de funções e tornadas obsoletas do ponto de vista estratégico-militar, pelo menos temporariamente, foram sistematicamente aforadas pelo rei e pelas autoridades camarárias que daí retiravam um rendimento considerável.

⁴²⁵ João Correia Aires de Campos, *Índice chronologico...*, p. 60, doc. CIX.

⁴²⁶ "Livro I da Correia", *Arquivo Coimbrão*, II, p. 176, artigo 179. O Livro I da Correia ou Livro de Regimentos e Posturas da Cidade de Coimbra, embora redigido em 1554, contem um grande número de disposições que já vigoravam anteriormente a 1500.

⁴²⁷ Maria Ângela Beirante, "Espaços públicos nas cidades portuguesas medievais...", p. 77.

⁴²⁸ Maria Ângela Beirante, "Espaços públicos nas cidades portuguesas medievais...", p. 76. Segundo a autora 83% dos aforamentos concelhios, feitos em Évora ao longo do século XV, incidiam sobre travessas, chãos, ruas, azinhagas e esterqueiras.

⁴²⁹ João Correia Aires de Campos, *Índice chronologico...*, p. 67.

Encostadas ao muro, de ambos os lados ou alçadas sobre ele, «sobre o andaimo do muro», como então se designava o adarve, edificavam-se casas de morada. Outras ocupavam o espaço das cavas⁴³⁰ ou aquele que ficava entre a



barbacã e a muralha principal⁴³¹. Noutros casos ainda, em regra associados a um maior poder económico ou prestígio social, ocupavam-se as torres numa assimilação nem sempre escondida à forma de vida da nobreza.

Os exemplos multiplicam-se um pouco por todo o país. Porto⁴³², Lamego⁴³³, Aveiro⁴³⁴, Guarda⁴³⁵, Coimbra⁴³⁶, Santa-

G. Braun / G. Hoefnagel,
pormenor de Coimbra (1572)
vendo-se a apropriação das estruturas
defensivas por parte do casario.

⁴³⁰ Em 1418, D. João I concedia a Nuno Martins a cava da cerca velha, de Évora, para aí fazer um pomar. João Gouveia Monteiro, *Os castelos portugueses dos finais da Idade Média. Presença, perfil, conservação, vigilância e comando*, Lisboa, Colibri-Universidade de Coimbra, 1999, p. 94.

⁴³¹ Em Coimbra, entre os séculos XIV e XVI, os escassos metros que ficavam entre a muralha ocidental e a barbacã foram totalmente conquistados pelo casario da Rua das Fangas e Rua da Calçada e respectivos quintais.

⁴³² Nos finais do século XIV, Afonso Giraldez recebia autorização da câmara para erguer uma parede sobre o muro da cidade em defesa da privacidade das casas que já ocupava, encostadas à muralha a par da Porta da Ribeira. Se os vereadores acederam foi porque o muro "era no dito logo bem ancho". "Vereações" *Anos de 1390-1395...*, p. 228.

⁴³³ João Gouveia Monteiro, *Os castelos portugueses...*, p. 151.

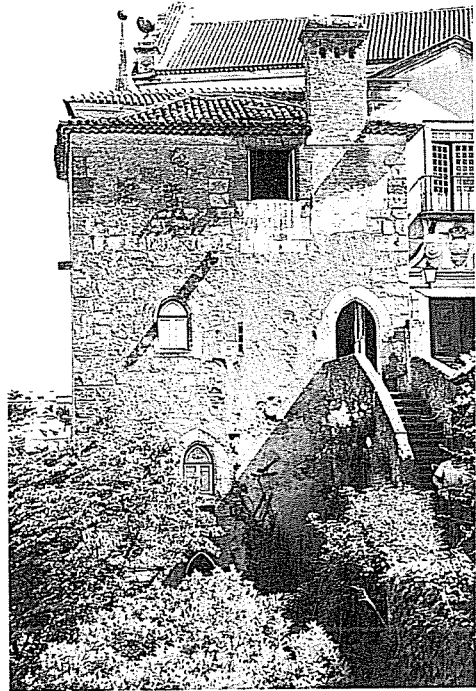
⁴³⁴ Maria João V. B. Marques da Silva, *Aveiro medieval*, pp. 45-46. O Infante D. Pedro recebe, em 1435, autorização de D. Duarte para "fundar acerca do muro e em cima della algumas [casas] por averem melhor vista...". Despoletado o processo na muralha recentemente construída, muitos são os que, ao longo do século XVI, obtêm licença para construir no ar do muro da vila.

⁴³⁵ Rita Costa Gomes, *A Guarda medieval...*, p. 74.

⁴³⁶ *Tombo Antigo da Câmara de Coimbra*, pp. 65-68. *Casa de Sub Ripas*, Boletim da Direcção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais, 131, Ministério das Obras Públicas, 1990, pp. 8-11. Em 1502, D. Manuel confirmava o aforamento da barbacã de Coimbra, desde a torre do Engenho até à torre da Relação, a Pedro Anes, tesoureiro da Sé, transformando o aforamento de três vidas em perpétuo, dadas as benfeitorias que aí pretendia fazer. André Ferrand de Almeida,

rém⁴³⁷, Setúbal⁴³⁸ e Évora⁴³⁹ são apenas alguns exemplos de cidades em que o casario paulatinamente se apropriou das cercas defensivas, apesar do perigo que isso significava em conjuntura de guerra. Uma defesa eficaz passava naturalmente pelo desafogo e integridade das muralhas, constituindo os edifícios que a elas se encostavam verdadeiros obstáculos⁴⁴⁰.

Por isso os aforamentos eram condicionados, prevendo-se nas Ordenações Manuelinas que, em caso de guerra ou cerco, as construções



Coimbra, Torre de Anto
(antiga Torre do Prior do Ameal).

Pergaminhos avulsos (1502-1520), Arquivo Municipal de Coimbra, trabalho curricular apresentado no âmbito da disciplina de Paleografia e Diplomática, Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 1988, pp. 1-3.

⁴³⁷ Maria Ângela Beirante, "Espaços públicos nas cidades portuguesas medievais...", pp. 75-76. Neste estudo, fundamental para a compreensão do precário equilíbrio entre o público e o privado nas cidades medievais portuguesas, a autora refere que a conquista ou cedência das muralhas foi muito mais notória em Évora uma vez que a construção da cerca nova esvaziara de conteúdo, real e simbólico, a antiga muralha. Desvalorizada, a cerca velha foi, ao longo de todo o século XV, alvo de inúmeras doações por parte dos monarcas, principalmente por D. Afonso V.

⁴³⁸ Em 1461, D. Afonso V autoriza Nuno da Cunha a erguer casa sobre o andaime da muralha. Paulo Drumond Braga, *Setúbal medieval...*, pp. 69-70.

⁴³⁹ Maria Ângela Beirante, "Espaços públicos nas cidades portuguesas medievais...", pp. 75-76.

⁴⁴⁰ A importância de manter desimpedidas as muralhas determinou algumas ocasiões a destruição dos edifícios mais próximos. Foi o que sucedeu com os primitivos conventos de S. Francisco e S. Domingos de Guimarães, por ocasião das lutas entre D. Dinis e o Infante D. Afonso. O mesmo tipo de preocupação teve D. Fernando, durante as guerras com Castela, ordenando a destruição da Sé da Guarda bem como parte do casario que estava "apres do muro" de Montemor-o-Velho. Pedro Dias, *A arquitetura gótica portuguesa*, Lisboa, Estampa, 1994, pp. 131-132 e 136. Sobre a destruição das casas em Montemor veja-se Maria Helena da Cruz Coelho, *O Baixo Mondego nos finais da Idade Média*, pp. 30-31, nota 5.

seriam derrubadas de forma a permitir a serventia.⁴⁴¹..Determinação extensível às cidades dos reinos vizinhos, caso de Madrid onde, em 1495, se emitiam licenças para edificar sobre as muralhas «corral o casa lo qual quisiere (...) com condiçion que por neçesidad para la defensa de la villa, lo que Dios no quiera, se uviere de derribar»⁴⁴². Para além do derrube previa-se a livre circulação das tropas: em 1427, a câmara de Coimbra aforava a Fernão da Fonseca e a todos os seus descendentes uma significativa parte da muralha ocidental da cidade, incluídas as torres de D. Joana e de Belcouce, salvaguardando para a cidade a possibilidade de «andar pelo dicto muro e casas e tore e alpenderes e belar e roldar e en elles e per elles quando conprir ao conçelho»⁴⁴³.

Não deixa de ser curioso verificar que quando a serventia se tornava efectivamente necessária os danos originados pelo movimento dos homens corriam a cargo do concelho. Foi pelo menos o que sucedeu em 1404, no Porto: na torre da Porta Nova, propriedade da câmara então emprazada a Martin Esteves, registaram-se danos de telhas e madeiras «quando aqy foy o tempo da uella» pelo que os vereadores, em jeito de compensação, acordaram abater quarenta e três reais ao foro devido⁴⁴⁴.

Na realidade, a política seguida pelas autoridades no que toca ao aforamento de cercas, torres e barbacãs nem sempre é perfeitamente clara. A documentação é, sobre este ponto específico, rica em contradições.

Em 1460, a câmara do Porto emprazava a João Gonçalves a Torre de cima da Porta Nova, por sete libras e meia de moeda antiga. Ao pedido feito pelo mesmo João Gonçalves para que lhe emprazassem também a barbacã contígua, responderam os vereadores que não porque «era pera servintiia da cidade»⁴⁴⁵.

Igualmente paradigmática é a conduta da câmara de Coimbra: se em 1519 proibia o aforamento das torres que estão sobre as portas da

⁴⁴¹ *Ordenações Manuelinas*, Livro I, p. 355. Seguramente relacionado com a facilidade e rapidez de destruição das edificações junto às muralhas, as autoridades determinavam, por vezes, os materiais a utilizar. Foi o que sucedeu a Domingos Martins, tanoeiro, em 1391 que, embora autorizado pelos vereadores a construir um alpendre, junto ao muro, "en que posa lavar de seu mester", era obrigado a fazê-lo de "tavoado e de madeira e nom de pedra...". "*Vereaçãoens*" *Anos de 1390-1395...*, p. 82.

⁴⁴² Carmen Losa Contreras, *El concejo de Madrid ...*, p. 494.

⁴⁴³ José da Silva Amado, *Pergaminhos avulsos do Arquivo Histórico Municipal de Coimbra*, trabalho curricular apresentado no âmbito da disciplina de Paleografia e Diplomática, Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 1991, pp. 101-102.

⁴⁴⁴ "*Vereaçãoens*" *Anos de 1401-1449...*, p. 218.

⁴⁴⁵ Luís Carlos Amaral, "Subsídios documentais para o estudo da propriedade...", p. 76.

cidade⁴⁴⁶, por ser «coisa muito odiosa» e acordava escrever ao monarca sobre o aforamento da Torre de Belcouce a Diogo de Sá, feito por oficiais dos anos passados⁴⁴⁷, apenas nove meses decorridos, em Janeiro de 1520, voltava a aforar a mesma torre sobre a Porta de Belcouce, desta vez a Pedro de Alpoim, ouvidor geral e secretário de estado da Índia⁴⁴⁸. À decisão camarária não terá sido alheio o prestígio social e político do novo arrendatário. Proprietário das casas contíguas⁴⁴⁹, Pedro de Alpoim teria certamente interesse na torre que, apesar de muito danificada, lhe permitiria estender a sua residência ou simplesmente evitar que lhe devassassem. A protecção da privacidade parece ter estado na base de muitos dos aforamentos de troços de muralhas: em 1499, em Santarém, a viúva do fidalgo Fernão Teles de Meneses pretendeu juntar à barbacã que já ocupava uma torre e lanço de muros contíguos. Não só o pedido é atendido, como a câmara ainda lhe afora um outro espaço de muro e torre vizinhos. A razão que a dita D. Maria de Vilhena alegou, e que a edilidade aceitou, foi precisamente a protecção à sua privacidade, já que os que subissem à torre teriam vistas sobre as suas casas o que ela considerava pouco honesto⁴⁵⁰.

Mas a muralha tinha ainda uma outra utilização bem mais prosaica: a pedra em que era construída era frequentemente alvo da cobiça dos particulares que a ela recorriam para a edificação das suas próprias casas como forma de contornar as dificuldades e custos de extracção, transporte e talhe. Por isso as posturas de Coimbra penalizavam o hábito com elevadas multas, entre os mil e os dois mil reais, devendo ainda o infractor refazer tudo às suas custas⁴⁵¹.

⁴⁴⁶ O problema parece não se colocar relativamente às outras torres do perímetro amuralhado. Só na Rua de Sobre as Ribas existiam duas torres, uma aforada a João Vaz, a outra a Martim Domingos, prior do Ameal, aforamentos que parecem não suscitar qualquer reacção ao juiz e vereadores. *Casa de Sub Ripas*, pp. 10-11.

⁴⁴⁷ "Livro I da Correia", *Arquivo Coimbrão*, IV, p. 160, artigo 750.

⁴⁴⁸ Vergílio Correia e A Nogueira Gonçalves, *Inventário Artístico de Portugal. Cidade de Coimbra*, Lisboa, Academia Nacional de Belas Artes, 1947, p. 233.

⁴⁴⁹ Vergílio Correia e A Nogueira Gonçalves, *Inventário Artístico de Portugal. Cidade de Coimbra*, pp. 168-169.

⁴⁵⁰ Maria Ângela Beirante, "Espaços públicos nas cidades portuguesas medievais...", p. 75.

⁴⁵¹ "Livro I da Correia", *Arquivo Coimbrão*, III, p. 51, artigos 197-198.

5. A casa como um bem pessoal

Caracterizada a morfologia da casa corrente tardo-medieval, não poderíamos deixar de fazer uma breve menção à forma como o espaço doméstico era sentido pelo Homem que o habitava ou como era entendido pela sociedade no seu conjunto. Em primeiro lugar destaca-se a questão da posse. Ao documento escrito, fundamental para atestar a legalidade do acto, associava-se um ritual simbólico onde as palavras eram reforçadas pelo gesto: em 1504, em Coimbra, Fernão de Sá toma posse de umas casas «e pertenças delas per telha e pau e tera e chaves abryndo e çarando o dito fernam de Sa as ditas casas e dyse que se avya por metydo de pose delas»⁴⁵². No Porto, é Afonso Pais, boticário que a «... dicta posse tomou per pedra e telha e per trilhamento de pes que em as dictas casas fez çarando as portas e abrindo avendo e apropriando a posse das dictas casas»⁴⁵³. Referindo as diversas partes que compõem o imóvel, do pavimento à cobertura, e percorrendo de forma ruidosa e ostensiva os diferentes compartimentos ao mesmo tempo que se abrem e fecham portas e janelas, torna-se pública a «posse real e corporal posisson» da casa. Acto simbólico que as testemunhas validam.

A partir desse momento, a casa torna-se o «baluarte do direito individual»⁴⁵⁴. Espaço inviolável, a sua protecção não se faz apenas por elementos físicos. Para a Idade Média existe todo um conjunto de determinações legais sobre a defesa do domicílio. Entrar numa casa contra a vontade do dono constituía crime severamente punível, com sanções agravadas caso os violadores fossem armados. Pelo contrário, matar ou ferir em defesa do lar, era um direito previsto em todo o reino. A paz da casa impõe restrições aos próprios funcionários judiciais⁴⁵⁵ e, como refere Marcelo Caetano, era asilo onde o foragido, quando nela conseguisse refugiar-se, ficava a salvo dos perseguidores.

Contra a indiscrição e devassa da intimidade do lar também os legisladores tomavam medidas. Para que a vida privada fosse resguardada dos olhares vizinhos proibía-se, no Livro das Posturas Antigas, de Lisboa, o rasgar de janelas ou a edificação de eirados «sobre cassa doutro ou sobre quintall per

⁴⁵² Ana Margarida R. Rosa, *Hospital Real de Coimbra, 1482-1529*, p. 45.

⁴⁵³ Luís Miguel Duarte e Luís Carlos Amaral, "Prazos do século...", pp. 328-329.

⁴⁵⁴ Marcelo Caetano, *História do Direito Português [1140-1495]*, 3.^a ed., Lisboa, Verbo, 1992, p. 256.

⁴⁵⁵ *Ordenações Del-Rei Dom Duarte*, edição preparada por Martim de Albuquerque e Eduardo Borges Nunes, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 1988, pp. 412-413 e 424-425.

que o descubra». Pela mesma razão a abertura de novas portas, frestas ou janelas só era permitida quando desviadas dos portais e janelas da casa fronteira⁴⁵⁶. É provável que este costume, também praticado em Toledo pela mesma altura⁴⁵⁷, constituísse herança muçulmana já que o método «al-tankib», pelo qual se previa o mesmo desacerto entre as aberturas de casas localizadas frente a frente, fora largamente utilizado nas cidades Andaluzas do século XIV⁴⁵⁸.

⁴⁵⁶ *Livro das Posturas Antigas*, p. 105 e 111.

⁴⁵⁷ Ricardo Izquierdo Benito, "Normas sobre edificaciones en Toledo...", p. 523.

⁴⁵⁸ Santiago Augusto Ferreira Macias, *O bairro da Acáçova de Mértola, imagens de um conjunto urbano nos finais do período islâmico*, dissertação de mestrado apresentada à Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, Lisboa, 1995, pp. 114-115.

II PARTE

**A habitação corrente em Coimbra:
de 1395 a 1532**



G. Braun / G. Hoefnagel, pormenor da Gravura de Coimbra,
Colónia, 1572.

Nos capítulos precedentes caracterizámos a casa urbana corrente, em Portugal, entre os finais do século XIV e os meados do século XVI. A vastidão do espaço em análise bem como a superficialidade das descrições coevas constituíram limites a um estudo de maior profundidade. Ficaram-nos os traços gerais, as características mais marcantes de uma forma de habitação que, a esse nível, se repete de Norte a Sul do país. Perdeu-se, em grande parte, a especificidade regional que seguramente existiria.

Para esse trabalho de síntese, onde o objectivo era fazer o ponto da situação, recorreremos invariavelmente a estudos e fontes já publicados. Da leitura do conjunto resultou a reconstituição de um determinado modelo de casa que corresponderia, apesar das inúmeras variações possíveis, à forma de habitação que mais frequentemente se edificava nas cidades portuguesas de então.

Qual a fiabilidade deste modelo? A resposta a esta questão constitui a segunda parte do presente trabalho onde, através do estudo de um caso concreto, se comprovou a aplicabilidade dos resultados obtidos.

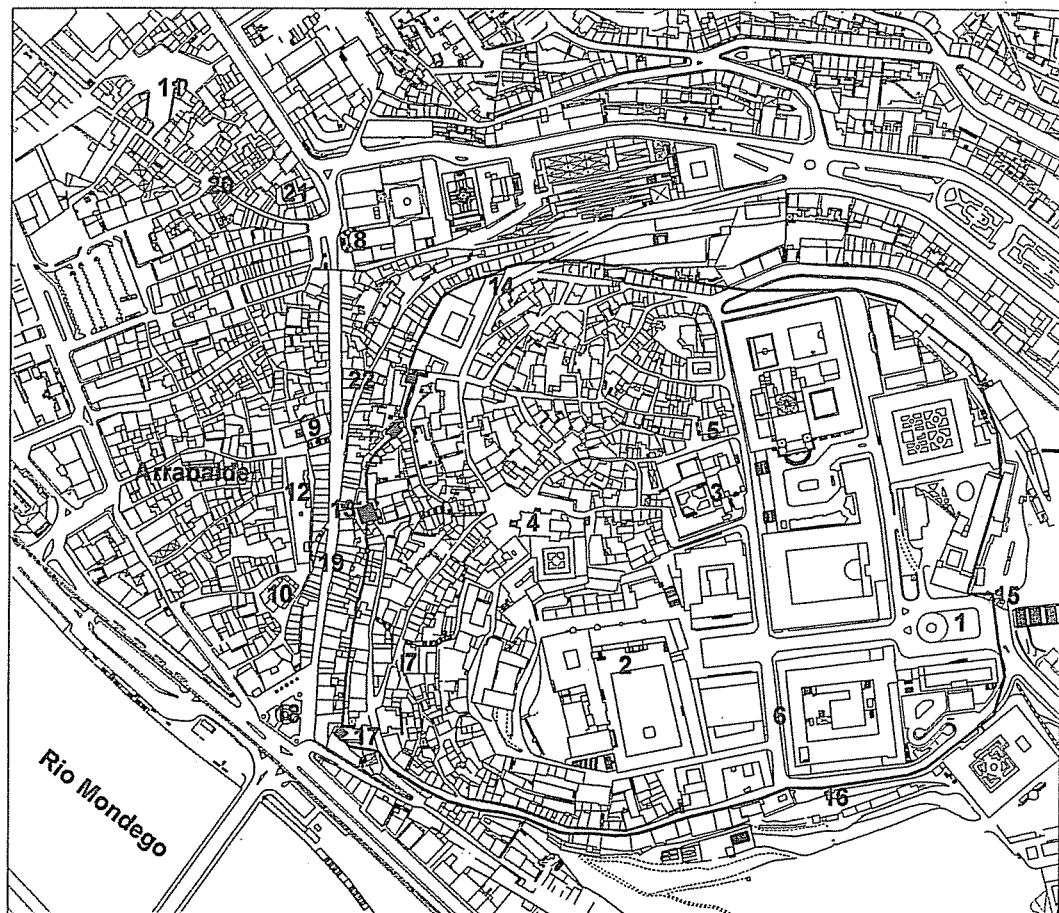
Assim, nos capítulos que se seguem restringiu-se o campo de análise à cidade de Coimbra, num período balizado entre 1395 e 1532, datas que correspondem às duas principais fontes documentais sobre as quais alicerçámos a investigação: o Almojarifado de Coimbra⁴⁵⁹ e o Tombo Antigo da Câmara⁴⁶⁰. A distância que as separa, de quase século e meio, pareceu-nos oportuna para uma análise diacrónica permitindo compreender a evolução entretanto registada. A diferente natureza das propriedades, régia no primeiro caso, concelhia no segundo, enriquecia o âmbito da amostragem. O facto de não coincidirem totalmente no que toca à localização, embora de uma grande proximidade, estendia a análise a diferentes zonas da malha urbana permitindo comparações diversas.

⁴⁵⁹ Torre do Tombo, núcleo Antigo, 287, *Almojarifado de Coimbra*, fls. 12-22 v.

⁴⁶⁰ *Tombo Antigo da Câmara de Coimbra (1532)*, introdução, leitura e notas de J. Branquinho de Carvalho, Coimbra, Biblioteca Municipal, 1964.

▣ Muralha

- | | |
|-------------------|---------------------------|
| 1. Castelo | 10. S. Bartolomeu |
| 2. Paço do Rei | 11. Santa Justa |
| 3. Paço Episcopal | 12. Praça |
| 4. Sé Velha | 13. Porta da Almedina |
| 5. S. Salvador | 14. Porta Nova |
| 6. S. Pedro | 15. Porta do Castelo |
| 7. S. Cristovão | 16. Porta da Traição |
| 8. Santa Cruz | 17. Porta de Belcouce |
| 9. S. Tiago | 18. Portagem |
| | 19. Rua da Calçada |
| | 20. Rua da Figueira Velha |
| | 21. Judiaria |
| | 22. Judiaria Velha |



PLANTA I — Reconstituição do traçado da muralha e indicação dos principais edifícios e ruas da cidade medieval (sobre planta actual de Coimbra).

1. O Almojarifado de Coimbra

Em 1395, D. João I ordenava a elaboração de um tomo onde se registassem todos os rendimentos e bens que a coroa detinha no Almojarifado de Coimbra⁴⁶¹. O objectivo do monarca era o de eliminar a falta de rigor e os abusos com que na época eram cobradas as rendas, tarefa só possível mediante um registo correcto do património em causa. Os trabalhos começaram de imediato, a cargo do corregedor e do almojarife, bem como de uma comissão representante dos homens bons do concelho onde, sob juramento, se reviam todos os direitos devidos ao soberano. Entre estes, arrolava-se no livro I, das páginas 12 à 22 verso, o conjunto das «casas que el rey ha na cidade de Coimbra asi factas como derubadas...».

De forma sumária, como é de resto comum a toda a documentação anterior aos finais do século XV, regista-se o tipo de bem (casa, tenda, pardieiro, chão), privilegiando-se de seguida aspectos como a identificação do foreiro, confrontações, tipo de contrato e valor da renda.

Descrições uniformes onde, à excepção do número de pisos, a construção foi quase sistematicamente esquecida. Apesar de tudo, os responsáveis pela redacção do tomo consideraram útil, em determinadas situações, individualizar os imóveis referindo um portal de arco, uma cozinha ou câmara recentemente edificada, uma casa só parcialmente sobradada ou uma outra que se projecta sobre a rua. A conjugação dos diversos dados permite reconstituir alguns dos principais traços da habitação em Coimbra, nos finais do século XIV.

1.1. *Localização e composição da propriedade régia*

As propriedades são arroladas por ruas, começando pelo arrabalde, concretamente pela zona ribeirinha da Madalena e artérias perpendiculares ao rio, caso das Ruas da Moeda, dos Tanoeiros, Caldeireiros e Piliteiros⁴⁶². Segue-se

⁴⁶¹ Para uma contextualização e descrição do tomo em causa veja-se Maria Helena da Cruz Coelho, *O Baixo Mondego nos finais da Idade Média*, pp. 93-98, bem como "A propósito do foral de Coimbra de 1179", separata do *Arquivo Coimbrão*, vols. XXVII-XXVIII, Coimbra, 1980, p. 345. Como refere a autora, as preocupações do monarca não se limitaram ao Almojarifado de Coimbra. No Tombo da Comarca da Beira, redigido na mesma altura, registam-se os bens e direitos da Beira Alta e Baixa, documentação publicada na íntegra por Anselmo Braamcamp Freire em separata do *Archivo Historico Portuguez*, X, Lisboa, 1916, pp. 209-366.

⁴⁶² A toponímia referida demonstra como em Coimbra, à semelhança de tantas outras cidades medievais portuguesas, os homens dos ofícios se concentravam em determinadas ruas, origi-

a zona de Montarroio, inflectindo depois para a Rua de Coruche em direcção à Porta da Almedina, não sem antes inventariar as propriedades da Judiaria Velha, onde as casas se encostavam à face exterior da muralha. Já no intramuros, descrevem-se os edifícios da Rua Nova da Ferraria e da Rua da Almedina. O percurso continua até ao adro da Sé, seguindo pelos açougues e Paços da Alcáçova, para terminar junto ao castelo.

Ao nome das ruas, o texto acrescenta o percurso por ela seguido, ou os locais que a delimitam, como por exemplo: «titollo das casas que estom na rua dos toneiros que se começa no arnado da par da auga do mondego e vaise a finir a santiago». Embora não situe os imóveis em determinado espaço da via, meio, início ou fim, coloca-os pelo menos num dos lados recorrendo para isso a expressões como «da maa seestra» ou «da mano directa».

A partir destas informações tentámos cartografar as propriedades, tarefa nem sempre fácil, principalmente no caso da Almedina. Na realidade, no espaço circunscrito pelas muralhas, a identificação das ruas medievais torna-se significativamente mais complexa. Se nalguns casos parece sobrepor-se, noutros é quase desconhecida. As dificuldades aumentam quando o texto passa a omitir o nome da via para referir apenas o ponto de partida e o de chegada o que, em última análise, nos coloca perante várias hipóteses.

QUADRO V – Localização das Propriedades Régias

Localização	N.º propriedades
Madalena ⁴⁶³	8
Rua da Moeda	7
Rua dos Tanoeiros (troço da actual Rua Adelino Veiga)	3
Rua dos Caldeireiros (troço da actual Rua Direita)	1
Rua dos Piliteiros ⁴⁶⁴	1

nando uma certa especialização comercial. Igualmente característica é a forma como a cidade medieval afasta para zonas periféricas do tecido urbano determinados mesteres caso dos pelames e olarias, considerados nefastos pelos odores e sujidades decorrentes. Por outro lado, a dependência da água tornava a zona ribeirinha particularmente procurada por determinadas actividades, caso das já referidas bem como das carniçarias que também aí tinham lugar.

⁴⁶³ Corresponde a parte da actual avenida Fernão de Magalhães, mais concretamente ao troço delimitado a Norte pela Rua da Moeda e a Sul pelo Largo das Ameias.

⁴⁶⁴ Entre a igreja de S. Tiago e o rio Mondego. Mencionada desde o século XIII como sendo na freguesia de S. Tiago, nenhuma das referências é suficientemente precisa de forma a permitir a sua localização concreta. José Pinto Loureiro, *Toponímia de Coimbra*, vol. II, Coimbra, Câmara Municipal pp. 209-210.

Localização	N.º propriedades
Montarroio	2
Rua de Coruche (actual Rua Visconde da Luz)	1
Judiaria Velha (actual Rua do Corpo de Deus)	24
Rua Nova da Ferraria ⁴⁶⁵	20
Rua da Almedina ⁴⁶⁶	15
Da sota, acima da Porta de Almedina ao adro da Sé	4
Do adro da Sé aos Paços do Rei ⁴⁶⁷	22
Dos Paços do Rei ao Castelo	10
S. Gião (actual Rua das Azeiteiras)	1
Total das propriedades inventariadas	119

A leitura do quadro, aliada a uma análise da Planta II onde se localizam as ruas referidas no tomo de 1395, permite-nos verificar que, embora dispersa por toda a cidade, o grosso das propriedades régias se situa no interior

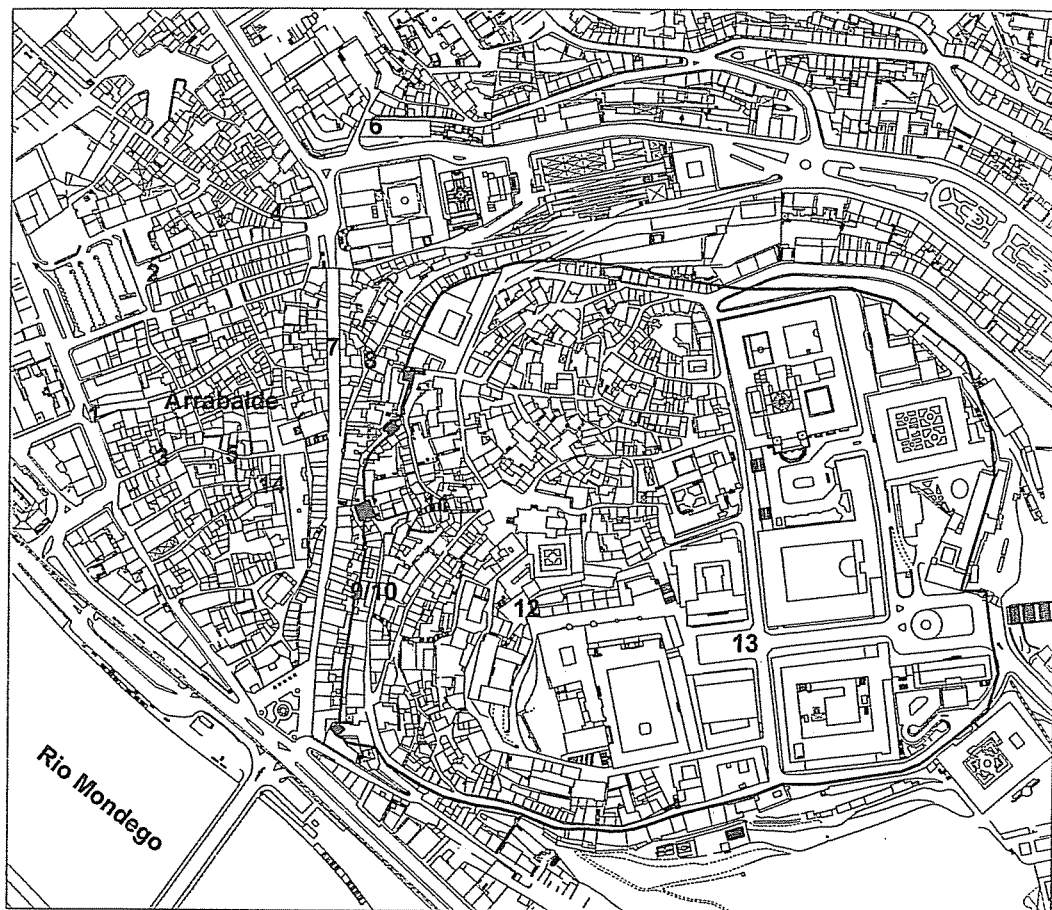
⁴⁶⁵ Desconhecida na bibliografia consultada, dispomos apenas dos limites referidos no tomo para a localizar: "rua que se começa aa porta dalmedina e se vai finir na rua da moreira". Se fizermos coincidir a "rua da moreira" com a actual travessa da Amoreira, ao fundo da Couraça da Estrela, a Rua Nova da Ferraria corresponderia à actual Rua Fernandes Tomás. De acordo com esta hipótese estão os dados recolhidos na chancelaria de D. Afonso IV, que situam a "ferraria" na freguesia de S. Cristovão, "directa aa porta da almedinha". A análise do próprio texto do tomo não deixa, porém, margem para dúvidas já que as casas inventariadas na Rua Nova da Ferraria, "da mano directa", ou seja, do lado ocidental partem com o muro da cidade, situação só possível na referida rua.

⁴⁶⁶ Em toda a bibliografia consultada não existe qualquer referência à Rua da Almedina. A sua identificação torna-se ainda mais difícil já que o tomo, ao contrário do que é usual, não menciona os seus limites. Parece-nos, contudo, ser outra designação coeva para a Rua Nova da Ferraria. Em primeiro lugar, porque começa a descrição pela "parte da maa seestra" o que leva a crer que o rei possuiria bens de ambos os lados da rua. Contudo, não se segue qualquer inventário do lado direito. Ora a verdade é que da Rua Nova da Ferraria também só foram inscritas no rol as propriedades do lado direito. Por outro lado, ao descrever a primeira propriedade da Rua da Almedina diz que o foreiro, Afonso Fernandes, açagador, traz juntamente com esta outra tenda "que he já scripta na rua da parte directa" tenda essa que o tabelião arrolou como sendo o segundo imóvel da Rua Nova da Ferraria. A hipótese ganha peso quando verificamos que na Rua da Almedina, o rei possuía umas "casas que som factas faangas [...] e vendese hi o pam e mora ora hi o faanqueiro". Ora a actual Rua Fernandes Tomás foi conhecida, a partir do século XVI, como Rua das Fangas precisamente porque aí se negociavam os cereais panificáveis.

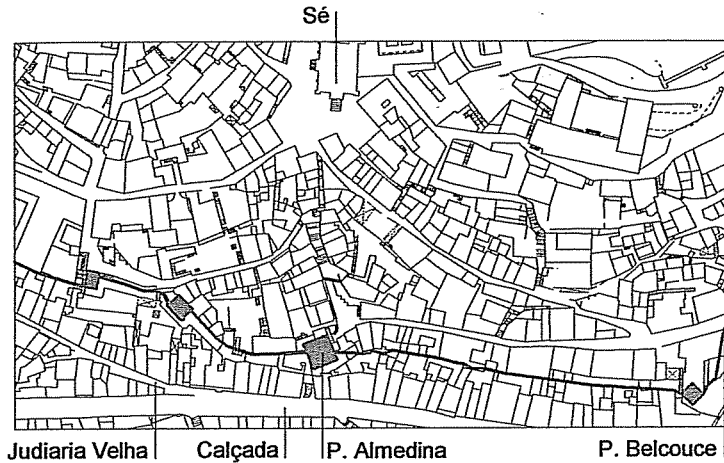
⁴⁶⁷ Para ir da Sé ao paço do rei existem, como existiam na Idade Média, dois percursos alternativos: contornar a catedral pela fachada Norte e seguir pela Rua do Norte até ao Paço Régio ou, pelo contrário, enveredar pela Rua da Ilha, ao lado direito da fachada da Sé e seguir pelas actuais ruas Guilherme Moreira e José Falcão.

▨ Muralha

1. Madalena
2. Rua da Moeda
3. Rua dos Tanceiros
4. Rua dos Caldeireiros
5. (?) Rua dos Piliiteiros
6. Montarroio
7. Rua de Coruche
8. Judiaria Velha
- 9/10. Rua da Ferraria / Rua de Almedina
11. Da Sota acima da Porta de Almedina ao Adro da Sé
12. (?) Do Adro da Sé ao Paço do Rei
13. Do Paço do Rei ao Castelo
14. Rua de S. Gião



PLANTA II – Indicação das ruas e locais referidos no Almojarifado de Coimbra
(sobre planta actual de Coimbra).



Zona de concentração da propriedade régia:
Rua de Almedina/Ferraria e Judiaria Velha.

da cerca (48 no arrabalde contra 71 na Almedina) e dentro desta, claramente concentrada nos dois eixos que, partindo da porta da Almedina, levam ao adro da Sé e à Porta de Belcouce (Planta III). Vários factores permitem explicar esta última preferência. De todo o espaço ao abrigo da muralha, era o que se apresentava na cota mais baixa, sem grandes desníveis a vencer⁴⁶⁸. Era também o que mais próximo se encontrava do arrabalde onde já na altura se concentrava a vida económica da cidade, aí decorrendo, entre Setembro e Outubro, a feira franca⁴⁶⁹. Paralela à muralha e barbacã, corria a rua da Calçada, troço fundamental para quem, vindo da ponte, circulava no eixo viário Norte-Sul. A uma cota inferior mas no enfiamento da porta da Almedina, rasgava-se a praça da cidade que nos anos seguintes não deixaria de ganhar protagonismo. Não muito longe, desembarcavam diariamente as mais diversas mercadorias nos cais da cidade. Voltando ao interior da cerca, o espaço em análise gozava da proximidade da Sé Catedral, pólo de sociabilidade por excelência. Balizavam-

⁴⁶⁸ O castelo, situado no ponto mais elevado da Alta, onde hoje se encontra a estátua de D. Dinis, encontrava-se cerca de 80 metros acima da Rua da Calçada, actual Ferreira Borges. Ana Paula Margarido, "A morfologia urbana da Alta de Coimbra – Ensaio sobre o traçado da malha e sua evolução", *Cadernos de Geografia*, 6, Coimbra, Universidade de Coimbra, 1987, pp. 46-47.

⁴⁶⁹ Maria Helena da Cruz Coelho, *A feira de Coimbra no contexto das feiras medievais portuguesas*, Coimbra, Inatel, 1993, p. 25.

-no duas das principais portas de Coimbra, a de Belcouce e a de Almedina onde então reuniam as sessões camarárias⁴⁷⁰. Como em tantos outros núcleos urbanos medievais, nas portas rasgadas nas muralhas, pontos de passagem obrigatórios e por isso abertos até ao toque das Trindades, cruzavam-se gentes e mercadorias. A partir das portas, e ligando-as entre si, corriam as ruas principais, verdadeiros eixos estruturadores da malha urbana, onde o comércio era mais intenso e o movimento uma constante.

Não admira por isso que a estratégia de aquisição por parte dos monarcas incidisse sobre esta área particularmente atractiva⁴⁷¹ enquanto centro político-administrativo, religioso, económico, bem como de maior prestígio social⁴⁷².

Nas proximidades deste espaço, embora já fora de portas, encontrava-se um outro núcleo de propriedade régia, onde a concentração era quase compacta: a Judiaria Velha⁴⁷³, no local onde hoje existe a Rua Corpo de Deus⁴⁷⁴.

Na data em que o tombo foi realizado já a judiaria se encontrava desactivada⁴⁷⁵, tendo os judeus aí residentes passado para a judiaria próxima do mosteiro da Santa Cruz, local mais tarde designado por Rua Nova.

É uma imagem de abandono a que perpassa pelo texto onde se descreve a esmagadora maioria das propriedades como derrubadas, em rossio ou em

⁴⁷⁰ Maria Helena da Cruz Coelho, "Coimbra trecentista: a cidade e o Estudo", *Biblos*, 68, Coimbra, Universidade de Coimbra, 1992, p. 337, nota 6.

⁴⁷¹ O mesmo se verifica para Lisboa onde os monarcas investem preferencialmente no coração económico-social da cidade, concretamente na Rua Nova, de Morraz e Ferraria. Iria Gonçalves, "Aspectos económico-sociais da Lisboa do século XV ..." p. 25.

⁴⁷² Embora não exclusivamente, era na Almedina que residiam os nobres, os clérigos, os escolares. Aí se situava o Paço da Alcáçova bem como o paço do bispo.

⁴⁷³ Em Coimbra, como sucedia em muitas outras cidades e vilas do país, o rei era o grande proprietário das casas habitadas pela minoria judaica. Maria José Pimenta Ferro, *Os Judeus em Portugal no século XIV*, Lisboa, Guimarães Editores, 1979, p. 24; Ângela Beirante, *Santarém medieval*, p. 70; Rita Costa Gomes, "Um microcosmo citadino: a judiaria medieval da Guarda", *Catálogo da Exposição Guarda História e Cultura Judaica*, Guarda, Museu-Câmara Municipal, 1999, pp. 111-115. Outros proprietários são referidos no texto tais como o Mosteiro de Santa Cruz, a igreja de São Tiago e particulares, caso de "Gill Lourenço ouvidor del rey Dom Pedro".

⁴⁷⁴ Embora correspondendo grosso modo ao espaço que é hoje ocupado pela Rua Corpo de Deus como aliás indicam os limites fixados no título da descrição "que se começa tralla ouxia de Santiago e se vai ferir na rua derecha acima da egreia do Corpo de Deus", a judiaria contava seguramente com outras ruas para além desta que, pela sua importância, é designada por rua derecha ou simplesmente rua publica. As outras, provavelmente de menores dimensões, são as ruas da Marçaria, do Pintosinho e da Moreira. *Almoxarifado de Coimbra*, fl. XVI.

⁴⁷⁵ Sobre os motivos que terão levado à extinção desta judiaria, bem como para mais informações sobre as diversas judiarias da cidade, veja-se José Pinto Loureiro, "Enigmas da História de Coimbra", *Arquivo Coimbrão*, XII, Coimbra, 1954, pp. 262-285.

chão. Os foreiros são referidos no passado, «que tragia Jacob Lavi» ou que «sohíaa a seer de Salamon carneçeiro» e das vinte e quatro propriedades arroladas só três se encontram aforadas, agora a cristãos, com condição de aí erguerem casas⁴⁷⁶. Se a guerra com Castela ocorrida uns anos antes foi em parte responsável pelo mau estado dos bens, como o sobrado sobre a tenda em que morava Dom Vivas que «jaz ora em campo por que foy destruido pola guerra», talvez o facto de se encontrarem devolutos tenha contribuído ou, pelo menos, facilitado a destruição.

A Judiaria Velha de Coimbra era, pela sua localização, um exemplo paradigmático das judiarias portuguesas: junto a uma via principal, económica e socialmente importante, a Rua da Calçada, encostada à muralha e quase delimitada nos topos por duas das portas da cidade, Porta Nova e Porta da Almeida, para além de vizinha de um templo cristão, o de São Tiago, como tentativa de conversão da população judaica⁴⁷⁷.

Embora pouco saibamos das casas que constituíam o bairro, não nos parece que se distinguissem do panorama geral. Oscilando entre o piso único e os dois pisos, por vezes recorrendo ao meio sobrado como forma de ganhar uma câmara extra⁴⁷⁸, algumas contavam com cortinhais, num caso com uma amoreira noutra com quatro pés de oliveira. Um terceiro fora aproveitado para a edificação de uma cozinha. Só duas das casas parecem fugir à regra: uma descrita como «paaço grande» a outra, de dois pisos e quatro portais, embora provavelmente dividida em duas moradas já que a traziam aforada Boroeiro Judeu e Samuel peneireiro⁴⁷⁹.

O tomo não deixa perceber até que ponto a Judiaria era um espaço fisicamente delimitado e efectivamente fechado, embora a porta da Judiaria seja referida por duas vezes⁴⁸⁰. Junto a esta, e na zona de maior movimento pela confluência com as Ruas da Calçada e de Coruche, situava-se a albergaria dos judeus⁴⁸¹. Não muito longe ficava a carniçaria⁴⁸² onde, provavelmente a cargo de «Salomon carneçeiro», a carne era tratada segundo os preceitos hebraicos.

476 *Almoxarifado de Coimbra*, fl. XVIII v. cl. A e B.

477 Maria José Pimenta Ferro, *Os Judeus em Portugal ...*, p. 24.

478 *Almoxarifado de Coimbra*, fl. XV v. cl. A e B.

479 *Almoxarifado de Coimbra*, fls. XV-XV v.

480 *Almoxarifado de Coimbra*, fls. XIV v. e XV. Um instrumento redigido a pedido dos judeus por Vasco Martins tabelião, em 1357, diz que moravam em cerca apartada e "sob chave e guarda de el-rei". José Pinto Loureiro, "Enigmas da História de Coimbra", pp. 268-269.

481 *Almoxarifado de Coimbra*, fl. XV.

482 *Almoxarifado de Coimbra*, fl. XV, cl. B.

QUADRO VI – Composição da propriedade régia

Tipo de bem	Número
Casas	87
Tendas	9
Pardieiros	8
Chãos	9
Cortinhais	4
Casa da falcoaria e pombais	2
Total dos bens arrolados	119

Dos dados expostos no Quadro VI concluí-se que a esmagadora maioria das propriedades régias em Coimbra, era composta por casas⁴⁸³, embora nem todas desempenhassem a função de habitação. De facto, alguns dos edifícios eram utilizados como açougues, fangas, celeiros ou escolas como aquela em que «leem a gramatica»⁴⁸⁴.

As tendas concentram-se principalmente na Judiaria Velha, «hua a par da outra», num total de seis, todas elas aforadas a Johana Martinz. As três restantes localizam-se nas imediações da porta da Almedina, local onde algumas décadas antes o seu número seria muito superior. Efectivamente, pelos aforamentos registados na Chancelaria de D. Afonso IV, relativos a 1326, o número de tendas para a mesma zona, concretamente nas Ruas da Ferraria e Sapataria, ascenderia a dezasseis⁴⁸⁵. Se a diferença numérica pode significar a alienação de parte do património régio no período entretanto decorrido, permite também lançar a hipótese do tombo de 1395 não ter abarcado o total das propriedades régias, embora nada no texto nos permita corroborar esta última hipótese que iria, de resto, ostensivamente contra o espírito que presidiu à sua elaboração.

⁴⁸³ O mesmo se verificava em Lisboa no século XV. Iria Gonçalves, "Aspectos económico-sociais da Lisboa do século XV...", p. 21.

⁴⁸⁴ *Almoxarifado de Coimbra*, fl. XX. Sobre os espaços adstritos ao estudo da gramática, leis e lógica referidos no documento, veja-se o capítulo da autoria de Maria Helena da Cruz Coelho "Condições materiais de funcionamento – as finanças", *História da Universidade em Portugal, 1290-1536*, I vol. Tomo I, Coimbra-Lisboa, Universidade de Coimbra-Fundação Calouste Gulbenkian, 1997, pp. 42-43, nota 9.

⁴⁸⁵ A Rua da Sapataria parece corresponder à artéria que liga a porta da Almedina ao adro da Sé "rua puluega ueen sse directa aa porta da almedinha", "no logar que chaman o ssota" ou ainda "rua da sapataria da porta da almedinha". *Chancelarias Portuguesas D. Afonso IV*, vol. I, pp. 70-101.

Conjugando a análise da composição da propriedade com a localização da mesma, verifica-se que a totalidade dos chãos referidos se situam extra-muros: seis na Judiaria Velha, os restantes três dispersos pelas Ruas da Moeda, dos Tanoeiros e de Coruche. De cinco deles sabemos que foram casas, noutra teria existido uma tenda. O mesmo acontece com a grosso dos pardieiros contabilizando-se seis no Arrabalde⁴⁸⁶ e dois na Almedina, no percurso da Sé aos Paços do rei.

Se a estes dados juntarmos a localização das casas e tendas derrubadas, oito na Madalena e treze na Judiaria Velha, concluímos que à excepção de dois casos, todas as propriedades régias que nessa data se encontram em ruína têm em comum a mesma situação geográfica: o arrabalde. Se procurarmos as causas da degradação destes imóveis surge-nos invariavelmente a mesma explicação: «...derubadas cando el rey Dom Anrique veio a este regno», que «jaz ora em campo por que foy destruida pola guerra» ou «...que queimaram os castelaaõs...»⁴⁸⁷.

O tombo descreve-nos o raio de acção do exército castelhano por ocasião do cerco de Coimbra. A ausência de muralhas no arrabalde facilitou certamente o avanço do inimigo cujo rasto de destruição deixou vestígios desde a zona ribeirinha, na Madalena e Rua da Moeda, até aos muros da cidade, na Judiaria Velha.

As cláusulas contratuais relativas à valorização e conservação dos bens são particularmente omissas no tombo de 1395. Poucos são os aforamentos em que o monarca estabelece a obrigação de construir casas a expensas do foreiro e só num caso é dado o prazo de três anos, parecendo ficar os restantes ao critério do arrendatário. «Obrigandose a todo caso fortuito» ou a «fazer e a refazer as dictas casas» são as únicas ressalvas utilizadas e mesmo assim apenas em cinco casos. Na realidade, a gestão do património régio não parece ser muito rigorosa, principalmente quando comparada com a do cabido da Sé que, na mesma altura, se precavia contra todas as situações possíveis determinando que os arrendatários «...se nom podessen escusar de pagar per

⁴⁸⁶ Três na Rua da Moeda, os restantes nas ruas dos Caldeireiros, S. Gião e Judiaria Velha.

⁴⁸⁷ *Almoxarifado de Coimbra*, respectivamente fl. XII, col. B, fl. XV, cl. A, fl. XII v. cl. A. Sobre a destruição normalmente levada a cabo pelos exércitos beligerantes veja-se o exemplo de Torres Vedras durante o cerco de 1384-1385, Ana Maria Rodrigues, "O cerco de Torres Vedras em 1384-1385", uma releitura de Fernão Lopes, *Torres Cultural* 8, Torres Vedras, Câmara Municipal, 1998, pp. 5-15.

fogo nem per auguas nem per guerra nem per cerca nem per viinda de inimigos nem per outro caso nenhuu fortuito que no dicto tempo aconntessaa»⁴⁸⁸. As precauções do monarca parecem limitar-se às percas relacionadas com a desvalorização da moeda estabelecendo frequentemente as equivalências entre a moeda antiga e a «que ora core», determinando os valores a pagar «abaixando a moeda»⁴⁸⁹.

Resta, por último, referir o escasso número de cortinhais registados principalmente quando comparado com a realidade já detectada para outras vilas e cidades medievais. Quase todos na Judiaria Velha, quatro são objecto de aforamento autónomo ao passo que três surgem associados a casas.

Talvez não fizessem parte da política de aquisição dos monarcas uma vez que a sua presença na cidade era incontestável, tanto na Almedina como no arrabalde. Verificamo-lo para 1504 ou 1532⁴⁹⁰ bem como através de documentação avulsa anterior. Apenas um exemplo: em 1424, os procuradores do concelho aforam um chão junto à igreja de São Pedro em cujas confrontações se referem nada menos que quatro cortinhais, dois da dita igreja, um de Vasco Garcia e outro de Martim Dominguz⁴⁹¹.

1.2. *Dados para a reconstituição da casa corrente*

Para a reconstituição morfológica da casa corrente o tombo de 1395 é, como já foi referido, parco em informações. Dos poucos dados de que dispomos sobressai a altura das casas já que, por norma, é referido o número de pisos recorrendo às expressões sótão e sobrado ou térrea. Só por treze vezes o termo «casa» é utilizado sem qualquer outro indicativo.

As casas de dois pisos são claramente hegemónicas, perfazendo 60,9% do total. As casas térreas ascendem a 24,1%, subindo para os 39,08% se incluirmos nesta categoria as de altura indeterminada. Não contabilizámos aqui o número de tendas que em muitos casos poderiam corresponder ao piso térreo de um imóvel com dois andares.

⁴⁸⁸ João A. Marujo e Olímpio Ferreira, *Pergaminhos da Sé de Coimbra*, p. 69.

⁴⁸⁹ Sobre a crise monetária do reinado de D. João I e as frequentes desvalorizações da moeda veja-se, A. H. de Oliveira Marques, *Portugal na crise...*, pp. 204-219.

⁴⁹⁰ Anísio Miguel de Sousa Saraiva, "A propriedade urbana das confrarias...", p. 167; *Tombo Antigo da Câmara de Coimbra*, pp. 6-68.

⁴⁹¹ José da Silva Amado, *Pergaminhos avulsos do Arquivo Histórico Municipal de Coimbra*, p. 95.

Casas com mais de dois pisos, que sabemos terem existido na cidade inclusivamente em data anterior à feitura do toambo⁴⁹², não faziam parte do património régio.

Em Coimbra, à semelhança do que se passava um pouco por todo o país, a casa de sótão e sobrado era então uma solução recorrente. A tendência para elevar as casas térreas, através da sobreposição de um sobrado fez-se sentir ao longo de todo o século XIV como, de resto, se pode verificar pelos aforamentos registados na chancelaria de D. Afonso IV. São pardieiros que se transformam em casas sobradadas no prazo de um ano, são casas térreas na Almedina ou na Rua dos Caldeireiros às quais, de «San Miguel que passou a huu ano», deve ser acrescentado um novo piso; é o ar que se afora sobre duas tendas da comuna judaica sob condição que façam «no dicto aar huu sobrado»⁴⁹³.

Não admira por isso que, em finais do século XIV, as casas sobradadas fossem já claramente predominantes. Dispersas por toda a cidade, encontram-se tanto no arrabalde, na zona ribeirinha da Madalena ou em Montarroio, como na Alta. Como seria de esperar é aqui, no espaço que caracterizámos já como um dos mais atractivos da cidade, em torno da Porta da Almedina e nas artérias contíguas que levam ao adro da Sé ou à porta de Belcouce que se tornam verdadeiramente dominantes, senão mesmo a única tipologia existente.

Contrariamente, a partir do adro da Sé, em direcção ao Paço da Alcáçova e castelo, a casa térrea ganha protagonismo, rareando a casa sobradada. O que também não constitui propriamente uma surpresa. No topo da colina, já em 1312, eram abundantes os pardieiros e casas arruinadas. Mais grave que a sua existência é o facto de D. Dinis ter dificuldade em encontrar quem as queira valorizar⁴⁹⁴. Alguns anos depois, em 1373, D. Fernando referia-se ao interior da cerca de Coimbra como estando «mui despovoada e falida de companhia». Consciente do perigo que a desertificação representava em caso de

⁴⁹² Quando em 1345, o Mosteiro do Lorvão empraça as suas casas da Rua de Coruche, impõe como condição que o foreiro construa um novo sobrado por cima de outro já existente. Maria Leonor Ferraz de Oliveira Silva Santos, *O domínio de Santa Maria do Lorvão no século XIV. Gestão feminina de um património fundiário*, dissertação de mestrado apresentada à Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, Lisboa, 1997, p. 79, nota 105.

⁴⁹³ *Chancelarias Portuguesas, D. Afonso IV*, respectivamente vol. III, pp. 289-290, vol. I, p. 225, vol. III, pp. 123-124. Estes, bem como outros exemplos aí registados, datam de 1326.

⁴⁹⁴ António de Oliveira, *A vida económica e social de Coimbra de 1537 a 1640*, Coimbra, Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 1971-1972, pp. 152-153.

guerra⁴⁹⁵, o monarca lança, de forma sistemática ao longo dos anos seguintes, um importante conjunto de privilégios e isenções a todos os que aí quisessem residir⁴⁹⁶. No nosso caso específico assume particular importância a lei geral, emanada em 1378, pela qual o monarca autorizava o concelho a doar chãos e pardieiros aos que neles se comprometessem a fazer casas de morada, ficando o terreno a pertencer-lhes por direito próprio⁴⁹⁷. As medidas fernandinas não deram, porém, os resultados esperados e, em 1443, o regente D. Pedro via-se obrigado a dar continuidade à política de excepção aos moradores da cerca de Coimbra «por se melhor povoar, porquanto houvesmos por informação que é muito despovoada...»⁴⁹⁸.

Pelos exemplos referidos constata-se que, à excepção do sudoeste da Alta, toda a colina apresentava, em finais do século XIV, um preocupante défice populacional. Tendência que já se fazia sentir desde meados do século XII, quando o perigo muçulmano é afastado para a linha do Tejo pela reconquista de Santarém e Lisboa. Diminuído, pelo menos temporariamente, o valor estratégico-militar da colina escarpada, a planície fronteiriça exerce, a partir de então, uma enorme força de atracção sobre a população da cerca, corrente que só o estabelecimento definitivo da Universidade, em 1537, conseguirá parcialmente travar.

Na metade superior da Alta, a escassez populacional aliada à disponibilidade de terreno tornava, por isso, desnecessário o crescimento em altura das casas. A procura seria diminuta e o próprio monarca parece ter dificuldade em aforar as suas propriedades. Uma casa «que he a par do castelo [...] esta por aluguer», de outras, «nom as achom quem as tomar»⁴⁹⁹.

Embora os dados não sejam em número suficiente para retirar conclusões seguras, parece observar-se uma alteração socio-profissional na população residente o que pode, em parte, explicar as diferenças registadas na configuração dos imóveis. No espaço intra-muros fronteiriço ao arrabalde, ou seja, entre o troço ocidental da muralha e o adro da Sé, predominam os artífices e mesterais tais como açagadores, cuteleiros, sapateiros ou ferreiros, para

⁴⁹⁵ Sobre as vantagens do povoamento das cercas veja-se João Gouveia Monteiro, *Os castelos portugueses...*, p. 222.

⁴⁹⁶ Maria Helena da Cruz Coelho, *O Baixo Mondego nos finais da Idade Média*, p. 483-485; João Gouveia Monteiro, *Os castelos portugueses...*, pp. 227-229; *Livro 2.º da Correia (Cartas, Provisões e Alvarás Régios registados na Câmara de Coimbra) 1273-1754*, organização, leitura e notas de José Branquinho de Carvalho, Coimbra, Biblioteca Municipal, 1958, pp. 4-13.

⁴⁹⁷ Maria Helena da Cruz Coelho, *O Baixo Mondego nos finais da Idade Média*, p. 485, nota 1.

⁴⁹⁸ *Livro 2.º da Correia...*, p. 36.

⁴⁹⁹ *Almojarifado de Coimbra*, fl. XXII, cl. B e fl. XXII v, cl. B.

quem a tenda do piso térreo era fundamental. Do adro da Sé ao castelo, em contrapartida, ganham peso os funcionários. Aí reside Vasco Dominguez, homem del rei, que serve na portagem, Antoninho Martinz, porteiro do concelho e sacador do rei, o escrivão do reguengo, um medidor, um guarda. É certo que também aí residem alguns almocreves mas a esses competia o transporte de mercadorias, não a sua venda em locais fixos. Aí, nas imediações da Alcáçova, se situam serviços e dependências régias como os açougues ou os celeiros do vinho e do pão, as casas da falcoaria, os pombais, a chancelaria, as «casas do oficio da merçee del Rey». É também aí que se situam (ou situavam) as escolas das leis, da lógica, da gramática. Zona de serviços, essencialmente, mas onde escasseava a vertente comercial e o movimento que normalmente imprime. O documento refere uma casa que «he ante a feira» mas esta há já alguns anos que se realizava fora da cerca. O esforço de D. Fernando no sentido de animar a Alta pela criação de uma feira franca junto aos Paços da Alcáçova fracassara. Apenas alguns anos depois, D. João I repunha-a nas terras planas do arrabalde⁵⁰⁰, bordejadas pelas principais vias de comunicação, fluviais e terrestres, por onde passavam naturalmente as rotas comerciais.

Concluindo, embora a casa sobradada se encontre um pouco por toda a cidade, não pode deixar de se constatar que esta tipologia adquire uma presença incontestável, por vezes única, nos locais de maior dinamismo comercial. Curiosamente, é também aí que mais frequentemente surge a notícia a imóveis de dupla entrada ou, como são arrolados no tombo, «dous portaaes de sotons e sobrados». Maioritariamente situados nas Ruas da Almedina e Ferraria, neles residem sapateiros, ferreiros, marçeiros, peneireiros, para quem a residência era simultaneamente local de trabalho, oficina ou tenda. A duplicação de portais proporcionaria nestes casos uma maior facilidade de circulação, permitindo ao mesmo tempo preservar o espaço doméstico.

É também junto à porta da Almedina ou nas suas imediações, onde a densidade populacional é mais forte e o espaço rareia, que as casas se projectam sobre a via ganhando alguns metros suplementares: é uma tenda com balcão em cima, é um «sobrado novo que vai sobre a rua»⁵⁰¹.

Em relação aos materiais utilizados na construção das casas dispomos apenas de uma única referência «...huu chaaoo que foy casa e ora nom tem pedra nem madeira...»⁵⁰². Contudo, elementos dispersos em documentação

⁵⁰⁰ Maria Helena da Cruz Coelho, *O Baixo Mondego nos finais da Idade Média*, pp. 416-417.

⁵⁰¹ *Almoxarifado de Coimbra*, respectivamente fl. XVI, cl. B e fl. XIX, cl. B.

⁵⁰² *Almoxarifado de Coimbra*, fl. XIII, cl. B.

coeva asseguram que o leque de escolha não seria muito diferente do utilizado em tantas outras localidades: as omnipresentes pedra e madeira, a telha e a cal⁵⁰³.

Outro traço característico das cidades tardo medievais portuguesas surge bem evidente no tombo de Coimbra: é que, embora a cidade fosse considerada uma das praças fortes de maior valor estratégico na defesa do reino⁵⁰⁴ e tenha desempenhando um papel activo nos inúmeros conflitos que marcaram a segunda metade do século XIV⁵⁰⁵, as suas muralhas encontravam-se, à data em que o tombo foi realizado, parcialmente obstruídas por casas, encostadas ao interior da cerca, na Rua da Ferraria, adossadas ao exterior do muro, na Judia-ria Velha.

1.3. *Valor da propriedade*

Todas as rendas sem excepção são pagas em numerário, quer em moeda antiga quer na moeda corrente⁵⁰⁶, se bem que a primeira detenha um peso consideravelmente superior. Em muitos casos prevê-se que, «abaixando a moeda que ora core», o foro seja pago em quantia estipulada de moeda antiga. A data eleita para solver o pagamento é São Miguel de Setembro, num caso substituído por S. João Baptista e em três outros pelas terças do ano, ou seja, repartido por três prestações a entregar ao longo do ano. Embora o regime contratual não seja referido para a totalidade das propriedades, verifica-se o claro predomínio do empraçamento em três vidas, seguido, ainda que a grande distância, pelo de duas vidas. Num reduzidíssimo número de casos, o domínio útil da propriedade é cedido apenas por uma vida. Apenas uns pardieiros constituem excepção: situados na Rua dos Caldeireiros «emprazados a Domingues Anes garda del Rey a el e a todolos seus herdeiros e deçendentes que depois elle veerem...».⁵⁰⁷

⁵⁰³ Veja-se p. 80, nota 280 do presente trabalho.

⁵⁰⁴ João Gouveia Monteiro, *Os castelos portugueses...*, pp. 156-158.

⁵⁰⁵ Quer durante as guerras fernandinas, cercada por D. Henrique de Castela, quer nos conflitos que se seguiram à eleição do Mestre de Avis, com a passagem do exército de D. João I de Castela, em Julho de 1385.

⁵⁰⁶ Por determinação régia, em 1394, cinco libras correntes correspondiam a uma libra antiga.

⁵⁰⁷ Almojarifado de Coimbra, Fl. XIII, cl. B.

A interpretação do valor das rendas e a análise do valor locativo das propriedades revelou-se, por diversas razões, tarefa difícil senão mesmo impossível:

- nem todos os aforamentos a incluem⁵⁰⁸
- para alguns locais o número de propriedades é de tal forma reduzido que corre o risco de não ser representativo⁵⁰⁹
- enorme disparidade de rendas em imóveis semelhantes e quase contíguos⁵¹⁰
- o carácter omissivo da documentação não permite aferir áreas, estado de conservação médio, ou outras características determinantes no custo.
- impossibilidade de comparar com outras zonas igualmente importantes da cidade (Calçada ou Praça) pela inexistência de propriedades régias.

Apesar de todas as limitações torna-se claro que aforar uma casa de sótão e sobrado na Rua da Ferraria era significativamente mais caro que na Madalena ou em Montarroio. Se no primeiro caso era preciso despende em média 9,2 libras de moeda antiga por ano, nos outros, 3,3 ou 5 libras, respectivamente, parecem ser suficientes. Entre o adro da Sé e o castelo, uma casa térrea custa em média 7 libras. Casas sobradadas só duas são arroladas, uma por 5,5 libras, a outra, «ante os paços del Rey» por 12 libras.

1.4. *Condição social dos detentores dos prazos*

Do total das propriedades régias arroladas apenas em 35,2% dos casos se discrimina a profissão do detentor do prazo. Quanto ao estatuto social nunca é referido. É pois um universo claramente reduzido aquele de que dispomos para a análise da condição social dos foreiros. Apesar das limitações, constata-se que a esmagadora maioria pertencia ao grupo dos mesteiros e pequenos comerciantes: cuteleiros, carniceiros, sapateiros, ferreiros, almocre-

⁵⁰⁸ Para a Judiaria Velha não são referidos os foros cobrados aos antigos arrendatários.

⁵⁰⁹ Caso de Montarroio onde só são arrolados dois imóveis.

⁵¹⁰ Na Rua da Almedina uma casa de dois pisos pode custar entre duas e vinte libras. Neste caso específico ambas se encontravam aforadas ao mesmo Joham Vasquez, ferrador, celebrado o primeiro contrato em 1376, o segundo dois anos depois. Datas tão próximas que não permitem atribuir a subida das rendas a inversões conjunturais.

ves, entre outros profissionais, correspondiam a 78,5% da amostragem. Os restantes 21,4% distribuíam-se entre o pequeno e médio funcionalismo, régio e concelhio, tais como o vedor da portagem, o porteiro do concelho e sacador del Rei, um tabelião ou um escrivão do reguengo.⁵¹¹

Se tivermos em conta que a propriedade régia se concentrava essencialmente em zonas de grande dinamismo comercial, como a Rua da Almedina ou Ferraria e a antiga judiaria, facilmente se compreende a predominância do primeiro grupo.

2. Tombo Antigo da Câmara de Coimbra

Trata-se do inventário dos bens, rendas e foros do concelho, ordenado por previsão de D. João III, em 3 de Dezembro de 1529. Na origem da determinação régia estava, uma vez mais, a falta de rigor na gestão do património por saber que «as cidades vilas e lugares da Comarca da Estremadura tinham muitas propriedades que andavam alheadas e outras aforadas por pouquo preço por serem dadas por parentesqu amyzade ou outra afeyça»⁵¹², o que não só prejudicava os concelhos, mas também o próprio monarca que dessas rendas retirava a terça parte para as obras dos muros e fortalezas do reino. Para o desempenho da tarefa o monarca enviava o bacharel Gaspar Lopes, encarregado de elaborar dois tombos, um para as arcas dos respectivos concelhos, outro a depositar na Torre do Tombo. O tombo de Coimbra estava terminado em 1532⁵¹³.

A redacção do texto obedece a um esquema mais ou menos rígido registando invariavelmente o mesmo conjunto de informações, embora os vários itens possam ocorrer por ordem diferente. Depois de referir o tipo de bem e o nome do foreiro, enuncia a localização, na maior parte dos casos pelo nome da rua, noutros recorrendo à proximidade de edifícios facilmente identificáveis por toda a comunidade. Os limites físicos das propriedades definem-se pelos imóveis contíguos, anotando-se as confrontações em função dos pontos cardeais: norte, «soão» «travesya» e «vemdavall» (respectivamente nascente, poente e sul). Seguem-se as dimensões, para terminar com o tipo de contrato e montante do foro, em regra pago por São Miguel de Setembro.

⁵¹¹ Veja-se Anexo – Quadro I – Registo das propriedades do Almoxarifado de Coimbra.

⁵¹² *Tombo Antigo da Câmara de Coimbra*, p. 74.

⁵¹³ *Tombo Antigo da Câmara de Coimbra*, pp. 76-77.

À semelhança do que verificámos para o tombo de 1395, os materiais de construção, o estado de conservação ou as particularidades físicas dos imóveis não foram elementos considerados dignos de nota. Apesar de tudo, o tombo quinhentista é bastante mais rico que o anterior. Conjugadas as dimensões com a altura dos imóveis torna-se possível definir o contorno externo dos edifícios. Quando as propriedades são contíguas e facilmente localizáveis na malha urbana podemos reconstituir parcialmente frentes de ruas, ainda que forçosamente estilizadas.

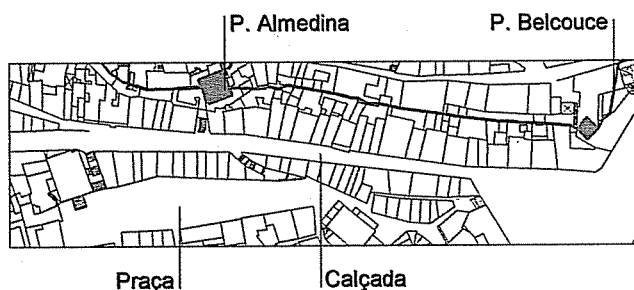


Coimbra, Rua Adelino Veiga.
Casa de origem quinhentista.



Coimbra, Rua Adelino Veiga.
Pormenor de casa
de origem quinhentista.

Das 174 propriedades arroladas restringiu-se a análise às 130 consideradas relevantes para o estudo da casa corrente. Para além das habitações propriamente ditas e dos espaços anexos como chãos e quintais, optou-se por contabilizar, azinhagas, andaimos de muros e torres ou até mesmo edifícios administrativos como o paço dos tabeliães e a casa de ver o peso. A sua inclusão justifica-se plenamente por constituírem elementos fundamentais da estrutura urbana com os quais o espaço privado mantinha um jogo de complexas relações. De lado ficaram os dois rossios camarários tal como olivais e vinhas quase sempre situados no aro peri-urbano em Banhos Secos, Água de Maiais, Carrapito, Fontura ou São Martinho de Eira de Patas.



Zona de maior concentração da propriedade camarária:
Rua da Calçada.

2.1. *Composição e localização da propriedade*

Da análise do Quadro VII, constata-se que o grosso das propriedades concelhias era composto por casas de habitação. O segundo lugar pertencia a um conjunto de bens de natureza idêntica, espaços não edificadas tais como chãos, quintais, cortinhais e azinhagas que, embora fossem objecto de aforamento isolado, funcionavam, pelas confrontações indicadas, como parte integrante e fundamental do domínio privado. Um terceiro grupo englobava muralhas, torres e barbacãs, ou seja, uma parcela significativa das estruturas defensivas da cidade.

QUADRO VII – Composição da propriedade concelhia

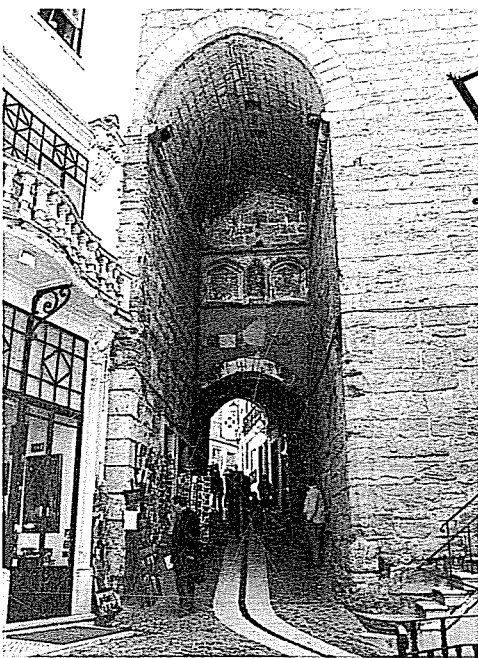
Tipo de Propriedade	Número
Casa	52
Pedaços de casa	3
Botica	3
Chão	19
Pardieiro	1
Azinhaga	9
Quintal	9
Cortinhal	7
Ar sobre azinhaga	1
Torres	5
Andaimo de muro	9
Barbacã	2
Alicerce de casa	4
Açougue	1
Paço dos Tabeliães	1
Casa de ver o peso	1
Casa da Gaiola	1
Forno de pão	1
Estrebaria e palheiro	1
Total	130

Uma leitura conjugada do Quadro VIII com a Planta III, onde se assinalam as diversas ruas referidas no tombo, permite concluir que as propriedades camarárias se distribuem de forma desigual pelo tecido urbano. Efectivamente, cerca de dois terços dos bens arrolados situam-se no exterior das muralhas ou arrabalde. Embora se espalhem por uma vasta área, desde a igreja de São Bartolomeu ao convento de São Domingos, surgem claramente concentradas na Rua da Calçada, a mais importante e dinâmica artéria da cidade quinhentista. De ambos os lados da rua a câmara é proprietária de um total de quarenta e três propriedades, na sua esmagadora maioria casas de moradas de vários sobrados, algumas na situação singular de confrontarem na parte posterior do lote com a Praça da cidade, o que as torna particularmente atractivas.

Um segundo núcleo de concentração, numericamente muito inferior, pode ser detectado junto à saída Norte da cidade, na Rua da Figueira Velha, também ele local de passagem obrigatório de gentes e mercadorias.



Coimbra, Porta da Barbacã.

Coimbra, Arco da Almedina
(antiga porta principal da cidade).

Se passarmos à análise das propriedades do interior da cerca verificamos que, para além de serem em número muito inferior, representando apenas um terço do total, são também de natureza diversa: predominam chãos, azinhagas, cortinhais e pedaços de terras sendo escassas as casas de morada, ou seja, o inverso da situação registada no arrabalde. Por outro lado ganham peso os aforamentos relativos à barbacã, muralha e respectivas torres, caso da Rua das Fangas onde, das doze propriedades arroladas, apenas uma se refere a uma casa térrea que traz aforada Brytes Alvarez. De todo o interior da cerca, apenas um local parece ter funcionado como pólo de atracção: a Porta da Almedina e sua envolvente, embora também neste caso o complexo defensivo, composto por porta da barbacã, Torre de Almedina e muralha contígua, fosse determinante para a localização de algumas das propriedades, caso da tenda que se encontra na grossura do muro ou da botica debaixo da escada da Torre da Relação. Ao contrário do arrabalde, na Almedina não se encontram vestígios de uma política de aquisição claramente definida por parte do concelho.

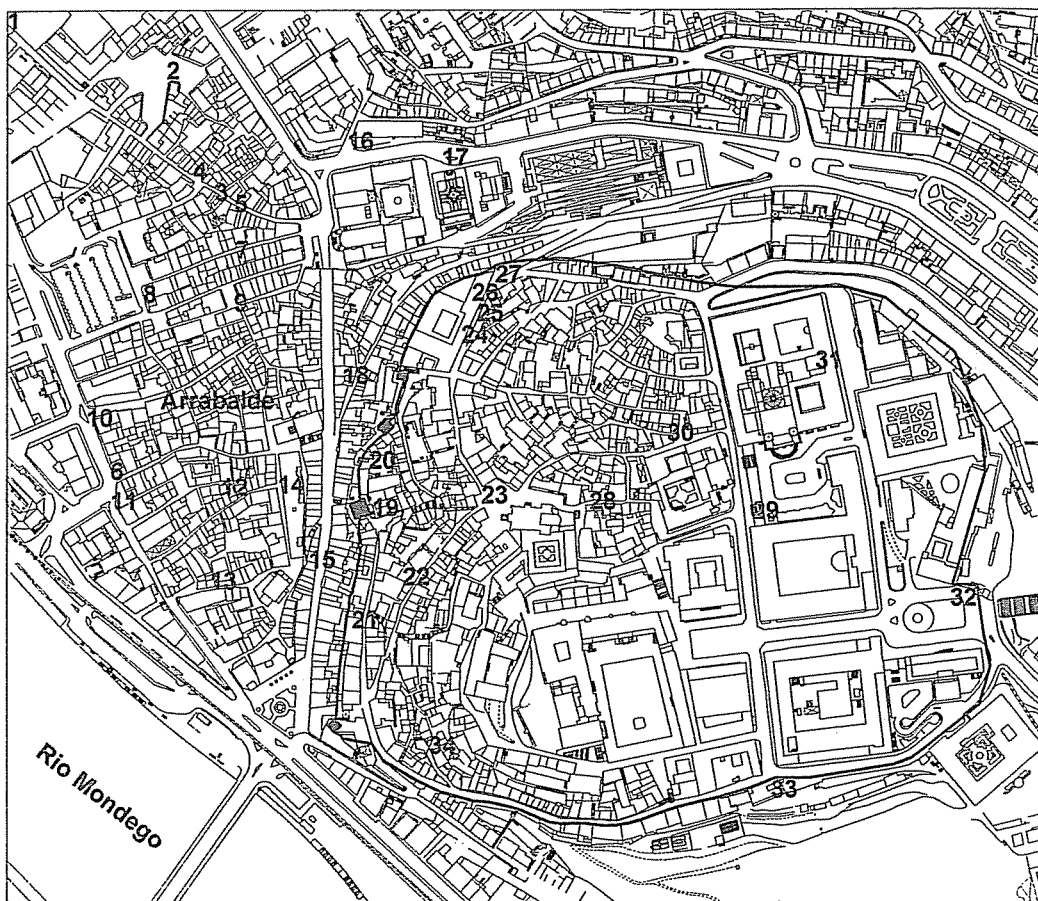
QUADRO VIII – Localização das propriedades concelhias

	Localização	Propriedades
Arrabalde	Junto ao Mosteiro de S. Domingos	2
	Junto a Santa Justa	1
	Rua da Figueira Velha	8
	Junto ao Hospital de São Lourenço	1
	Caminho do Figueiredo	1
	Alcaçarias Velhas	1
	Rua da Moeda	1
	Terreiro das Olarias	1
	Rua dos Pintadores	1
	Madalena	2
	Carniçarias – Chão dos Açougues	4
	Travessa de S. Gião	3
	Rua de São Bartolomeu para o rio	1
	Praça da cidade	6
	Rua da Calçada	43
	Montarroio	2
	Ribela	2
Rua Corpo de Deus	1	
Almedina	Junto ao Arco e Porta da Almedina	10
	Da Porta da Almedina a Sobre as Ribas	1
	Rua das Fangas	12
	Rua do Alpedide	1
	Adro da Sé	1
	Chão de Joana Mendes	2
	Do Forno dos Monturos à Porta Nova	2
	Forno dos Monturos	1
	Porta Nova	1
	Da Sé ao Paço do Bispo	1
	Paço do Bispo	1
	Do Aljube ao Castelo	1
	Junto a São Salvador	2
	Pedreira de São Sebastião	4
	Porta do Castelo	2
Porta da Traição	1	
Pedreira junto a São Cristovão	3	
Total de propriedades⁵¹⁴	127	

⁵¹⁴ Três propriedades não apresentam localização.

▨ Muralha

1. Junto ao mosteiro de S. Domingos
2. Junto a Santa Justa
3. Rua da Figueira Velha
4. Junto ao hospital de S. Lourenço
5. Caminho do Figueiredo
6. Alcaçarias Velhas
7. Rua da Moeda
8. Terreiro das Olarias
9. Rua dos Pintadores
10. Madalena
11. Carniçarias
12. Travessa de S. Gião
13. (?) De S. Bartolomeu ao Rio
14. Praça
15. Rua da Calçada
16. Montarroi
17. Ribela
18. Rua do Corpo de Deus
19. Junto ao Arco e Porta de Almedina
20. Da Porta de Almedina a Sub Ripas
21. Rua das Fangas
22. Rua do Alpedide
23. Adro da Sé
24. Chão de Joana Mendes
25. Do Forno dos Monturos ao Chão de J. Mendes
26. Forno dos Monturos
27. À Porta Nova
28. Da Sé ao Paço do Bispo
29. Do Aljube ao Castelo
30. Junto a S. Salvador
31. Pedreira de S. Sebastião
32. À porta do Castelo
33. À Porta da Traição
34. (+/-) Pedreira junto a S. Cristovão



PLANTA III – Indicação das ruas e locais referidos no Tombo Antigo da Câmara
(sobre planta actual de Coimbra).

2.2. Dados para a reconstituição da casa corrente

Definidas as propriedades concelhias em termos de quantidade, localização e concentração relativa, é altura de tentar caracterizar morfológicamente as casas descritas no tomo.

Como já referimos o texto refere de forma sistemática as dimensões das propriedades, de comprido e de largo, utilizando como unidade de medida a vara. A única exceção refere-se aos «andaymos de muro» da Rua das Fangas cuja omissão pode ser explicada por «andarem metidos dentro em as casas».

No Quadro IX reunimos os valores encontrados para quarenta e quatro das cinquenta e duas residências contabilizadas. As restantes não foram incluídas, ou pela irregularidade que apresentavam, ou porque constituíam apenas «pedaços de casas». Ao comprimento/largura e respectivas áreas, já convertidas em metros quadrados, associámos o número de pisos, valores que, quando conjugados entre si, nos permitem conhecer o formato do edifício bem como a área de implantação do imóvel ou a potencialidade residencial do mesmo, através da soma dos diversos pisos.

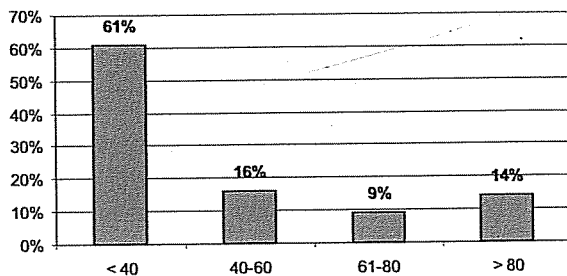
QUADRO IX – Dimensões, área, número de pisos e localização

Comprimento x largura (m ²)	Área (m ²)	Térreas/ /n.º de sobrados	Localização
8,80 x 4,40	38,7	2	Calçada
9,07 x 4,40	39,9	3	Calçada
9,16 x 4,40	40,3	3	Calçada
13,2 x 3,30	43,5	4	Calçada
12,65 x 2,75	34,7	5	Calçada
11 x 7,70	84,7	4	Calçada
15,4 x 4,40	67,7	2	Calçada
10,62 x 3,30	35	4	Calçada
8,80 x 3,30	29	3	Calçada
7,97 x 2,20	17,5	Térrea	Rua da Porta de Almedina
7,70 x 2,75	21,1	2	Calçada
12,37 x 4,95	61,2	2	Calçada
8,80 x 2,20	19,3	2	Calçada
14,3 x 3,85	55	2	Calçada
6,60 x 4,11	27,1	1	Rua dos Pintadores
5,77 x 5,21	30	Térrea	Calçada
4,40 x 3,30	14,52	Térrea	Calçada
9,90 x 4,95	49	1	Calçada

Comprimento x largura (m ²)	Área (m ²)	Térreas/ /n.º de sobrados	Localização
5,86 x 4,95	29	3	Calçada
14,3 x 9,35	133	Térrea	Calçada
16,5 x 6,22	102	2	Calçada
12,93 x 9,90	128	2	Calçada
12,8 x 11	141	Térrea	Calçada
9,16 x 3,30	30,2	Térrea	Calçada
11 x 4,40	48,4	2	Calçada
14,03 x 3,30	46,2	2	Calçada
16,5 x 3,85	63,5	2	Calçada
6,60 x 3,30	21,7	2	Calçada
3,57 x 5,12	18,2	2	Calçada
25,6 x 4,40	112,9	1	Calçada
11,27 x 3,30	37,1	2	Calçada
8,80 x 3,85	33,8	2	Calçada
9,90 x 3,85	38,1	Térrea	Calçada
4,67 x 3,01	14	1	Rua da Moeda
3,66 x 2,75	10	1	Quebra Costas
5,50 x 2,75	15,1	1	Adro da Sé
8,06 x 4,11	33,1	2	Praça
3,30 x 2,92	9,6	1	De S. Bartolomeu ao rio
10,62 x 4,02	66,8	1	Montarroio
15,02 x 2,20	33	Térrea e meio sobrado	Fangas
6,60 x 3,30	21,7	1	Do Aljube ao Castelo
5,50 x 4,40	24,2	2	Calçada
9,52 x 5,77	54,9	Térrea	São Domingos
10,17 x 3,66	37,2	térrea	Santa Justa

A *ratio* entre o comprimento e a largura das casas camarárias, de 2,5/1, revela-nos imóveis tendencialmente alongados, em que a profundidade excede em mais do dobro a largura. Formato que persiste até aos nossos dias, sobretudo na Rua da Calçada. Se da casa propriamente dita passarmos à análise do lote, a desproporção entre o comprimento e a largura torna-se ainda mais significativa já que muitas das casas referidas, possuem «chão detrás».

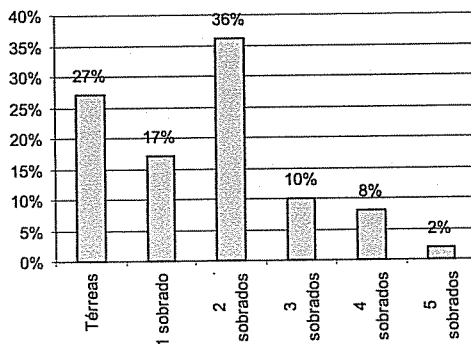
Como se pode verificar pela análise do Gráfico I, 61% dos imóveis tinha uma área de implantação inferior a 40 m². Segue-se, embora a uma distância muito razoável, com apenas 16%, um conjunto de casas com áreas compreendidas entre os 40 e os 60 m². Apesar da esmagadora maioria das casas apresentarem uma área relativamente pequena, de acordo com as médias encontradas

GRÁFICO I – Área de implantação dos imóveis em m²

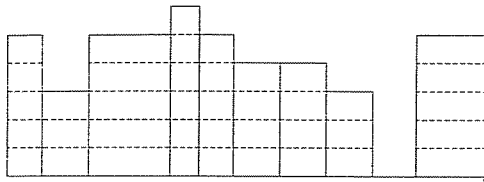
um pouco por todo o país, não podemos deixar de referir que, neste caso concreto, o número de imóveis que ultrapassam os 60 m² é, apesar de tudo, bastante significativo, representando 23% da amostragem. As propriedades desta categoria têm em comum a mesma localização na Rua da Calçada. Poderá ser essa a explicação? Ou seja, ao carácter «nobre» da localização, onde preferencialmente residiam mercadores e burgueses abastados, corresponderia um tipo superior de casa corrente reflectindo os imóveis a prosperidade dos seus ocupantes? Em resposta a esta questão consultamos os dados relativos às propriedades dos hospitais e confrarias de Coimbra para os princípios do século XVI. Embora a grande maioria se situe no arrabalde, nenhuma das propriedades inventariadas se localiza na Rua da Calçada. Apesar disso, as percentagens são absolutamente idênticas: 22,9% continua a ter uma área superior aos 60 m² ⁵¹⁵.

Se no que toca à área de implantação a localização concreta numa determinada rua não parece ser determinante, já o mesmo não se pode dizer da área útil ou seja do espaço que resulta da soma de todos os pisos.

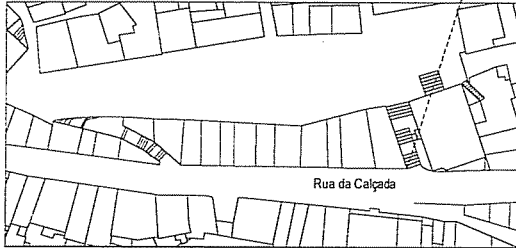
GRÁFICO II – Casas sobradadas e térreas



⁵¹⁵ Anísio Miguel de Sousa Saraiva, "A propriedade urbana das confrarias...", p. 168.



Alçado



Reconstituição de um troço do alçado da Rua da Calçada, com base nas medidas de largura e número de pisos registados no Tombo.

Efectivamente, do total das casas inventariadas, 73% são sobradadas, a grande maioria das quais com três pisos, relegando para um distanciado 2.º lugar a casa de dois andares. Significativo é o facto de 18% dos imóveis apresentarem três e quatro sobrados, atingindo excepcionalmente os cinco. Panorama substancialmente diferente do que encontramos em 1504 onde os três pisos, altura máxima registada, se limitavam a 6,45% do total e onde a casa térrea continuava a deter um peso importante.

Como se verificou para a maioria das cidades portuguesas, o número de sobrados é directamente proporcional ao valor locativo da zona em que se insere. Nos locais mais apetecíveis os imóveis tendem a multiplicar o número de sobrados o que, em Coimbra, resulta particularmente evidente na Rua da Calçada. Se entre as propriedades da câmara percorrermos aquelas que se situavam noutras ruas, secundárias ou periféricas quando comparadas com a Calçada, encontramos as tradicionais casas térreas e de dois pisos.



G. Braun / G. Hoefnagel,
pormenor de Coimbra (1572) destacando-se,
em primeiro plano, a Rua da Calçada.

Voltando à Rua da Calçada, a constatação da altura média dos edifícios coloca-nos perante uma situação singular. De facto, quando multiplicamos as áreas de implantação dos imóveis pelo número de sobrados que os compõem, as áreas úteis surgem, em muitos casos, invulgarmente espaçosas. Seriam estas casas ocupadas por mais do que um locatário? À excepção de uma casa de quatro sobrados «que trazem aforados em fatiota pera sempre os filhos de miguel vaz mercador»⁵¹⁶, todas as outras situações aparecem em nome individual como a «que traz aforadas jorge da costa» ou a «que traz em fatiota diogo fernandez mercador», o que parece corresponder a casas habitadas por uma só família. Sobre este aspecto específico são muito poucos os dados relativos a outras cidades do país. Na Guarda, são pouco comuns as casas aforadas por várias pessoas. Quando se verifica, raramente excede as três famílias, uma por piso⁵¹⁷. Em Lisboa de meados do século XVI, a média seria de 1,6 famílias por edifício⁵¹⁸ o que, segundo Iria Gonçalves, «equivale a dizer que a maior parte era ainda habitada por uma só família»⁵¹⁹.

Tudo leva a crer que estamos em presença de casas unifamiliares, maioritariamente aforadas por cidadãos e mercadores, nalguns casos excepcionalmente grandes, para mais com uma localização privilegiada. Perante estes dados será lícito incluí-las na categoria da casa corrente?

Ao longo do presente trabalho utilizou-se o conceito de casa corrente com carácter suficientemente abrangente de forma a incluir um conjunto de tipologias diferentes e que mais não são que o reflexo da heterogeneidade do escalão intermédio da sociedade. Por essa razão a análise estendeu-se da «casa só», ou de divisão única, à casa de arcos onde os compartimentos se multiplicam e a área aumenta proporcionalmente. De acordo com este raciocínio pensamos estar em presença de um conjunto de casas identificáveis com o segmento superior da casa corrente, de resto limitado a uma área bem definida do tecido urbano. Não podemos deixar de sublinhar uma vez mais que o facto da maior parte das casas camarárias se situarem na Rua da Calçada limita a análise e inviabiliza a extensão destes dados à totalidade do espaço urbano.

Das casas da Rua da Calçada fica-nos assim uma imagem de grande diversidade: algumas casas térreas a par de muitas outras de três e quatro sobrados, com áreas que variam entre os trinta e os trezentos e muitos metros quadrados.

⁵¹⁶ *Tombo Antigo da Câmara de Coimbra*, p. 10.

⁵¹⁷ Rita Costa Gomes, *A Guarda medieval...*, p. 74.

⁵¹⁸ A. H. de Oliveira Marques, *A sociedade medieval portuguesa*, p. 67.

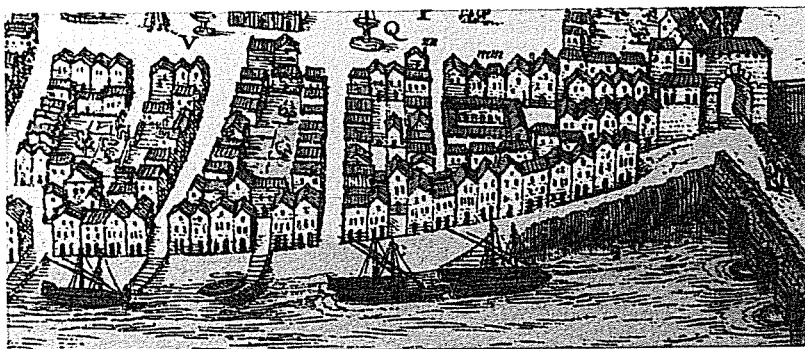
⁵¹⁹ Iria Gonçalves, «Aspectos económico-sociais da Lisboa do século XV...», p. 22.

Para a reconstituição morfológica da casa corrente o tombo pouco mais acrescenta.

Regista-se a prática do alteamento parcial dos imóveis, de que é exemplo a casa térrea com um meio sobrado na Rua da Figueira Velha⁵²⁰, ou o recurso a alpendres, sem que nestes casos os possamos associar a actividades comerciais: um na casa térrea, à Madalena, que traz o licenciado Estevão Nogueira, outro, na frontaria da casa de dois sobrados da Rua da Calçada aforada ao bacharel Sebastião Lopes, cidadão⁵²¹.

Resta apenas referir duas outras particularidades que o tabelião certamente registou por constituírem uma excepção à normalidade: as casas de dois sobrados na Rua da Calçada que «...tem hu retrete no cortinhal sobre o muro...» ou, ao nível da concepção arquitectónica do espaço interior, as casas de dois sobrados que o arquitecto «diogo de castilho escudeiro e mestre das obras del Rey» tem aforadas na Calçada com «hua abobada per baixo da rua».⁵²²

2.3. *Espaços por edificar: quintais, cortinhais e «chãos»*



G. Braun / G. Hoefnagel, pormenor de Coimbra (1572)
destacando-se o miolo dos quarteirões preenchido por quintais.

Que em Coimbra os espaços verdes constituíam parte integrante da paisagem urbana prova-o o número de quintais, cortinhais e chãos contabilizados. Por vinte e oito vezes surgem explicitamente associados a casas de moradas, como por exemplo as «casas de hu sobrado cõ seu quimtal detras...». Noutros casos o aforamento respeita apenas ao chão, embora a sua localização não

⁵²⁰ *Tombo Antigo da Câmara de Coimbra*, p. 41.

⁵²¹ *Tombo Antigo da Câmara de Coimbra*, respectivamente p. 49 e 27.

⁵²² *Tombo Antigo da Câmara de Coimbra*, respectivamente p. 15 e 47.

deixe dúvidas: «hu chaõ que traz aforado [...] o qual esta detras das casas proprias que ela tem na rua da calçada...»⁵²³. Este último exemplo interessa-nos particularmente. A frequência com que surgem associados às traseiras das casas da Calçada comprova a sua existência mesmo onde o solo era mais caro. É o exemplo acabado da dupla imagem da cidade: ao carácter compacto da construção sentido ao nível da rua, pela sucessão continua de edifícios, correspondia o espaço não edificado no miolo dos quarteirões. Esta imagem de relativa abundância de espaço disponível torna-se significativamente mais forte se aos exemplos referidos juntarmos todos os quintais, cortinhais e chãos que não surgem incorporados em casas de habitação, embora claramente inseridos no tecido urbano. Exemplo sugestivo do contínuo intercalar de casas e espaços hortícolas é o do cortinhal «ao ospital e casa de são lourenço» aforado a Catarina Fernandez, confrontando a Norte com almuinha de Álvaro Afonso e do «soaõ cõ casas e cortinhal prazo de saõ lourenço»⁵²⁴.

2.4. A privatização do sistema defensivo e do espaço público



Coimbra, vista sobre as antigas torres da muralha.

Uma parcela importante da propriedade concelhia dizia respeito ao sistema defensivo da cidade, nessa altura, já claramente desactivado. Da Porta Nova à Porta de Belcouce, as torres vinham sendo desde há várias

⁵²³ *Tombo Antigo da Câmara de Coimbra*, respectivamente p. 21 e 22.

⁵²⁴ *Tombo Antigo da Câmara de Coimbra*, pp. 47-48.



Coimbra, Casa de Sub-Ripas.

décadas sistematicamente convertidas em habitações particulares das elites urbanas: do licenciado João Vaz, do chanceler João Cerveira, do tabelião do judicial Baltasar Paes, dos herdeiros de João Alvarez da Cunha ou de Ruy de Saa Pereira, cavaleiro fidalgo⁵²⁵.

O troço ocidental da muralha, delimitando o traçado da Rua das Fangas, actual Fernandes Tomás, estava quase integralmente «metido dentro em as casas». Estas já não se limitavam a encostar-se ao muro. Adarves ou «amdaymos» eram utilizados como suporte por construções que, ao absorvê-los, acrescentavam alguns metros quadrados à área residencial: «no sobrado de todo cimo he a dita casa mais comprida duas varas e hua terça per respeito da grossura do muro»⁵²⁶.

A um nível mais baixo, já na Rua da Calçada, eram as casas do lado oriental que, de forma contínua, recorriam à barbacã como encosto⁵²⁷. O espaço entre esta e a muralha principal, a liça, fora igualmente preenchido por quintais, anexos e chãos.

Desvalorizadas nas suas funções originais, muralhas, torres e barbacãs foram, por isso, alienadas de forma perpétua pelas sucessivas vereações, processo, de resto, já visível em 1395. A única excepção parece constituir a Torre de Almedina, parcialmente reservada pela edilidade para as sessões camarárias e audiências judiciais. Ao nível térreo, porém, rentabilizava-se a velha torre aforando a «amRique bramdaõ hua butiqa que esta debaixo do arco quando vão pelo porta de almedina [...] a qual butiqa esta na grossura do muro»⁵²⁸.

⁵²⁵ *Tombo Antigo da Câmara de Coimbra*, pp. 65-67.

⁵²⁶ *Tombo Antigo da Câmara de Coimbra*, p. 13.

⁵²⁷ *Tombo Antigo da Câmara de Coimbra*, pp. 25-31.

⁵²⁸ *Tombo Antigo da Câmara de Coimbra*, p. 14.

A política de alienação de bens colectivos ou de utilização pública por parte da câmara de Coimbra incidia também sobre espaços de circulação, registando-se um total de quinze aforamentos, quase sempre relativos a azinhagas, embora no caso de um quintal se acrescente «que em outro tempo foy rua»⁵²⁹.

Os beneficiados eram normalmente os proprietários das moradas contíguas que, dessa forma, passavam a dispôr de um quintal anexo. Nem sempre, porém, o espaço em causa permanecia desimpedido, ainda que privatizado. Muito frequentemente eram totalmente preenchidos por novas construções caso de «hua azynhaga que ora he feyta em casas».

Noutros casos ainda, a cedência das circulações parece ter a ver com a defesa da privacidade das propriedades envolventes. No caso de D. Filipe de Sousa, a azinhaga que traz em fatiota está «metida em hu seu jardim e casa e patyo da entrada das casas [...] e faaz voltas per baixo das casas e no dyto jardim», espaço que pela descrição corresponde ao actual Pátio do Castilho e quintais que se estendem até Sub Ripas. Curiosamente, é o único caso em que a câmara não cobra qualquer foro embora imponha como condição que, vendendo ele ou os seus herdeiros as casas em questão, regresse a azinhaga à posse da cidade. Em todos os outros casos, as rendas são relativamente baixas, entre os cinco e os trinta reais.

2.5. *Valor e gestão da propriedade*

Restringimos a análise do valor da propriedade às casas de habitação e, dentro destas, às que apresentavam medidas precisas, elemento determinante para aferir o preço do metro quadrado. O maior volume de informação de que dispomos respeita, uma vez mais, à Rua da Calçada e mesmo nesse universo restrito deparamo-nos com inúmeros problemas.

O leque de valores apurados é vastíssimo. Vejamos apenas um dos inúmeros exemplos possíveis: duas casas de quatro sobrados, ambas aforadas a mercadores, podem custar entre 400 e 1150 reais. Se a localização não é um factor determinante, uma vez que ambas se situam na Calçada, o mesmo se pode dizer em função da área, já que a primeira excede no dobro o tamanho da segunda. Nos dois casos o regime contratado é o de aforamento perpétuo.

⁵²⁹ *Tombo Antigo da Câmara de Coimbra*, p. 57.

A enorme disparidade registada ao nível dos foros pode ter inúmeras justificações. O próprio *tombo* refere que o baixo valor de algumas das rendas cobradas se devia ao facto de serem «dadas por parentesco amyzade ou outra afeição». Muitas outras estavam provavelmente desactualizadas, embora a omissão da data do contrato não o permita comprovar. De facto, a câmara não parece exercer um controle excessivamente rigoroso sobre o seu património. A leitura do *tombo* sugere por várias vezes que o registo não foi feito sobre a totalidade dos bens. Veja-se a título de exemplo o caso de Rui de Sá Pereira referido em inúmeras confrontações como proprietário de umas casas na Rua das Fangas que assentam sobre um vasto troço da barbacã, propriedade do concelho. Contudo, ao longo do texto é referenciado uma única vez como arrendatário de uma só torre⁵³⁰.

Quaisquer que sejam as explicações, a verdade é que oscilações tão acentuadas podem comprometer o resultado da análise do valor real da propriedade, uma vez que as rendas cobradas nem sempre correspondem ao verdadeiro valor locativo.

Apesar de tudo tentou-se, ainda assim, calcular o custo por metro quadrado. Viver na Rua da Calçada representava, como seria de esperar, um encargo acrescido comparativamente a outros locais da cidade. Ao passo que nas restantes ruas do Arrabalde ou mesmo na Almedina o preço do metro quadrado não ultrapassava 1,5 reais, na Calçada ascendia a 2,6⁵³¹.

Recorrendo novamente ao exemplo das confrarias e hospitais de Coimbra que, em 1504, cobravam em média 3 reais por metro quadrado⁵³², constatamos que os aforamentos da câmara eram significativamente inferiores. Tal facto deve-se, sem dúvida, a políticas de gestão diferentes. No primeiro caso, tudo aponta para uma mais atenta rentabilização do património que se traduz, por exemplo, na exclusividade dos emprazamentos em três vidas, sistema que facilita a actualização das rendas e fortalece o direito de propriedade. Contrariamente, a câmara cede sistematicamente o domínio útil dos bens «em fatiota pera todo sempre».⁵³³ Hospitais e confrarias usufruíam directamente dos foros cobrados. O mesmo não se verificava com os homens-bons da vereação para

⁵³⁰ *Tombo Antigo da Câmara de Coimbra*, pp. 23-24 e 67.

⁵³¹ Fora da Rua da Calçada o preço médio por metro quadrado foi calculado em conjunto, independentemente da localização dos imóveis face ao reduzido número das casas inventariadas.

⁵³² Anísio Miguel de Sousa Saraiva, "A propriedade urbana das confrarias...", p. 176.

⁵³³ As únicas excepções são umas casas junto a Santa Justa, um pedaço de chão próximo de Sobre as Ribas e um alicerce de parede na Rua da Calçada para os quais não se refere o regime contratual. *Tombo Antigo da Câmara de Coimbra*, respectivamente p. 59, 61 e 28.

quem a administração patrimonial não representava um lucro pessoal. Por isso os favores se multiplicavam, por isso também a actualização dos foros não seria prioritária. A prática de aforamentos a preços relativamente baixos quando comparados com a restante oferta não era, de resto, exclusiva da câmara de Coimbra. O mesmo se verificava no Porto de finais de Quinhentos face às rendas anuais do património capitular, rigorosamente geridas e substancialmente mais onerosas⁵³⁴.

⁵³⁴ Luís Miguel Duarte e Luís Carlos Amaral, "Prazos do século...", pp. 320-321.

Conclusão

Na primeira parte do trabalho caracterizámos a habitação corrente em Portugal. Com essa finalidade passámos em revista os dados disponíveis para as várias vilas e cidades já estudadas, recolhendo exemplos na documentação coeva e comparando-os entre si. A visão de conjunto daí resultante permite reconstituir, ainda que em traços gerais, a casa que mais frequentemente se construía no Portugal de então.

Subjacente à sua construção, um critério fundamental: a casa comum ou corrente obedece a princípios básicos de economia. É a resposta a necessidades elementares de abrigo e armazenamento a que frequentemente se associa a função de local de trabalho. Na sua edificação beneficia-se, por isso, o pragmatismo em detrimento do supérfluo. Recorre-se a uma vasta gama de materiais, cuja junção permite uma construção rápida e acessível, embora o critério de longevidade não seja totalmente posto de parte. As paredes erguem-se com pedra e madeira, a primeira essencialmente nos alicerces, a segunda para levantar os sobrados. Argamassam-se à base de cal ou barro, a cobertura é quase invariavelmente de telha vã, o pavimento é deixado em terra batida.

Mais comprida do que larga, com a fachada virada à rua e encostada às casas vizinhas ocupa, em regra, um espaço relativamente pequeno. Contudo, mais frequentemente do que seria de imaginar, os andares sobrepõem-se, multiplicando o espaço disponível. Nas mais importantes cidades, aos dois pisos desde cedo tão comuns, o sótão e sobrado ou a loja e sobrado, acrescenta-se, sobretudo ao longo do século XV, um ou mais pisos, tendência tanto mais significativa quanto maior for o valor locativo da zona em que o imóvel de inscreve.

As aberturas são sempre em número diminuto. Ao nível térreo a porta parece ser suficiente para suprir as necessidades, razão porque se reservam as poucas e pequenas janelas para os andares superiores. Na ausência do vidro, a precariedade das portadas de pau aconselham a reduzi-las ao mínimo indispensável. Impedem a entrada da chuva mas não das correntes de ar. Limitam sobretudo a entrada da luz. O interior da habitação é, por isso, normalmente escuro, facto que também se deve ao amontoar das casas e à estreiteza

da rua, sem esquecer a acção do fumo que só nos inícios de Quinhentos começa a ser escoado por chaminés.

A simplicidade da casa transparece, acima de tudo, no reduzido número de divisões que a compõem. Dois ou três compartimentos, contíguos ou sobrepostos, consoante a casa é térrea ou sobradada. Mas nem todos se destinam a habitação propriamente dita. O que tem acesso directo à rua é normalmente reservado para tenda na casa do pequeno comerciante, como oficina na do artífice. Igualmente frequente é o espaço destinado ao armazenamento de víveres, prática extensível a todas as classes sociais, embora naturalmente de acordo com as possibilidades de cada um. Daí a importância dos celeiros e lojas que tantas vezes parecem sobrepor-se em termos de prioridade à privacidade ou conforto dos habitantes. Um ou dois compartimentos bastam por isso para albergar uma família comum. Espaços polivalentes onde se desenrola toda a vida doméstica. Quando se subdividem é sempre de forma precária, através de frágeis «repartimentos», normalmente de tabique.

Se necessário e possível aumenta-se a área pela adição de compartimentos que surgem onde o espaço o permite, seja na horizontal ou na vertical sem esquecer, neste último caso, a prática do meio sobrado ou alteamento parcial. A casa parece ser, acima de tudo, uma unidade orgânica que resulta da junção dos vários compartimentos, o que talvez justifique o termo «casas», com que são referidas na documentação coeva. Contíguos ou sobrepostos, a circulação entre eles é sempre directa, através de escadas, interiores ou exteriores ou, de forma mais rudimentar, recorrendo a alçapões. O corredor, espaço de circulação fundamental na preservação da intimidade, é um luxo inexistente na casa corrente, mesmo no seu segmento mais qualificado.

Mas a vida quotidiana, por rudimentar que seja, exige sempre mais: em último caso conquista-se espaço e ar à rua, acrescentando-se um alpendre, projectando-se os sobrados, construindo passadiços, galgando a muralha e aproveitando a largura do adarve.

Se possível privatiza-se a azinhaga vizinha, encerra-se o beco através de uma cancela, com ou sem autorização concelhia. Porque o espaço por edificar, mesmo que de reduzidas dimensões, parece ser fundamental à casa tardo-medieval. Para efectuar despejos, criar animais, cultivar produtos hortícolas ou umas quantas árvores de fruto. Só isso explica a frequência com que à casa se associa o quintal ou chão, para o qual se reserva, em regra, a parte posterior do lote mesmo nas zonas de maior centralidade onde o solo é um bem escasso e precioso.

Embora sumária, a descrição corresponde ao tipo mais frequente da habitação comum, em Portugal, entre os séculos XIV e XVI. Contudo, utili-

zando o conceito de casa corrente de forma abrangente, como o fizemos ao longo de todo o trabalho, surge-nos um sem número de variações possíveis. De acordo com o estatuto social ou recursos financeiros do proprietário, o modelo altera-se: a uma área superior corresponde a multiplicação dos compartimentos, que por mais especializados conferem maior privacidade. Reserva-se a câmara como espaço de recolhimento, utiliza-se a casa de fora como local de maior sociabilidade, individualiza-se a cozinha que o receio do fogo e uma mais eficaz extracção dos fumos relegam para o andar superior. O aumento de conforto passa também por uma utilização mais cuidada dos materiais. Embora sem total exclusividade, a pedra (e cal) torna-se o material de eleição sempre associada a uma maior durabilidade e «nobreza». Os interiores revestem-se de madeiras, os pavimentos de ladrilhos. Mesmo assim, só muito excepcionalmente dispõem de privada. Motivos ornamentais envolvem portais e janelas, da simples aresta chanfrada à vistosa decoração vegetalista, do arco em ogiva às características vergas recortadas dos princípios de Quinhentos.

Mas as variações possíveis ao nível da casa comum não se limitavam naturalmente ao desafio económico ou ao estatuto social de quem a habitava.

A diversidade ocorreria também de acordo com as características da região, do clima, da maior ou menor abundância de um qualquer material. Por isso, enquanto na Guarda prevalecia a pedra, em Avis associava-se a taipa a alicerces de pedra e cal. Variedade de soluções que não permite, porém, manter a tradicional divisão entre um Norte de granito e um Sul de barro. Em sua substituição emerge uma construção urbana onde, invariavelmente, se conjuga uma vasta gama de materiais. Sobre o granito ou o barro impõe-se a pedra miúda e a cal, sobretudo a madeira. Porque a cidade recusa o determinismo. Se é possível fazer prevalecer uma solução típica, um modelo operacional e válido para todo o país, tal facto deve-se ao carácter tendencialmente uniformizador da cultura urbana. A permanente e rápida circulação de homens, ideias e mercadorias estabelece laços de identidade. A vitalidade comercial torna a independência para com a natureza mais forte. Padrões semelhantes impõem-se por toda a parte, por ordem régia e intermédio dos oficiais do rei, pela deslocação dos almocreves e peregrinos, pelos deputados às cortes, pelos encontros em feiras ou romarias. A intensidade de contactos permite esbater diferenças e criar esteriótipos comuns. Como resumiu José Mattoso, «tudo isto torna as cidades semelhantes entre si»⁵³⁵. Ar de família tanto mais evidente quanto maior fôr a vitalidade do núcleo em causa.

⁵³⁵ José Mattoso, «Os concelhos», *História de Portugal*, (dir. José Mattoso), Lisboa, Círculo de Leitores, 1993, 2.º vol. p. 211.

Somos, porém, obrigados a concluir que o conhecimento da casa urbana em Portugal, nos finais da Idade Média, é ainda claramente insuficiente. Não tanto pelo carácter lacunar da documentação mas porque vastas áreas do país estão ainda por tratar. Na realidade, mais do que para o Norte, dispomos de dados para o Noroeste⁵³⁶. Quanto ao Sul propriamente dito, ao Baixo Alentejo e ao Algarve, tudo está por fazer, constituindo Mértola e Silves simples indicadores de uma realidade muitíssimo mais vasta. Mas mesmo para as regiões onde o investimento tem sido mais forte torna-se urgente tratar outros corpos documentais e compará-los entre si. O estudo de Coimbra revelou-se elucidativo a este respeito.

Os dados já conhecidos para 1504 foram em parte corrigidos pelos documentos por nós estudados, anteriores e posteriores a essa data, sobretudo ao nível da altura média dos imóveis. Por outro lado, as falhas do Almo-xarifado de Coimbra e do Tombo Antigo da Câmara, nomeadamente nas descrições da compartimentação interna, foram colmatadas pelos dados da propriedade urbana dos hospitais e confrarias.

No conjunto, os três documentos permitiram-nos conhecer momentos, proprietários e núcleos distintos do tecido urbano. Alargaram a análise aos diferentes segmentos da casa corrente, da habitação do mesteiral à do mercador abastado. Comprovaram diferenças substanciais entre artérias centrais e secundárias, nalguns casos verdadeiramente surpreendentes.

O nosso objectivo foi, desde o início, apresentar um ponto da situação com base nos elementos disponíveis e ensaiar a aplicabilidade dos resultados obtidos através do estudo de um caso concreto. Se este é mais um contributo para a compreensão da casa urbana em Portugal, entre os meados do século XIV e as primeiras décadas do XVI, aquele aponta, em última análise, para linhas de investigação futuras.

⁵³⁶ Sobre esta região em particular aguarda-se a publicação dos mais recentes trabalhos de investigação de Conceição Falcão Ferreira (Universidade do Minho, Fevereiro 2002), a quem se deve um dos maiores impulsos no estudo desta temática a nível nacional e onde, seguramente, muitas das questões ficarão finalmente resolvidas.

ANEXO

1. Registo das propriedades do Almojarifado de Coimbra

Designação	Local	Titular do contrato	Profissão	Tipo de contrato	Foro	Entrega do foro	Estado de conservação	Utilização anterior	Notas
Casa sócio e sobrado	Madalena	Domingues Ares	Carniceiro		4 libras moeda antiga		Derrubada (guerra)		
Casa sócio e sobrado	Madalena	Martim Lourenço			4 libras moeda antiga		Derrubada (guerra)		
Casa sócio e sobrado	Madalena	Pero Tomeiro	Torneiro		40 soldos moeda antiga		Derrubada (guerra)		
Casa sócio e sobrado	Madalena	Alvaro Dominguez	Carniceiro		14 libras moeda antiga		Derrubada (guerra)		
Casa sócio e sobrado	Madalena	Alvaro Dominguez	Carniceiro		Englobada na renda anterior		Derrubada (guerra)		
Casa sócio e sobrado	Madalena	Alvaro Dominguez	Carniceiro		Englobada na renda anterior		Derrubada (guerra)		
Casa sócio e sobrado	Madalena	Alvaro Dominguez	Carniceiro		Englobada na renda anterior		Derrubada (guerra)		
Casa sócio e sobrado	Madalena	Marinha Sequa			3 libras moeda antiga		Derrubada (guerra)		

Designação	Local	Titular do contrato	Profissão	Tipo de contrato	Foro	Entrega do foro	Estado de conservação	Utilização anterior	Notas
Pardieiros	Rua dos Caldeireiros	Domingues Anes	Guarda del Rei	Herdeiros e descendentes	10 libras				Casas no prazo de 3 anos
Sótão (de casa sobradada)	Rua dos Piliteiros	Afonso Vasquez e Maria de Buarcos							
Umás casas sótão e sobrado	Montarroi	Johane Stevenz	Canoeiro	3 pessoas	6 libras moeda antiga				
Casa sótão e sobrado	Montarroi	Joham Estevenz	Almoinheiro		4 libras e 6 soldos moeda antiga				
1 chão	Rua de Coruche	Vaasque Anes	Vedor da portagem	3 pessoas	5 libras e 5 soldos correntes			Sótão e sobrado	Fazer casas (já construídas em sótão e sobrado)
1 chão	Judiaría Velha	Stevorn de Caambra	Sapateiro		9 libras correntes			Tenda	Fazer casas
1 chão	Judiaría Velha	Afonso Anes			7,5 libras correntes	S. Miguel de Setembro		Casa térrea	Fazer casa térrea
1 chão	Judiaría Velha	Afonso Anes	Cuitaleiro	3 pessoas	6 libras correntes	S. Miguel de Setembro		Casa	Fazer casa térrea
1 casa	Judiaría Velha	Gil Martinz	Boticário						Derrubada: jaz em chão

Designação	Local	Titular do contrato	Profissão	Tipo de contrato	Foro	Entrega do foro	Estado de conservação	Utilização anterior	Notas
1 sobrado	Judiaría Velha						Jaz em campo (guerra)		
Umás casas com cortinhal	Judiaría Velha	Pedro Anes Josepe Falhado	Mercador				Derrubada		
4 portais de casas	Judiaría Velha	Boroelro judeu e Samuel peneireiro	Peneireiro				Rossio	Sótãos e sobrados	
Casa com sobrado	Judiaría Velha	Beellida Judia					Rossio		
Cortinhal com amoreira	Judiaría Velha						Derrubada		
Tenda	Judiaría Velha	Johana Martinz					Derrubada		
Tenda	Judiaría Velha	Johana Martinz					Derrubada		
Tenda	Judiaría Velha	Johana Martinz					Derrubada		
Tenda	Judiaría Velha	Johana Martinz					Derrubada		
Tenda	Judiaría Velha	Johana Martinz					Derrubada		
1 cortinhal cozinha	Judiaría Velha	Johana Martinz					Derrubada		
Meio sobrado com câmara nova, sótão e pedaço cortinhal	Judiaría Velha						Rossio		

Designação	Local	Titular do contrato	Profissão	Tipo de contrato	Foro	Entrega do foro	Estado de conservação	Utilização anterior	Notas
Meio sobrado com câmara paço e sóiã	Judicaria Velha						Derrubados		
Sóiã	Judicaria Velha	Judas Navarro						Estava sob a câmara de Isaque tintureiro	
1 cortinhal	Judicaria Velha								
1 pardieiro Igr. Corpo de Deus	Judicaria Velha	Jacob Lavi							
Chão	Judicaria Velha						Rossio		
Chão	Judicaria Velha	Filhos de Isaque Matos					Rossio	Casa	
Chão	Judicaria Velha								
Tenda	R. Nova da Ferraria								
Tenda com com balcão em cima	Idem junto Porta de Almedina	Alonso Fernandes	Açagador	3 vidas	8 libras moeda antiga		Tapada quando fizeram a torre nova da Porta da Almedina		Parte com o muro da cidade
Casa sóiã e sobrado	Idem junto Porta de Almedina	Alonso Fernandes	Açagador	3 vidas	Englobada na renda anterior				
Casa sóiã e sobrado	R. Nova da Ferraria	Vasco Martinz	Tabellião						Parte com o muro da cidade

Designação	Local	Titular do contrato	Profissão	Tipo de contrato	Foro	Entrega do foro	Estado de conservação	Utilização anterior	Notas
Casa sóiã e sobrado	R. Nova da Ferraria	Joham Domingues	Tosador		16 libras	S. Miguel de Setembro			Parte com o muro da cidade
Casa sóiã e sobrado	R. Nova da Ferraria	Lourenço Anes	Almocreve	2 vidas	6 libras e 15 soldos moeda antiga				Parte com o muro da cidade
Casa sóiã e sobrado	R. Nova da Ferraria	Sueiro Gonçalves		3 vidas	61 libras e 15 soldos correntes	S. Miguel de Setembro			Caso fortuito
Casa sóiã e sobrado	R. Nova da Ferraria	Joham de Viseu	Cuitaleiro		4,5 libras	Terças do ano			Parte com o muro da cidade
Casa sóiã e sobrado	R. Nova da Ferraria	Afonso Domingues de Viseu	Cuitaleiro	2 vidas	6 libras	Terças do ano			Parte com o muro da cidade
Casa sóiã e sobrado	R. Nova da Ferraria	Afonso Domingues de Viseu	Cuitaleiro		8 libras	Terças do ano			Parte com o muro da cidade
Casa sóiã e sobrado	R. Nova da Ferraria	Estevom Perez	Tosador	2 vidas		S. Miguel de Setembro			
Casa sóiã e sobrado	R. Nova da Ferraria	Rodrigo Anes	Peneireiro	3 vidas	6 libras				Parte com o muro da cidade
Casa sóiã e sobrado	R. Nova da Ferraria	Diego Martinz	Cordoeiro	3 vidas	17 libras moeda antiga	S. Miguel de Setembro			Caso fortuito

Designação	Local	Titular do contrato	Profissão	Tipo de contrato	Foro	Entrega do foro	Estado de conservação	Utilização anterior	Notas
Casa sóiã e sobrado	R. Nova da Ferraria	Gonçalo Anes	Ferreiro	3 vidas	9 libras moeda antiga	S. Miguel de Setembro			Caso fortuito Parte com o muro da cidade
2 portais de casas sóiãs e sobrados	R. Nova da Ferraria	Vasco Stevens	Almocreve	3 vidas	8 libras moeda antiga	S. Miguel de Setembro			Parte com o muro da cidade
2 portais de casas sóiãs e sobrados	R. Nova da Ferraria	Joham Dominguez			65 libras correntes				Parte com o muro da cidade
2 portais de casas	R. Nova da Ferraria	Gil Fernandes		3 vidas	10 libras moeda antiga				
Casa sóiã e sobrado	R. Nova da Ferraria	Diego Estevens	Ferreiro	3 vidas	10 libras moeda antiga	S. Miguel de Setembro			Parte com o muro da cidade
Casa sóiã e sobrado	R. Nova da Ferraria	Joham Lourenço	Sapateiro	3 vidas	10 libras moeda antiga				Parte com o muro da cidade
Casa sóiã e sobrado	R. Nova da Ferraria	Domingo Estevens O Gordo		3 vidas	12 libras moeda antiga	S. Miguel de Setembro			Parte com o muro da cidade
Tenda	R. da Almedina	Afonso Fernandes	Açagador						
Casa sóiã e sobrado	R. da Almedina	Afonso Fernandes							

Designação	Local	Titular do contrato	Profissão	Tipo de contrato	Foro	Entrega do foro	Estado de conservação	Utilização anterior	Notas
Casa sótião e sobrado	R. da Almedina	Aldoça Rodrigues		2 vidas	8 libras moeda antiga				
Casa sótião e sobrado	R. da Almedina	Joham de Viseu	Cuitaleiro	3 vidas	40 soldos moeda antiga	S. Miguel de Setembro			Fazer e refazer as ditas casas
Casa sótião e sobrado	R. da Almedina	Maria Estevens mulher de Joham de Viseu		1 vida	5 libras moeda antiga				
Casa sótião e sobrado	R. da Almedina	Joham Vasquez	Ferrador	3 vidas	40 soldos moeda antiga	S. Miguel de Setembro			
Casa sótião e sobrado	R. da Almedina	Joham Vasquez	Ferrador	3 vidas	20 libras moeda antiga	S. Miguel de Setembro			
Casa sótião sobrado	R. da Almedina	Catalina Dominguez		Última de 3 vidas	18 libras moeda antiga	S. Miguel de Setembro			
2 portais de casas sótiãos e sobrados	R. da Almedina	Johane Anes	Ferreiro	3 vidas	32 libras correntes				
2 portais sótiãos e sobrados	R. da Almedina	Domingos Dominguez	Marçeiro	3 vidas	10 libras moeda antiga	S. Miguel de Setembro			

Designação	Local	Titular do contrato	Profissão	Tipo de contrato	Foro	Entrega do foro	Estado de conservação	Utilização anterior	Notas
2 portais de casas	R. da Almedina	Catalina Dominguez		1 vida	9 libras moeda antiga	S. Miguel de Setembro			
2 portais de casas sóiãos e sobrados	R. da Almedina	Marinha Dominguez			9 libras moeda antiga	S. Miguel de Setembro			
Casas que são fangas	R. da Almedina								
Casas térreas	R. da Almedina	Vasco Martins		3 vidas	51,5 libras correntes				
2 portais de casas sóiãos e sobrados	R. da Almedina						Hu sobrado novo que vai sobre a rua		
Casa sóião e sobrado	da Porta de Almedina ao Adro da Sé	Pero Estevens Turule		3 vidas	30 soldos moeda antiga	S. Miguel de Setembro			
3 portais de casas	da Porta de Almedina ao Adro da Sé	Joham Perez	Sapateiro	3 vidas	4,5 libras moeda antiga				
Casa sóião e sobrado	da Porta de Almedina ao Adro da Sé	Johane Estevens	Sapateiro	2 vidas	5 libras e 5 soldos moeda antiga				

Designação	Local	Titular do contrato	Profissão	Tipo de contrato	Foro	Entrega do foro	Estado de conservação	Utilização anterior	Notas
Casa sócio e sobrado	da Porta de Almedina ao Adro da Sé	Giralda Martinz		1 vida	10 soldos moeda antiga				
Casa sócio e sobrado	do Adro da Sé aos Paços do Rei	Antoninho Martinz	Porteiro do concelho	2 vidas	5,5 libras moeda antiga				
Casa térrea (onde se lê gramática)		Gil Martinz Tochifel			27 libras moeda antiga				
Casa térrea (são duas moradas)		Johane Martinz de Eiras		3 vidas	16 libras moeda antiga	S. Miguel de Setembro			
Casa térrea que são 2 portais		Joham de Lourosa	Almocreve	3 vidas	24 libras correntes				
Casa		Antoninho Martinz	Sacador del Rei	Ele e mulher	5 libras moeda antiga				
Pardieiro		Antoninho Dalatoones	Medidor do pão	Ele e mulher	8 libras moeda antiga			Casa	
Casa térrea		Afonso Telez		2 vidas	5 libras moeda antiga	S. Miguel de Setembro			
2 casas térreas		Afonso Telez		3 vidas	4,5 libras moeda antiga	S. Miguel de Setembro			

Designação	Local	Titular do contrato	Profissão	Tipo de contrato	Foro	Entrega do foro	Estado de conservação	Utilização anterior	Notas
Casas que são açougues									
2 portais de casas		Vasco Dominguez	Homem del Rei que serve na portagem	3 vidas	8 libras moeda antiga	S. Miguel de Setembro			
Açougues cobertos									
Casa térrea		Vasco Abade			8 libras				
Casa térrea que é paço onde pbem o vinho									
Casa térrea		Gonçalo Estevens Joham de Soalhez de Almalagués	Almocreve		14 libras moeda antiga			Fangas	
Açougues									
2 casas térras		Martim Anes	Almocreve	Última de 3 vidas	3 libras moeda antiga				
Casa térrea Celeiro de pão									
Casa térrea									
Casa térrea		Vasco Dominguez		3 vidas	8 libras moeda antiga	S. Miguel de Setembro			Caso fortuito
Casa com cortinhal		Joham Monteiro	Escrivão do reguengo		8 libras moeda antiga	S. Miguel de Setembro		Celeiro de Pão	

Designação	Local	Titular do contrato	Profissão	Tipo de contrato	Foro	Entrega do foro	Estado de conservação	Utilização anterior	Notas
Casas sóiões e sobrado	Ante os Paços del Rei	Marinha Martinz			12 libras moeda antiga				
2 casas térreas	Junto com os Paços	Casas do ofício da mercè del rei							
Casa térrea		Domingue Anes	Guarda		25 libras correntes	S. João Baptista			
Pardieiro							Jaz em terra	Casa	
Casa cortinhal	A par do castelo							Chancelaria	Está por arrendar
Casa da falcoaria e pombal cortinhal		Bento			30 soldos de moeda antiga				
Casas sóiões e sobrados		Lourençinho		3 vidas	25 libras correntes				
2 pombais	Muro da cidade								Por arrendar
Pardieiros com 2 portais de arcos	Rua de S. Gião						Por povoar (azo da guerra)		

**2. Registo das propriedades urbanas do Tombo Antigo
da Câmara de Coimbra**

Designação e N.º de entrada no Tombo	Térrea/sobradada	Localização	Titular do contrato	Profissão/estado	Foro/data	Dimensões em varas (c. x l.)	Áreas em m ²	Notas
Torre - 1	Sobradada	Sobre Porta de Almedina				7 x 7	59,2 m ²	Câmara audiências
Açougues de carne e pescado - 2		Praça da cidade				12 e terça x 3 e terça	49,6 m ²	Arcos de pedra
Paço dos Tabeliães - 3	Sobradada	Praça: sobre os Açougues				10 e terça x 3,5	43,7 m ²	Acesso por escada de pedra
Casa de ver o peso - 4	Térrea	Praça				7 e terça x 2 e duas terças	23,5 m ²	
Casa da gaiola - 5	Térrea	Chão de Joane Mendez				6 x 2 e duas terças	19,2 m ²	Junto a Sobre as Ribas
Casas + antresolho + ar com casas 2 sobrados - 6	4 sobrados	Praça	Antonio Fernandez	Mercador	1220 rs S. Miguel	Configuração irregular		
Casas + ar sobre Paço Tabeliães - 7	2 sobrados	Calçada	Simão Gomes	Mercador	900 rs S. Miguel	8 x 4	38,7 m ²	
Casas + ar sobre Paço Tabeliães - 8	3 sobrados	Calçada	Femão Ribeiro	Escudeiro	410 rs S. Miguel	8 e quarta x 4	39,9 m ²	
Casas + ar sobre Paço Tabeliães - 9	3 sobrados	Calçada	Jorge da Costa		326 rs S. Miguel	8 e terça x 4	40,3 m ²	

Designação e N.º de entrada no Tombo	Térrea/ sobradada	Localização	Titular do contrato	Profissão/ estado	Foro/ data	Dimensões em varas (c. x l.)	Áreas em m ²	Notas
Casas + casinha sobre casa de ver o peso - 10	4 sobradós	Calçada	Filhos de Miguel Vaz	Mercador	1150 rs S. Miguel	12 x 3 3,5 x 2 e terça	43,5 m ² 9,8 m ² (casinha)	
Casas - 11	5 sobradós	Calçada	Diogo Roiz	Mercador	188 rs S. Miguel	11,5 x 2,5	c. 34,7 m ²	
Casas - 12	4 sobradós	Calçada	Diogo Fernandez	Mercador	400 rs S. Miguel	10 x 7	84,7 m ²	
Casas e quintal - 13	2 sobradós	Calçada	Diogo Fernandez	Mercador	30 rs S. Miguel	14 x 4 6 x 3 e 3 quartas	67,7 m ² 27,1 m ² (quintal)	O quintal entesta na barbacã
Casas - 14	4 sobradós	Calçada	Jorge Roiz	Meirinho	600 rs S. Miguel	9 e 2 terças x 3	35 m ²	
Casas - 15	3 sobradós	Calçada	D. Filipe de Sousa		1200 rs S. Miguel	8 x 3	29 m ² (r/c)	O sobrado de cima têm mais 2 e terça por 3,5 por assentar sobre o muro
Casas - 16	3 sobradós	Calçada	Mestre Rodrigo	Mercador	346 rs S. Miguel	Configuração irregular		Entestam no Arco Almedina
Casas e alicerce - 17	2 sobradós		Amrique Brandão		120 rs S. Miguel	Configuração irregular		
Casa - 18		Rua que vai para Porta de Almedina	Amrique Brandão		100 rs S. Miguel	7 e quarta x 2	c. 17,5 m ²	Era Paço dos tabeliães

Designação e N.º de entrada no Tombo	Térrea/sobradada	Localização	Titular do contrato	Profissão/estado	Foro/data	Dimensões em varas (c. x l.)	Áreas em m ²	Notas
Botica - 19		Arco sob Porta de Almedina	Amrique Brandão		50 rs S. Miguel	3 e 2 terças x 2	8,8 m ²	Está na grossura do muro
Casas - 20	2 sobrados	Calçada	João Roiz Vargas		270 rs S. Miguel	7 e terça x 2,5	21,1 m ²	Tem retrete no cortinhal sobre o muro. O sobrado de cima é mais comprido cerca de 2 varas por assentar sobre o muro
Chão - 22		Rua que vai para Almedina	Jorge Vaz	Cidadão	30 rs S. Miguel	14 e quarta x 5,5	94,8 m ²	Atrás das casas em que vive. Parte com cubelo de Gregorio de Lourenço
Casas - 23	2 sobrados	Calçada	Fernão d'Alvarez	Coryeyro	230 rs S. Miguel	11 e quarta x 4,5	61,2 m ²	
Casas - 24	2 sobrados	Calçada	Ana Lopez	Viúva de cidadão	120 rs S. Miguel	8 x 2	19,3 m ²	Parte com cubelo de Gregorio de Lourenço
Casas com quintalinho - 25	2 sobrados	Calçada	Gregorio Lourenço	Tabelião das notas	310 rs S. Miguel	13 x 3,5 2 e terça x 3 e terça	55 m ² 9,3 m ²	

Designação e N.º de entrada no Tombo	Térrea/sobradada	Localização	Titular do contrato	Profissão/estado	Foro/data	Dimensões em varas (c. x l.)	Áreas em m ²	Notas
Pedaço de Barbacá – 26		Calçada	Gregório Lourenço	Tabelião das notas	10 rs S. Miguel	c. 8 l. irregular	c. 8,8 m l. irregular	
Casas – 27	Térras	Terreiro das Orlarias	Gregório Lourenço	Tabelião das notas	20 rs S. Miguel	Configuração irregular		
Casas – 28	1 sobrado	Rua dos Pintadores	Isabel da Fonseca	Vídua de Meirinho	100 rs S. Miguel	6 x 3 e 3 quartas	27,1 m ²	
Casas e cortinhal – 29	2 sobrados	Calçada	Tristão Alvarez		200 rs S. Miguel	Configuração irregular		Parte com Barbacá
Casas – 30		Calçada	Tristão Alvarez		300 rs S. Miguel	5 e quarta x 4 e 3 quartas	30 m ²	
Casas e Quintal – 31		Detrás da Calçada	Diogo Fernandez	Ourives	20 rs S. Miguel	4 x 3 4,5 x 3	14,5 m ² 16,3 m ²	Parte com Barbacá
Chão com palheiro e estrebaria – 32		Atrás das suas casas na Calçada	André Lujs	Ourives	20 rs S. Miguel	9 e quarta x 3,5	39,1 m ²	Parte com Barbacá
Alicerce de parede da frontaria – 33		Calçada	André Lujs	Ourives	5 rs S. Miguel	Sem dimensões		Casas de S. Bartolomeu
Casas e quintal – 34	1 sobrados	Calçada	André Lujs	Ourives	220 rs S. Miguel	9 x 4,5 14,6	49 m ² 101 m ²	Quintal entesta na Barbacá
Casas e chão – 35	3 sobrados	Atrás das suas casas na Calçada	Amrique Vaz	Licenciado	50 rs S. Miguel	5 e terça x 4,5 4 x 3	29 m ² 14,5 m ²	Parte com Barbacá

Designação e N.º de entrada no Tombo	Térrea/sobradada	Localização	Titular do contrato	Profissão/estado	Foro/data	Dimensões em varas (c. x l.)	Áreas em m ²	Notas
Chão - 36		Por trás das suas casas na Calçada	Viúva de Pero Martins	Alfaiate	25 rs S. Miguel	16,5 x 4	79,8 m ²	Entre o Muro e a Barbacã
Chão - 37		Por trás das suas casas na Calçada	Jnes Afonso	Viúva de alfaiate	25 rs S. Miguel	9 x 9	98 m ²	Parte com Barbacã
Chão - 38		Por trás das suas casas na Calçada	Afonso Esteves	Seleiro	50 rs S. Miguel	8 e 3 quartas x 4	42,2 m ²	Parte com Barbacã
Casas e quintal - 39		Calçada	Brytes Pesoa	Viúva	60 rs S. Miguel	1 3 x 8,5 7 e 2 terças x 8	133 m ² 74 m ²	O quintal parte com Barbacã
Casas e pedaço de chão - 40	2 sobradados	Calçada	António de Beja	Cidadão	60 rs S. Miguel	15 x 5 e 2 terças 6 x 4	102 m ² 29 m ²	Chão parte com Barbacã
Casas e chão detrás - 41	2 sobradados	Calçada	Femã de Saa Pereira	Cavaleiro Fidalgo	150 rs S. Miguel	12 - quarta x 9 9 x 10	128 m ² 108 m ²	Parte com Barbacã
Casas e chão detrás - 42		Calçada	Ruy Brandão	Cidadão	90 rs S. Miguel	11 e 2 terças x 10 17 e terça x 9 e terça	141 m ² 195 m ²	Chão parte com Barbacã
Casas - 43		Calçada	Ruy Brandão	Cidadão	300 rs S. Miguel	8 e Terça x 3	30,2 m ²	
Casas e chão detrás - 44	2 sobradados	Calçada	Ines Jorge	Viúva de Bacharel	40 rs S. Miguel	10x4 11,5 x 4	48,4 m ² 55,6 m ²	Parte com Barbacã
Casas e chão detrás - 45	2 sobradados	Calçada	Diogo de Beja	Cavaleiro Cidadão	60 rs S. Miguel	13 - quarta x 3 7 e terça x 3 e 2 terças	46,2 m ² 32,4 m ²	Parte com Barbacã

Designação e N.º de entrada no Tombo	Térrea/sobradada	Localização	Titular do contrato	Profissão/estado	Foro/data	Dimensões em varas (c. x l.)	Áreas em m ²	Notas
Casas e quintal - 46	2 sobrados	Calçada	Pero Fernandez	Cidadão	40 rs	15 x 3,5 6 x 3 e 3 quartas	63,5 m ² 27,1 m ²	Parte com Barbacã
Casas e quintal detrás - 47	2 sobrados	Calçada	Sebastião Lopez	Bacharel Cidadão	271 rs S. Miguel	6 x 3 10 - quarta x 7,5	21,7 m ² 88,5 m ²	Entesta na Barbacã e parte com a sota e serventia de águas que vem da Almedina para o rio. Alpendre.
Casas com chão detrás - 49	2 sobrados	Calçada	João Toscano	Tabellião	20 rs S. Miguel	3 e quarta x 4 e 2 terças 3,5 x 4	18,2 m ² 16,9 m ²	Parte com Barbacã
Alicerce de parede das casas anteriores - 50		Calçada	João Toscano	Tabellião	5 rs S. Miguel	4 l. = grossura da parede	4,4 rnc	
Casas e quintal - 51	1 sobrado	Calçada	Diogo Lopez	Capelão do Conde de Penela	220 rs S. Miguel	23 e terça x 4 10,5 x 2 e terça	112,9 m ² 29,5 m ²	Parte com Barbacã
Casas e Quintal detrás - 52	2 sobrados	Calçada	Brás Nunes	Notário e Conego na Sé	35 rs S. Miguel	10 e quarta x 3 11 x 2 e terça	37,1 m ² 30,9 m ²	Quintal parte com Barbacã
Casas e Quintal detrás - 53	2 sobrados	Calçada	Mendo Afonso	Sapateiro	170 rs S. Miguel	8 x 3,5 11 x 3	33,8 m ² 39,9 m ²	Quintal parte com Barbacã

Designação e N.º de entrada no Tombo	Térrea/sobradada	Localização	Titular do contrato	Profissão/estado	Foro/data	Dimensões em varas (c. x l.)	Áreas em m ²	Notas
Casas e Quintal detrás - 54		Calçada	Ruy Lopez	Escrivão do Vigário	170 rs S. Miguel	9 x 3,5 11 x 3	38,1 m ² 39,9 m ²	Quintal parte com Barbacã
Alicerces de casas - 55		Calçada	Jorge Lopez	Mercador	5 rs S. Miguel	c. 8 e 2 terças	9,52 rn	Casas dos Capelães da Sé
Pedaço de casa - 56	Térrea	Figueira Velha	Gonçalo Fernandez	Sapateiro	20 rs	7 x 2	16,9 m ²	Foi azinhaga
Pedaço de casa - 57	1 sobrado	Figueira Velha	Francisco Fernandez	Sapateiro	20 rs S. Miguel	7 x 1,5	12,7 m ²	Foi azinhaga
Pedaço de casa - 58		Figueira Velha	Simão Lopez	Sapateiro	20 rs S. Miguel	3,5 x 1 e terça	5,6 m ²	Tem balcão. Dentro tem a porta para Rua dos Oleiros.
Casa - 59	1 sobrado	Rua da Moeda	Fernão Bramdão		20 rs S. Miguel	4 e quarta x 2 e 3 quartas	14 m ²	
Pardieiros - 60		Carniçarias	João Luys	Tanoeiro	60 rs S. Miguel	9 x 6	65,3 m ²	R. que vai p/ Paços do Conde
Forno de pão - 61		Carniçarias	Diogo Pires	Pintor	80 rs S. Miguel	6 e 2 terças x 3 e 2 terças	29,4 m ²	
Frontaria de casas - 62		Calçada	Lyanor Vaaz	Viúva de Tosador	40 rs S. Miguel	3,5 x 1,5	6,3 m ²	
Botica - 63		Porta de Almedina	Afonso Lopez	Cidadão	55 rs S. Miguel	2,5 x 1 e 2 terças	5 m ²	

Designação e N.º de entrada no Tombo	Térrea/sobradada	Localização	Titular do contrato	Profissão/estado	Foro/data	Dimensões em varas (c. x l.)	Áreas em m ²	Notas
Casinha - 64		Porta de Almedina	Luyes Alvares	Ourives	30 rs S. Miguel	2 e 2 terças x 1 e terça	4,2 m ²	Feita em azinhaga
Casas - 65	1 sobrado	Quintal (Quebra Costas)	João Vaz	Licenciado	30 rs S. Miguel	3 e terça x 2,5	10 m ²	
Chão - 67		Corpo de Deus	João Vaz	Licenciado	50 rs S. Miguel	136 x 7 e 2 terças	1259 m ²	Confronta com Barbacã
Chão - 68	Pedreira		João Vaz	Licenciado	40 rs S. Miguel	26 x 18 e 3 quartas	589,4 m ²	Courapa de Lisboa
Barbacã - 69		Porta Nova	João Vaz	Licenciado	30 S. Miguel			Ertesta no muro
Casas - 70	1 sobrado	Adro da Sé	Simão Afonso	Alfaiate	100 rs S. Miguel	5 x 2,5	15,1 m ²	
Azinhaga - 71		Rua de Alpedide	Vasco Roiz	Tabellão do Judicial	20 rs S. Miguel	11,5 x 2	27,8 m ²	Cano da água
Casas - 72	2 sobrados	Praça	André Larnego	Cavaleiro	150 rs S. Miguel	7 e terça x 3 e 3 quartas	33,1 m ²	

Designação e N.º de entrada no Tombo	Térrea/sobradada	Localização	Titular do contrato	Profissão/estado	Foro/data	Dimensões em varas (c. x l.)	Áreas em m ²	Notas
Alicerce de casas - 73		Praça	Cristovão Camelo	Boticário	20 rs S. Miguel	c. 6	6,6	As casas são de S. Salvador. A entrada para a loja de baixo tem degraus de pedra.
Estrebaria e palheiro - 74	Sobrado parcial	Travessa da R de S. Gião	Martynr Anes	Sapateiro	40 rs S. Miguel	3 e quarta x 2,5	9,8 m ²	de S. Gião para Paços do Conde
Casas - 75	1 sobrado	Rua de S. Bartolomeu para o Rio Mondego	Ayres do Quintal	Cavaleiro Fidalgo	40 rs S. Miguel	3 x 2 e 2 terças	9,6 m ²	
Pedaço azinhaga - 76		Travessa da Rua de S. Gião	Mestre Francisco	Físico	10 rs S. Miguel	15 x 1 e 2 terças	30 m ²	De S. Gião para Paços do Conde
Pedaço de azinhaga - 77		Travessa da Rua de S. Gião	Alvaro Parilha		5.rs S. Miguel	Sem dimensões		De S. Gião para Paços do Conde
Casa - 78	1 sobrado	R. que vem de Montarroio	João de Figueiro	Escrivão	15 rs S. Miguel	9 e 2 terças x 3 e 2 terças	66,8 m ²	
Quintal - 79		Montarroio	João de Figueiro	Escrivão	130 rs S. Miguel	Configuração irregular		
Quintal que foi azinhaga - 80		Figueira Velha	Francisco Mascarenhas	Cidadão	30 rs S. Miguel	11 x 2	26,6 m ²	Parte com Água de Ruina

Designação e N.º de entrada no Tombo	Térrea/sobradada	Localização	Titular do contrato	Profissão/estado	Foro/data	Dimensões em varas (c. x l.)	Áreas em m²	Notas
Botica - 81		Porta de Almedina	João Marjnz Monteiro	Carniçeiro	150 rs S. Miguel	1 e 3 quartas x 2	4,2 m²	Debaixo escada Torre da Relação
Casa - 82	Térrea com meio sobrado	Rua das Fangas	Brytes Alvarez	Viúva	45 rs S. Miguel	13 e 2 terças x 2	33 m²	
Chão - 83		Pedreira	Herdeiros de Rui Fernandez	Ataqueiro	20 rs S. Miguel	Vela latina 21 x 32,5 x 35 m		Acima de S. Cristóvão
Chão - 84		Porta do castelo	Yohão Alvarez	Recebedor das Terças	90 rs S. Miguel	Configuração irregular		Parte com cava do castelo e muro
Chão - 85		Pedreira S. Sebastião	Basitã Lopez	Trabalhador	30 rs S. Miguel	Configuração irregular		Junto do Castelo
Casa - 86	1 sobrado	Lágea Quente (freg. do Salvador)	Álvaro Lopez	Medidor do Bispo	10 rs S. Miguel	6 x 3	21,7 m²	Rua do Aljube ao Castelo
Chão - 87		Pedreira S. Sebastião	Diogo Neto	Criado do bispo	30 rs S. Miguel	Cerca de 47 x 13	c. 739 m²	
Chão - 88		Porta do castelo	Herdeiros de Gil Bareto		140 rs S. Miguel	38 x 30	c. 1379 m²	
Casa e quintal - 89	Térrea	Junto do Paço do Bispo	Isabel Diaz Viúva	Ama	30 rs S. Miguel	7 e Terça x l irregular 13 x 4 e 3 quartas	8 x l irregular 74,5 m²	

Designação e N.º de entrada no Tombo	Térrea/sobradada	Localização	Titular do contrato	Profissão/estado	Foro/data	Dimensões em varas (c. x l.)	Áreas em m ²	Notas
Pedaço de cortinhal – 90		Freguesia S. Salvador	Ayres Fernandez	Prior do Martyr	10 rs S. Miguel	Configuração irregular		Parte com quintal e casas próprias
Azinhaga e casinha – 91	Térrea	R. da Sé ao Paço do Bispo	Diogo Fernandez	Carreiro da Sé	20 rs S. Miguel	12 e Terça x 1 e 2 terças	24,6 m ²	Parte com casas do próprio
Pedaço de cortinhal – 92		Forno dos Monturos	Mestre Pero	Serralheiro	15 rs S. Miguel	Configuração irregular		Parte com quintal do próprio
Azinhaga e patim – 93		do Forno dos Monturos à Porta Nova	Gaspar Diaz	Secretário do Bispo	25 rs S. Miguel	24,5 x 2,5 11 e Quarta x 3	74,1 m ² 40,8 m ²	Parte com casas, chão e estrebaria do próprio
Pedaço Quintal – 94		do Forno dos Monturos à Porta Nova	Gaspar Diaz	Secretário do Bispo	Englobada na anterior	12,5 x 5	75,6 m ²	
Pedaço de terra – 95		Junto da Porta da Traição	Brytes Eylor	Viúva de cavaleiro	30 rs S. Miguel	75 x 5	453,7 m ²	Parte com Comaro antigo
Pedaço Quintal – 96		Caminho do Figueiredo	Catarina Vaz	Viúva de Ataqueiro	12 rs S. Miguel	3 e Quarta x 2,5	9,8 m ²	Junto da R. da Figueira Velha
Pedaço de cortinhal – 97			João Lopez de Sequeira	Fidalgo	14 rs S. Miguel	7 e Terça x 2 e terça	20,6 m ²	

Designação e N.º de entrada no Tombo	Térrea/sobradada	Localização	Titular do contrato	Profissão/estado	Foro/data	Dimensões em varas (c. x l.)	Áreas em m ²	Notas
Casas - 98	2 sobradados	Calçada	Diogo de Castilho	Escudeiro e Mestre de Obras del Rei	110 rs S. Miguel	5 x 4	24,2 m ²	Tem abóbada por baixo da rua da Calçada
Cortinhal - 99		Ao Hospital de S. Lourenço	Catarina Fernandez	Viúva de Cordoeiro	40 rs S. Miguel	31 x 23 x 38		Parte com Rossio das Rodas dos Cordoeiros
Cortinhal - 100		Junto ao Mosteiro S. Domingos	Bartolomeu Fernandez	Carpinteiro	100 rs S. Miguel	46 x 15 e terça	853 m ²	Confronta com Rio Mondego
Duas moradas de casas - 101.	Térreas	Terreiro de S. Domingos	Francisco Nunes	Coyeiro	40 rs S. Miguel	8 e 2 terças x 5 e quarta	54,9 m ²	
Pedaço de Chão - 102		Figueira Velha	Catarina Pires	Ortelã	20 rs S. Miguel	18 x 5	108,9 m ²	Junto ao crucifixo no cabo da rua
Pedaço Cortinhal com casa - 103	Térrea	Madalena	Estevão Nogueira	Licenciado	50 rs S. Miguel	23 e Terça x 9,5	268 m ²	Com alpendre
Chão - 104		Alcaçarias Velhas	Bartolomeu Afonso	Sapateiro	40 rs S. Miguel	20 x 12 e 3 quartas	308 m ²	Com poço. Parte com água de Runa e Rio Mondego
Cortinhal - 105		Madalena	Diogo Araez	Cidadão	20 rs S. Miguel	14 x 7 e 3 quartas	131 m ²	
Azinhaga - 116		Ribela	Estevã Allvarez	Sapateiro	15 rs S. Miguel	43 x 3 e 3 quartas	194,4 m ²	

Designação e N.º de entrada no Tombo	Térrea/sobradada	Localização	Titular do contrato	Profissão/estado	Foro/data	Dimensões em varas (c. x l.)	Áreas em m ²	Notas
Pedaço de quintal – 119			Diogo Roiz	Escrivão do Almoxarifado	20 rs. S. Miguel	Configuração irregular		Foi azinhaga
Pedaço de azinhaga – 121		Ribela	Pero Fernandez	Sapateiro	5 rs. S. Miguel	23 x 2	55,6 m ²	
Pedaço de quinta – 123		Figueira Velha (por trás das casas)	Gonçalo Martinz	Escudeiro do Conde D. Pedro de Meneses	110 rs S. Miguel	3 x 3	10,8 m ²	Foi rua
Pedaço de Quintal – 124		Figueira Velha (por trás das casas)	Maria Fernandez	Viúva de cordoeiro	10 rs S. Miguel	3 x 3	10,8 m ²	
Pedaço de Quintal – 125		Rua que foi mancebia	Pero Alvarez	Tabelião	20 rs S. Miguel	11,5 x 1	13,9 m ²	Foi azinhaga
Quintal – 126		Chão dos Açougues	Álvoro Velho	Cavaleiro	20 rs S. Miguel	14 x 7	118 m ²	Parte com torre de João Vaz tanoeiro
Azinhaga feita em casas – 127		Rua que vai Pedreira S. Sebastião	Fernam Gomes	Capelão e cantor do Bispo	25 rs S. Miguel	22 x 1,5	39,9 m ²	Freguesia de S. Salvador
Chão – 128		Pedreira S. Sebastião	Nicola de Áduja	Bacharel	5 rs S. Miguel	30 x 11	399,3 m ²	Rossio do Concelho
Chão – 129		Pedreira	Luyes Eanes	Toalheyro	20 rs S. Miguel	10x5	60,5 m ²	Acima de S. Cristovão
Casas – 130		Quintal (junto Santa Justa)	Herdeiros de Afonso da Cunha		20 rs S. Miguel	9 e Quarta x 3 e terça	37,2 m ²	

Designação e N.º de entrada no Tombo	Térrea/ sobradada	Localização	Titular do contrato	Profissão/ estado	Foro/ data	Dimensões em varas (c. x l.)	Áreas em m ²	Notas
Azinhaga - 131		da Porta de Almedina a Sobre a Riba	D. Filipe de Sousa		Sem foro	59 x 1	71,3 m ²	Caso venda as casas a azinhaga regressa à posse da cidade
Pedaço de chão - 132		Chão dos Açougues	Álvoro Lopez	Pedreiro	5 rs S. Miguel	7 x 6	50,8 m ²	
Ar de um pedaço de azinhaga - 133		Açima da Porta de Almedina	Manuel Roiz	Cavaleiro cidadão	20 rs	4 x 2	9,6 m ²	Parte com cano de águas que vem da Rua Direita da Sé
Pedaço de chão - 134		Chão de Joana Memdez	Rodrigo Afonso	Escrivão	5 rs S. Miguel	12 x 5,5	79,8 m ²	
Andaymo de muro - 148		Rua das Fangas	Ayres Ferreira	Cidadão	30 rs S. Miguel		Sem dimensões	Metido nas suas casas
Torre - 149		Rua dos Famgaos	João Cerveira	Chanceler	60 rs S. Miguel		Sem dimensões	Metido nas suas casas
Andaymo de muro e torre - 150		Rua dos Famgaos	Baltesar Paes	Tabelião do Judicial	29 rs S. Miguel		Sem dimensões	Metido nas suas casas
Andaymo de muro - 151		Rua dos Famgaos	Eylor de Saa	Cavaleiro Cidadão	30 rs S. Miguel		Sem dimensões	Metido nas suas casas
Andaymo de muro - 152		Rua das Fangas	Jorge de Almeida	Escrivão do Vigário	10 rs S. Miguel		Sem dimensões	Metido nas suas casas

Designação e N.º de entrada no Tombo	Térrea/sobradada	Localização	Titular do contrato	Profissão/estado	Foro/data	Dimensões em varas (c. x l.)	Áreas em m²	Notas
Torre do Engenho - 153		Rua das Fangas	Herdeiros de João Alvarez da Cunha		70 rs S. Miguel		Sem dimensões	
Torre - 154		Rua das Fangas	Ruy de Sa Pereira	Cavaleiro Fidalgo	22 rs S. Miguel		Sem dimensões	Metida nas suas casas
Andaymo de muro - 155		Rua das Fangas	Afonso Vaz	Escudeiro	21 rs S. Miguel		Sem dimensões	Metido nas suas casas
2 Andaymos de muro - 156		A Porta de Almedina	Pero Feyo	Tabellião do Judicial	24 rs S. Miguel		Sem dimensões	
Andaymo de muro - 157		Rua das Fangas	Francisco Brandão	Cidadão	20 rs S. Miguel		Sem dimensões	Metido nas suas casas
Andaymo de muro - 158		Rua das Fangas	Lyanor Roliz	Alfaiata	10rs S. Miguel		Sem dimensões	Metido nas suas casas
Andaymo de muro - 159		Rua das Fangas	Pero Albernaz		21 rs S. Miguel		Sem dimensões	Metido nas suas casas

Fontes e bibliografia

1. Fontes manuscritas

Torre do Tombo, Núcleo Antigo, 287, *Almoxarifado de Coimbra*, fls 12 a 22 v.

2. Fontes impressas

Anais, crónicas e memórias avulsas de Santa Cruz de Coimbra, introdução de António Cruz, Porto, Biblioteca Pública Municipal, 1968.

BRANDÃO, João, *Grandeza e abastança de Lisboa em 1552*, Lisboa, Livros Horizonte, 1990.

CAMPOS, João Correia Aires de, *Índice chronologico dos pergaminhos e foraes existentes no Archivo da Camara Municipal de Coimbra*, Coimbra, Imprensa Litteraria, 1875.

Índices e sumários dos livros e documentos mais antigos e importantes do Arquivo da Câmara Municipal de Coimbra, Coimbra, Imprensa da Universidade, 1867.

Chancelarias Portuguesas, D. Afonso IV, 3 vols., edição de A. H. de Oliveira Marques, Instituto Nacional de Investigação Científica – Centro de Estudos Históricos da Universidade Nova de Lisboa, Lisboa, 1992.

Chancelarias Portuguesas, D. Duarte, vol. I, Tomo I e II, edição preparada por João José Alves Dias, Lisboa, Centro de Estudos Históricos, Universidade Nova de Lisboa, 1998.

«Direitos, bens e propriedades da Ordem e Mestrado de Avis nas suas três vilas de Avis, Benavila e Benavente e seus termos», prefácio de José da Cunha Saraiva, *Ocidente*, 152-176, vols. XXXIX-XLIII, Dezembro de 1950 a Dezembro de 1952.

«Livro I da Correia», leitura de J. Pinto Loureiro, *Arquivo Coimbrão*, vols. II-V, Coimbra, 1930-1940. *Livro 2.º da Correia (Cartas, Provisões e Alvarás Régios registados na Câmara de Coimbra) 1273-1754*, organização, leitura e notas de José Branquinho de Carvalho, Coimbra, Biblioteca Municipal, 1958.

Livro das Posturas Antigas, leitura e transcrição de Maria Teresa Campos Rodrigues, Lisboa, Câmara Municipal, 1974.

Livro do Almoxarifado de Silves (século XV), edição de Maria José da Silva Leal e José Garcia Domingues e prefácio de H. Baquero Moreno, Silves, Câmara Municipal, 1984.

LOPES, Fernão, *Crónica de D. Fernando*, introdução de Salvador Dias Arnaut, Porto, Civilização, [s.d.].

OLIVEIRA, Cristóvão Rodrigues, *Lisboa em 1551. Sumário*, apresentação e notas de José da Felicidade Alves, Lisboa, Livros Horizonte, 1987.

Ordenações Afonsinas, Livro I, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 1984.

Ordenações Del-Rei Dom Duarte, edição preparada por Martim de Albuquerque e Eduardo Borges Nunes, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 1988.

Ordenações Manuelinas, Livro I, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 1984.

Tombo Antigo da Câmara de Coimbra, introdução, leitura e notas de J. Branquinho de Carvalho, Coimbra, Biblioteca Municipal, 1964.

«Tombo da Comarca da Beira (1395)», edição de Anselmo Braancamp Freire, *Arquivo Historico Portuguez*, X, 1916, pp. 209-366.

«Vereações». *Anos de 1390-1395. O mais antigo dos Livros de Vereações do Município do Porto existentes no seu Arquivo*, Comentários e notas de A. de Magalhães Basto, Porto, Câmara Municipal, 1937.

«Vereações». *Anos de 1401-1449. O segundo Livro de Vereações do Município do Porto existente no seu Arquivo*, nota prévia de J. A. Pinto Ferreira, Porto, Câmara Municipal, 1980.

«Vereações». *Anos de 1431-1432*. Livro I, Leitura, índices e notas de João Alberto Machado e Luís Miguel Duarte, Porto, Câmara Municipal, 1985.

ZURARA, Gomes Eanes da, *Crónica da Tomada de Ceuta*, introdução e notas de Reis Brasil, Europa-América, [s.d.].

ZURARA, Gomes Eanes da, *Crónica de Guiné*, introdução e notas de José de Bragança, Civilização, [s.d.].

3. Trabalhos curriculares da Faculdade de Letras

ALMEIDA, André Ferrand de, *Pergaminhos avulsos (1502-1520)*, *Arquivo Municipal de Coimbra*, trabalho curricular apresentado no âmbito da disciplina de Paleografia e Diplomática, Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 1988.

AMADO, José da Silva, *Pergaminhos avulsos do Arquivo Histórico Municipal de Coimbra*, trabalho curricular apresentado no âmbito da disciplina de Paleografia e Diplomática, Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 1991.

CAIA, A. J. Peixinhos, *Pergaminhos avulsos do Arquivo da Universidade de Coimbra, 1079-1612*, trabalho curricular apresentado no âmbito da disciplina de Paleografia e Diplomática, Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 1989.

MARUJO, João Albertino; FERREIRA, Olímpio, *Pergaminhos da Sé de Coimbra, 1373-1391*, trabalho apresentado no âmbito da disciplina de Paleografia e Diplomática, Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 1989.

ROSA, Ana Margarida de Almeida Carvalho Ribeiro, *Hospital Real de Coimbra, 1485-1529*, trabalho curricular apresentado no âmbito da disciplina de Paleografia e Diplomática, Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 1989.

4. Bibliografia consultada

AFONSO, José Ferrão, *A Rua das Flores no século XVI, elementos para a história urbana do Porto quinhentista*, dissertação de mestrado apresentada à Faculdade de Letras da Universidade do Porto, Porto, 1998.

ALEGRIA, José Alberto, "Arquitectura islâmica em Portugal: das memórias ao ressurgimento – o exemplo da arquitectura em terra", *Memórias Árabo-Islâmicas em Portugal*, Lisboa, Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 1997, pp. 159-168.

ALVAREZ, Clara, "La gestión administrativa del concejo de Santiago de Compostela en el ámbito del urbanismo durante el siglo XVI", *La ciudad hispanica durante los siglos XIII al XVI*, tomo I, Madrid, Universidad Complutense, 1985, pp. 151-160.

- AMARAL, Luís Carlos, «Subsídios documentais para o estudo da propriedade imobiliária no concelho do Porto no período medieval», separata do *Boletim Cultural da Câmara Municipal do Porto*, Porto, 2ª série, 5-6, 1987/88.
- AMARAL, Luís Carlos, (Vide DUARTE, Luís Miguel)
- AMARAL, Luís Carlos; DUARTE, Luís Miguel, «Os homens que pagaram a Rua Nova (fiscalidade, sociedade e ordenamento territorial no Porto quatrocentista)», *Revista de História*, VI, Porto, Universidade do Porto, 1985, pp. 7-96.
- ANDRADE, Amélia Aguiar, «Um percurso através da paisagem urbana medieval», *Povos e Culturas – A Cidade em Portugal: onde se vive*, 2, Lisboa, Universidade Católica Portuguesa, 1987, pp. 57-77.
- Um espaço urbano medieval: Ponte de Lima*, Lisboa, Horizonte, 1990.
- “Conhecer e nomear: a toponímia das cidades medievais portuguesas”, *A Cidade. Jornadas Inter e Pluridisciplinares*. Actas I, Lisboa, Universidade Aberta, 1993, pp. 123-140.
- “Percurso vividos, percursos conhecidos nos núcleos urbanos medievais”, *Estudos de Arte e História, Homenagem a Artur Nobre de Gusmão*, Lisboa, Vega, 1995, pp. 52-60.
- “A paisagem urbana medieval portuguesa: uma aproximação”, *Universo Urbanístico Português, 1415-1822, Colectânea de Estudos*, Lisboa, Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimientos Portugueses, 1998, pp. 11-38.
- ANDRADE, Maria Filomena Pimentel de Carvalho, *O Mosteiro de Chelas: uma comunidade feminina na Baixa Idade Média. Património e gestão*, dissertação de mestrado apresentada à Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, Lisboa, 1993.
- ARIZAGA BOLUMBURU, Beatriz, “La recuperacion del paisaje urbano medieval: propuesta metodologica”, *La ciudad medieval, aspectos de la vida urbana en la Castilla bajomedieval*, coord. Juan Antonio Bonachía Hernando, Valladolid, Universidade de Valladolid, 1996, pp. 13-33.
- ARNAUT, Salvador Dias, “O Infante D. Pedro Senhor de Penela”, *Biblos*, LXIX, Coimbra, Universidade de Coimbra, 1993, pp. 173-217.
- Arquitectura Popular em Portugal*, 3 vols., 3ª ed. Lisboa, Associação dos Arquitectos Portugueses, 1988.
- BARBOSA, Albertina, «A assistência no Entre Douro e Minho. O hospital do Espírito Santo em Miragaia – séc. XV», *Actas do 2.º Congresso Histórico de Guimarães / D. Afonso Henriques e a sua época*, Guimarães, Câmara Municipal – Universidade do Minho, 1996, pp. 47-53.
- BARCELÓ CRESPI, María, “La ciudad de Mallorca en el último cuarto del siglo XV: parroquias y red viaria”, *La ciudad hispanica durante los siglos XIII al XVI*, tomo II, Madrid, Universidad Complutense, 1985, pp. 1321-1329.
- BARROCA, Mário Jorge, “Em torno da residência senhorial fortificada. Quatro torres medievais na região de Amares”, *Revista de História*, 9, Porto, Universidade do Porto, 1989, pp. 9-53.
- “Torres, Casas-Torres ou Casas Fortes. A concepção do espaço de habitação da pequena e média nobreza na baixa Idade Média (séculos XII-XV)”, *Revista de História das Ideias*, 19, Coimbra, Universidade de Coimbra, 1997, pp. 39-103.
- BATLLE, Carmen, “La Casa barcelonina en el siglo XIII: l'exemple de la familia Dufort”, *La ciudad hispanica durante los siglos XIII al XVI*, tomo II, Madrid, Universidade Complutense, 1985, pp. 1347-1360.
- BEIRANTE, Maria Ângela Rocha, *Santarém medieval*, Lisboa, Universidade Nova de Lisboa, 1980.
- “Espaços públicos nas cidades portuguesas medievais: Santarém e Évora”, *A Cidade. Jornadas Inter e Pluridisciplinares*. Actas II, Lisboa, Universidade Aberta, 1993, pp. 67-79.
- Évora na Idade Média*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian – Junta Nacional de Investigação Científica e Tecnológica, 1996.

- BEIRANTE, Maria Ângela; DIAS, João José Alves, "O património urbano da Ordem de Cristo em Évora no início do século XVI", *Estudos de Arte e História, Homenagem a Artur Nobre de Gusmão*, Lisboa, Vega, 1995, pp. 61-79.
- BELÉM, Margarida da Cunha, (Vide TEIXEIRA, Gabriela de Barbosa)
- BENEVOLO, Leonardo, *História da Cidade*, São Paulo, Perspectiva, 1983.
- BOTÃO, Maria de Fátima, *Silves. Capital de um reino medieval*, Silves, Câmara Municipal, 1992.
Uma instituição medieval de prestígio. A colegiada de Santa Maria de Alcáçova de Santarém, dissertação de mestrado apresentada à Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, Lisboa, 1996.
- BRAGA, Paulo Drumond, "A construção corrente na região de Palmela nos finais da Idade Média", *As Ordens Militares em Portugal*, Actas do 1.º Encontro sobre Ordens Militares, Palmela, Câmara Municipal, 1991, pp. 143-155.
Setúbal medieval (séculos XIII-XV), dissertação de mestrado apresentada à Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, Lisboa, 1991.
- CAETANO, Marcello, *História do Direito Português [1140-1495]*, 3ª ed., Lisboa, Verbo, 1992.
- CASA DE SUB RLPAS, *Boletim da Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais*, 131, Ministério das Obras Públicas, 1990.
- CASTILLO OREJA, M. A "Alcalá de Henares, una ciudad medieval en la España cristiana (s. XIII-XV)" *La ciudad hispanica durante los siglos XIII al XVI*, tomo II, Madrid, Universidad Complutense, 1985, pp. 1059-1080.
- CARLÉ, Maria del Carmen, «La ciudad castellana a comienzos de la baja Edad Media», *Auario del Instituto de Investigaciones Historicas*, 3, Rosário, 1958, pp. 413-432.
"La casa en la Edad Media castellana", *Cuadernos de Historia de España*, LXVII-LXVIII, Buenos Aires, 1982, pp. 165-229.
- CARLÉ, Maria del Carmen, *et alii, La sociedad hispano medieval – la ciudad*, Buenos Aires, Gedisa, 1984.
- CARVALHO, Amadeu Ferraz de, «Toponímia de Coimbra e Arredores (contribuição para o seu estudo)», *O Instituto*, 87, Coimbra, 1934, pp. 395-459.
- CARVALHO, Sérgio Luís, *A vila de Sintra nos séculos XIV e XV*, dissertação de mestrado apresentada à Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, Lisboa, 1987.
Cidades medievais portuguesas, uma introdução ao seu estudo, Lisboa, Livros Horizonte, 1989.
- COELHO, Maria Helena da Cruz, «A propósito do foral de Coimbra de 1179», separata do *Arquivo Coimbrão*, XXVII-XXVIII, Coimbra, 1980, pp. 329-345.
O Baixo Mondego nos finais da Idade Média (Estudo de História Rural), 2 vols., 2ª edição, Lisboa, Imprensa Nacional Casa da Moeda, 1989.
História Medieval de Portugal. Guia de estudo, Porto, Universidade Portucalense, 1991.
«Coimbra trecentista: a cidade e o estudo», *Biblos*, 68, Coimbra, Universidade de Coimbra, 1992, pp. 335-356.
A feira de Coimbra no contexto das feiras medievais portuguesas, Coimbra, Inatel, 1993.
Festa e sociabilidade na Idade Média, Coimbra, Inatel, 1994.
- CONDE, Manuel Sílvio Alves, *Tomar medieval. O espaço e os homens*, Cascais, Patrimonia, 1996.
"Sobre a casa urbana do Centro e Sul de Portugal, nos fins da Idade Média", *Arqueologia Medieval*, 5, Porto, Afrontamento, 1997, pp. 243-265.
O Médio Tejo nos finais da Idade Média. A terra e as gentes, 2 vols., dissertação de doutoramento apresentada à Universidade dos Açores, Ponta Delgada, 1997.

- CONDE, Manuel Sílvio Alves, (Vide SILVA, Manuela Tavares dos Santos)
- CORREIA, António, «Toponímia coimbrã», *Arquivo Coimbrão*, VIII e IX, Coimbra, 1945 e 1946, pp. 26-296; pp. 5-48 e 285-303.
- CORREIA, Fernando Manuel Rodrigues Branco, *Elvas na Idade Média*, dissertação de mestrado apresentada à Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, Lisboa, 1999.
- CORREIA, Vergílio; GONÇALVES, A Nogueira, *Inventário Artístico de Portugal. Cidade de Coimbra*, Lisboa, Academia Nacional de Belas Artes, 1947.
- CUARTAS RIVERO, Margarita, "La forma urbana de Oviedo en el primer tercio del siglo XVI" *La ciudad hispanica durante los siglos XIII al XVI*, tomo I, Madrid, Universidad Complutense, 1985, pp. 233-247.
- DIAS, João José Alves, (Vide, BEIRANTE, Maria Ângela)
- DIAS, Pedro, *Visitações da Ordem de Cristo de 1507 a 1519. Aspectos artísticos*, Coimbra, Universidade de Coimbra, 1979.
- A arquitectura de Coimbra na transição do gótico para a renascença, 1490-1540*, Coimbra, Epartur, 1982.
- A Arquitectura gótica portuguesa*, Lisboa, Estampa, 1994.
- DÍAS-PLAJA, Fernando, *A vida quotidiana na Espanha muçulmana*, Lisboa, Editorial Notícias, 1995.
- DUARTE, Luís Miguel; AMARAL, Luís Carlos, «Prazos do século e prazos de Deus (os aforamentos na câmara e no cabido de Sé do Porto no último quartel do século XV)», *Jornadas sobre Portugal Medieval*, Leiria, Câmara Municipal, 1983, pp. 315-346.
- DUARTE, Luís Miguel (Vide AMARAL, Luís Carlos)
- DUBY, Georges (coord.), *História da vida privada*, vol. 2, *Da Europa feudal ao renascimento*, Lisboa, Afrontamento, 1990.
- FERNANDES FLORES, José Antonio, «Las casas del cabildo catedralicio en la ciudad de Leon», *Archivos Leoneses*, 75, León, 1984, pp. 31-157.
- FERNANDES, Hermenegildo, *Organização do espaço e sistema social no Alentejo medieval. O caso de Beja*, dissertação de mestrado apresentada à Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, Lisboa, 1991.
- FERREIRA, Maria da Conceição Falcão, *Uma rua de elite na Guimarães medieval (1376/1520)*, Guimarães, Câmara Municipal, 1989.
- «Barcelos, terra de condes. Uma abordagem preliminar», separata da *Barcelos Revista*, Barcelos, 1991-1992.
- «Um percurso por Guimarães medieval no século XV», *Patrimonia, Identidade, Ciências Sociais e Fruição Cultural*, 1, Out. 1996, pp. 9-16.
- Guimarães: "duas vilas, um só povo". Estudo de história urbana (1250-1389)*, vol. II, *O espaço construído*, dissertação de doutoramento apresentada à Universidade do Minho, Braga, 1997.
- FERRO, João Pedro, *Alenquer medieval (séculos XII-XV), subsídios para o seu estudo*, Cascais, Patrimonia, 1996.
- FERRO, Maria José Pimenta, *Os Judeus em Portugal no século XIV*, Lisboa, Guimarães Editores, 1979.
- FONSECA, Jorge, *Montemor-o-Novo no século XV*, Montemor-o-Novo, Câmara Municipal, 1998.
- GAIO, Manuel da Silva, «Sub Ripas», *Arquivo Coimbrão*, VII, Coimbra, 1943, pp. 129-164.
- GASPAR, Jorge, «A cidade portuguesa na Idade Média. Aspectos de estrutura física e desenvolvimento funcional», *La ciudad hispanica durante los siglos XIII al XVI*, tomo I, Madrid, Universidad Complutense, 1985, pp. 133-150.

- GRANDCHAMP, Pierre Garrigou; *et alii*, *La ville de Cluny et ses maisons XI-XV siècles*, Paris, Picard, 1997.
- GOFF, Jacques Le, *A civilização do ocidente medieval*, 2 vols., Lisboa, Estampa, 1984.
O homem medieval, Lisboa, Presença, 1989.
Por amor das cidades, Lisboa, Teorema, 1999.
- GOMES, Rita Costa, *A Guarda medieval, 1200-1500, Cadernos da Revista de História Económica e Social, 9-10*, Lisboa, Sá da Costa, 1987.
«Um microcosmos citadino: a Judiaria medieval da Guarda», *Catálogo da Exposição Guarda História e Cultura Judaica*, Guarda, Museu – Câmara Municipal, 1999, pp. 111-115.
- GOMES, Rosa Varela, «A cidade muçulmana», *A Cidade. Jornadas Inter e Pluridisciplinares*, Actas II, Lisboa, Universidade Aberta, 1993, pp. 27-54.
- GOMES, Saúl António, *O Mosteiro de Santa Maria da Vitória no século XV*, Coimbra, Universidade de Coimbra, 1990.
«A Praça de S. Martinho de Leiria do século XII à reforma de 1546», *Mundo da Arte*, II Série, Janeiro/Fevereiro/Março, 1990, pp. 57-78.
«A organização do espaço urbano numa cidade estremenha: Leiria medieval», *A Cidade. Jornadas Inter e Pluridisciplinares*, Actas II, Lisboa, Universidade Aberta, 1993, pp. 81-112.
As cidades têm uma História: Caldas da Rainha das origens ao século XVIII, Coleção P. H. – Estudos e Documentos, 1994.
Introdução à história do castelo de Leiria, Leiria, Câmara Municipal, 1995.
- GONÇALVES, Iria, *O património do Mosteiro de Alcobaça nos séculos XIV e XV*, Lisboa, Universidade Nova de Lisboa, 1989.
«Aspectos económico-sociais da Lisboa do século XV estudados a partir da propriedade régia», *Um olhar sobre a cidade medieval*, Cascais, Patrimonia, 1996, pp. 11-60.
«Na Ribeira de Lisboa, em finais da Idade Média», *Um olhar sobre a cidade medieval*, Cascais, Patrimonia, 1996, pp. 61-75.
«Posturas municipais e vida urbana na Baixa Idade Média: o exemplo de Lisboa», *Um olhar sobre a cidade medieval*, Cascais, Patrimonia, 1996, pp. 77-95.
«Uma realização urbanística medieval: o calcetamento da Rua Nova de Lisboa», *Um olhar sobre a cidade medieval*, Cascais, Patrimonia, 1996, pp. 117-137.
«Entre o campo e a cidade na segunda metade do século XIV», *Um olhar sobre a cidade medieval*, Cascais, Patrimonia, 1996, pp. 221-245.
- HEERS, Jacques, *La ville au Moyen Âge en Occident*, Paris, Fayard, 1990.
História da Universidade em Portugal, 1290-1536, vol. I, tomo I, Coimbra – Lisboa, Universidade de Coimbra – Fundação Calouste de Gulbenkian, 1997.
- IZQUIERDO BENITO, Ricardo, «Normas sobre edificaciones en Toledo en el siglo XV», *Anuario de Estudios Medievales*, 16, Barcelona, 1986, pp. 519-532.
- LADERO QUESADA, Miguel Angel, *Historia de Sevilla, la ciudad medieval (1248-1492)*, Sevilla, Universidad de Sevilla, 1980.
- LEGUAY, Jean-Pierre, *La rue au Moyen Age*, Rennes, Ouest-France, 1984.
- LOBO, A. de Sousa Silva Costa, *História da sociedade em Portugal no século XV*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1903.
- LOPEZ, Roberto S., *A cidade medieval*, Lisboa, Presença, 1988.
- LOSA CONTRERAS, Carmen, *El concejo de Madrid en el tránsito de la Edad Media a la Edad Moderna*, Madrid, Dykinson, 1999.

- LOUREIRO, José Pinto, «Enigmas da História de Coimbra», *Arquivo Coimbrão*, XII, Coimbra, 1954, pp. 262-307.
- Toponímia de Coimbra*, 2 vols., Coimbra, Câmara Municipal, 1964.
- MACIAS, Santiago "Moura na Baixa Idade Média: elementos para um estudo histórico e arqueológico", *Arqueologia Medieval*, 2, Porto, Afrontamento, 1993, pp. 127-157.
- MACIAS, Santiago, (Vide TORRES, Cláudio)
- MACIAS, Santiago Augusto Ferreira, *O bairro da Alcáçova de Mértola, imagens de um conjunto urbano nos finais do período islâmico*, 2 vols., dissertação de mestrado apresentada à Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, Lisboa, 1995.
- MARGARIDO, Ana Paula, «A morfologia urbana da Alta de Coimbra, ensaio sobre o traçado da malha e sua evolução», separata *Cadernos de Geografia*, 6, Coimbra, Universidade de Coimbra, 1987, pp. 43-69.
- MARQUES, A. H. de Oliveira, *A sociedade medieval portuguesa*, 3ª ed., Lisboa, Sá da Costa, 1974.
- "A moeda portuguesa durante a Idade Média", *Ensaio de História Medieval Portuguesa*, Lisboa, Vega, 1980.
- Portugal na crise dos séculos XIV e XV, Nova História de Portugal*, direcção de Joel Serrão e A. H. de Oliveira Marques, vol. IV, Lisboa, Presença, 1987.
- Novos Ensaio de História Medieval Portuguesa*, Lisboa, Presença, 1988.
- "Depois da Reconquista, a cidade na Baixa Idade Média", *O Livro de Lisboa*, coordenação de Irisalva Moita, Lisboa, 1994, pp. 89-113.
- MARQUES, José, "Património régio na cidade do Porto e seu termo nos finais do século XV (subsídios para o seu estudo)", *Revista de História*, III, Porto, Universidade do Porto, 1982, pp. 73-97.
- "Braga nos finais da Idade Média (subsídios para o seu estudo)", *Braga Medieval*, Braga, 1983, pp. 43-82.
- "A confraria de S. Domingos de Guimarães (1498)", *História*, II Série, I, Porto, Universidade do Porto, 1984, pp. 57-95.
- "Aspectos da vida de fronteira nos finais da Idade Média", *Jornadas de Cultura Hispano-Portuguesa*, Madrid, Universidad Autonoma, 1999, pp. 183-208.
- MARQUES, Maria Alegria, "Bens de dois mosteiros cistercienses no século XV, Santa Maria de Seiça e Santa Maria de Bouro", *Estudos sobre a Ordem de Cister em Portugal*, Lisboa-Coimbra, Colibri-Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 1998, pp. 239-274.
- MARQUES, Maria Inês Gonçalves, *A colegiada de S. Martinho de Sintra nos séculos XIV e XV. Património e gestão*, dissertação de mestrado apresentada à Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, Lisboa, 1997.
- MATA, Luís António Santos Nunes, *O hospital do Espírito Santo de Santarém nos finais da Idade Média. Ser, ter e poder*, dissertação de mestrado apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, Coimbra, 1999.
- MATTOSO, José, "Os nobres nas cidades portuguesas da Idade Média", *Portugal Medieval. Novas Interpretações*, Lisboa, Imprensa Nacional Casa da Moeda, 1985, pp. 273-291.
- Identificação de um País. Ensaio sobre as origens de Portugal. 1096-1325*, 2 vols. Estampa, Lisboa, 1985.
- «A cidade medieval na perspectiva da história das mentalidades», *Cidades e História*, Lisboa, Fundação Calouste de Gulbenkian, 1987, pp. 21-33.
- «Introdução à história urbana portuguesa. A Cidade e o poder», *Cidades e História*, Lisboa, Fundação Calouste de Gulbenkian, 1987, pp. 9-20.
- História de Portugal* (direcção), Lisboa, Círculo de Leitores, 1993.

- MAURÍCIO, Rui, *O Mecenato de D. Diogo de Sousa Arcebispo de Braga (1505-1532), Urbanismo e Arquitectura*, Leiria, Magno Edições, 2000.
- MENDONÇA, Manuela, *O tombo da igreja do Salvador de Santarém*, Lisboa, Colibri, 1997.
- MIGUÉNS, Maria Isabel N., *O tombo do hospital e gafaria do Santo Espírito de Sintra*, Cascais, Patri-
monia, 1997.
- MONTEIRO, João Gouveia, *A guerra em Portugal nos finais da Idade Média*, Lisboa, Editorial Notí-
cias, 1998.
- Os castelos portugueses dos finais da Idade Média. Presença, perfil, conservação, vigilância
e comando*, Lisboa, Colibri-Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 1999.
- MONTEIRO, Nuno, (Vide SOUSA, Bernardo Vasconcelos e)
- OLIVEIRA, António de, *A vida económica e social de Coimbra de 1537 a 1640*, 2 vols. Coimbra, Uni-
versidade de Coimbra, 1971-1972.
- OLIVEIRA, Luís Filipe; VIANA, Mário "A Mouraria de Lisboa no século XV", *Arqueologia Medieval*, 2,
Porto, Afrontamento, 1993, pp. 191-209.
- OSÓRIO, Maria Isabel Noronha, *Cidade, plano e território: urbanização do plano intramuros do Porto,
século XIII, primeira metade do XIV*, dissertação de mestrado apresentada a Universidade do
Porto, Porto, 1994.
- PARDO, Vittorio Franchetti, *Historia del urbanismo, siglos XIV y XV*, Madrid, Instituto de Estudios de
Administracion Local, 1985.
- PEREIRA, Isaiás da Rosa, "O hospital do Espírito Santo da vila da Castanheira", *Do Tempo e da His-
tória*, Tomo IV, Universidade de Lisboa – Instituto da Alta Cultura, Lisboa, 1971, pp. 53-95.
- PEREIRA, Maria Teresa Lopes, *Alcácer do Sal na Idade Média*, dissertação de mestrado apresen-
tada à Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, Lisboa,
1998.
- PIMENTA, Alfredo, *Fontes medievais da História de Portugal, I, Anais e crónicas*, Lisboa, Sá da
Costa, 1948.
- PRADALIÉ, Gérard, *Lisboa da Reconquista ao fim do Século XIII*, Lisboa, Palas Editores, 1975.
- PRATT, Oscar de, «Sobre a origem e significação da palavra «sobrado»», *Trabalhos da Academia de
Ciências de Portugal*, Primeira Série, tomo II, Coimbra, 1915, pp. 89-91.
- RAVARA, António, "Introdução ao estudo da propriedade urbana régia sob D. Afonso III e D. Dinis",
Ocidente, LXXX, Lisboa, 1971, pp. 98-104.
- RIBEIRO, Orlando, «A Rua Direita de Viseu», *Geographica*, Ano IV, 16, Lisboa, 1968, pp. 49-63.
- «Proémio metodológico ao estudo das pequenas cidades portuguesas», *Finisterra*, IV, 7,
Lisboa, 1969, pp. 64-75.
- «Cidade», *Dicionário de História de Portugal*, vol. II, direcção de Joel Serrão, Porto, 1985,
pp. 60-66.
- Portugal, o Mediterrâneo e o Atlântico*, Lisboa, Sá da Costa, 1987.
- Geografia e Civilização*, Lisboa, Livros Horizonte, [s.d.].
- RODRIGUES, Ana Maria Seabra de Almeida, *Torres Vedras, a vila e o termo nos finais da Idade
Média*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian – Junta Nacional de Investigação Científica e
Tecnológica, 1995.
- «O cerco de Torres Vedras em 1384-1385», uma releitura de Fernão Lopes, *Torres Cultural*
8, Torres Vedras, Câmara Municipal, 1998, pp. 5-15.
- ROSSA, Walter, "A cidade portuguesa", *História da Arte Portuguesa*, direcção Paulo Pereira, vol. III,
Lisboa, Círculo de Leitores, 1995, pp. 233-323.
- ROSSI, Aldo, *A arquitectura da cidade*, Lisboa, Cosmos, 1977.

- ROUX, Simone, *La maison dans l'histoire*, Paris, Albin Michel, 1976. .
Le monde des villes au Moyen Age, XI-XV siècle, Paris, Hachette, 1994.
- SAMPAIO, Alberto, "As villas do Norte de Portugal", *Estudos Históricos e Económicos*, I, Porto, 1923.
- SANTAMARÍA LANCHO, "La explotación económica del patrimonio urbano del cabildo catedralicio de Segovia en el s. XIV", *La ciudad hispanica durante los siglos XIII al XVI*, tomo I, Madrid, Universidad Complutense, 1985, pp. 671-697.
- SANTOS, Maria Leonor Ferraz de Oliveira Silva, *O domínio de Santa Maria do Lorvão no século XIV. Gestão feminina de um património fundiário*, dissertação de mestrado apresentada à Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, Lisboa, 1997.
- SANTOS, Vítor Pavão dos, *A casa no Sul de Portugal na transição do século XV para o XVI*, dissertação de licenciatura apresentada à Universidade de Lisboa, Lisboa, 1964.
"As «casas» do Alcaide-Mor de Mértola no início do século XVI", *Bracara Augusta* XXXI, 71-72, Braga, 1977, pp. 255-267.
- SARAIVA, Anísio Miguel de Sousa, "A propriedade urbana das confrarias e hospitais de Coimbra nos finais da Idade Média", *Revista de Ciências Históricas*, X, Porto, Universidade Portucalense, 1995, pp. 155-194.
- SILVA, Fernando Vieira, (Vide Sousa, Bernardo Vasconcelos e)
- SILVA, José Custódio Vieira da, "A morada privilegiada – o paço", *O Fascínio do Fim*, Lisboa, Horizonte, 1997, pp. 23-43.
Os paços medievais portugueses, Lisboa, IPPAR, 1995.
- SILVA, José Manuel Azevedo e, *A Madeira e a construção do Mundo Atlântico (séculos XV-XVII)*, Funchal, Centro de Estudos de História do Atlântico, Secretaria Regional do Turismo e Cultura, 1995.
- SILVA, Manuela Tavares dos Santos; CONDE, Manuel Sílvio Alves, "Recursos económicos de algumas instituições de assistência de Santarém nos finais da Idade Média", *Actas das Jornadas de História Medieval 1383-1385 e a Crise Geral dos séculos XIV e XV*, Lisboa, 1985, pp. 69-98.
- SILVA, Manuela Santos, "A assistência social na Idade Média. Estudo comparativo de algumas instituições de beneficência de Santarém", *Estudos Medievais*, 8, Porto, 1987, pp. 171-227.
Óbidos medieval. Estruturas urbanas e administração concelhia, Cascais, Patrimonia, 1997.
- SILVA, Maria João Violante Branco Marques da, *Aveiro medieval*, Aveiro, Câmara Municipal, 1991.
- SILVESTRE, Helder Alexandre Carita, *Lisboa Manuelina e a formação de modelos urbanísticos da época moderna (1495-1521)*, dissertação de mestrado apresentada à Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, Lisboa, 1998.
- SOUSA, Bernardo Vasconcelos e; SILVA, Fernando Vieira da; MONTEIRO, Nuno, "O Livro das Despesas do Prioste do Cabido da Sé de Évora (1340-1341)", *Revista de História Económica e Social*, 9, Jan/Jun., Lisboa, Sá da Costa, 1982, pp. 91-143.
- SOUSA, Bernardo Vasconcelos e, *A propriedade das albergarias de Évora nos finais da Idade Média*, Lisboa, Instituto Nacional de Investigação Científica – Universidade Nova de Lisboa, 1990.
- TAVARES, Maria José Ferro, "A festa, uma ruptura no quotidiano do homem medieval", *Revista Portuguesa de História*, tomo XXXI, Coimbra, Universidade de Coimbra, 1996, pp. 131-155.
"A política municipal de saúde pública (séculos XIV e XV)", *Revista de História Económica e Social*, 19 Janeiro-Abril, Sá da Costa, 1987, pp. 17-32.
- TEIXEIRA, Gabriela de Barbosa; BELÉM, Margarida da Cunha, *Diálogos de edificação estudo de técnicas tradicionais de construção*, CRAT, Centro Regional de Artes Tradicionais, 1998.

- TEIXEIRA, Manuel C.; VALLA, Margarida, *O Urbanismo Português, séculos XIII-XVIII, Portugal-Brasil*, Lisboa, Livros Horizonte, 1999.
- TRINDADE, Diamantino Sanches, *Castelo de Vide, subsídios para o estudo de arqueologia medieval*, Lisboa, 1979.
- TORRES BALBAS, Leopoldo, «La Edad Media», *Resumen historico del urbanismo en España*, Madrid, Instituto de Estudios de Administración Local, 1968.
- TORRES, Cláudio; MACIAS, Santiago, "A arte islâmica no Ocidente Andaluz", *História da Arte Portuguesa*, direcção Paulo Pereira, vol. I, Lisboa, Círculo de Leitores, 1995, pp. 151-177.
- TORRES, Cláudio; MACIAS, Santiago, "A islamização do Gharb al-Andaluz", *Memórias Árabo-Islâmicas em Portugal*, Lisboa, Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 1997, pp. 29-46.
- "Arqueologia islâmica em Mértola", *Memórias Árabo-Islâmicas em Portugal*, Lisboa, Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 1997, pp. 151-157.
- VALLA, Margarida (Vide TEIXEIRA, Manuel C.)
- VARANDAS, Carla Patrícia Rana, *A colegiada de S. Pedro de Coimbra das origens ao final do século XIV. Estudo económico e social*, dissertação de mestrado apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, Coimbra, 1999.
- VIANA, Mário, (Vide OLIVEIRA, Luís Filipe)
- VILAR CASTRO, Julio, «Organización espacial y paisaje arquitectónico en la ciudad medieval. Una aportación geográfica a la historia del urbanismo abulense», *Cuadernos Abulenses*, 1, Avila, 1984, pp. 69-89.
- VILAR, Hermínia Vasconcelos, *Abrantes medieval, séculos XIV e XV*, Abrantes, Câmara Municipal, 1988.

5. Fontes iconográficas

- ARMAS, Duarte de, *Livro das Fortalezas*, introdução de Manuel da Silva Castelo Branco, Lisboa, Arquivo Nacional da Torre do Tombo – Edições Inapa, 1997.
- Colecção de Gravuras Portuguêsas, País, Norte*, 4.ª Série, Lisboa, 1948.
- Genealogia do Infante D. Fernando de Portugal*, Fac-símile do Ms da British Library – ADD. 12 531, introdução, notas, direcção artística e gráfica de Martim de Albuquerque e João Paulo de Abreu e Lima, Porto-Lisboa, 1984.
- Livro de Horas de D. Manuel*, estudo introdutório de Dagoberto Markl, Lisboa, Imprensa Nacional Casa da Moeda, 1983.

ÍNDICE

Apresentação	7
Nota Prévia	11
Dados disponíveis para o estudo da casa corrente: quais e que problemas suscitam	15
I PARTE – A habitação corrente em Portugal	23
1. <i>A ocupação do espaço urbano</i>	25
1.1. O lote: morfologia e dimensões	25
1.2. Espaços por edificar no interior do lote	28
2. <i>A habitação corrente</i>	31
2.1. Morfologia	31
2.2. Dimensões	32
2.3. A sobreposição de pisos	38
2.4. Caracterização exterior	51
2.5. Caracterização do espaço interior	67
3. <i>Materiais de construção</i>	77
4. <i>Espaço privado e domínio público: um equilíbrio precário</i>	96
5. <i>A casa como um bem pessoal</i>	110
II PARTE – A habitação corrente em Coimbra: de 1395 a 1532	113
1. <i>O Almojarifado de Coimbra</i>	117
1.1. Localização e composição da propriedade régia	117
1.2. Dados para a reconstituição da casa	126

1.3. Valor da propriedade	130
1.4. Condição social dos detentores dos prazos	131
2. <i>O Tombo Antigo da Câmara de Coimbra</i>	132
2.1. Composição e localização da propriedade.....	134
2.2. Dados para a reconstituição da casa corrente	139
2.3. Espaços por edificar: quintais, cortinhais e «chãos».....	144
2.4. A privatização do sistema defensivo e do espaço público.....	145
2.5. Valor e gestão da propriedade	147
Conclusão	151
ANEXO	155
1. Registo das propriedades do Almojarifado de Coimbra	155
2. Registo das propriedades urbanas do Tombo Antigo da Câmara de Coimbra	169
Fontes e bibliografia	187